



Universidade Católica Portuguesa

Centro Regional de Braga

Pedro e Inês: entre a realidade e a ficção, uma estória sem fim

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em Literatura
Portuguesa.

Fernando Augusto Braga Fernandes



FACULDADE DE FILOSOFIA
MARÇO 2015



Universidade Católica Portuguesa

Centro Regional de Braga

Pedro e Inês: entre a realidade e a ficção, uma estória sem fim

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em Literatura
Portuguesa.

Fernando Augusto Braga Fernandes

Sob a Orientação da Prof.^a Doutora
Maria José Ferreira Lopes



FACULDADE DE FILOSOFIA
MARÇO 2015

RESUMO

A História e a Literatura são as duas faces da construção do imaginário coletivo português e, simultaneamente, são o resultado dessa mesma construção, refletindo idiosincrasias que identificam e distinguem esse imaginário e o consubstanciam como povo independente.

Embrionariamente fundida na Península Ibérica, a nova ordem do mosaico cristão que se foi construindo a partir da Reconquista, assumida frequentemente no âmbito da presúria, refletia a tensão entre a força centrípeta do reino de Castela e as pulsões centrífugas dos reinos vizinhos, sobretudo dos mais periféricos.

Ao longo dos séculos, muitas foram as reivindicações territoriais e as tentativas hegemónicas, quase sempre influenciados pelos interesses particulares de casas senhoriais poderosas.

Sob a bênção da cruz e da espada, a individualidade de Portugal foi construída sobre a desconfiança da atração centrípeta do reino vizinho. Entre o medo da submissão e a ambição da proeminência, desenvolveu-se uma rígida estratégia de casamentos, consorciando entre si os descendentes das coroas ibéricas, como forma de garantir acordos políticos mais ou menos duradouros e alguma estabilidade social. Este procedimento acabou por construir, entre as casas reais, intrincadas teias familiares, potenciadoras de ingerências e da assunção de direitos sucessórios ambíguos. A mesma matriz estendia-se à alta nobreza, pouco ciente do dever patriótico e mais preocupada com a sua própria honra e proveito. Deste modo, o casamento acabava por (*con*)fundir duas linhas de força que enformavam as principais preocupações régias: o medo do perigo exterior e a mal disfarçada aspiração hegemónica sobre os territórios e reinos vizinhos.

O mesmo receio e a mesma ambição eram partilhados pelas grandes casas senhoriais, cujo poder, igualmente potenciado por alianças e casamentos, atravessava as fronteiras e ameaçava o poder dos monarcas. É nesse contexto que surge, entre factos históricos e fabulações lendárias, a história de D. Pedro e de D. Inês de Castro, em meados do século XIV, que vai apaixonar a investigação e a produção artística, sobretudo literária, ao longo dos séculos.

Nas últimas décadas, multiplicaram-se as abordagens e o tradicional discurso sentimental, de feição lírica e feminina, passou a conviver com análises algo

provocatórias e carnavalescas, a que não é estranha a proliferação do chamado romance histórico pós-moderno.

A narrativa *Inês de Castro – A Estalagem dos Assombros*, de Seomara da Veiga Ferreira, espraia um discurso marcadamente feminino e, ao mesmo tempo, realista e historicamente sustentado, fundado na revisitação da vida de D. Pedro, através da focalização interna de narradores *alegadamente credíveis*, como, por exemplo, D. Beatriz, sua mãe.

A narrativa *Adivinhas de Pedro e Inês*, de Agustina Bessa-Luís, apresenta um discurso fundamentado em factos históricos, mas que, aqui e ali, deriva para o campo das suposições, balizado pela proeminência do narrador onisciente.

Alguns, entre Seomara e Agustina, joga-se o grande dilema do romance histórico pós-moderno: o que é a verdade? Podemos vivenciá-la? Como podemos representá-la através da escrita?

Nessa busca de clarificação do passado, o narrador assume uma função estratégica nuclear, adotando pontos de vista alternativos, no sentido de esclarecer o narratário acerca dos contornos que balizam a narrativa apresentada. Por vezes, esta cumplicidade acaba por esbater as fronteiras entre narrador e autor e entre narratário e leitor. Como consequência, a História, para mais crivada de incertezas, acaba por ser como nós a construímos.

ABSTRACT

History and Literature represent two sides of the Portuguese collective imaginary construction and, simultaneously, the result of that same construction, reflecting idiosyncrasies which identify and distinguish that same imaginary and embody it as an independent nation.

Embryonically merged in the Iberia Peninsula, the new order of the Christian patchwork has risen from the Reconquista, frequently assumed in the land conquered, which reflected the tension between the centripetal force of the kingdom of Castela and the centrifugal force of its neighbours, especially the peripheral ones.

Throughout the centuries there have been several territorial claims and hegemonic attempts, mostly influenced by private interests of high nobility.

Under the blessing of the sword and the cross, the Portuguese individuality was built under the suspicion of the neighbour kingdom centripetal force. Between the fear of submission and the ambition of prominence, a strategic intermarriage was developed as a way to guarantee long lasting political agreements and some social stability. This procedure ended up building, among royal houses, tangled familiar webs, increasing interferences and ambiguous inheritable rights. The same model was applied to the high nobility, less aware of its patriotic duty and mostly worried about its own honor and profit. As a result, marriage ended up (co)funding two force lines that majored royal concerns: the fear of the external danger and the badly disguised ambition over foreign nearby territories.

The same fear and ambition were shared by the great noble houses, whose power, equally supported by alliances and marriages, crossed borders and threatened the monarchs' dominance. It is among this context that, between historical facts and fabled legends, arises D. Pedro and D. Inês de Castro story, in the middle of the XIV century, which will get investigation and artistic production passionate, especially the literary one, throughout the centuries.

In the last decades, the traditional sentimental discourse and perspectives have multiplied, being lyric and feminine, and dealing directly with provocative and showy analyses, to which the spreading of the so called post-modern historical romance is not a stranger.

The storytelling *Inês de Castro – A Estalagem dos Assombros*, Seomara da Veiga Ferreira, spreads a deep feminine discourse factually and historically realistic, and, at the same time, sustained on the revision of D. Pedro's life, through the intern focalization of allegedly reliable narrators, such as D. Beatriz, his mother.

The storytelling *Advinhas de Pedro e Inês*, Agustina Bessa-Luís, presents a discourse based in historical facts, but, here and there, drifts to the suppositions camp, beacons by the prominent omniscient narrator.

Somewhere between Seomara and Agustina the great post-modern historical romance dilemma is played: what is the truth? Can we live it? How can we represent it through writing?

In this search to clear the past, the narrator assumes a central function, adopting alternative points of view, trying to enlighten the narratee about the borders of the

presented story. Sometimes this complicity ends up fading frontiers between narrator and author and amongst narratee and reader. Therefore, History, being riddled with uncertainties, becomes what we build.

INTRODUÇÃO.....	9
I - A HISTÓRIA.....	12
1. Fatores históricos.....	12
1. 1. Unidade e diversidade geomorfológica na Península Ibérica.....	12
1. 2. Matriz civilizacional da Península Ibérica: a reconquista cristã.....	12
1. 3. Independência de Portugal.....	15
1. 4. O poder das grandes casas senhoriais.....	17
2. Fatores sociais – O papel da mulher nobre, no tempo de D. Pedro.....	25
2. 1. Intervenção pública das mulheres do círculo familiar de D. Pedro.....	25
2. 1. 1. A avó, Isabel de Aragão.....	26
2. 1. 2. A mãe, Beatriz de Castela.....	27
2. 1. 3. A irmã, Maria de Portugal.....	29
2. 2. Casamento nobre e concubinato.....	30
II – A HISTÓRIA DE PEDRO E DE INÊS DE CASTRO.....	34
1. Antecedentes.....	34
1. 2. Um contrato matrimonial para D. Pedro.....	37
1. 2. 1. Branca de Castela.....	37
1. 2. 2. Constança Manuel.....	42
2. A história oficial de Pedro e Inês de Castro.....	48
2. 1. As fontes da História: um relato em expansão.....	49
2. 1. 1. <i>Acordo de Canaveses, Chronicon Alcobacense e Livro de Linhagens do Conde D. Pedro</i> : uma revisitação atual, por Maria do Rosário Ferreira.....	49
2. 1. 2. <i>Chronicon Conimbricense – Livro das Noas ou Livro das Eras de Santa Cruz de Coimbra</i>	50
2. 1. 3. <i>Crónicas de los Reyes de Castilla</i> , de Pero Lopez de Ayala.....	51
2. 1. 4. <i>Crónica de D. Pedro I</i> , de Fernão Lopes.....	52
2. 1. 5. <i>Crónica do Rei D. Afonso IV</i> , de Rui de Pina.....	55

2. 2. Caraterização de Pedro e de Inês, a partir das crónicas	60
2. 3. Conclusão	66
III. A ESCRITA DA HISTÓRIA	68
1. A implicação do <i>Tratado de Salvaterra de Magos</i> na sucessão dinástica.....	68
2. <i>Vexata quaestio</i> da legitimidade	69
2. 1. O casamento de Pedro e Inês.....	75
3. Vetores de mitificação	83
3. 1. A idealização de Inês em Ayala	86
3. 2. (Re)velação: luz e penumbra em Fernão Lopes	87
3. 3. Imaginação e dramatização em Rui de Pina.....	91
3. 4. Conclusão – a insondável morte de Inês	94
4. História e Literatura no século XVI: a fixação do mito de Inês de Castro	96
4. 1. Garcia de Resende	97
4. 2. Luís de Camões	105
4. 3. António Ferreira	108
4. 4. Inocência de Inês: valorização do mito e diluição da História.....	111
5. Recriações posteriores do tema de Pedro e Inês	113
5. 1. Recriações do século XVII.....	114
5. 1. 1. O texto dramático: <i>Reynar Después de Morir</i>	115
5. 1. 2. A epopeia: <i>La Iffanta Coronada por el Rey Do Pedro, Dona Ines de Castro e Phenix da Lusitania</i>	116
5. 1. 3. O texto lírico: referências significativas.....	118
5. 2. Recriações do século XVIII	118
5. 2. 1. O texto dramático: <i>Castro</i>	119
5. 2. 2. O texto lírico: referências significativas.....	123
5. 3. Recriações do século XIX	124

5. 3. 1. O texto dramático: <i>A Morta</i>	124
5. 3. 2. O texto lírico: referências significativas.....	127
5. 4. Recriações do século XX	128
5. 4. 1. O romance: <i>D. Pedro e D. Inês / O Grande Desvayro</i>	129
5. 4. 2. O texto dramático: <i>Pedro, o Cru</i>	133
5. 4. 3. O texto lírico: referências significativas.....	138
5. 5. Conclusão	143
6. A tragicidade de Inês, “Outra”: a amante, vítima e heroína	144
7. Excesso e obsessão de Pedro	153
8. Uma referência especial: o romance histórico pós-moderno.....	163
9. O que é a verdade?.....	164
IV – DUAS FICÇÕES SOBRE PEDRO E INÊS	169
1. Razões da escolha de Agustina Bessa-Luís e de Seomara da Veiga Ferreira.....	169
2. <i>Inês de Castro – A Estalagem dos Assombros</i> , de Seomara da Veiga Ferreira	173
2. 1. Espaço físico e verosimilhança	174
2. 1. 1. Primeiro foco espacial: Montemor-o-Velho	174
2. 1. 2. Segundo foco espacial: Coimbra.....	178
2. 1. 3. Terceiro foco espacial: Lisboa	181
2. 1. 4. Quarto foco espacial: Alcobça.....	182
2. 2. Outras formas de utilização do contexto como fator de verosimilhança narrativa.....	183
2. 3. Organização temporal e coerência narrativa	187
2. 4. Narração e confiança.....	192
2. 4. 1. Focalização interna: Dona Beatriz	193
2. 4. 2. Focalização interna: Dona Doce	200
2. 4. 3. Focalização heterodiegética	203

3. <i>Adivinhas de Pedro e Inês</i> , de Agustina Bessa-Luís	204
3. 1. Caracterização e estrutura da obra	204
3. 2. Perversão da história	208
3. 2. 1. A Inês de Agustina: uma <i>garça</i> para o trono de Portugal	212
3. 2. 2. O casamento de Inês.....	213
3. 2. 3. A tese de Agustina para a morte de Inês	215
3. 2. 4. Incoerências narrativas em <i>Adivinhas de Pedro e Inês</i>	221
4. Semelhanças e diferenças entre o narrador <i>Seomara</i> e o narrador <i>Agustina</i>	226
V – CONCLUSÃO	237
BIBLIOGRAFIA	241
Ativa.....	241
Corpus de análise	241
Corpus de consulta	241
Teórico-crítica.....	245
Webgrafia.....	247
CRONOLOGIA DE REFERÊNCIA.....	251
ENQUADRAMENTO GENEALÓGICO DE PEDRO E INÊS (Séc. XIII-XIV)	258

INTRODUÇÃO

Habitualmente, concedeu-se à historiografia o campo do conhecimento científico e à literatura o campo da criação estética. A comodidade da distinção é evidente, mas não é coerente com a interdependência de alguns dos seus pressupostos, abordagens e contradições. Como fez notar Maria de Fátima Marinho, há uma “complexidade de relações entre literatura e história, sempre demasiado próximas e irremediavelmente distantes” (Marinho 2004, *Preâmbulo*: 11).

A compreensão da estória de Pedro e Inês carece de uma postura intelectual tão permissiva quanto aquela que estende as raízes da civilização lusitana à inefável morada do Olimpo, ou que faz entroncar a reconquista no Milagre de Ourique, ou que remete para D. Sebastião a resolução dos problemas nacionais, ou de tantos outros mitos debeladores de lacunas, incertezas e frustrações coletivas.

De milagre em milagre, de mito em mito, paulatinamente, construiu-se o milagre português. E se, à luz coada das “*brumas da memória*”, o pulsar independentista desta região facilmente se compreende e encaixa na cumplicidade de outras regiões peninsulares, com idênticas pulsões, bem mais complexa é a compreensão da manutenção dessa ordem, ao longo dos séculos. Graças à força das armas e graças a um extraordinário empenhamento diplomático, através de alianças paradoxalmente solenes e efémeras, sobretudo sustentadas por uma política de casamentos ou promessas de casamentos, tão cuidadosamente urdidos quanto facilmente descartáveis, Portugal, apesar da sua pobreza e fragilidade, conseguiu superar a volatilidade política peninsular. Para isso, contribuiu imenso o poder tradicional das grandes casas senhoriais que, entre intrigas palacianas e alianças de circunstância, procuravam proteger e expandir os seus interesses familiares. Nesse tabuleiro de xadrez, em que as dinâmicas de sobrevivência aconselhavam muitas vezes a tentativa de um “xeque-mate” ao rei adversário mais próximo, Portugal soube quase sempre garantir a sua própria sobrevivência, estribando-se em acordos com outros poderes periféricos, peninsulares ou não, e procurando manter uma atitude de prudente distanciamento político em relação às questões domésticas de Castela-Leão. O que, aliás, foi quase sempre difícil, dado o emaranhamento familiar das casas senhoriais.

Este equilíbrio de circunstância, tecido pela coroa portuguesa, jogado quase sempre com um olho em Castela e outro em Granada, nunca impediu que o eixo Castela-Leão se assumisse como ponta de lança da reconquista cristã e procurasse eternizar a intenção de arbitrar e decidir as pulsões peninsulares.

É neste xadrez de indefinições, desconfiças e tensões, onde as alianças transitórias permitem novos fôlegos de sobrevivência política e onde os casamentos se forjam à medida das ambições, que os destinos são condicionados à nascença. Qualquer Pedro que nasça há de estar comprometido com uma Branca qualquer, que pode muito bem mudar de nome e ser Constança, ao sabor dos mais altos interesses do reino. E, por isso, há de haver sempre uma Inês qualquer, que pode muito bem mudar de nome e ser Teresa, para mimar um coração vazio e acalmar uma mente alucinada.

A estória de Pedro e Inês é um legado da Literatura e da História, entronca as suas raízes mais profundas na evolução das relações de equilíbrio político na Península Ibérica e tem de ser analisada à luz do contexto e da mentalidade medievais. Casamento, mancebia, paixão, violência e vingança são palavras que facilmente podem caraterizar facetas da vida cortesã da época. A ênfase colocada em Pedro e Inês, que fez deles protagonistas duma “estranha paixão” (Serrão 1979: 275), tendo fundamento histórico, foi sobretudo fruto da recriação literária:

Não restam dúvidas de que entre a secura e os silêncios das fontes, por um lado, e a nossa construção histórica, por outro, há e haverá sempre um espaço imenso para preencher (...), continuaremos a mover-nos entre o pouco que sabemos e o muito que ignoramos (Sousa 2005:17).

Nesta dissertação, cumpre-nos refletir sobre tentativas de preenchimento desse “espaço imenso”, conscientes de que elas estão já integradas num meta-preenchimento, resultante da assunção, como *verdade*, quer dos preenchimentos produzidos pelos cronistas, entre os séculos XIV e XVI¹, quer, sobretudo, pelos preenchimentos da literatura portuguesa do século XVI².

¹ Relativamente ao século XIV, consideraremos o contributo do *Chronicom Conimbricense*, do *Chronicom Alcobacense*, do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro e da narrativa do castelhano Pero Lopez de Ayala, contemporâneo dos acontecimentos. No que diz respeito ao século XV, abordaremos a narrativa de Fernão Lopes e de Rui de Pina, sendo que este último prolongou a sua produção escrita pelo início do século XVI.

² Teremos em consideração os três autores responsáveis pela fixação da história de Pedro e Inês na literatura: Garcia de Resende, Luís de Camões e António Ferreira.

Procuraremos também contribuir para cristalizar a ideia de que a relação de Pedro e Inês foi um episódio típico da mentalidade da época, resultante da política tradicional dos casamentos por conveniência, sem vínculos afetivos, e da consequente banalização da mancebia. E que essa *estranha paixão*, alimentada entre a História e o mito, foi mais evocada do que vivida, sendo o próprio D. Pedro o melhor exemplo dessa evocação, ao contribuir, mais do que todos, para mitificar Inês. O excessivo arrebatamento passional de D. Pedro manifestou-se depois da morte de Inês, quando a frustração imposta pelo poder régio despertou no infante uma violenta reação edipiana, só temperada pelas cedências do pai, em Canaveses. Posteriormente, a conduta de D. Pedro foi caracterizada por um misto de prostração nihilista (resultante da perda da sua referência passional, agora alçada à categoria de rainha) e de impulso justiceiro contra tudo aquilo que, face à sua própria vivência, considerava iníquo. Numa atitude profundamente bipolar, entre o desalento contemplativo e quase místico, visível na sumptuosidade dos túmulos de Alcobaça, e o furor descontrolado na aplicação da justiça, visível no excesso de se assumir, a si próprio, como aplicador da justiça mais quotidiana, D. Pedro fez de Inês a projeção e a compensação da sua frustração.

O resultado destes excessos, assumidos dialética e dialogicamente pela História e pela Literatura, consolidaram um dos maiores mitos da cultura universal: o mito do amor para além da morte.

Inês, transformada em mártir, ascendeu à imortalidade pela mão, em primeiro lugar, de um príncipe apostado em contestar o poder do pai e, em segundo lugar, pela mão sempre imaginativa da escrita. Ao longo dos séculos, as diversas versões da sua história alinharam numa escrita balizada nos cânones de um profundo lirismo trágico e nos pressupostos mais ou menos românticos que sustentaram uma imagem idealizada da amada de Pedro. Procuraremos abordar alguns vetores dessa construção histórico-literária interminável, devido ao imperecível fascínio que ostenta.

O ponto de chegada é a análise de duas das mais recentes interpretações da estória de Pedro e Inês, devedoras da estética pós-moderna e comprovação de que somos nós que construímos a História.

I - A HISTÓRIA

1. Fatores históricos

1. 1. Unidade e diversidade geomorfológica na Península Ibérica

A Península Ibérica ou Hispânia constitui uma unidade geomorfológica muito coerente, onde o relevo e os rios se prolongam harmoniosamente, sobretudo no sentido Este-Oeste, e onde a flora e a fauna vivificam uniformemente, seguindo a mesma orientação³. As primeiras referências à presença do homem neste canto da Europa dão conta de manifestações culturais semelhantes, que se distribuem, indistintamente, “de sul a norte e de oriente a ocidente” (Oliveira Marques 1980: 10). Ao invés, Portugal, individualmente considerado, apresenta grandes diferenças, sobretudo entre o Norte e o Sul, quer ao nível geomorfológico, quer ao nível da fauna e da flora, indiciando que a génese e construção do país teve, mais do que imperativos naturais, causas políticas e sociais. Estas considerações, aqui apenas indicadas, facilmente nos levam a concluir que a construção das fronteiras entre Portugal e Espanha, como, aliás, quase todas as fronteiras, são mais fruto das decisões e da supremacia circunstancial de algumas vontades indómitas do que das clivagens (geográficas, históricas, culturais, etc.) raianas.

1. 2. Matriz civilizacional da Península Ibérica: a reconquista cristã

A matriz civilizacional definitiva da Península Ibérica teve a sua origem na romanização (século II a. C. até século I d. C.) e permite registar, a partir daí, a existência de uma identidade cultural e de um destino comum que nem as invasões nórdicas, nem a queda do império romano conseguiram comprometer: a língua, o cristianismo e um certo *modus* de ser hispânico absorveram suevos e visigodos e estribaram, na generalidade, a manutenção da identidade peninsular. A Hispânia apresenta, pois, “uma raiz histórica comum que se prolonga até aos primeiros anos do século VIII e que se relaciona intimamente com Roma” (Fernandéz 2003: 815).

Em 711, a invasão muçulmana varreu literalmente a ordem visigótica estabelecida, introduzindo uma nova língua, uma nova religião e uma nova cultura. A

³ Quando muito, as fronteiras naturais entre os dois países da Península Ibérica justificar-se-iam mais facilmente segundo esta mesma orientação (por exemplo, acompanhando as linhas do Tejo e do Júcar, ou do Guadiana e do Júcar, ou do Douro e do Ebro).

organização social apontava, nessa altura, para uma estratificação em três grupos bem distintos:

Um clero rico e politicamente poderoso; uma nobreza proprietária e militar; um povo governado pela igreja. Estes elementos contêm já o essencial da sociedade portuguesa durante o período medieval. A invasão muçulmana irá, temporariamente, desorganizar o quadro, mas ele voltará a reconstituir-se, passado o domínio mouro, com algumas modificações (Saraiva 1979: 33).

Os autóctones, sobretudo os mais poderosos e, por consequência, aqueles que tinham mais a perder, pertencentes aos reinos visigodos invadidos, procuraram o refúgio natural das cordilheiras do norte, sobretudo da cordilheira cantábrica, donde, logo desde meados do século VIII, organizaram a reconquista cristã, originando o nascimento do pequeno reino das Astúrias, em torno de Afonso I. Este antropónimo, exatamente de origem germânica, que significa *pronto, inclinado para o combate*, pontificará ao longo de toda a história da reconquista.

Em meados do século IX, por entre incursões com reveses e avanços, os cristãos já tinham criado a segurança necessária para “uma reorganização e um repovoamento generalizados” (Oliveira Marques 1980: 44), a partir de duas antigas cidades: Chaves e Portucale, governadas por condes.

Ainda no século IX, “começam a aparecer referências a um condado Portucale, de fronteiras muito imprecisas, mas que abrangia terras no Minho e ao sul do Douro” (Saraiva 1979: 42), havendo notícia de tentativa de recuperação de cidades como Lamego, Coimbra e Viseu.

A morte de Afonso III das Astúrias deu lugar aos reinos de Leão e Castela, sendo que a Galiza assumiu, por várias vezes, o estatuto de reino.

No século X, uma espécie de linha de fronteira, muito instável, estava estabelecida, *grosso modo*, do Mondego aos Pirenéus, separando o norte cristão e o sul, formalmente muçulmano.

Estava definitivamente dado o mote, iniciado com a divisão do reino das Astúrias, no século IX, pelos filhos de Afonso III: a organização política e a definição dos reinos da Península Ibérica ficou para sempre condicionada por tentativas centrípetas de unificação (sobretudo com núcleo em Castela) e, por outro lado, pela tensão centrífuga das regiões periféricas (sobretudo nas terras mais a ocidente e mais a oriente).

Em meados do século,

durante el reinado de Ramiro II de León (931-951), se desarrollan las bases ideológicas y materiales de la monarquía como sistema de gobierno, mediante vínculos público-religiosos, además de relaciones privadas (Vieiras 2003: 371).

Esta mesma autora defende a atribuição da designação *rex imperator*⁴ a Ramiro II, devido à imposição da sua capacidade militar. O que, de imediato, permite induzir a existência de outros reinos, mas, em simultâneo, o alvorecer de uma nova mentalidade política: a convivência de vários reinos, subordinados a um outro reino mais poderoso.

Outros grupos pulsavam a norte, designadamente porque se mantiveram, indelévels, focos civilizacionais com unidade linguística (entre os quais se destaca o navarro, o aragonês, o catalão e, naturalmente, o falar que mais tarde viria a ser chamado galaico-português)⁵. Através de políticas concertadas de doações, casamentos e alianças, esses grupos viriam a constituir-se condados e reinos, em expansão para sul, contra os árabes, mas também com evidentes interesses de assumirem influência, cada um a seu modo, sobre os restantes territórios cristãos.

Neste contexto, nos domínios que iam crescendo para sul, estabeleciam-se novos poderes e novas hierarquias, com momentos de soberania, de submissão ou de alianças, conforme os interesses circunstanciais:

Os novos países cristãos da Península formaram-se a partir de três núcleos distintos: o asturiano, que veio a originar o reino de Oviedo e depois de Leão e o condado de Castela, independente durante alguns anos, depois transformado em reino e que desde 1037 andou unido ao de Leão; o pirenaico, onde saíram os reinos de Navarra, Aragão e alguns condados mais ou menos independentes, e o de Barcelona, onde os Francos tiveram um papel importante e que seguiu uma evolução política sob muitos aspetos diferente da dos outros estados hispânicos (Saraiva 1979: 41).

No início do segundo quartel do século XI, os interesses particulares de grupos rivais grassa entre os muçulmanos, instala-se a anarquia e o califado de Córdoba desfaz-se, estabelecendo-se uma espécie de república oligárquica, constituída por pequenos reinos muito mais vulneráveis: os reinos de taifas. A linha de fronteira acima referida já havia sido rompida, abrindo caminho para a reconquista em várias frentes. Os príncipes neogodos ganham novo alento e continuam a guerrilha, ciosos de protagonismo, reivindicando legitimidade para assumirem a *lex romana visigotorum* e encabeçarem o

⁴ A designação *rex imperator* deriva de importantes vitórias militares contra os muçulmanos, designadamente nas batalhas de Alhándega e de Simancas (Vieiras 2003: 373).

⁵ Conforme interpretação do mapa de dialetos hispânicos, por volta do ano 950 (Oliveira Marques 1980: 21).

domínio da Hispânia. Assim, em 1027, Afonso V, primeiro rei de Leão a usar o nome de rei de Leão e Castela, aparece ao sul do Douro e cerca Viseu. Mais trinta anos e Fernando Magno conquista Badajoz, Viseu, Lamego e, mais tarde, Coimbra. À sua morte, formam-se três reinos, partilhados pelos filhos: Castela, Leão e Galiza. O rei Afonso VI que, progressivamente, foi acumulando as coroas dos reinos de Leão, Castela e Galiza, conseguiu clara ascendência entre os reinos peninsulares: “os solenes títulos que usou (*Imperator super omnes Spaniae nationes*, 1087, *Totius Hispaniae Imperator*, 1091), traduzem a intenção de acabar ou atenuar as fronteiras interiores que retalhavam a Península e reconduzi-la a uma unidade política” (Saraiva 1979: 45).

1. 3. Independência de Portugal

No século XII, a autonomia de Portugal resultou, essencialmente, de uma vontade e de um percurso político e militar, que seria o modelo da futura política externa portuguesa: pressão sobre os governos do eixo Leão/Castela e negociação direta com a Santa Sé. É neste contexto que a bula papal de Alexandre III, de 1179, reconhece a D. Afonso Henriques o título de rei e a Portugal o estatuto de reino. Este novo enquadramento político acaba por ser conseguido, afinal, pela vontade tácita das três partes diretamente interessadas:

- D. Afonso VII, primo do rei português, que se fizera coroar imperador de toda a Espanha, nas cortes de Leão de 1135, necessitava de reis-vassalos que dessem suporte ao seu título de imperador;

- Portugal constituía-se como um reino, deixando para trás o estatuto menor de condado;

- A Santa Sé aumentava significativamente o tributo recebido de D. Afonso Henriques.

O território que brandia a bandeira da independência com a designação de Portugal, apesar das divisões internas e das debilidades militares dos reinos taifa, não tinha uma organização militar suficientemente forte para cercar cidades ou para impor a retirada muçulmana. Por isso, recorreu frequentemente ao auxílio das expedições de cruzada que, oriundas do norte da Europa, se dirigiam à Palestina e faziam escala na costa mais ocidental da Península Ibérica. Por exemplo, foi por esta via que D. Afonso Henriques conquistou Lisboa, em 1147. A participação dessas expedições nórdicas na

reconquista de pontos fortificados no ocidente da Hispânia dependia normalmente da intervenção dos bispos que convenciam essas forças militares de que a guerra contra os infiéis da Península Ibérica era tão santa quanto a libertação da Palestina⁶. Como compensação, era-lhes concedido o saque das cidades conquistadas.

Dada a inconsistência político-militar de então e a insipiência de um exército regular organizado, não são de desconsiderar as intervenções furtivas, muitas vezes com laivos de latrocínio, ao que parece bastante ocorrentes no reinado de D. Afonso Henriques, um “generi pugnandi... quasi per latrocinium” (*apud* Saraiva 1979: 52), que constituíram uma tática militar muito utilizada na recuperação de terras e povoações.

A sul do Tejo, a intervenção fundamental de reconquista esteve a cargo das ordens monástico-militares, sobretudo da Ordem de Santiago, que o rei recompensou com grandes doações fundiárias, o que contribuía para a fragmentação do poder.

A ocupação territorial que esteve na base da criação dos novos reinos cristãos não pode ser explicada sem a ação da presúria. Tratava-se da ocupação das terras onde, pelo menos em teoria, ninguém estava. A exercer o direito de posse e que, normalmente, resultavam da pressão que os cristãos exerciam sobre os árabes, empurrando-os para sul. Às terras ocupadas por essa via ficava atribuído o estatuto de terras alodiais, isentas de vínculos e ónus, constituindo um dos mais legítimos direitos de posse. A presúria era organizada pelo rei, pela igreja ou por qualquer nobre cuja argumentação militar falasse mais alto, o que originou o aparecimento de grandes poderes senhoriais que rivalizavam entre si, constituindo pequenos reinos dentro do reino. A crescente ambição de poder das casas senhoriais provocava atropelos e violências, o que obrigava à intervenção do rei, afinal o senhor dos senhores, no sentido de regulamentar aquela forma de apropriação de terras. Uma das grandes preocupações dessa regulamentação era exatamente impedir a concentração de domínios demasiado extensos que faziam perigar a autoridade do rei. No entanto, esta regulamentação assentava em bases pouco sólidas, designadamente porque o próprio rei era confrontado com a necessidade de fazer constantes doações como pagamento de serviços militares.

⁶ No que diz respeito à Península Ibérica, o primeiro documento papal que podemos designar formalmente como *Bula de Cruzada* surgiu em 10 de abril de 1197, outorgada por Celestino III. Em 21 de outubro de 1234, o Papa Gregório IX, por meio da Bula de Santa Cruzada *Cupientes Christicolae*, “concedia aos que combatassem os mouros na Península a mesma indulgência concedida aos que iam em socorro da Terra Santa” (Rabello sd: 149).

Os impulsos independentistas e expansionistas, organizados em torno dos reis, criaram a necessidade de fixar fronteiras que legitimassem os respetivos territórios, o que motivou acordos mais ou menos formais, como o de Fresno-Lavandera, em 1183: “cada reino tendría derecho a continuar la conquista en dirección norte-sur, conservando siempre la equidade en su ocupación” (Fernández 2003: 816). No entanto, tal como acontecia nas relações de fidelidade dentro de cada reino, também Portugal estava obrigado a prestar tributo ao rei de Castela, autodesignado imperador.

Castela sempre pretendeu impor a sua índole hegemónica na Península Ibérica. Assim, para além da estratégia global, mais ou menos concertada com os outros reinos cristãos, de empurrar para sul os invasores muçulmanos, Castela expandia-se em leque, colocando sob pressão os territórios a sudoeste e a sudeste, entrando em disputas territoriais frequentes com aqueles outros reinos, mormente Portugal e Aragão. É o que acontece, por exemplo, com a reconquista do Algarve, que Castela reclamava. Com D. Afonso III, a região de Faro foi tomada aos árabes, em 1249, e o Algarve foi incorporado no reino de Portugal, o que provocou um conflito armado entre os dois reinos (1252-1253). Apenas em 1267 foi assinado o Tratado de Badajoz que, do Alentejo ao Algarve, estabeleceu o Guadiana como fronteira luso-castelhana, desde a foz até à confluência com o rio Caia. É neste contexto que D. Afonso III, quinto rei da primeira dinastia, consegue, finalmente, abolir os direitos feudais de ajuda militar e assistência ao rei de Castela, Afonso X. Só a partir desta data pode falar-se, com propriedade, em independência política de Portugal. Nos termos do Tratado de Badajoz, “Portugal renunciava à região de Aracena e Castela resignava-se a perder o Algarve” (Saraiva 1979: 53). O domínio que Portugal havia conseguido em Aracena, em plena Andaluzia, já a caminho de Sevilha, pode muito bem significar que o avanço para sul, em leque, tão característico do reino vizinho, poderia não ser exclusivo da ambição castelhana.

1. 4. O poder das grandes casas senhoriais

Na Idade Média, as classes mais cultas (clero e nobreza) identificavam-se muito mais como *hispani*, ou seja, pertencentes a uma unidade geocultural com alicerces do tempo do Império Romano, do que como indivíduos integrados em parcelas territoriais independentes.

As grandes casas senhoriais não tinham uma consciência nacionalista, coletiva, como a entendemos hoje. O sentimento de pertença à comunidade ibérica (ou hispânica) prevalecia sobre qualquer vínculo relacionado com os limites do reino:

O que era prestigiante não era a condição de vassalo de um rei, mas a maneira como se cumpriam os deveres da fidelidade ou, se necessário, se defendia a honra contra quem quer que fosse, mesmo contra o próprio rei. Daí que não merecessem a menor censura os nobres que, por razões de honra, abandonassem a vassalagem do seu soberano e a transferissem para outro (Mattoso 2009: 327).

Em pleno século XIV, as classes dominantes (e as outras, por maioria de razão) ainda não tinham uma consciência patriótica. Um exemplo paradigmático foi a recusa da maior parte da nobreza portuguesa, na crise de 1383-1385, em reconhecer o Mestre de Avis como rei, mantendo a sua fidelidade à linha dinástica tradicional, representada por D. Leonor Teles e D. Beatriz, casada com D. João I de Castela.

As grandes casas senhoriais, consolidadas por doações e por casamentos de conveniência que, de um momento para o outro, faziam emergir inesperados potentados, constituíam ameaças objetivas à autoridade régia. Urdindo intrincadas teias de influência política e militar, dispersavam a unidade nacional e pendulavam entre Portugal e Castela, em função de preocupações meramente conjunturais e pessoais, obcecadas pela demanda de honra e proveito.

Traçando uma linha genealógica⁷ consistente, pode rapidamente verificar-se a existência de potentados familiares cujas raízes se alongam para os dois lados da fronteira. O poder destas casas senhoriais colocava-se frequentemente numa posição de charneira, face aos conflitos entre os reinos peninsulares e, por outro lado, face aos percursos políticos dentro de cada reino.

As famílias Castro, Albuquerque e a casa de D. João Manuel, tocadas por laços familiares comuns⁸, podem ser exemplos da fragmentação de poderes, contribuindo para desequilíbrios militares, interferências políticas ao mais alto nível, designadamente nas

⁷ Para a compreensão das intrincadas teias familiares peninsulares, sobretudo das casas reais, é fundamental analisar o “Enquadramento Genealógico de Pedro e Inês (Séc. XIII – XIV)”, na pág. 259 desta dissertação.

⁸ Por exemplo, o pai de Inês de Castro, Pedro Fernandes de Castro, *o da Guerra*, era neto de Maria Afonso Teles de Meneses, da casa de Albuquerque, e de D. Sancho IV, de Leão e Castela (neto por bastardia, portanto, já que a esposa legítima do rei era D. Maria de Molina).

A intrincada teia familiar que ligava as principais casas peninsulares (ligando por laços de sangue personalidades aparentemente tão distantes como Branca de Castela, Constança Manuel, Inês de Castro, D. Pedro de Castela, D. Henrique II de Trastâmara, D. Pedro de Portugal, D. João Afonso de Albuquerque, etc.) será referida com mais pormenor, a seu tempo.

questões dinásticas. A partir do mesmo tronco familiar, originado, a montante, em D. Fernando III, *o Santo*, as linhas sinuosas da genealogia vão espraíar, lentamente, a jusante, em Branca de Castela, Constança Manuel e em Inês de Castro⁹ que têm, portanto, sangue comum: Constança Manuel descende, por via legítima, de D. Manuel, filho mais novo do rei D. Fernando III; Branca de Castela descende, por via legítima, do rei D. Sancho IV (filho de D. Afonso X, irmão mais velho de D. Manuel), neto de D. Fernando III; Inês de Castro descende, por via ilegítima, do rei D. Sancho IV.

A influência transfronteiriça dessas famílias e de outros grandes senhores¹⁰ manifestava-se não apenas na posse de grandes domínios fundiários, mas também na atribuição de títulos honoríficos e no desempenho de cargos políticos da mais alta relevância, ora de um lado, ora do outro lado da fronteira.

A casa de Albuquerque está associada à família Teles de Meneses, de Castela¹¹. O segundo senhor de Albuquerque é João Afonso Teles de Meneses, que foi alferes-mor do rei D. Afonso III de Portugal e, posteriormente, integrou a Corte de Afonso X de Castela - este é apenas um exemplo de como as casas senhoriais transferiam a sua lealdade de Castela para Portugal e vice-versa, em função de casamentos negociados ou de outros interesses transitórios. Outro herdeiro de Albuquerque, João Afonso, revoltou-se contra D. Sancho IV de Castela, foi salvo por Maria de Molina¹², sua prima, esposa do monarca castelhano, e tornou-se vassalo do rei D. Dinis de Portugal, servindo como mediador no Tratado de Alcanices. Em agradecimento pelos serviços prestados, D. Dinis doou-lhe Barcelos e atribuiu-lhe o título de nobiliárquico de conde. João Afonso Teles de Meneses, conde de Barcelos, casou com Teresa Sanches, filha ilegítima de D. Sancho IV de Castela. O casal teve duas filhas e uma delas, Teresa Martins, tornou-se senhora de Albuquerque e casou com D. Afonso Sanches, irmão bastardo e inimigo público de D. Afonso IV, o que passou a fazer de Albuquerque um centro de guerrilha contra Portugal e, paradoxalmente, uma extensão familiar da nobreza portuguesa. Seguiu-se João Afonso de Albuquerque, *o do Ataúde*, que teve enorme protagonismo

⁹ As três eventuais esposas de D. Pedro de Portugal, como a seu tempo veremos.

¹⁰ D. João Manuel; D. João de Haro, *o Torto*, senhor da Biscaia; D. João Nunes de Lara, etc.

¹¹ Para determinar a ligação da família Teles de Meneses a Albuquerque, baseamo-nos na tese de mestrado *Leonor Teles, uma mulher de poder?*, de Isabel Campos (2008, Lisboa).

¹² Maria de Molina, bisavó de D. Pedro I de Castela e avó de Pedro I de Portugal, era descendente de Afonso Teles de Meneses, o provável fundador da casa de Albuquerque.

em Castela¹³. No entanto, as intrigas palacianas, a tensão causada pela influência crescente de Maria Padilla, manceba de D. Pedro I (e o conseqüente esboroar do casamento com Branca de Bourbon¹⁴) e os assassinatos perpetrados pelo monarca de Castela acabaram por fazer com que o filho de Afonso Sanches se juntasse, em 1353, aos partidários de Henrique de Trastâmara, pretendente ao trono, irmão bastardo de D. Pedro I, *o Cru*. Esta aliança parece ter sido determinante para a revolta contra o mesmo D. Pedro, “podendo mesmo ter sido no seu [de D. João Afonso de Albuquerque] castelo português de Estremoz que se terá gizado o plano de revolta contra o monarca castelhano” (Sousa 2005: 164).

Albuquerque é, pois, uma casa senhorial da mais alta estirpe, embora por bastardia. É aqui, sob a influência tutelar de D. Teresa Martins, de D. Afonso Sanches e do filho, João Afonso de Albuquerque, que são educadas Maria Padilla e Inês de Castro, duas amantes para dois reinos.

Esta referência à história das sucessões de Albuquerque serve para exemplificar a sinuosidade do percurso político das casas senhoriais, que, saltitando entre Castela e Portugal, acolhiam-se em torno da casa real que, conjunturalmente, mais lhes conviesse.

Um outro grande senhor castelhano, D. João Manuel, sobrinho do rei D. Afonso X, foi uma figura central no panorama político de Castela e da Península Ibérica, na primeira metade do século XIV. O seu poder económico e militar era suficientemente amplo para desafiar os monarcas castelhanos do seu tempo, Fernando IV e Afonso XI. As divergências com Afonso XI levaram-no a uma aliança com D. João de Haro, *o Torto*, senhor da Biscaia, que teria já oferecido os seus préstimos a Afonso IV de Portugal, considerado ato de traição por Afonso XI. Por isso, o senhor da Biscaia é assassinado, em 1326. Receoso, D. João Manuel acantonou-se e reuniu forças contra Afonso XI, extremado posições e aumentando a escalada do conflito entre a realeza e setores da alta nobreza, por si encabeçada. Nessa disputa, inscreve-se a aliança do nobre

¹³ Neto de D. Dinis, primo de D. Pedro de Portugal e da *formosíssima* Maria (de quem era muito próximo), foi “alferes-mor de Afonso XI e, depois, aio e mordomo de D. Pedro I de Castela” (Pimenta 2005: 81, nota 2).

¹⁴ Não deixa de ser curioso notar que D. João Afonso de Albuquerque foi um dos orquestradores do casamento de D. Pedro com Branca de Bourbon e o facilitador da introdução de Maria Padilla no círculo íntimo de D. Pedro.

castelhano e D. Afonso IV de Portugal, para o casamento de D. Constança Manuel¹⁵ com o infante D. Pedro de Portugal.

Depois da guerra aberta entre Portugal e Castela, motivada sobretudo pela aliança consubstanciada por esse casamento, Afonso XI acabou por deixar Constança rumar a Portugal, mas impediu que outros opositores estivessem presente no consórcio, em Portugal: “Tal como impedira Constança de vir para Portugal, Afonso XI cercara e impedira de estar presente na boda um outro grande senhor castelhano, João Nuñez de Lara (...) que se fizera vassalo do rei português” (Sousa 2005: 195). Este episódio é da maior importância para compreender os desequilíbrios políticos que eram suscitados pelas intrigas políticas das casas senhoriais. A aliança entre D. Afonso IV, D. João Manuel e João Nunes de Lara¹⁶, que quebrara compromissos no reino de Castela, foi altamente contestada por Afonso XI, que sustentava serem eles seus vassalos. Segundo o rei castelhano, “este alinhamento do monarca português (...) rompia os compromissos estabelecidos entre os dois soberanos de reciprocamente serem «amigos de amigos e inimigos de inimigos»” (Sousa 2005: 196).

O poder de D. João Manuel e o enredo das grandes casas senhoriais pode ser melhor compreendido se acrescentarmos que uma filha do seu terceiro casamento, com Branca Nunez de Lara de la Cerda, de seu nome Joana Manuel, viria a casar com o rei Henrique II, bastardo de Afonso XI e de Leonor Nunes de Gusmão¹⁷.

Os Castro, parentes dos Gusmão, refletem também o labiríntico tecido familiar da Península e as esguias relações de influência e poder que se esgrimiam através dos casamentos, onde as mulheres não passavam de pontas de lança de interesses políticos. Fernando Rodrigues de Castro, senhor de Lemos, casou com Violante Sanches, senhora de Uzero, filha bastarda de D. Sancho IV de Castela e de Maria Afonso Teles de Meneses (de Albuquerque), sinal da ligação familiar entre as famílias Albuquerque e Castro. O filho, Pedro Fernandes de Castro, *o da Guerra*¹⁸, mordomo-mor de Afonso XI de Castela, foi inicialmente casado com D. Beatriz, sobrinha legítima de D. Dinis de

¹⁵ Filha de casamento legítimo de D. João Manuel e de D. Constança de Aragão, e, portanto, neta do rei D. Jaime II de Aragão, irmão da Rainha Santa Isabel.

¹⁶ João Nunes de Lara é irmão de Branca de Lara e La Cerda, segunda esposa de D. João Manuel. Aquando da morte de Afonso XI, chegou a ser proposto, por uma corrente nobre muito próxima da corte castelhana, para casar com a *formosíssima Maria*, a rainha-mãe de D. Pedro I, *o Cruel*.

¹⁷ Ou seja, casou duas filhas com dois reis, um de Portugal e outro de Castela.

¹⁸ *O da Guerra*, em homenagem à sua valentia nos campos da Salado. Ainda que por bastardia, Pedro Fernandes de Castro, Afonso XI e Pedro I de Portugal eram “primos co-irmãos” (Sena 1967: 184, Nota 24).

Portugal, de quem não teve descendência. Posteriormente, casou com Isabel Ponce das Astúrias, de quem, entre outros filhos, teve D. Joana de Castro, que veio a casar com D. Pedro I de Castela. Da relação com D. Aldonça de Valadares, Pedro Fernandes de Castro foi também pai de Álvaro Peres de Castro e de Inês de Castro, que veio a tornar-se mãe de três filhos de D. Pedro de Portugal, herdeiro da coroa. A mesma família, o mesmo homem, uma filha apontada ao trono de Castela e outra apontada ao trono de Portugal.

Um outro filho de Pedro Fernandes de Castro e de Isabel Ponce das Astúrias foi Fernando Rodrigues de Castro que casou com uma filha bastarda do rei D. Afonso XI e de Leonor de Gusmão.

Em 1354, Álvaro Peres de Castro, irmão direito de Inês e ambos criados em Albuquerque, em nome dos adversários do Rei de Castela¹⁹, terá oferecido a coroa de Castela a D. Pedro de Portugal, neto por via materna de D. Sancho IV de Castela. No âmbito deste relacionamento de proximidade com Portugal, Álvaro Peres de Castro, seria mais tarde nomeado condestável de Portugal e primeiro conde de Arraiolos.

À volta desse ano de 1354, parece ter-se instalado o pânico na corte portuguesa de Afonso IV, devido ao perigo que constituíam os filhos de Inês de Castro, dado que poderiam fazer perigar a sucessão do neto do rei, D. Fernando. O pânico parece ter sido algo propositadamente exagerado. Aliás, poucos anos mais tarde, aquando da morte de D. Fernando, a maior parte da nobreza e do clero não pareceram ter sido assim tão ciosos e nacionalistas em questões sucessórias, uma vez que, genericamente, se dividiram em dois partidos: uns mostravam-se decididos a entregar a coroa à regente D. Leonor Teles de Meneses²⁰, enquanto outros defendiam a legitimidade dos irmãos bastardos de D. Fernando, filhos de Inês de Castro e de D. Pedro²¹. Qualquer destas soluções colocava a coroa portuguesa na rota de Castela e, portanto, os grandes senhores advogavam soluções dinásticas problemáticas para a independência de Portugal. Ou seja, a azáfama nacionalista da nobreza, em torno de D. Fernando, em 1354-1355, não se repetiu, três décadas depois, o que causa alguma perplexidade. E essa

¹⁹ A revolta dos irmãos Castro contra o rei castelhano inscreve-se, também, no casamento e repúdio do monarca a D. Joana de Castro, meia-irmã de Inês. No entanto, Fernando Rodrigues de Castro acaba por permanecer aliado do rei D. Pedro I, *o Cruel*, na guerra civil que opôs este último a Henrique de Trastâmara, também filho do rei Afonso XI e de Leonor de Gusmão.

²⁰ Descendente da casa de Albuquerque.

²¹ Acabou por ser escolhido o Mestre de Avis (também ele bastardo de D. Pedro), filho de D. Teresa Lourenço.

perplexidade é ainda maior se considerarmos que, em 1355, a ameaça castelhana era relativamente distante, porque, afinal, havia um herdeiro legítimo, D. Fernando. Como compreender, então, a atitude da nobreza durante a crise da sucessão de D. Fernando, sabendo-se que uns pretendiam entronizar um filho de Inês de Castro, enquanto outros defendiam a regência de D. Leonor Teles, amante do galego Conde Andeiro e sogra do rei de Castela? Sendo certo que um impreciso e eventual perigo castelhano precipitou, em 1355, a execução de Inês de Castro, mais certo é que esse perigo, em 1383, era uma verdadeira espada de Dâmocles sobre o reino de Portugal.

Em 1355 como em 1383, havia a preocupação de defender a legitimidade da sucessão, mas estavam em questão, sobretudo, os interesses senhoriais e a defesa de mordomias. Não será demasiado arrojado aventar que enquanto os filhos e os irmãos de Inês de Castro, e de outros nobres castelhanos, poderiam vir a competir na repartição dos privilégios e dos domínios territoriais da nobreza portuguesa (o que não agradava aos grandes senhores portugueses), a adesão aos interesses de D. Beatriz e de D. João I de Castela seria certamente recompensada pelo monarca castelhano, senhor de grandes domínios (o que agradava, naturalmente, aos grandes senhores portugueses).

Importa referir que as fronteiras geográficas nunca impediram as relações íntimas e as alianças mais ou menos conjunturais entre as grandes casas senhoriais dos reinos ibéricos, urdindo-se uma verdadeira teia de relações familiares à escala peninsular. A política de alianças, sobretudo para promover a manutenção da paz possível ou para aumentar o poder militar e político, revelava-se quase sempre insuficiente para validar reconciliações e tratados, devido à conturbada realidade bélica peninsular. Por isso é que abundam os casamentos “por palavras de futuro”, no dizer de Fernão Lopes, e se arquitetam e desfazem uniões, ao sabor das circunstâncias, de infantes cuja idade ainda não atinge os dois dígitos. Um exemplo paradigmático é Constança Manuel: oferecida em casamento, ainda em idade não núbil, a D. João de Haro, *o Torto*, senhor da Biscaia, foi posteriormente noiva de D. Pedro I de Castela, que a repudiou, e acabou por casar com D. Pedro I de Portugal.

Em meados do século XIV, são inúmeros os casos conhecidos de grandes senhores castelhanos que vivem, durante mais ou menos tempo, junto da corte

portuguesa, como Álvaro e Fernando de Castro, D. Henrique Manuel²², meio-irmão de D. Constança, Pedro Nunes de Gusmão²³ e vários elementos da família Trastâmara. Em sentido inverso, muitos são os nobres portugueses que se acolhem em Castela, designadamente os filhos bastardos de D. Dinis, escorraçados por D. Afonso IV.

No plano religioso, os bispados constituíam igualmente poderosas casas senhoriais e manifestavam ambições semelhantes às ambições da nobreza. Por exemplo, no reinado de D. Dinis, consolidada a autonomia de três reinos peninsulares (Castela, Portugal e Aragão), os interesses hegemónicos no seio da igreja continuavam a pulsar: “el arzobispo de Braga, como el de Tarragona, reivindicaban para si el título de primado de España, disputándolo com Toledo” (Fernández 2003: 817). Sendo certo que, aqui, o foco de incidência não é a questão dinástica, não deixa, no entanto, de poder registar-se que estamos igualmente em presença de tentativas de controlo do poder, neste caso religioso, por parte da estrutura superior do clero. E este controlo religioso arrastava consigo a supremacia política e económica.

Em jeito de síntese, podemos dizer que, apesar da nobreza portuguesa lutar pela sua própria autonomia desde D. Afonso Henriques, nem mesmo a casa real conseguia manter a unidade que, ao longo dos séculos, garantisse a definição de interesses nacionais comuns. Situações idênticas, e mesmo mais dissonantes, ocorriam nos outros reinos ibéricos. Desde sempre, as grandes casas senhoriais balancearam entre os reinos rivais, ao sabor de fidelidades, alianças e conspirações.

Aljubarrota é bem exemplo da contradição e da indefinição entre nacionalidade e vassalagem, pondo a nu as divisões e as incoerências das relações das casas senhoriais, incluindo o clero, tão questionadas pelo espírito epopeico e nacionalista de Camões: “Eis ali seus irmãos [de Nuno Álvares Pereira] contra ele vão / (Caso feio e cruel!); mas não se espanta, / Que menos é querer matar o irmão, / Quem contra o Rei e a Pátria se alevanta” (Camões, C. IV-32, 1-4).

²² D. Henrique Manuel de Vilhena era filho bastardo de D. João Manuel e chegou a Portugal por intermédio de D. Constança. De seu sobrinho, rei D. Fernando de Portugal, viria a receber o condado de Seia e o Senhorio de Sintra, sendo dele a origem da família Vilhena em Portugal.

²³ Pedro Nunes de Gusmão foi um dos nobres que D. Pedro de Portugal entregou a D. Pedro de Castela, no âmbito da troca de prisioneiros, após o assassinato de Inês de Castro.

2. Fatores sociais – O papel da mulher nobre, no tempo de D. Pedro

Apesar da sociedade medieval ser claramente fundada nas decisões dos homens, é justo reconhecer à mulher nobre um papel moderador fundamental para a construção dessas decisões. O exemplo mais evidente desse papel jogava-se na política de casamentos que ratificavam acordos e alianças, pelo menos por uns tempos, até à ocorrência de outros interesses e outros casamentos mais vantajosos.

No entanto, a subalternização do papel da mulher – mesmo a mulher nobre, mesmo a rainha – fez com que as fontes escritas valorizassem e elogiassem as qualidades dos homens, parecendo, por vezes, que as mulheres viviam em algum mundo paralelo e, por isso, estavam invisíveis: “até entre os membros da realeza só episódica e excepcionalmente o espaço da mulher era um espaço público” (Sousa 2005: 26). É sintomático, por exemplo, que a *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, seja picotada pela figura de Inês de Castro, com ele “principia também a narrativa do feminino” (Lopes 2011: 318), mas nada de significativo é dito sobre as suas feições ou sobre a sua ação individual – o relato é feito em função das figuras masculinas: dos filhos, de D. Pedro ou de D. Afonso IV. Portanto, “essas narrativas continuavam devedoras de uma visão da mulher assente na índole patriarcal das sociedades ocidentais” (Lopes 2011: 319), necessariamente tutelada pelos homens. Não quer isto dizer que essas mulheres não tivessem um papel determinante na atuação dos homens: tinham-no, como sempre tiveram, e como têm hoje, apesar da discrição com que esse papel é registado – quanto mais não seja, porque o coração e a razão dos homens facilmente ancora no colo das razões femininas, da mãe ou da amante.

2. 1. Intervenção pública das mulheres do círculo familiar de D. Pedro

A vida das mulheres que, por parentesco, estiveram mais próximas de D. Pedro de Portugal, contribuiu certamente para ajudar a moldar a personalidade do neto de D. Dinis: uma certa tendência para o isolamento ascético, tão visível na preparação dos túmulos de Alcobaça, há de ter alguma coisa da espiritualidade da avó, a Rainha Santa Isabel, que também se isolou nos Paços de Santa Clara, nos últimos anos de vida²⁴; o

²⁴ A diferença maior entre os dois tem a ver com o foco dessa ascese: enquanto Isabel procura em Deus a paz da eternidade, Pedro procura que Deus lhe restitua Inês, a única maneira de ter paz (nem que tenha de esperar *até ao fim do mundo*, conforme gravou na pedra tumular).

arrojo político de impor o Beneplácito Régio²⁵ há de ter alguma coisa da coragem da mãe, a rainha D. Beatriz, visível, por exemplo, quando ordenou “que fosse levantada a excomunhão que havia sido lançada pelo prior e pelos raçoeiros da Igreja de Santiago daquela vila sobre um pescador e a sua mulher” (Sousa 2005: 25); a responsabilidade da irmã de D. Pedro no assassinato de Leonor de Gusmão²⁶, que roubara a D. Maria o leito nupcial, há de ter alguma coisa a ver com a execução dos assassinos de Inês de Castro, que roubaram a D. Pedro o ninho passional.

Há um traço comum a estas três mulheres: o seu contributo para promover a paz com Castela, como veremos. Quem sabe se não foi também esse contributo para a paz, bebido ainda no exemplo dessas mulheres, que fez com que “taes dez annos numca ouve em Purtugal, como estes que reinara elRei Dom Pedro” (Rui de Pina MMIX: 202)?

2. 1. 1. A avó, Isabel de Aragão

No contexto de afirmação dos novos reinos cristãos, num momento político em que era importante contrabalançar o poder de Castela/Leão, chegou a Portugal Isabel de Aragão, em finais do século XIII (1281), com onze anos, para casar com D. Dinis, exemplo paradigmático da política externa de alianças, levadas a cabo pelas regiões periféricas da Península, a fim de reforçarem o seu poder e de se protegerem contra os interesses expansionistas do eixo central peninsular.

O prestígio dos reis portugueses, a que não era estranho o estatuto moral e cultural do séquito aragonês, fez-se notar na assinatura da Concordata com a Santa Sé (1289), na fundação da primeira universidade portuguesa ou Estudos Gerais (1290), na delimitação de fronteiras (tratado de Alcanices, de 1297), na mediação do conflito entre Fernando IV de Castela e Jaime II de Aragão (irmão da rainha portuguesa). A ação política do casal real português contribuiu decisivamente para o reconhecimento da unidade da Hispânia, assente em três reinos independentes: Portugal, Castela e Aragão.

²⁵ Apesar de haver quem defenda que esta norma poderia existir já antes de D. Pedro, a verdade é que foi com ele que a lei foi aplicada, em 1356, ainda enquanto Infante, mas já associado à governação, após o acordo de Canaveses: era exigido que as determinações da Igreja, para terem validade no reino de Portugal, fossem, previamente, ratificadas pelo monarca.

²⁶ D. Maria, casada com D. Afonso XI de Castela, é vista como a instigadora do filho, D. Pedro I, o *Cruel*, para o assassinato de Leonor de Gusmão, amante do monarca castelano, ocorrido logo depois do desaparecimento de D. Afonso XI.

No âmbito das intrigas e das disputas militares entre o rei D. Dinis e o filho, D. Afonso IV, herdeiro da coroa, a intervenção política de Isabel de Aragão, que correntemente os historiadores designam como uma espécie de medianeira, foi oficialmente reconhecida, por exemplo, pelo Papa João XXI que, em carta dirigida ao casal e ao filho, os saudava “pelo acordo estabelecido e reconhecendo o papel que esta última desempenhara” (Sousa 2005: 51).

Isabel de Aragão, recolhida ao convento e tida por santa, é bem o exemplo do formalismo negocial e instrumental do casamento: ao que parece, ela própria se encarregou da orientação educacional dos muitos bastardos do marido que, afinal, lhe foram impostos na corte, por D. Dinis.

No âmbito do casamento, as vivências mais íntimas da rainha não podem ter excluído a amargura de uma menina superiormente educada, que veio de muito longe, do aconchego de uma corte que culturalmente sobressaía no contexto ibérico, acabando por ser colocada num centro de tensões e conflitos que tiveram o epicentro dentro da própria casa real, entre o marido e o filho e que, muito provavelmente, ela anteviu entre o filho e o neto, D. Pedro, que tinha dezasseis anos quando Isabel faleceu. Alguns dos comportamentos mais emblemáticos da rainha, que ficaram registados pela História, só podem ser bem entendidos à luz das vivências íntimas referidas. Assim, a defesa permanente do filho, D. Afonso, nas quezílias políticas e militares com o marido e filhos bastardos, a determinação de que nos Paços de Santa Clara só pudessem habitar príncipes e suas mulheres legítimas, bem como a sua recolha nos mesmos Paços são a exteriorização de uma vontade clara: defesa intransigente dos direitos sucessórios do filho legítimo, condenação da mancebia dentro da casa real e uma certa catarse espiritual face à desilusão e, quiçá, face à desolação da vida cortesã.

2. 1. 2. A mãe, Beatriz de Castela

Beatriz, filha dos reis de Castela, quando tinha dezasseis anos de idade, foi nora de Isabel de Aragão, por casamento com o futuro Afonso IV, em 1309.

O papel procriador que se esperava de qualquer rainha, garantindo a sucessão, foi amplamente conseguido por D. Beatriz: foi mãe de D. Maria, rainha de Castela, de D. Pedro, rei de Portugal, e de D. Leonor, rainha de Aragão.

A presença dos filhos dos reis portugueses nos três tronos da Península Ibérica mostra bem o prestígio da monarquia portuguesa, em meados do século XIV, conseguindo articular e projetar as relações familiares sobre a política e a diplomacia.

Embora os registos históricos sejam diminutos, “D. Beatriz teve uma participação de relevo em alguns dos acontecimentos que marcaram a vida política do reino” (Sousa 2005: 24). A sua intervenção pública mais visível foi a mediação do conflito militar entre o marido, D. Afonso IV, e o sobrinho e genro, Afonso XI de Castela, em 1336. Igualmente notória foi a sua tentativa de corrigir os excessos da relação do seu filho, D. Pedro, com Inês de Castro, registada por Rui de Pina: “per elRey e pela Rainha D^a Briatiz e polo Arcebispo de Braga (...) jsto [oficializar um novo casamento, após a morte de D. Constança, retirando Inês de Portugal] fosse aconselhado ao dito Jfante D. Pedro” (Rui de Pina MMIX: 366). Mas o momento mais interventivo de Beatriz ocorreu no âmbito da reconciliação entre D. Afonso IV e D. Pedro, em Canavezes, em agosto de 1355, depois de sete meses de conflito bélico aberto, no seguimento da execução de Inês:

D^a Bryatiz tambem jurou e deu menagem e fez prometymentos pera ffazer quanto nella ffosse, e estas cousas todas amtre elRey e o Jfante seu ffilho, em todo tempo se guardasem e comprisem (Rui de Pina MMIX: 366).

A importância política de D. Beatriz neste compromisso de paz é atestada pelo facto de ter sido lavrado um documento de compromisso, oficializado também pela rainha: “E as cartas de concerto que sobre isto se espreveram, fforam aselladas de tres sellos pemdentes de cera vermelha, saber: O primeyro dellRey, o do meo da Rainha, e ho do cabo do Jfante” (Rui de Pina MMIX: 366). Sousa, citando o documento de compromisso assinado, afirma mesmo que foi D. Beatriz quem “alcançou o acordo do infante D. Pedro para que jurasse fidelidade ao rei seu pai” (Sousa 2005: 25).

Apesar de, em qualquer uma das intervenções referidas, quer a nível interno, quer nas relações com Castela, D. Beatriz não ter conseguido resultados totalmente satisfatórios e duradouros, a verdade é que teve um papel central no desenrolar de acontecimentos determinantes da gestão do reino, sendo que, obviamente, não se poderá dizer o que teria acontecido sem o seu contributo.

2. 1. 3. A irmã, Maria de Portugal

A *formosíssima* Maria, cantada por Camões²⁷, filha de Beatriz de Castela e de D. Afonso IV, neta de Isabel de Aragão e de D. Dinis, irmã mais velha de D. Pedro, casou, em 1328, aos quinze anos, com Afonso XI, rei de Castela. A importância deste casamento é atestada pelo facto dos reis de Portugal e Castela terem acordado que a união dos infantes se realizaria, ainda que “a necessária dispensa papal sobre o parentesco não fosse concedida e que o papa considerasse nulo o matrimónio” (Sousa 2005: 190). Os termos do acordo eram tão vinculativos que, dado o público concubinato com Leonor de Gusmão e o desejo de Afonso XI a coroar rainha, podem fazer supor que o casamento com D. Maria era exclusivamente um ato político, realizado apenas para garantir o alinhamento dos dois reinos, acordo considerado pelo rei castelhano mais propício do que o casamento com Constança Manuel, que anteriormente requerera.

A tentativa de D. Afonso XI de Castela impedir o casamento do infante D. Pedro, filho de Afonso IV de Portugal, com D. Constança Manuel, filha de D. João Manuel de Castela, e, antes disso, a mancebia declarada de D. Afonso XI com D. Leonor de Gusmão, de quem teve vários filhos²⁸, contribuíram largamente para interromper as boas relações diplomáticas com Castela e foram motivos da guerra entre os dois reinos, podendo falar-se de “uma união desgraçada desde o começo, que D. Maria ainda agravou com as queixas dirigidas ao seu pai” (Marques 1980: 177), sobre a infidelidade e o desprezo do marido. Mas, como afirma Sousa,

as conveniências políticas e militares dos dois reinos cristãos valiam bem o infortúnio de uma rainha, e até o papa terá preferido não assanhar mais as partes em torno de um problema que, como em tantos outros casos similares, não tinha solução canónica aceitável por todos os intervenientes (Sousa 2005: 205).

A intervenção política mais relevante de D. Maria foi o seu empenho na concretização de uma aliança entre o pai e o marido, respetivamente reis de Portugal e de Castela, que combatesse os mouros que ameaçavam o sul da Península. D. Maria deslocou-se a Portugal e conseguiu que D. Afonso IV fosse em auxílio de D. Afonso XI, “como reconhece a própria crónica castelhana” (Sousa 2005: 213). Esse episódio foi liricamente imortalizado por Camões: “Aquele que me deste por marido / (...) se não

²⁷ “Entrava a *formosíssima* Maria / Polos paternais paços sublimados” (Camões 2009: C.III - 102, 1-2).

²⁸ Um deles viria a ser rei de Castela (Henrique II de Trastâmara), depois de assassinar o rei legítimo, D. Pedro I, o *Cruel*.

for contigo socorrido, / Ver-me-ás dele e do reino ser privada; / Viúva e triste e posta em vida escura / Sem marido, sem reino e sem ventura” (Camões, C. III – 104).

2. 2. Casamento nobre e concubinato

Em finais do século XIII, a *Quarta Partida*, de Afonso X, o *Sábio*, atesta a implantação da barregania, legislando entre o anátema da igreja católica, que oficialmente a considerava um pecado mortal, e a necessidade de a encarar como um direito, uma vez que não estava sujeita a penas legais: justifica-se a tolerância da barregania, define-se quem pode ter e quem não pode ser barregã²⁹, proíbe-se a barregania com parentes até 4º grau, determina-se que é proibido ter muitas barregãs, etc. Em termos gerais, constata-se que, no início do século XIV, as ligações de barregania são socialmente semelhantes ao casamento³⁰.

Até meados do século XIV, não há uma censura social efetiva à coabitação entre homens e mulheres, apesar de, a partir dos poderes estabelecidos (civis e religiosos), surgirem imposições para a uniformização institucional do casamento. De qualquer modo, até esta altura, a *manceba* ou *barregã* não é “a mulher de mau porte, mas a mulher livre que vive maritalmente com alguém, numa união de duração indeterminada” (Mattoso 2009: 60). Esse conceito vai acumulando, ao longo do tempo, uma ênfase semântica negativa, mas não tem ainda a carga pejorativa transportada por palavras como “ruça”, aplicada a Inês de Castro, ou “aleivosa”, aplicada a Leonor Teles.

O termo *barregã* está documentado “nos livros de linhagens, onde se fala tão aberta e frequentemente das que o eram e dos seus filhos. Em certos casos, o próprio texto insinua que eram objeto de uma inegável respeitabilidade” (Mattoso 2009: 60), sendo a barregania transversal a todas as classes sociais, designadamente ao clero.

Apesar de ser arriscado efetuar conjeturas nesta matéria, não deixa de ser possível registar um pormenor que poderá estar relacionado com esta *respeitabilidade* das barregãs. Como adiante se verá, D. Pedro de Portugal repudiou D. Branca de Castela para casar com D. Constança Manuel. Nesse contexto, D. Afonso XI de Castela insistiu com a coroa portuguesa para que “sem embargo do Jfamte D. Pedro ser casado

²⁹ Por exemplo, para ser barregã é preciso ter mais de doze anos e não ser virgem.

³⁰ Para esta reflexão, apoiamo-nos no trabalho de Mattoso 2009.

com ha Jfamta D^a Costança, que se a Jfamte D^a Bramca fosse em disposyçam pera casar, que ela fycase no Reyno de Purtuguall por molher do Jfamte D. Pedro” (Rui de Pina MMIX: 288). No fundo, o que o rei castelhano estava a propor era a bigamia de Pedro, um pouco à imagem do que ele próprio praticava com Maria de Portugal e Leonor de Gusmão, da qual teve uma dezena de filhos.

A partir do século XIV, o termo *barregã* assume um significado próximo de *meretriz* e *prostituta*, bem distante do sentido original.

No contexto ibérico medieval, o casamento nobre caracteriza-se pela “participação da linhagem da mulher, expressa quer pelo caráter solene da cerimónia em que participam os membros das duas famílias envolvidas, quer pelo dote ou pelas arras que uma das famílias entrega à outra” (Mattoso 2009: 69). Ou seja, qualquer consórcio nupcial era negociado com troca de terras, castelos, povoações, joias, metais preciosos ou quaisquer outros bens materiais valiosos.

Os casamentos negociados, as ligações por interesse, a desclassificação da mulher e, de um modo geral, a mentalidade do século XIV potenciavam a desvalorização do matrimónio e justificavam uma certa institucionalização da mancebia.

Uma vasta descendência era condição para os monarcas estribarem a autoridade régia, garantindo, através de nomeações e doações aos filhos (dentro ou fora do casamento), o controlo dos principais centros de influência política, económica e militar. Para não sairmos do círculo familiar de D. Pedro, basta lembrar o seu avô que, para além dos dois filhos legítimos, Constança e Afonso, que vieram a ser, respetivamente, rainha de Castela e rei de Portugal, teve ainda, segundo reza a História, mais nove filhos de várias amantes³¹, todos eles legitimados e criados conforme a tradição real. O mais ilustre e letrado foi D. Pedro Afonso, Alferes-Mor³² e, mais tarde, conde de Barcelos, e D. Afonso Sanches, Mordomo-Mor³³ e rival do herdeiro da coroa, D. Afonso IV. Por outro lado, o herdeiro da coroa de D. Pedro, depois da morte do

³¹ A título de curiosidade, tudo indica que uma dessas amantes, de quem nasceu Maria Afonso, foi Branca Lourença de Valadares, tia de Inês de Castro (ou seja: as mães de Maria e de Inês eram, respetivamente, amantes de D. Dinis e de Fernando Peres de Castro) – muitos devem ter sido os fios que teceram a vinda de Inês para Portugal.

³² O Alferes-Mor era o comandante-chefe do exército, logo depois do rei. Este título vigorou até à criação do cargo de Condestável, por volta de 1382, por D. Fernando, herdeiro de D. Pedro. Não será exagerado admitir que era a segunda figura do reino.

³³ O Mordomo-Mor era o administrador-chefe da Casa Real, acabando por ter funções determinantes na direção do governo do país. Desempenhava, *mutatis mutandis*, funções semelhantes às de um atual primeiro-ministro.

legítimo D. Fernando, foi D. João I, filho ilegítimo de D. Pedro, nomeado Mestre da Ordem de Avis, aos seis ou sete anos, pelo pai. E a importância decisiva da Casa de Bragança, que viria a gerar a dinastia de Bragança, foi impulsionada pela concessão do título de duque de Bragança a D. Afonso, filho ilegítimo de D. João I, pai de filhos legítimos e ilegítimos, depois da dispensa canónica para se consorciar. O pai de D. Pedro, D. Afonso IV, que, alegadamente, “não teve na sua vida mulher alguma para além da rainha D. Beatriz” (Lourenço 2008: 63), nem por isso deixou de ficar registado pela História como pai de D. Maria Afonso de Portugal (que não pode ser confundida com a *formosíssima Maria*), nascida em 1316, que “casaria com Fernando de Castela, Senhor de Valência de Campos” (Baêna 2008: 334), que veio a ser Mestre da Ordem de Santiago. A suposta, mas infundada, inexistência de relações extraconjugais de Afonso IV não faz disso regra, mas pode mesmo inscrever-se na obsessão em que cresceu, tolhido pelo endémico pavor de ser preterido na sucessão dinástica, em favor de Afonso Sanches, seu meio-irmão.

A genealogia mostra que os filhos ilegítimos eram, frequentemente, plataformas para o controlo político e económico, quer de reis, quer de grandes senhores. Por outro lado, os filhos naturais constituíam uma espécie de reserva do reino para resolver questões dinásticas: foi o que sucedeu na crise sucessória de D. Fernando, em que os candidatos ao trono que fora de D. Pedro eram os outros filhos bastardos do mesmo D. Pedro: um rei e três mulheres (Constança Manuel, Inês de Castro e Teresa Lourenço) a gerarem filhos para a mesma coroa.

Ao mais alto nível da monarquia, em alguns períodos do século XIV, as relações entre as coroas de Portugal, Castela e Aragão assentavam numa verdadeira teia de laços familiares. Para reforçar com um exemplo muitíssimo simplificado e já parcialmente referido, D. Sancho IV (rei de Castela) foi pai de D. Beatriz (rainha de Portugal), que foi mãe de D. Maria (rainha de Castela), de D. Leonor (rainha de Aragão) e de D. Pedro (rei de Portugal). Pelo meio desta aparente linearidade, uma complexa rede de interesses urdia alianças e traições de circunstância, fazendo e desfazendo casamentos a um ritmo quase alucinante. Para além da proliferação e anulação dos casamentos realizados “por palavras de futuro”, o exemplo mais extraordinário é, ao que parece, um casamento que

durou apenas um dia: o de Joana de Castro com D. Pedro I de Castela³⁴ - o mesmo D. Pedro que, nessa altura, estava casado com Branca de Bourbon e era amante público de Maria Padilla.

A barregania era, portanto, uma prática aceite e “extremamente corrente. Com uma frequência provável de cerca de 40 a 50 por cento nos séculos XIII e XIV, atingia uma grande parte dos membros da nobreza durante os séculos centrais da Idade Média” (Mattoso 2009: 71).

³⁴ Apesar da estranheza que o caso possa suscitar, ele é um facto registado pelos historiadores: “Joana de Castro que haveria de casar por um dia com Pedro I, o Cruel” (Baêna 2008, 334). Também Jorge de Sena refere este casamento: “este [D. pedro de Castela] desejou - e teve-a por uma noite, repudiando-a logo – Joana de Castro, irmã de D. inês” (Sena 1967: 203, nota 34).

II – A HISTÓRIA DE PEDRO E DE INÊS DE CASTRO

1. Antecedentes

A história conhecida de Pedro e Inês é inseparável do passado do rei D. Afonso IV, enquanto infante, e da sua estratégia política peninsular, enquanto rei. Relativamente ao filho, D. Afonso IV assumiu o comportamento típico dos monarcas medievais, procurando fazer do casamento de D. Pedro a base estratégica da governação do país, encarando a importância dessa governação não apenas em termos presentes, mas sobretudo em termos futuros. Para isso, era necessário que Pedro mantivesse uma atitude expectante ou mesmo passiva, face às opções outorgadas pelo pai, o que, aliás, era normal acontecer, uma vez que essas decisões eram tomadas, muitas vezes, quando os herdeiros do trono ainda não tinham idade para ter opinião.

No entanto, a juventude costuma despertar brios de autonomia, mormente no insondável terreno das paixões. E Pedro não foi exceção.

1. 1. D. Afonso IV e o trauma da sucessão

O final do primeiro quartel do século XIV foi marcado por um período de grande perturbação política (1319-1324) e pelas discórdias entre o velho monarca D. Dinis e o seu herdeiro legítimo, o infante D. Afonso (1291-1357):

O início e motivo direto dessa crise foi a revolta do infante D. Afonso (futuro D. Afonso IV), que atribuía a D. Dinis a intenção de o preterir na sucessão do trono por um irmão bastardo, D. Afonso Sanches (Saraiva 1979: 86),

filho de Aldonça Rodrigues Talha, mais velho dois ou três anos. A desconfiança e a revolta do filho legítimo de D. Dinis parecem ter razão de ser³⁵, uma vez que Afonso Sanches recebeu

várias *mercês* para a compra de lugares no Douro e nas Beiras. A proteção régia foi ao ponto de o nomear [a Afonso Sanches] mordomo-mor do Reino, por carta de 21 de junho de 1314, o que punha nas mãos de D. Afonso Sanches a orgânica do governo (Serrão 1979: 264).

³⁵ O príncipe herdeiro, futuro D. Afonso IV, estaria lembrado das desgraças passadas que varreram o reino, por motivos relativamente semelhantes: D. Afonso, seu avô, era o segundo filho de rei D. Afonso II e, portanto, em princípio, não herdaria o trono. No entanto, o irmão mais velho, o rei D. Sancho II, envolveu-se em conflitos com a Santa Sé e foi afastado pelo Papa Inocêncio IV, sucedeu-lhe Afonso, com o nome de D. Afonso III.

Rui de Pina, na *Crónica de D. Dinis*, aponta o futuro D. Afonso IV como responsável pelas picardias, intrigas e lutas sangrentas que opuseram pai e filho, apresentando este como “um infante truculento, conflituoso e que se rodeava de más companhias” (Sousa 2005: 71)³⁶.

Apesar dos manifestos de D. Dinis, em que repreendia severamente o herdeiro legítimo da coroa e “considerava traidores quantos o seguissem” (Serrão 1979: 264)³⁷, e das várias diligências do alto clero que, genericamente, se mantinha ao lado do rei, o jovem Afonso “exigiu o poder e obteve, para o efeito, o apoio de Castela” (Serrão 1979: 264). Esse comportamento revoltoso mereceu várias intervenções da Igreja, sobretudo a reprimenda contida na carta apostólica do Papa João XXII, endereçada a D. Afonso:

E porém, meu filho muito amado, rogo-te que ames e honres teu pai, e aquilo que te igualdade deu a natureza oferecer a seu tempo não o queiras haver antes por força, destruindo o reino que teu há de ser (...). Qual é o entendimento tão mau e rude que não entende que é má coisa e danosa andares armado contra teu pai e juntares a ti os homiziados com os quais te rebelas contra ele? (*apud* Sousa 2005: 48-49).

Além da reprimenda, a carta apostólica sugere que Afonso IV estaria ávido de aceder ao trono, pretendendo “haver antes por força” o reino que lhe seria entregue quando chegasse a hora da sucessão, o que aconteceu apenas quando Afonso já tinha trinta e cinco anos.

Enquanto infante, sobretudo na parte final do reinado de D. Dinis, D. Afonso, a quem Camões chamou “pouco obediente” (Camões 1975, C. III - 98, 7) e Garrett replicou com o epíteto de “mal obediente” (Garrett 1825 [em linha], C. VII), envolveu-se mesmo em confrontos militares contra o pai:

Este período foi mesmo marcado por uma guerra civil aberta que opôs os partidários do infante, futuro Afonso IV, ao rei D. Dinis. E as crónicas dão grande destaque e dedicam numerosos capítulos à descrição da guerra civil, insistindo na desobediência e na insubordinação de D. Afonso (...). Um *rebelde*, portanto, ou, se se quiser e na aceção medieval da palavra, um *bravo* (*apud* Sousa 2005: 15).

Assim, o epíteto “*o Bravo*”, pelo qual mais tarde Afonso viria a ser reconhecido, radica certamente na sua rebeldia juvenil.

A compreensão global dos motivos da guerra civil que opôs pai e filho, entrincheirados em duas fações rivais, só pode ser encontrada no contexto da revolta da

³⁶ Esta disputa era habitualmente mediada pela Rainha D. Isabel, uma espécie de fiel da balança, sempre empenhada no equilíbrio e na aproximação entre pai e filho, atitude bem consentânea com a sua elevada craveira moral e intelectual, alicerçada em Aragão.

³⁷ Conforme 3º Manifesto, datado de 17 de dezembro de 1321.

nobreza senhorial, que suportou mal a política centralizadora de D. Dinis e pretendia agora vingar-se e recuperar privilégios perdidos. Com efeito, a disputa entre o rei e o herdeiro da coroa era “fomentada por alguns nobres despeitados e saudosos de antigos privilégios feudais – que D. Dinis havia cerceado – e também uma guerra querida por Castela e Aragão” (Mattoso 1997: 406), reinos que pretendiam enfraquecer a influência de Portugal conseguida por D. Dinis: ao lado do futuro Afonso IV, em termos genéricos, alinharam “a rainha Santa Isabel e a grande nobreza” (Pimenta 2005: 73) ou, no dizer de José Mattoso, “um punhado de grandes senhores e muitos filhos segundos” (Mattoso 1997: 406) e, pelo menos em termos estratégicos, Castela e Aragão³⁸; por outro lado, entre muitos outros, estiveram “ao lado de D. Dinis, os bastardos – com mira no trono – e os mestres das ordens militares, muito coniventes com o monarca por interesses diversos, os quais, na altura, podiam determinar a sua própria sobrevivência” (Pimenta 2005: 73).

Já no final do reinado, o velho monarca D. Dinis acabou por aceitar várias exigências do herdeiro D. Afonso: os mais próximos colaboradores do rei foram substituídos, Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis e seu preferido, abandonou o reino e o herdeiro da coroa viu aumentadas as suas rendas. Banido para Castela pelo “arreatado D. Afonso, filho rebelde e mau vassalo” (Figueiredo 1944: 11), Afonso Sanches refugiou-se em Albuquerque, onde, por casamento com D. Teresa Martins de Meneses de Albuquerque, veio a tornar-se senhor de Albuquerque.

Morto D. Dinis, D. Afonso IV mandou confiscar todas as terras de Afonso Sanches, o que gerou uma série de ataques às fronteiras portuguesas e retaliações por parte de Afonso IV, que chegou mesmo a atacar o castelo do rival, no reino vizinho.

Entretanto, o rei condenara à morte outro meio-irmão, D. João Afonso, porque, alegadamente, teria tomado o partido de Afonso Sanches: “Um filho bastardo de D. Dinis foi acusado de conluio com os rebeldes, julgado e degolado” (Saraiva 1979: 87).

Rui de Pina parece ter percebido que a conduta do agora rei de Portugal não havia sido propriamente exemplar e, por isso, necessitava de outros pontos de referência e enfoque, no sentido de salvaguardar uma imagem menos truculenta de Afonso IV:

³⁸ A rainha D. Isabel era infanta de Aragão e o filho, Afonso, estava já casado com Beatriz, infanta de Castela. A este respeito, vale a pena citar Bernardo Vasconcelos e Sousa: “Jaime II [de Aragão] sossegava o infante português sobre uma hipotética intervenção militar castelhana a favor de D. Dinis, não regateando a ajuda solicitada” (Sousa 2005: 52-53).

E logo como reinou, logo por suas boas obras pareceu claro que de todo tirou de si e de seu corpo a alma e condição que tinha em sendo infante, e tomou outras de bom e mui perfeito Rei, porque logo amou muito seu povo e sempre o regeu com inteira justiça e o amparou e defendeu com grande esforço (*apud* Sousa 2005: 71).

A relação conflituosa de D. Afonso IV com D. Dinis terá, no reinado seguinte, contornos semelhantes, apesar de as motivações de D. Pedro, filho de D. Afonso IV, serem algo diferentes. A ansiedade dos herdeiros da coroa pela entronização turvava habitualmente a concórdia das relações familiares.

1. 2. Um contrato matrimonial para D. Pedro

Na Idade Média, como já foi referido, os casamentos eram negociados e desfeitos em função de benefícios, sobretudo político-económicos. Por maior força de razão, o casamento de um futuro rei era meticulosamente ensaiado, já que dele dependia o futuro do reino, designadamente a sua independência. Daí a importância de garantir uma sucessão tranquila, por meio de filhos legítimos. Aquilo que se exigia à noiva do infante era, sobretudo, a procriação do herdeiro da coroa e, se fosse possível, que trouxesse consigo uma avultada herança pecuniária e genealógica.

Assim, a casa real portuguesa mostrou-se muito empenhada num casamento conveniente para o príncipe herdeiro, de modo a garantir a D. Afonso IV a projeção da política e dos interesses de Portugal na Península Ibérica.

1. 2. 1. Branca de Castela

D. Pedro, herdeiro da coroa portuguesa, teve casamento acertado com D. Branca de Castela³⁹, no ano de 1328, ficando os dois, então com cerca de sete e oito anos, a aguardar a idade núbil:

E d aly trouxe elRey de Castela comsygno a Ifamta D^a Bramca, muy moça, que hera comçertada casar com ho Ifamte D. Pedro, herdeyro de Purtuguall, tanto que ella ouuesse ydade de doze anos, pera a entregnar há elRey de Purtuguall, como entregou (Rui de Pina MMIX: 152).

Baquero Moreno, referindo-se ao casamento de Afonso XI de Castela com D. Maria, filha de D. Afonso IV de Portugal, realizado em 1328, acrescenta que “logo de seguida, em Fuente Aguinaldo, efetua-se o casamento entre D. Pedro, herdeiro de

³⁹ Tal como Pedro, Branca era neta legítima de D. Sancho IV de Leão e Castela e, portanto, os noivos eram primos, em primeiro grau (verificar genealogia, na página 259).

Portugal, e D. Branca, filha do Infante D. Pedro de Castela” (Baquero Moreno [em linha], pág. 40). É lícito questionar se este casamento não se teria limitado a um contrato “por palavras de futuro”, sendo que a concretização do mesmo deveria acontecer, conforme refere o cronista, “tanto que ella ouuesse ydade de doze annos” (Rui de Pina MMIX: 152), ou seja, por volta do ano de 1333. Baquero Moreno explicita melhor o seu pensamento ao afirmar que, através de um tratado entre os monarcas de Portugal, Castela e Aragão, datado de 5 de fevereiro de 1329, de âmbito muito abrangente, acordava-se também que “D. Branca de Castela seria entregue à Rainha e Portugal, D. Beatriz, até alcançar os doze anos, idade que lhe permitiria contrair casamento com o herdeiro da coroa, D. Pedro” (Baquero Moreno [em linha], pp. 40-41). Mas a verdade é que Rui de Pina atesta a existência de um casamento devidamente formalizado e efetivo, referindo-se a ele como “o casamento e esposorios, que erão feitos amtre ho Jfante D. Pedro com a jmfante D^a Branca” (Rui de Pina MMIX: 156): uma boa política de aproximação à igreja garantia a necessária Bula Papal e a respetiva autorização eclesial, apesar da evidente consanguinidade. O cronista narra que o rei de Castela requereu o casamento do herdeiro da coroa portuguesa com D. Branca “filha do Ifante D. Pedro de Castela, seu tio, a quem muyto deuya, porque sendo seu titor, morera por seu seruyço na Veiga de Grada (Rui de Pina MMIX: 148)⁴⁰.

A relação de Pedro com Branca de Castela iria durar pouco tempo. Segundo Sousa, “pelo menos desde 1331 terão começado movimentações para encontrar uma outra mulher” (Sousa 2005: 190) para substituir D. Branca. Pedro teria, portanto, onze anos e Branca teria dez anos. Os cronistas procuram apontar datas posteriores para essa demanda por outra mulher para D. Pedro, eventualmente para esbaterem a possibilidade de a substituição de Branca ter causas diferentes das causas reveladas oficialmente, que apontavam para problemas de saúde da jovem castelhana.

Quando D. Branca atingiu a idade de doze anos, dado que, no dizer do cronista, havia “ja çymco annos que elRei D. Afonso a trazia em sua casa” (Rui de Pina MMIX: 165), o casamento “por palavras de presente”, que se deveria realizar, conforme acordado com o rei de Castela, não se realizou. Alegando motivos de doença, adiou-se o

⁴⁰ No entanto, Pimenta afirma, indevidamente segundo nos parece, que D. Branca era “sobrinha do mesmo monarca castelhano” (Pimenta 2005: 77). Esta ambiguidade, muito habitual numa altura em que os registos escritos eram escassos, não compromete o essencial: o empenho pessoal do rei castelhano no casamento de D. Branca.

casamento por dois anos. Nos *Elogios Históricos dos Senhores Reis de Portugal*, Frei Bernardo de Brito afirma que D. Branca era “mui enferma, e doente de gota coral”⁴¹ (Brito [em linha], pág. 44). Sousa é mais comedido e adianta como motivação para o repúdio de D. Branca “a sua incapacidade para ter filhos e até uma eventual debilidade mental” (Sousa 2005: 189). Mais laconicamente, Serrão afirma que o casamento com D. Pedro não se consumou “por doença da noiva” (Serrão 1979: 402).

Independentemente das circunstâncias que possamos desconhecer, a experiência com D. Branca deve ter sido traumática para D. Pedro⁴². Afinal, a futura esposa revelou, no dizer de Rui de Pina, “perigosas paixões de parlezia (...) e de alguma quebra de natural entemdymento (...) ho Jfante D. Pedro, per estas emperfeições, começou de tomar dela alguns descomtemtammentos” (Rui de Pina MMIX: 165).

Quando D. Branca atingiu os catorze anos, “D. Pedro estava cada vez mais enfadado dela” (Figueiredo 1944: 19).

Rui de Pina parece ter-se convenientemente equivocado ao referir que D. Pedro teria por esta altura dezassete anos⁴³. O infante era certamente alguns anos mais novo, o que reforça a ideia de que o afastamento de D. Branca teve contornos que o cronista não soube ou não quis revelar.

A sequência narrativa dos factos apresentados por Rui de Pina pode levantar dúvidas sobre a transparência do processo de anulação do casamento de Pedro de Portugal com Branca de Castela. Se aceitarmos que o cronista (Rui de Pina MMIX: 156-157) narrou os acontecimentos respeitando a cronologia dos mesmos (como, aliás, tudo leva a crer, dada a organização dos vários capítulos), facilmente podemos concluir que houve uma atuação orquestrada para substituir a noiva do herdeiro da coroa:

1º - Referência aos laços de grande amizade entre D. Fernão Nunez “Prioll da hordem de Sam Johão, muy primado e pesoa mays principall do conselho delRei [de Castela]” e D. João Manuel, a quem, “por todalas vias procurava e desejava seu bem e

⁴¹ A “gota coral” pode ser entendida como sinónimo de epilepsia.

⁴² E mais ainda para ela, provavelmente.

⁴³ D. Afonso IV não escondia “ho dezejo que tinha de uer casado seu filho que auya ja XVII annos” (Rui de Pina MMIX: 171). Aos dezassete anos de Pedro, já fora realizado, por procuração, o seu casamento com Constança Manuel e Portugal estava em guerra com Castela (1336-1339), por causa desse casamento e por causa das desavenças entre Afonso XI e D. Maria, filha de Afonso IV de Portugal. Portanto, as negociações do casamento de Pedro com uma princesa de Aragão ou de qualquer outro lado, só podiam ter ocorrido antes de 1336.

segurança” [atente-se que a filha de D. João Manuel, D. Constança Manuel, fora requerida por Afonso XI, mas o monarca repudiou-a];

2º - “elRei D. Afonso de Portugall lhe era [a D. Fernão Nunez] mui afeiçoado, porque sabia quam bem e leallmente seruia a Rainha D. Maria, sua filha, cujo hofiçyal era”;

3º - D. Fernão Nunez “tratou secretamente com elRei D. Afonso de Purtuguall que o casamemto e esponsórios, que erão feitos amtre ho Jfamte D. Pedro com a jmfamte D. Branca, que estaua em Purtuguall, por causas e rezões muj lygitimas, que apomtou, se desfyzesem e casase com D. Costamça, filha de D. Jolham Manuell”;

4º - D. Fernão Nunez sabia que “ho Jfamte D. Pedro nom era comtemte da Jmfamte D. Bramca, por ser doemte e mall desposta, entregua com outras paxõis, que as vezes fazião seu emtemdymemto tornado”;

5º - D. Fernão Nunez “fez emtemder a elRey de Portugall que a ajuda e lyança de D. Joham e sua valya lhe hera muy neçesarya comtra elRey de Castela, pera os desvayros e descomçertos, que amtre elles ja se começauam, pera ememda do mao trato que ha Rainha D. Maria per ele per respeyto de D. Lyanor [Leonor de Gusmão, amante de Afonso XI,] se fazya”⁴⁴.

No seguimento da crónica, Rui de Pina testemunha que o casamento então planeado “foy amtre elles muy secretamente apontado” para, posteriormente, ser bem sucedido.

Curiosamente, o cronista faz de D. Fernão Nunez o centro gravitacional do casamento de D. Pedro, ou melhor, parece que quem *conhece* em primeira mão, incita à anulação do compromisso com o rei de Castela e abre caminho ao casamento do herdeiro do trono português com D. Constança Manuel é Fernão Nunez, íntimo de D. João Manuel⁴⁵, adversário declarado de Afonso XI. Chegados aqui, é lícito considerar que o mentor de toda esta trama tenha sido D. João Manuel, humilhado que fora por Afonso XI, por este ter repudiado D. Constança⁴⁶. Não deixa de ser curioso que o impedimento do casamento de Pedro e Branca tenha sido oficializado pela corte

⁴⁴ Estes maus tratos seriam vingados, em 1351, após a morte de Afonso XI, quando a rainha viúva arquitetou o assassinato da rival, Leonor de Guzmão, como já foi referido.

⁴⁵ O que levantaria a possibilidade do conluio de D. Fernão Nunez e D. João Manuel para a constituição de uma aliança verdadeiramente perigosa para Afonso XI.

⁴⁶ Brito [em linha], pág. 44, refere que “Dona Constança estava casada por palavras de futuro, por ser ella ainda menina, a deixou [D. Afonso XI de Castela] sem outra causa, e casou com a Infante D. Maria, filha del Rei D. Affonso”.

portuguesa em 1336, “numa altura em que se perfilavam em Castela grandes *desvarios* contra o monarca Afonso XI, especialmente protagonizados por um sector da nobreza castelhana mais influente liderada por D. João Manuel” (Pimenta 2005: 77). Como não deixa de ser muito curioso que, no mesmo ano, se tenha realizado o casamento, por procuração, de D. Pedro com D. Constança, filha do mesmo D. João Manuel. O que estava em questão, naturalmente, era uma aliança política e militar entre o monarca português e o influente nobre castelhano, em que ambos tinham muito a ganhar: o rei português pressionava o sobrinho e genro castelhano para que respeitasse as relações matrimoniais com D. Maria, garantindo a um futuro neto a herança da coroa de Castela, em detrimento dos filhos da amante de Afonso XI, D. Leonor de Gusmão, enquanto D. João Manuel vingava o repúdio do rei de Castela à sua filha Constança e associava-se a um poderoso aliado que seria muito útil nas quezílias que mantinha com Afonso XI.

Só nove páginas mais à frente, “auemdo ja çynco annos que elRey D. Afonso a trazia [D. Branca] em sua casa como própria filha” (Rui de Pina MMIX: 165)⁴⁷, é que são explicitadas as “perigosas paixões de doenças de parlezia, e com despocysão de ateguidade, e d alguma quebra de natural emtemdymento” (Rui de Pina MMIX: 165) e somos, só então, confrontados com a posição de D. Pedro: “começon tomar dela [D. Branca] alguns descomtemtamentos. Os quaes descobriu a elRei D. Afonso, seu padre, e lhe pedyo por merce que com ela (...) ho nom quisesse casar” (Rui de Pina MMIX: 165). Ou seja, Rui de Pina constrói a narrativa de modo a mostrar que a decisão de repudiar D. Branca foi uma decisão bastante tardia, fundada em razões de saúde da noiva e impulsionada pelo jovem D. Pedro. Mas essas razões nunca convenceram o monarca castelhano, “acabando mesmo por constituir um dos mais importantes elementos da discórdia entre Afonso IV e Afonso XI de Castela” (Sousa 2005:189).

É possível que houvesse, efetivamente, algum impedimento físico ou mental (ou as duas coisas) que avalizasse o repúdio de D. Branca. Se assim não fosse, o rei de Castela talvez não tivesse cedido à vontade de Portugal sem uma reação violenta, ao jeito da época. Mas também é verdade que, por essa altura, Afonso IV não conseguiu devolver D. Branca a Castela. No entanto, no que diz respeito ao peso da vontade de D.

⁴⁷ Parece haver algum excesso de zelo do cronista ao expressar que D. Branca, uma jovem criança, era muito bem tratada por Afonso IV, “como própria filha”. Com efeito, outra coisa não seria de esperar do futuro sogro. A não ser que Rui de Pina sentisse necessidade de reforçar a hospitalidade do rei para justificar o repúdio que se seguiria, fundado em suposta doença, mas afogado em dúvidas.

Pedro para decidir o consórcio e à idade que o infante teria na altura, não parece haver dúvidas de que Rui de Pina, cronista zeloso dos interesses da coroa, deve ter-se equivocado. Por vezes, “a objetividade pode ser a maior das falsificações (...), a fria e nua publicação de documentos pode ser uma forma superior de iludir” (Sena 1967: 9).

A corte onde crescia D. Pedro ainda pulsava com a tradição trovadoresca do amor cortês, tão cultivada pelo seu avô, o rei D. Dinis. E as façanhas de heróis lendários, mormente dos cavaleiros da Távola Redonda, deviam fervilhar no sangue irrequieto do jovem Pedro. Durante quatro ou cinco anos, D. Branca foi crescendo na corte portuguesa. Muito provavelmente, o impetuoso Pedro desinteressou-se pela jovem castelhana que, para agravar a situação, seria bastante insípida. Como bem notou Antero de Figueiredo, no contexto dos serões cortesies medievais, entre cantares trovadorescos e histórias de cavaleiros lendários, “qualquer adolescente haveria de querer matar o seu monstro, conquistar sua donzela ideal” (Figueiredo 1944: 19). Considerando a veemência do jovem Pedro, que havia pedido “por merce [a D. Afonso IV, seu pai] que com ela [D. Branca], nem com houtra alguma, contra sua vomtade ho nom quisesse casar” (Rui de Pina MMIX: 165), resta saber se essa donzela ideal poderia chamar-se Constança.

1. 2. 2. Constança Manuel

O Infante Afonso XI foi herdeiro da coroa castelhana com apenas um ano de idade e teve como tutor D. João Manuel, sobrinho de Afonso X. A fim de assegurar o contributo militar do poderoso Senhor da Biscaia, D. João de Haro, *o Torto*, e o seu apoio para a tutoria, D. João Manuel prometeu-lhe em casamento a filha, Constança Manuel, que era ainda uma pequena criança.

Com a subida ao trono de D. Afonso XI, muitos nobres poderosos foram afastados do círculo da coroa. Ocorreram então grandes movimentações contra o monarca, “especialmente protagonizadas por um setor da nobreza castelhana mais influente liderado por D. João Manuel, *adelantado* de Múrcia⁴⁸, e por João Nunes de Lara” (Pimenta 2005: 77).

⁴⁸ A revolta de D. João Manuel, tutor do monarca, enquadra-se no afastamento que lhe foi imposto, bem como a outros membros da alta nobreza, num contexto violento de centralização do poder régio.

Afonso XI percebeu o perigo da aliança de D. João Manuel com D. João, o *Torto*, e espicaçou a ambição do primeiro, requerendo Constança Manuel para si próprio e tratando-a, nas Cortes de Valladolid, realizadas em 1325, por “rainha” e “minha mulher”. Tendo-lhe sido pedido que não repartisse os domínios do seu reino nem por nobres nem por ninguém, Afonso XI respondeu: “A esto respondo que lo otorgo, salvo las villas y lugares que he dado á la Reyna donna Constanza mi muyer, ó le daré daqui adelant, et juro de lo guardar”⁴⁹. Decorria o ano de 1325 e Constança Manuel deveria ter entre cinco e sete anos⁵⁰. D. Afonso XI tinha catorze anos completos, dado ter nascido em 13 de agosto de 1311.

Desfeita a aliança com D. João Manuel, o senhor da Biscaia fica vulnerável e é assassinado a mando do rei.

Poucos meses depois, já em 1326, “Afonso XI de Castela efetua diligências no sentido de se casar com D. Maria, filha de D. Afonso IV de Portugal, repudiando para o efeito a filha de D. João Manuel” (Baquero Moreno [em linha], pág. 38)⁵¹.

Neste ambiente de tensão e humilhação, estala o confronto armado entre as hostes de D. João Manuel e de D. Afonso XI.

Em 1327, o rei português, usando de grande prudência diplomática, solicitou a conselho e consentimento do rei de Aragão, D. Jaime II, avô de Constança, para a concretização do casamento entre a sua filha, D. Maria, e D. Afonso XI. O rei de Aragão opôs-se com firmeza e respondeu que “Afonso IV dispunha do bom senso necessário para entender que esta atitude constituía uma afronta para si, para seus filhos e para sua neta D. Constança” (Baquero Moreno [em linha], pág. 39). Mas a verdade é que, no mesmo ano de 1327, tendo já falecido D. Jaime II de Aragão, realiza-se, em Coimbra, o tratado de casamento entre Afonso XI de Castela e a filha de Afonso IV de Portugal, D. Maria, e, em março de 1328, realiza-se finalmente a cerimónia de casamento.

Os anos foram passando: de Castela chegavam notícias sobre a mancebia de Afonso XI e, em Portugal, não estava definida a situação matrimonial do infante D.

⁴⁹ Biblioteca Digital de Castilla Y León, *Cortes de Valladolid, celebradas em la era 1363 (año 1325) por Alfonso XI* [em linha], pág. 9 – a digitalização do texto induz em erro: embora a digitalização aponte para a página 10, a citação está referida na página 9.

⁵⁰ Os historiadores dividem-se relativamente ao nascimento de Constança, divergindo entre 1318 e 1320.

⁵¹ Afonso XI teve o especial cuidado de reter D. Constança sob apertada vigilância, designadamente no Castelo de Toro, a fim de impedir a retaliação de D. João Manuel.

Pedro. Afonso IV vivia preocupado e não escondia “ho dezejo que tinha de uer casado seu filho que auya já XVII anos” (Rui de Pina MMIX: 171). As tentativas para o casar com uma princesa saíram goradas, nomeadamente “a filha delRei d Araguão que per ser comcertada com outro marido justamente se escusou (Rui de Pina MMIX: 171).

É neste contexto que surge o conselho de D. Fernão Nunez, Prioll da hordem de Sam Johão, para que D. Afonso IV casasse D. Pedro com Constança Manuel. Apesar dos muitos elogios tecidos pelo cronista à beleza, sobriedade e riqueza de Constança, a verdade é que ele parece sentir necessidade de justificar a normalidade desse casamento, como que numa tentativa de legitimar uma escolha de segundo plano: “E pois que elRei de Castela, voso jemro, se comtentava de casar com ela, e a tinha recebida por esposa (...) não se avera de n̄jmgem per estranho, voso filho casar com ela” (Rui de Pina MMIX: 172). O discurso utilizado pelo cronista, neste como noutros casos, designadamente quando se refere à recusa da filha do Rei de Aragão, ou quando se refere à possibilidade de D. Pedro poder casar com “huma jrmam delRei de Framça, que vola darão, mas sera com pouco dinheiro” (Rui de Pina MMIX: 172) ou quando o cronista refere que “ha outra filha do Duque de Mjão, que podeis requerer, e creio que vola darão” (Rui de Pina MMIX: 172), o discurso utilizado pelo cronista, dizíamos, desvaloriza a figura de D. Pedro, não parece ter em conta que D. Pedro é herdeiro de uma importante coroa da cristandade. Ou, então, esse discurso funda-se em alguma falha ou inconveniência imputável a D. Pedro – haveria algum motivo muito sério para agarrar rapidamente D. Pedro a um casamento formal?

O rei português via na aproximação a D. João Manuel, através do casamento dos filhos, vantagens militares e económicas (ou outras) bem mais interessantes do que aquelas que resultariam do casamento com a já descartada D. Branca⁵². Além do mais, a aliança com D. João Manuel seria uma maneira de pressionar o rei castelhano, no sentido de ele melhorar a relação matrimonial com D. Maria, filha do rei de Portugal, que estava a ser publicamente desprezada pelo marido, amante de Leonor de Gusmão.

Assim, Afonso IV respondeu a D. Fernão Nunez que

⁵² Com efeito, o pai de Constança rivalizava em poder militar, influência e riqueza com os monarcas: “neto de Fernando III, o Santo, sobrinho de Afonso X, o Sábio, foi genro de Jaime II de Aragão e tutor de Afonso XI de Castela. Participou ativamente na política castelhana” (Vidotte 2013 [em linha]).

seu conselho acerca de D. Costança lhe parecy a bem, e que nas Cortes que em Santarem se auião logo de fazer, mandaria per poer este caso, e faria o que per mjlor seus bons vasalos lhe acomelhasem (Rui de Pina MMIX: 173).

As referidas Cortes de Santarém realizaram-se, muito embora não saibamos ao certo em que ano foi discutido o casamento de Pedro com Constança ou se foi discutido, conforme atestam vários historiadores⁵³. No entanto, se continuarmos a seguir o testemunho de Rui de Pina, não só temos de aceitar que as cortes se realizaram como verificamos que D. Afonso IV manifestou “os descontentamentos e nojo que tinha pelos agrauos e desordenança de vida, em que a rainha sua filha estava em Castela” (Rui de Pina MMIX: 174)⁵⁴ e pôs à consideração das Cortes o casamento do filho com D. Constança Manuel, o que foi aceite, conforme testemunha o cronista: “as Cortes de Santarem foram acabadas, elRei (...) ouue per bem primeiro fazer a saber deste casamento a elRey de Castela, antes que a D. Johan Manuell (Rui de Pina MMIX: 176). Esta linha de pensamento, apesar de parecer convenientemente construída para não dar motivos de afronta a Afonso XI de Castela, coincide com a anulação do casamento de D. Pedro com D. Branca, pelo menos cinco anos depois da sua vinda para Portugal.

Se Rui de Pina tivesse razão e “seu filho [D. Pedro] que auya XVII anos” (Rui de Pina MMIX: 171) antes das Cortes de Santarém, então as cortes realizaram-se depois de 1337, em plena guerra com Castela, que foi travada durante os anos 1336-1339. Se assim fosse, não se perceberia muito bem a atitude de D. Afonso IV, no final das Cortes de Santarém, que “ouue per bem primeiro fazer a saber deste casamento a elRey de Castela, antes que a D. Johan Manuell” (Rui de Pina MMIX: 176). Se é perfeitamente compreensível, do ponto de vista diplomático, que o rei português contactasse o rei castelhano (porque D. João Manuel era o principal opositor de Afonso XI, porque o rei de Castela era casado com a filha do rei de Portugal e porque não estava completamente

⁵³ Sousa 2005, refutando algumas opiniões que datam essas cortes para o ano de 1334, afirma que “ não nos chegou qualquer testemunho documental sobre a realização de cortes neste ano de 1334. Elas realizaram-se, sim, em 1331, de facto em Santarém, mas a documentação de que hoje dispomos relativa a esta reunião não menciona o assunto do casamento do infante” (Sousa 2005: 193). Oliveira Marques refere, entre outras, a realização de cortes em 1331, 1334, 1335, 1340, etc. (Marques 1980: 166). Com mais desenvolvimento, Veríssimo Serrão refere, entre outras, as cortes de 1331, 1334, 1335, 1340, etc., em nenhuma constando o assunto do casamento de D. Pedro. Este historiador acrescenta que, relativamente às cortes de 1334 e 1335, “tudo se ignora a seu respeito” (Serrão 1979: 318-319).

⁵⁴ Aliás, o cronista, referindo-se ao descontentamento que D. Afonso IV sentia devido à humilhação a que a sua filha estava a ser votada em Castela, revela a “grande sanha de coração e mujta toruação de sua alma” (Rui de Pina MMIX: 174), da alma do rei português.

resolvida a questão do repúdio de D. Branca⁵⁵), não parece haver dúvidas que, à data desse contacto, o casamento de D. Constança com D. Pedro estava mais do que negociado e decidido. Por isso, quando se afirma que “vai a princesa [D. Branca] ser afastada de contrair matrimónio com o futuro rei de Portugal [D. Pedro], o que acontece em 1336” (Pimenta 2005: 77), parece claro que se está a falar, apenas, de um afastamento formal: o casamento de D. Branca estava há muito tempo desfeito, apesar de a jovem continuar em Portugal.

O acordo de casamento de D. Pedro com D. Constança Manuel apresenta alguns aspetos enigmáticos. Com efeito, apesar de Constança ser “neta legítima de reis, e filha de homem de mor casa que ho a em Espanha que não seja Rei” (Rui de Pina MMIX: 172), a verdade é que D. Pedro herdaria a coroa, seria rei de Portugal e, por isso, parecem excessivas as condições de D. João Manuel, aquando do tratado de casamento. A mais interessante é, porventura, a segunda exigência, em que o nobre castelhano exige que “ho Jfante lhe nam tome manceba, em quamto ela [D. Constança] for de ydade pera emprenhar e paryr, saluo, se ella for de sua natureza manyha e nom pertemçemente pera jerar” (Rui de Pina MMIX: 184). D. João Manuel tinha todas as razões para estar desconfiado: a filha já fora repudiada em Castela e D. Pedro já repudiara D. Branca, em Portugal. Mas é também possível que houvesse já outra mulher na vida de D. Pedro e que D. João Manuel estivesse bem informado a esse respeito.

Por esta altura, Constança é já um bom exemplo da desqualificação da identidade feminina, no século XIV. Devia ser uma jovem mulher amargurada, sempre jogada no vespeiro do xadrez político: de Portugal, chegava-lhe o terceiro contrato de casamento. Mas, apesar de ser um mero peão de um jogo de interesses, a verdade é que a vinda de Constança para Portugal concretizaria uma viragem nas relações entre Portugal e Castela e alteraria a relação de forças entre os dois reinos, a favor de Portugal. Casada com D. Pedro por procuração, Constança foi impedida por Afonso XI

⁵⁵ Com efeito, segundo Rui de Pina, após esse repúdio, vieram nobres castelhanos a Portugal, aceitaram os motivos de D. Pedro, mas D. Branca continuou a viver na corte portuguesa (Rui de Pina MMIX: 166).

Negociado o casamento de D. Pedro com D. Constança Manuel e terminada a guerra com Castela, Afonso XI, nas negociações de paz, insistia, como já foi referido, para que D. Branca continuasse em Portugal “por molher do Jfante D. Pedro” (Rui de Pina MMIX: 288).

de sair de Castela⁵⁶, o que, associado ao desprezo a que o rei castelhano votava D. Maria, provocou a guerra de 1336-1339.

Só no fim desta guerra, Afonso XI cedeu à vinda de D. Constança Manuel para casar com D. Pedro e ao compromisso de respeitar a esposa, D. Maria de Portugal. Só então D. Branca deixou Portugal, entrando diretamente para o Convento de Huelga⁵⁷. Em agosto de 1340, Constança chegou a Portugal e casou, de facto, com D. Pedro, depois de duas bodas frustradas, duas situações de verdadeira retenção e um noivado atribulado. É provável que esta viragem na atitude de D. Afonso XI se explique pela necessidade de Castela ter ao seu lado o reino de Portugal, dois meses depois do casamento de Pedro com Constança, na Batalha do Salado.

Candidata a rainha de Portugal, nem por isso Constança Manuel teria uma vida feliz. Apesar das formalidades da corte, esse casamento esteve sempre toldado por uma outra mulher: o enigmático D. Pedro viveu uma paixão avassaladora por Inês de Castro, uma aia e confidente da princesa, embora haja muitas teorias acerca do momento em que começou essa relação. Relativamente ao estado de espírito da esposa de D. Pedro, não devemos andar longe da verdade se aceitarmos que, a Constança, “la afligia la firialdad que notaba en los cuidados de su esposo” (Calzada MDCCXCI: 4) que se repartia entre caçadas e saídas prolongadas, descomprometido das suas obrigações.

Constança foi negociada, repudiada, mal-amada e, ainda que nada o comprove, deve ter sido vítima de adultério. Os sucessivos desgostos devem ter feito dela uma mulher triste e solitária, apesar de jovem. Talvez um ano ou dois mais velha do que D. Pedro, cabou por cumprir a função que lhe estava socialmente reservada: deu à luz D. Fernando, um herdeiro para a coroa, em 1345. Teve um casamento muito curto, falecendo entre 1345 e 1349. Vários autores apontam a morte de Constança logo a seguir ao parto de D. Fernando, ou mesmo por causa de complicações surgidas no seu decurso, em 1345, data que pode ser muito conveniente, uma vez que protege o tempo necessário para o nascimento dos filhos de Inês de Castro e de D. Pedro. Esta questão assume contornos muito importantes para a compreensão das relações matrimoniais na corte, dado que, apesar da volatilidade de então, a verdade é que o perfil que a História

⁵⁶ Afonso XI procurava, desse modo, impedir a aliança entre o rei de Portugal e um dos seus mais poderosos inimigos, o pai de Constança.

⁵⁷ “Como a Jfante D^a Costança foy a Purtuguall, e a Jfante D^a Branca leuada a Castela” (Rui de Pina MMIX, Capítulo L: 295).

nos legou de D. Afonso IV e de D. Beatriz contrastam com a leviandade de D. Pedro. Até ao momento, parece não haver maneira de clarificar o momento que medeia a morte de Constança e o nascimento do primeiro filho de Inês. Parece que uma barreira de fumo se abateu sobre a data da morte de Constança. Se ela ocorreu, de facto, em 1345, há uma margem de segurança para o nascimento do primeiro filho de Inês, Afonso, dado que muitos defendem que o segundo filho, Beatriz, nasceu em 1347. Apesar de colocar dúvidas e interrogações, Pimenta concede uma margem de conforto ao futuro monarca, relativamente à data do nascimento do filho mais velho da Castro: “dos filhos de D. Pedro e de D. Inês, o mais velho tinha recebido o nome do avô, Afonso (1350-?)” (Pimenta 2005: 85). De igual modo, também José Mattoso concede essa margem de segurança, ao referir que Inês de Castro era “mulher clandestina do infante D. Pedro desde a morte da rainha D. Constança (1348-1349)” (Mattoso 1997: 408).

No entanto, Maria Leonor Machado de Sousa, referindo-se ao tremor de terra que assolou Lisboa em 1344, afirma ter ocorrido “a morte de D. Constança, no ano seguinte” (Sousa 2004: 83), ou seja, em 1345. Se é certo que, na mesma página, a autora concede que alguns escritores situaram a data do terramoto *quando mais lhes convinha*, a verdade é que a data da morte de Constança é fixada em 1345. Seja como for, a mesma autora é perentória ao afirmar que “não corresponde à verdade” (Sousa 2004: 107) a suposição de que haveria filhos de Inês ainda em vida de D. Constança. No entanto, mesmo não havendo ainda filhos fora do casamento, a solidão e resignação de Constança devia fazer parte dos seus dias, reduzida à qualidade de procriadora de um herdeiro, por aquele que viria a ter filhos de três mulheres: de D. Constança Manuel, de D. Inês de Castro e de D. Teresa Lourenço.

2. A história oficial de Pedro e Inês de Castro

Qualquer tentativa de perspetivar a história de Pedro e de Inês em termos historiográficos, com base nos cronistas, procurando, tanto quanto possível, despi-la dos adornos estéticos da literatura, acaba por ser uma tarefa de resultados duvidosos, “uma vez que não temos senão textos literários – históricos ou poéticos – até aos fins do século XVI” (Sena 1967: 182).

2. 1. As fontes da História: um relato em expansão

O relato da história de Pedro e de Inês parte de breves referências inscritas em documentos a que poderemos chamar fontes da História: no *pacto de amnistia e concórdia* (celebrado entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro, depois da guerra civil que os opôs), no *Chronicon Conimbricense – Livro das Noas ou Livro das Eras de Santa Cruz de Coimbra*, no *Chronicon Alcobacense* e no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Os três primeiros foram efectuados em data muito próxima dos acontecimentos, enquanto o *Livro de Linhagens* pode ter sido escrito algum tempo depois, mas sempre antes de 1383, momento fulcral de viragem na narrativa oficial, como a seu tempo se verá.

A partir destes quatro documentos, embora os historiadores continuem a falar de *fontes históricas*, designadamente no que diz respeito aos textos de Fernão Lopes e de Rui de Pina, é necessário ter em atenção que as suas narrativas acerca da história de Pedro e de Inês apresentam características muito diversas dos quatro documentos acima referidos, como se verá.

No final do século XIV, as *Crónicas de los Reyes de Castilla*, de Pero Lopez de Ayala, apresentam uma narrativa mais pormenorizada sobre a história de Pedro e de Inês e, já no século XV, a *Crónica de D. Pedro I*, de Fernão Lopes, expandiu enormemente o conhecimento tradicional acerca do assunto. No século XVI, a *Crónica do Rei D. Afonso IV*, de Rui de Pina, continuou a tendência de aumentar os dados conhecidos.

2. 1. 1. Acordo de Canaveses, Chronicon Alcobacense e Livro de Linhagens do Conde D. Pedro: uma revisitação atual, por Maria do Rosário Ferreira

Num artigo intitulado “Onde está Inês posta em sossego?”, Maria do Rosário Ferreira afirma que o primeiro registo conhecido sobre Inês de Castro é exarado “no diploma do pacto de amnistia e concórdia celebrado entre D. Afonso IV e seu filho D. Pedro em agosto de 1355, respeitante ao “desuayro” entre ambos “per Razon da morte de Dona Enes” (Ferreira [em linha]: 5). A mesma autora refere que naquele diploma não é referida qualquer data, local ou o modo como ocorreu a morte de Inês, mas há “abundantes referências àqueles que juntamente com o rei tinham nela participado ou tinham tido responsabilidade nessa decisão, e sofrido desde então a ira do infante, que

agora prometia perdoa-lhes” (Ferreira [em linha]: 5). Diz também que a refundição do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, ocorrida antes de 1383, refere indiretamente a morte de Inês de Castro como antecedente da execução de Pero Coelho (“matou-o el rey dom Pedro porque o culpou na morte de dona Ines de Castro que matou el rey dom Afonso seu pai”) e como motivo da guerra civil que opôs o filho ao pai, mormente no cerco à cidade do Porto (“o ifante dom Pedro andava... queimando e destroindo muitos lugares... a todos os que foram conselheiros na morte da ifante dona Enes de Castro que el rey seu padre matou”). Um pouco mais à frente, citando o refundidor do *Livro de Linhagens*, Maria do Rosário Ferreira refere aquilo que pode ser essencial acerca da ligação de Inês a Pedro: “Casou outra vez este rei dom Pedro com a ifante dona Enês, filha de dom Pedro de Castro, e fez em ela o ifante dom Joham e o ifante dom Dinis e a ifante dona Beatriz”.

Maria do Rosário Ferreira atesta ainda que o local da execução de Inês foi registado, pouco depois da sua ocorrência, no *Chronicon Alcobacense*: “o Rei Afonso matou D. Inês em Coimbra” (Ferreira [em linha]: 5).

2. 1. 2. *Chronicon Conimbricense – Livro das Noas ou Livro das Eras de Santa Cruz de Coimbra*

O *Chronicon Conimbricense – Livro das Noas ou Livro das Eras de Santa Cruz de Coimbra*, refere: “Era millesima tercentesima nonagesima tertia septem dies Januarij decolata fuit Donna Enes per mandatum Dominis Regis Alfonsus quartus”⁵⁸ (*Chronicon Conimbricense* [em linha], pág. 27). Traduzindo: Inês foi degolada, a mando de D. Afonso IV, no dia sete de janeiro de 1355.

Não podemos determinar a data exata em que foram feitos estes registos, referentes à execução de Inês de Castro. No entanto, quer as referências do *Chronicom Alcobacense* quer as do *Chronicom Conimbricense* “redigidas certamente pouco depois da ação régia descrita (...) seriam rapidamente alargadas na refundição do *Livro de linhagens do conde D. Pedro*, efetuada antes de 1383” (Oliveira 2005 [em linha]: 114).

⁵⁸ *Chronicom Conimbricense* [em linha]: 27. A datação é da Era de César e corresponde ao ano de 1355, da Era de Cristo.

2. 1. 3. *Crónicas de los Reyes de Castilla, de Pero Lopez de Ayala*

Acerca da história de Pedro e de Inês de Castro, Pero Lopez de Ayala regista o seguinte:

a) Sobre a sua ascendência nobre e bastarda: “era fija de Don Pedro de Castro que dixeron de la Guerra, un grand Señor en Galicia, que la oviera en una Dueña” (Ayala MDCCLXXIX [em linha]): 310-311;

b) Sobre a sua beleza, realçando que D. Pedro só “a tomou” depois da morte da esposa, D. Constança: “é teniala el Infante Don Pedro por quanto era muy hermosa, e aviala tomado despues que morió la Infanta Doña Costanza fija de Don Juan Manuel, com quien el dicho Infante Don Pedro fuera casado” (Ayala MDCCLXXIX [em linha]: 311);

c) Sobre os motivos que estiveram na origem da sua morte, relacionando-a com a possibilidade de se efetuar o casamento de Pedro e a legitimação dos filhos dos dois: “E fizola el Rey Don Alfonso matar, por quanto le decian que el Infante Don Pedro su fijo queria casarse com ella, é facer los dichos fijos legítimos” (Ayala MDCCLXXIX [em linha]: 310). Um pouco mais à frente, numa perspetiva bastante diferente, Ayala destaca o amor de Pedro por Inês e refere que Afonso IV a mandou matar, em Coimbra, porque o Infante dizia que era casado com ela: D. Pedro “amaba tanto à la dicha Ines, que decia á algunos de sus privados que era casado com ella; é por esto el Rey Don Alfonso su padre fizola matar (...) en Sancta Clara de Coimbra dó ella posaba” (Ayala MDCCLXXIX [em linha]: 311);

d) Sobre os conselheiros de Afonso IV envolvidos na sua morte: “é fueron en consejo com él de la matar dos Caballeros suyos, uno que decian Diego Lopez Pacheco, é otro Pero Cuello, é otros dos omes criados del Rey” (Ayala MDCCLXXIX [em linha]: 311);

e) Sobre o desejo de Pedro matar aqueles conselheiros e sobre o seu casamento com ela, ocultado por causa do medo a Afonso IV: “luego quisiera matar á los que fueron en el consejo de la muerte de Doña Ines, la qual decia estonce que fuera su muger legítima, é que él avia casado con ella, aunque no lo osára decir por miedo del Rey su padre” (Ayala MDCCLXXIX [em linha]: 311);

f) Sobre a fuga dos conselheiros para Castela: “los Cabelleros que en aquel consejo fueron fuyeron del Regno de Potogal, é vinieronse para Castilla” (Ayala MDCCLXXIX [em linha]: 311);

g) Sobre a prisão e troca dos conselheiros de Afonso IV por refugiados castelhanos em Portugal: “e fueron entregados al Rey de Portugal Pero Cuello, é un Escribano, los quales fuerom muertos en Portugal; é Diego Lopez Pacheco fué apercebido, é fuyó de Castilla para el regno de Aragon” ” (Ayala MDCCLXXIX [em linha]: 311). Relativamente a esta troca de nobres cavaleiros, Ayala afirma: “los que esto vieron tovieron que los Reyes ficieron lo que la su merced fué; mas que el tal troque non debiera ser fecho, pues estos Caballeros estaban sobre seguro en los sus Regnos” ” (Ayala MDCCLXXIX [em linha]: 311).

2. 1. 4. *Crónica de D. Pedro I, de Fernão Lopes*

Os registos de Fernão Lopes atestam o seguinte:

a) Sobre as relações familiares de Inês: “Dom Alvaro Perez de Castro, irmão de Dona Enes, madre de Dom Johan e de Dom Denis, filhos delRei Dom Pedro de Purtugal, seendo emtom Iffante” (Fernão Lopes 1986: 75). Mais à frente, Fernão Lopes acrescenta Dona Beatriz aos filhos de D. Pedro e D. Inês (Fernão Lopes 1986: 134). Em outros lugares, o cronista nomeia o pai e os irmãos (legítimos e/ou bastardos) de Inês de Castro: “Dona Enes de Castro, filha que foi de Dom Pedro Fernamdez de Castro” (Fernão Lopes 1986, 131); “Dona Joana de Castro é “filha de Dom Pedro de Castro, que chamarom da Guerra” (Fernão Lopes 1986: 74); D. Fernando de Castro é “irmão” de “Alvaro Perez” (Fernão Lopes 1986: 184);

b) Sobre o enamoramento de Pedro por Inês, em vida da esposa, D. Constança Manuel: “como se della namorou, seemdo casado e aimda Iffante”, nunca “çessava de lhe emviar recados” (Fernão Lopes 1986: 200);

c) Sobre o amor de D. Pedro por Inês: o cronista regista que o amor dele “raramente he achado em alguma pessoa” e que, tal como disseram os antigos, “nenhum he tam verdadeiramente achado como aquel cuja morte nom tira da memoria o grande espaço do tempo” (Fernão Lopes 1986: 199). Fernão Lopes adianta ainda que o amor de Pedro por Inês não tinha nada a ver com aqueles “amores compostos, os quaaes alguuns autores abastados de eloquemcia, e floreçentes em bem dítar”, mas era

um amor “que seu fundamento teem sobre verdade. Esse verdadeiro amor ouve elRei Dom Pedro a Dona Enes” (Fernão Lopes 1986: 199-200).

d) Sobre o casamento de Pedro com Inês: o cronista refere que, enquanto D. Afonso IV foi vivo, e mesmo depois de falecer, até 1360, D. Pedro negou qualquer relação matrimonial com D. Inês. Ao contrário de Ayala, Fernão Lopes, refugiando-se numa forma verbal impessoal, afirma que “dizem que muitas vezes lhe [a D. Pedro] emviava elRei Dom Affonsoo preumtar se a requeira e homrrallahia como sua molher” (Fernão Lopes 1986: 125); no entanto, o mesmo cronista lembra a Declaração de Cantanhede, de 1360, narrando que, segundo D. Pedro, “estando el [D. Pedro] em Bragamça podia aver huuns sete annos, pouco mais ou meos, nom se acordamdo do dia e mez, que el requeira por sua molher lidema per palavras de presente (...) Dona Enes de Castro” (Fernão Lopes 1986: 126). Logo de seguida o cronista conta que, depois deste casamento, D. Pedro, segundo afirmações do próprio, “a tevera sempre por sua molher atta o tempo de sua morte, vivemdo ambos de consum, e fazemdosse maridança qual deviam” (Fernão Lopes 1986: 126). Fernão Lopes diz que D. Pedro justificou a ocultação do casamento “em vida do dito seu padre, por temor e requeo que del avia” (Fernão Lopes 1986: 126). No entanto, Fernão Lopes expressa claramente duvidar das declarações de D. Pedro, mostrando estranheza pela tardia confissão de Cantanhede, que contrariava todas as declarações que D. Pedro havia feito anteriormente e, além do mais, ocorrida tão fora de tempo, “no mes de junho, avemdo ja huuns quatro annos que reinava” (Fernão Lopes 1986: 125). No capítulo XXIX, o cronista reforça o caráter duvidoso desse casamento, referindo que os “mais sotiis demtemder, leterados e bem discretos (...) nom receberam isto em seus emtendimentos, pareçemdolhe de todo seer muito contra razom” (Fernão Lopes 1986: 135). Explana depois longamente a sua perplexidade pela incongruência que resultaria do facto de D. Pedro se não lembrar do dia e mês do consórcio, uma vez que uma testemunha afirmou que ele se realizara “em huum primeiro dia de janeiro, podia aver sete annos pouco mais ou menos” (Fernão Lopes 1986: 130). Ora, segundo a narração de Fernão Lopes, o infante não poderia esquecer, para além do mais, o dia da “tomada de Dona Enes, e o gramde desvairo que por tal aazo ouve com seu padre” (Fernão Lopes 1986: 138), quando esse dia, no dizer de uma testemunha, Estevam Lobato, era o dia 1 de janeiro, data inesquecível, por ser o primeiro dia do ano. Por outro lado, Fernão Lopes conta a

incompreensão dos que “ouvirom parecer fingido”: embora pudessem entender o receio de D. Pedro em revelar o casamento em vida de Afonso IV, interrogavam-se acerca do que “lhe tolhera depois que elRei morreo, que logo nom notificara, sendo em seu livre poder, pois lhe tanto prazia de seer sabudo” (Fernão Lopes 1986: 138);

e) Sobre a morte de Inês: Fernão Lopes refere que D. Pedro culpava muito Diego Lopez Pacheco, Pero Coelho e Alvaro Gomçallvez pela responsabilidade que teriam “na morte de Dona Enes, que elRei Dom Affonso, padre delRei Dom Pedro de Purtugal seemdo entom Iffante, mandou matar em Coimbra” (Fernão Lopes 1986: 141-142). No entanto, de seguida, Fernão Lopes desculpabiliza Diego Lopez Pacheco, uma vez que este teria, muitas vezes, mandado prevenir o Infante para a necessidade de proteger Inês “da sanha delrei seu padre” (Fernão Lopes 1986: 142);

f) Sobre a fuga dos conselheiros para Castela e a sua condenação: Fernão Lopes refere que, apesar dos perdões jurados por D. Pedro, os conselheiros de Afonso IV, por indicação do rei, fugiram para Castela quando a hora de D. Pedro subir ao trono se aproximou: “e elRei de Castela os reço de boom geito, e aviam delle bem fazer, e merçee, vivemdo em seu reino seguros, e sem reço” (Fernão Lopes 1986: 143). Mal chegou ao trono, D. Pedro “deu semtemça de traiçom contra elles”;

g) Sobre a prisão e troca dos conselheiros de Afonso IV por refugiados castelhanos em Portugal: D. Pedro de Portugal acordou com D. Pedro de Castela a troca dos mentores do assassinato de Inês por alguns castelhanos refugiados em Portugal, nomeadamente D. Pedro Nunes de Gusmão, que “viviam em Purtugal na merçee delRei Dom Pedro, creemdo nom reçoer dano” (Fernão Lopes 1986: 143). Presos e forçados a regressar a Portugal, Pero Coelho e Álvaro Gonçalves são encaminhados para Santarém, onde está D. Pedro. No capítulo XXXI, Fernão Lopes conta a fuga de Diego Lopez Pacheco para Aragão e, depois, para França, conseguindo o antigo conselheiro de D. Afonso IV escapar, porque tinha ido, nessa manhã, “aa caça dos perdigões” (Fernão Lopes 1986: 145).

Relativamente a esta troca de nobres cavaleiros, Fernão Lopes refere a opinião das pessoas de bem: “os Reis erravom mui muito himdo comtra suas verdades, pois que setes cavalleiros estavom sobre segurança acoutados em seus reinos” (Fernão Lopes 1986, 149). O cronista reconhece ainda que, no que diz respeito às promessas feitas em

Canavezes, em agosto de 1355, de perdoar os executores de Inês, D. Pedro foi “contra seu juramento” (Fernão Lopes 1986: 200);

h) Sobre a tortura e execução dos conselheiros de Afonso IV: Fernão Lopes destaca a primeira intenção de D. Pedro: “que lhe confessassem quaaes foram na morte de Dona Enes culpados, e que era o que seu padre traitava contrelle, quando amdavom desaviindos por aazo da morte della” (Fernão Lopes 1986: 148). Para o efeito, D. Pedro enfrentou-os e com “sanha cruel sem piedade lhos fez per sua mão meter a tormento” (Fernão Lopes 1986: 148). Sem respostas que o satisfizessem, D. Pedro “enfadousse deles e mandouhos matar (...) ca mandou tirar o coração pellos peitos a Pero Coelho, e a Alvaro Gomçallves pellas espadoas” (Fernão Lopes 1986: 149). Finalmente, continua o cronista, “mandouhos queimar; e todo feito ante os paaços omde el pousava, de guisa que comendo oolhava quamto mandava fazer” (Fernão Lopes 1986: 149);

i) Sobre a relação com mulheres, depois da morte de Inês: “depois da morte de Dona Enes, elRei sendo Iffamte, numca mais quis casar, nem depois que reinou quis receber molher, mas ouve huum filho dhuuma dona, a que chamarom Dom Joham” (Fernão Lopes 1986: 195);

j) Sobre a construção dos túmulos de Alcobaça, a transladação dos ossos de Inês para Coimbra e a coroação: “E seemdo nembrado de homrrar seus ossos” mandou construir no Mosteiro de Alcobaça “huum moimento dalva pedra, todo mui sotilmente obrado, poemdo emlevada sobre a campãa de çima a imagem della com coroa na cabeça, como se fora Rainha” (Fernão Lopes 1986: 200). Relativamente à transladação de Inês, o cronista afirma que D. Pedro “fez trazer o seu corpo do mosteiro de Santa Clara de Coimbra, hu jazia, ho mais honradamente que se fazer pode” (Fernão Lopes 1986: 200). De seguida, o cronista afirma que “semelhavelmente mandou elRei fazer outro tal moimento e tam bem obrado pera si” (Fernão Lopes 1986: 200);

k) Sobre as exéquias de D. Pedro: “mandousse levar aaquel moesteiro que dissemos, e lamçar em seu moimento, que esta jumto com o de Dona Enes” (Fernão Lopes 1986: 200);

2. 1. 5. Crónica do Rei D. Afonso IV, de Rui de Pina

Os registos de Rui de Pina, relativamente à história de Pedro e de Inês, apontam para o seguinte:

a) Sobre a genealogia de Inês de Castro, o cronista pormenoriza bastante os seus antepassados, ligando-a, por bastardia, ao rei D. Sancho IV de Castela e à alta nobreza galega: era bisneta bastarda “delRey D. Samcho, jrmão da Rainha D^a Bryatiz, molher deste Rey D. Afomso de Purtuguall”; era neta de Fernando Rodrigues de Castro, “gram senhor no Reyno” e de D. Violante Sanches, “ffilha bastarda de D. Sancho IV; era filha de “Pedro Fernamdez de Castro, que disseram ‘da Guerra’, primo cojrmão do Ifamte D. Pedro de Purtuguall (...) gram senhor em Gualiza, e ffoy Camareyro Mor deste Rey D. Afomso de Castela e Adiantado Mor da ffrontarya”; pelo casamento legítimo do pai com Isabel Ponce, foi meia-irmã de D. Fernando e de Dona Joana de Castro; foi irmã de Álvaro Peres de Castro, ambos filhos naturais de Pedro Fernamdez de Castro (Rui de Pina MMIX: 358);

b) Sobre a presença de Inês de Castro junto de D. Constança, esposa de D. Pedro, e sobre a relação de parentesco entre as duas: Rui de Pina salienta que “D^a Ynes amdava em casa da dicta Ifamte por sua donzela e parenta” (Rui de Pina MMIX: 356).

c) Sobre a influência dos irmãos de Inês em Portugal: D. Fernando e D. Álvaro Pires “per meyo do favor da dicta D^a Jnes de Castro, sua jrmam, e dos filhos que tynha dellRey D. Pedro, alem de muytas teras que tinham em Castella (...) tiueram grande parte em Purtuguall” (Rui de Pina MMIX: 359). Álvaro Pires de Castro foi “Comdestabre de Purtuguall e o primeyro Comde de Arayolos, e Allcayde Mor de Lixboa” (Rui de Pina MMIX: 358).

d) Sobre a relação de Pedro com Inês, em vida de D. Constança: o cronista refere que a proximidade afetiva entre Pedro e Inês era, pelo menos, preocupante: “E semtia se ja que ho Ifamte D. Pedro lhe queria bem” (Rui de Pina MMIX: 356) e, por isso, Constança procurou evitar “amtre eles outra afeição”, escolheu-a para madrinha do infante D. Luís, ligando Inês por laços morais, uma vez que passava a ser “comadre delRey D. Pedro, semdo Ifamte, e da Ifamyã D^a Costança” (Rui de Pina MMIX: 356). Mais à frente, o cronista afirma que D. Pedro era “já em sua vyda della [de D. Constança] muyto namorado de D^a Jnes de Castro” (Rui de Pina MMIX: 356). Talvez por isso, Rui de Pina aponta para um relacionamento de “pecado” e, portanto, de concubinato entre Pedro e Inês, explicitando que a manceba de Pedro assumiu uma atitude de fingimento face ao vínculo religioso de batismo: “ho Ifamte D. Pedro, sem embargo d ysto, a teue depois, e ouue dela hos filhos (...). E por sua escusa deste

pecado, se dizia que a dicta D^a Jnes fora forçada ao dicto Bautismo em sua vomtade, e quamto ao de Deos nom comsemtira nele” (Rui de Pina MMIX: 356);

e) Sobre a relação de Pedro com Inês, após a morte de D. Constança: Rui de Pina afirma que, depois da morte da esposa, Pedro “ha ouue [a Inês] a sua despocysam” (Rui de Pina MMIX: 357). O cronista refere que Inês “no prymcypio e pubrycamente ffoy emtam de mamceba” (Rui de Pina MMIX: 357) e, nesse contexto, sendo “moço de trimta e tres annos, jdade muj comueniente pera ajmda auer de casar” (Rui de Pina MMIX: 365), D. Afonso IV, D. Beatriz e os homens mais importantes de Portugal insistiram para que ele “casase, ou dysese se D^a Jnes era sua molher, pera ser por yso homrada e tratada de todos como ela mereçya” (Rui de Pina MMIX: 365). No entanto, continua o cronista, D. Pedro sempre negou que tivesse casado com Inês e também não aceitou casar com outra mulher. Segundo Rui de Pina, dizia-se que o motivo principal apresentado por D. Pedro “pera a não decrarar por molher, era por ela nom ser filha legityma de D. Pedro de Castro, mas de huma sua manceba” (Rui de Pina MMIX: 365). No entanto, D. Pedro declarou em Coimbra, três anos depois de subir ao trono, que “depois do ffalecymmento da Jfante D^a Costança ele recebeu loguo por sua molher, per palavras de presentemte, a dicta D^a Jnes” (Rui de Pina MMIX: 359). Este testemunho de D. Pedro levantou muitas dúvidas e verificou-se que “muytos nom aprouaram”, uma vez que não entendiam o motivo de D. Pedro não fazer “esta decraçam loguo como reynou, mas d ahy a tres annos” (Rui de Pina MMIX: 359). Não obstante, D. Pedro “a este tempo ha mamdou chamar e ymtitular Rainha de Purtuguall e os filhos Jfantes” (Rui de Pina MMIX: 359). Mais à frente, Rui de Pina reconhece que Pedro havia casado com Inês: instado a proteger Inês já que ela poderia correr risco de vida, Pedro não acreditava nesses rumores “sem numca querer decrarar a verdade, e afirmar que era com ela casado” (Rui de Pina MMIX: 366);

f) Sobre os filhos de Pedro e de Inês: Rui de Pina nomeia os infantes D. Afonso, “ho prymeyro, que moreo moço em Purtuguall”, D. João e D. Dinis, que “moreram em Castella, sem allguma legytyma jeraçam” e D. Beatriz, que casou com “D. Samcho, Comde de Allbuquerque, filho bastardo delRey D. Afomso de Castela e de Lianor Nunnez de Guzmão” (Rui de Pina MMIX: 357). O cronista afirma ainda que estes filhos não foram reconhecidos como infantes “salluo tres annos depois que ellRey

D. Pedro, seu pay, reynou, quando em Coymbra declarou e ffez çerto per testemunho que muytos nom aprouuaram (Rui de Pina MMIX: 359);

g) Sobre a morte de Inês de Castro: Rui de Pina regista o poder e a influência dos irmãos Castro⁵⁹, em Castela e em Portugal, referindo que “ouuese dyso reço grande de a uida e a soseção do Jffamte D. Fernamdo, que per alguma maneyra poderião ordenar sua morte” (Rui de Pina MMIX: 365), a fim de que cada um dos filhos de Inês, por morte do filho de D. Constança, pudesse “soseder os reinos de Purtuguall e do Alguarue” (Rui de Pina MMIX: 366). Assim, continua o cronista, “pera este gramde incomueniente sesar, nom auia outro milhor remedyo, saluo que apertasem com ho dito Jfamte que casase (...) e nom tiuese no Reino D^a Jnes de Castro” (Rui de Pina MMIX: 366). E se D. Pedro não aceitasse esta proposta, Afonso IV, para segurança de D. Fernando e para proteção da coroa, que por causa da “dita Jnes se poderião emlear, a mamdase matar (...), nom leixase no Reino viua, e seu filho, ho Jfamte D. Pedro nom fiquase em seu poder dela” (Rui de Pina MMIX: 366). Rui de Pina afirma depois que quando Afonso IV estava em Montemor-o-Velho, consentiu na morte de Inês e, acompanhado de muita gente armada, deslocou-se às casas do Mosteiro de Santa Clara, em Coimbra, onde ela estava. Inês, avisada da presença do rei e da sua intenção de a mandar executar

achamdose salteada pera se não poder ja saluar per allguma maneyra, ho veo receber a porta. Homde com ho rosto transfigurado, e por escudo de sua vida, pera sua jnocemçya achar na yra delRey allguma mais pyedade, trouxe amte sy os tres jnocemtes Jfamtes, seus filhos, netos delRey, com cuja prezemtação e com tamtas lagrimas e com palauras asym pyadosas pydyo misericordya e perdão a elRey. E que ele, uemçydo dela, se dys que se uoluia e a leixaua ja pera não morrer (Rui de Pina MMIX: 366-367).

Depois, Rui de Pina afirma que alguns dos cavaleiros que iam com o rei para matar Inês entraram de seguida, mormente Diogo Lopes Pacheco, Senhor de Ferreira, Álvaro Gonçalves, Meirinho-Mor, e Pedro Coelho. E quando viram sair Afonso IV e perceberam que ele estava a desistir do propósito de matar Inês,

agrauados dele por a publica determinação com que os aly trouxera, e pelo gramde hodyo e mortal perigo em que de hy emdiamte com ella e com ho Jfamte D. Pedro hos leixaua, lhe fyzeram dyzer e comsemtir que eles tornasem a matar D^a Jnes, se quissem. A qual por iso loguo matarão (...). A qual D^a Jnes foy loguo emterada no dyto moesteyro de Samta Crara (Rui de Pina MMIX: 367).

⁵⁹ Conforme alínea c), deste subcapítulo.

h) Sobre os “desvairios” ocorridos entre Pedro e Afonso IV, por causa do assassinato de Inês, Rui de Pina dá nota⁶⁰ da guerra civil entre o pai e o filho: o assassinato de Inês provocou em Pedro tanto desespero que ele “como danado andava pera perder ho syso e a uida, sem algum remedyo nem conforto”. D. Pedro, “ajmda que fose per meos tam contrairos a ele (...) procurou loguo todas cousas em que pudese deseruir a elRey, seu padre, e destrohir seu Reino, e dar mortal castiguo aos matadores dela”. Para isso, juntou a sua gente “a muyta mais que ouue de seus cunhados D. Fernamdo e D. Alvaro Pirez, e asym de seus parentes e ualias” e, na região do Minho e de Trás-os-Montes, “fazião todos roubos e mortes, males e danos que podyão”;

i) Sobre o cerco do Porto e a desistência de tomar a cidade: a defesa da cidade estava confiada a D. Gonçalo Pereira, Arcebispo de Braga. Dado não ser totalmente cercada por muralhas, o Arcebispo “a çerquou com os treuus e pemdões dos nauios que ahy estão no mar, e de dentro deles detremynou esperar o Jfante, e antes morer que lhe entregar a cydade” (Rui de Pina MMIX: 367). D. Pedro, “porque queria grande bem ao Arcebispo” e para não colocar em perigo a honra e a vida do prelado, “nom mandou cometer a cydade e a leixou”. Aconselhado por medianeiros, dirigiu-se a Canavezes, onde celebrou o cordo de paz com Afonso IV;

j) Sobre o acordo de paz entre Afonso IV e D. Pedro: no dia 5 de agosto de 1355, em Canavezes, na presença da rainha D. Beatriz, de D. Gonçalo Pereira “e d outros boms omems que entreuierão” (Rui de Pina MMIX: 369), o velho monarca e o príncipe herdeiro acertaram a paz. D. Pedro “com grande firmeza de palavras perdoou loguo a todas aquelas pessoas que de conselho e de feito em qualquer maneyra foram culpados na morte da dita D^a Jnes de Castro” (Rui de Pina MMIX: 369);

k) Sobre a fuga para Castela e morte dos culpados do assassinio de Inês de Castro: Diogo Lopes Pacheco, Álvaro Gonçalves e Pedro Coelho “segundo se afirma, foram conselheyros mais culpados na morte de D^a Jnes e de quem o Jfante D. Pedro (...) mostrava ter mor semtymemto e comtynuo desejo de grande vymgamça” (Rui de Pina MMIX: 371). Por isso, antes de morrer, Afonso IV aconselhou-os a refugiarem-se fora de Portugal. “Mas depois Alluaro Gomçalez e Pero Coelho nom poderam escusar a crua morte que elRey D. Pedro contra sua verdade e juramentos lhe deu” (Rui de Pina MMIX: 371);

⁶⁰ As citações são retiradas do Capítulo LXVIII, da *Crónica do Rei D. Afonso IV*, pp. 368-370, de Rui de Pina.

l) Sobre as exéquias de Inês em Alcobaça: Rui de Pina afirma que Inês de Castro “depois da sua morte ffoy avyda e sepulltada por rainha de Purtugual” (Rui de Pina MMIX: 358). Afirma ainda que

depois tres anos que elRey D. pedro reinou foy seu corpo d ahy [do Mosteiro de Santa Clara] muy solenemente treladado pera ho Moesteyro de Alcobaça, homde elRey D. Pedro mamdou fazer e por juntos dous mojmentos de pedra bem laurados. E em hum deles foy ela posta e em o outro se mamdou elrey depois lamçar, jumto com ela, asym como ora jazem (Rui de Pina MMIX: 367).

m) Sobre os filhos de D. Pedro, depois da morte de Inês: para além dos filhos de D. Constança e dos de Inês de Castro, Rui de Pina regista também que D. Pedro, depois de ser rei, “ouve de huma Dona Tereja, naturall de Gualiza, D. Joam, seu filho bastardo, que (...) foy Mestre d Avis, e depois Rey” (Rui de Pina MMIX: 360).

2. 2. Caraterização de Pedro e de Inês, a partir das crónicas

Elaborar o retrato de personagens medievais é uma tarefa muito arriscada, desde logo pela escassez de fontes de referência. Por outro lado, os discursos então produzidos, normalmente realizados a mando, não conseguem esconder orientações elogiosas ou injuriosas, conforme o interesse dos mentores da sua realização. Sendo a crónica medieval, por norma, um desiderato da coroa, facilmente se compreende que o discurso produzido havia de refletir os desejos do poder. Significa isto que o retrato que possamos esboçar não tem a pretensão de corresponder, na exata medida, ao perfil das personagens, mas há de resultar da imagem refletida e, porventura, retocada dos cronistas, a que se acrescentará a interpretação possível, procurando respeitar o espírito e a letra do *corpus* textual daqueles escritores.

A narrativa medieval, apesar de se centrar em individualidades, tende para a narração de acontecimentos e é muito pouco descritiva. O retrato de Pedro e de Inês que nos chega através das crónicas é, por isso, bastante incipiente e, por vezes, ambíguo ou mesmo contraditório. Mas a maior dificuldade para esta caraterização resulta, certamente, dos hiatos que os cronistas, voluntaria ou involuntariamente, deixaram por preencher.

No contexto da rutura do consórcio de D. Pedro com D. Branca de Castela, teria o infante D. Pedro catorze ou quinze anos, surge, registado pela mão de Rui de Pina, o primeiro traço do perfil do filho de D. Afonso IV: o tom desafiador à autoridade

paterna. Por um lado, o infante informava o pai dos *descontentamentos*⁶¹ relativamente à sua consorte e, por outro lado, exortava-o para que não o fizesse casar, com quem quer que fosse, contra sua vontade, para que não houvesse motivos para ele lhe desobedecer, como não desejava. Ou seja, apesar de alguma contensão na manifestação do *desejo razoável* de não desobedecer ao pai, a verdade é Rui de Pina afirma que, se o pai o casasse, *haveria caso para desobediência*. D. Afonso IV avançou com a negociação de outro casamento para o herdeiro do trono⁶² e a verdade é que, por esta altura, em 1335, irrompeu uma querela militar entre os dois, que os cronistas não esclarecem. A *Crónica do Rei D. Afonso IV*, referindo um acontecimento bastante mais tardio, relata os “grandes desvayros” (Rui de Pina 1986: 366) entre D. Pedro e o pai, por causa da maneira como o infante se relacionava com Inês. Também Fernão Lopes descreve “o grande desvairo” entre D. Afonso IV e o filho, por causa da “tomada de Dona Enes” (Fernão Lopes 1986: 138). Ora, a expressão “grande desvairo” é também utilizada pelo mesmo Fernão Lopes para caraterizar a guerra fratricida entre os irmãos bastardos Henrique de Trastâmara e Pedro, *o Cruel* (Fernão Lopes 1986: 77) e para caraterizar a guerra aberta entre Afonso IV e D. Pedro, por causa do assassinato de Inês (“Dos desuairos que por morte de D^a Jnes ouue amtre elRey D. Afonso e o Jfante D. Pedro, seu filho” – Fernão Lopes 1986: 368). Também Rui de Pina utiliza o termo “desuairos” para caraterizar essa guerra entre pai e filho. Ou seja, a *desobediência* e o *desvairo* de D. Pedro de Portugal, antes de casar com Constança, que passou quase despercebida aos cronistas, assumiu contornos de guerra declarada, que contribui para traçar o perfil de D. Pedro, um jovem certamente tão truculento quando fora Afonso IV na juventude.

Não se sabe ao certo onde e quando nasceu Inês, como não se conhece o momento em que se introduziu na corte portuguesa, mas, analisadas as fontes disponíveis, parece poder aceitar-se que nasceu à volta de 1325, muito provavelmente na Galiza.

É certo ser filha bastarda de D. Pedro Fernandez de Castro, *O da Guerra*, herói da Batalha do Salado, poderoso fidalgo castelhano, mordomo-mor de Afonso XI de Castela, irmã de D. Álvaro Peres de Castro e meia-irmã de D. Joana de Castro (que viria a ser desposada pelo rei D. Pedro de Castela) e de D. Fernando Rodrigues de Castro, influentes e igualmente poderosos fidalgos.

⁶¹ Ou seja, manifestava ao pai a vontade de interromper o contrato de casamento com D. Branca.

⁶² Donde sairia o contrato de casamento com D. Constança Manuel.

A data em que Pedro conheceu Inês é também uma incógnita, havendo quem afirme que Pedro viu Inês, fosse em Portugal, fosse em Albuquerque, ainda durante a estadia de D. Branca na corte portuguesa e que isso teria intensificado o desinteresse por D. Branca e despoletado o *desvairo* de 1335, entre pai e filho, já referido. Certo é que, já desde o descontentamento com Branca, a inconstância e o arrojo emocional de D. Pedro faziam parte das preocupações de Afonso IV, que estava receoso “que se lhe com casamento muyto tardassem, ele desporia de sy cousa que fosse comtraria a sua homra e estado, e em dano e perda do Reyno” (Rui de Pina MMIX: 172).

Na corte portuguesa, Inês foi íntima de D. Constança, com quem, aliás, tinha ascendência comum, que remontava a D. Fernando III⁶³. Por outro lado, Pedro e Inês estavam ligados por laços de parentesco bem mais próximos: eram primos, em segundo grau⁶⁴ - se subirmos na genealogia de Pedro, de Constança ou de Inês, vamos entroncar em D. Fernando III, *O Santo*, sendo que Inês é descendente bastarda.

Essa intimidade facilitou a movimentação de Inês e possibilitou o relacionamento de proximidade entre a dama de companhia de D. Constança e o marido desta, D. Pedro, que a corte portuguesa procurou desesperadamente impedir.

A *Crónica do rei D. Afonso IV* enumera os filhos de D. Pedro e de D. Constança, referindo que “ho Jfante D. Luis, que foy o primeyro” (Rui de Pina MMIX: 356)⁶⁵ e que teve por madrinha Inês de Castro, numa tentativa de D. Constança e, porventura, de D. Afonso IV e de D. Beatriz, ligarem Inês por laços familiares e morais a D. Pedro, procurando impedir outras veleidades ao herdeiro da coroa e à jovem Castro.

As *Cronicas de los reyes de Castilla*, de Pero Lopez de Ayala, referem que Inês era muito bonita e que, por isso, D. Pedro enamorou-se dela, *tomando-a* depois da

⁶³ Os dois filhos legítimos do rei D. Fernando III de Leão e Castela, *O Santo* (o rei D. Afonso X e o príncipe D. Manuel), são ascendentes de, respetivamente, Inês de Castro e Constança Manuel.

⁶⁴ O pai de Inês, D. Pedro Fernandes de Castro, *O da Guerra*, era neto (bastardo) de D. Sancho IV de Leão e Castela, enquanto a mãe de D. Pedro, D. Beatriz, era filha legítima do mesmo D. Sancho IV. Portanto, Pedro e Inês eram, respetivamente, neto (legítimo) e bisneta (bastarda) de D. Sancho IV.

⁶⁵ Veríssimo Serrão aponta os filhos de Pedro e Constança por outra ordem (Serrão 1979, 275): D. Maria (n. 1342), D. Luís (n. 1344) e D. Fernando (n. 1345). Na generalidade, os historiadores referem que D. Constança faleceu pouco depois do parto de D. Fernando. Ao contrário, Rui de Pina afirma que “a dicta Jfante D^a Costança, depois do nacymento da dicta Jfante D^a Maria (...) ffaleção loguo em Portugual” (Rui de Pina MMIX: 357). Trata-se de um equívoco do cronista, uma vez que ele próprio, no mesmo capítulo, refere que D. Maria “foi casada per palavras de presentte”, em 1354. Ora, se D. Maria tivesse nascido depois de D. Fernando (o qual, segundo o mesmo cronista, nasceu em 1345) em 1354 teria, no máximo, oito anos e, portanto, nunca poderia casar “por palavras de presente”. Se aceitarmos a data de nascimento proposta por Veríssimo Serrão (1342), então Maria pode muito bem ter casado aos doze anos (1354), conforme Rui de Pina.

morte de D. Constança. Enquanto o cronista castelhano explicita uma relação com matriz sexual (o infante *aviala tomado*), concretizada depois da morte de D. Constança, Fernão Lopes prefere centrar o discurso no momento em que Constança ainda era viva (“o Jfante D. Pedro, semdo ja em sua vyda della [de D. Constança] muyto namorado de D^a Jnes de Castro” – Fernão Lopes 1986: 357), referindo um enamoramento algo platónico de D. Pedro e deixando indefinida a questão da efetiva mancebia, em vida de Constança. Conciliando a informação dos dois cronistas, não é possível definir claramente quando começou a paixão de Pedro por Inês, mas fica claro que a relação de concubinato público só se concretizou depois da morte da esposa, tendo os filhos de Inês, ao que tudo indica, nascido depois da morte de Constança.

Em 1355, em Coimbra, Inês de Castro foi executada, por decisão superior de D. Afonso IV, deixando três filhos: João, Dinis e Beatriz, posteriormente legitimados por D. Pedro.

Ayala releva a beleza de Inês e fá-la descender de D. Pero Fernandes de Castro, *o da Guerra*, apontando para a sua bastardia, ao referir-se à mãe como “uma dona”. Os cronistas subsequentes fazem-na descender da alta nobreza galega e do rei D. Sancho IV de Castela, o que a liga, por laços sanguíneos, a D. Pedro - “chegada em parentesco”, como refere Fernão Lopes⁶⁶. É muito provável que tenha passado parte da infância aos cuidados de D. Teresa de Albuquerque⁶⁷, o que pode ter-lhe traçado o fatal destino, dadas as intrigas que existiam em Albuquerque, originadas nos ódios de Afonso Sanches e de Afonso IV. Mas aqui já começamos a laborar num mundo de eventualidade e a História começa a misturar-se com a lenda. Por isso, a construção do perfil e da vida de Inês de Castro que chegou até nós resulta duma construção coletiva e, frequentemente, carente de fundamentação factual.

Seja como for, o que nos interessa aqui, mesmo sem aprofundar o assunto, é constatar como, com o passar do tempo, a narrativa histórica se foi construindo e reconstruindo, muitas vezes assente na imaginação e tantas outras estribada em coisa nenhuma.

⁶⁶ Dois dos filhos de D. Sancho IV de Leão e Castela, D. Beatriz de Castela (filha legítima) e Violante Sanches, Senhora de Uzero (filha natural), são ascendentes de, respetivamente, D. Pedro I de Portugal e D. Inês de Castro.

⁶⁷ José Hermano Saraiva afirma que “a esta dona chamava Inês de Castro *mãe*, porque foi ela quem a criou” (Saraiva 1979: 89).

Considerada a desvalorização social feminina na Idade Média e, sobretudo, a excecionalidade dos registos escritos da época, não é de estranhar que nos tenham chegado apenas relatos muito vagos, indiretos e, praticamente, referentes a datas imprecisas e genealogias confusas e, por vezes, contraditórias.

Maria do Rosário Ferreira afirma que

as mais antigas referências conhecidas a Inês de Castro datam do próprio ano da sua morte. Encontram-se no diploma do pacto de amnistia e concórdia celebrado entre D. Afonso IV e seu filho o D. Pedro em Agosto de 1355, respeitante ao “desuayro” entre ambos “per Razon da morte de Dona Enes e dalgũas outras cousas que des entõ aaca Recrecerom (Ferreira [em linha]: 4).

É compreensível que o referido *diploma do pacto de amnistia e concórdia* não faça qualquer alusão ao local, data e modo de execução de Inês, uma vez que se estava em presença de uma reconciliação entre pai e filho e não conviria escarpelizar a tragédia ocorrida, uma vez que isso só agravaria a recordação da desgraça e não contribuiria para a pacificação do herdeiro do trono. Como também é compreensível que sejam aí nomeados os mentores ou executores, uma vez que D. Afonso IV pretendia que D. Pedro, formalmente, os perdoasse.

Relativamente à morte de Inês, há um registo histórico inamovível, já citado, fixado muito próximo dos acontecimentos narrados: Inês de Castro foi degolada. O *Chronicon Conimbricense – Livro das Noas ou Livro das Eras de Santa Cruz de Coimbra*, lacónica e fugazmente, dá-a como decapitada em sete de Janeiro de 1355: “Era millesima tercentesima nonagesima tertia septem dies Januarij decolata fuit Donna Enes per mandatum Dominis Regis Alfonsus quartus” (*Chronicon Conimbricense* [em linha])⁶⁸. Trata-se de uma referência desapassionada, meramente informativa, merecedora do maior crédito.

Continuando a análise do texto de Maria do Rosário Ferreira, ficamos a saber da existência de documentação anterior à crise de sucessão de 1383⁶⁹, com registos muitíssimo genéricos, onde se referem aspectos relacionados com Inês: a morte de Pero Coelho, e a genealogia de Inês e o seu casamento com D. Pedro. A autora sintetiza o conhecimento factual sobre Inês, até à crise da sucessão, dizendo que ela foi

⁶⁸ *Chronicon Conimbricense* [em linha], pág. 27. A datação é já da Era de Cristo, uma vez que esta tradução do Livro das Noas foi feita em maio de 1402, conforme bibliografia final.

⁶⁹ A autora refere-se à “refundição do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, operada em data incerta, mas antes de 1383” (Ferreira [em linha]: 5).

a terceira mulher de D. Pedro, oriunda de uma nobre família galega, e mãe de três filhos do infante, executada, por decapitação, em Coimbra, por decisão do conselho de seu régio sogro, por motivos desconhecidos (Ferreira [em linha]: 6).

Ou seja, cerca de trinta anos depois da morte de Inês, quase nada parece estar oficialmente registado, e muito menos esclarecido, acerca da vida de Inês de Castro

Ayala e Rui de Pina referem um dado crucial para caracterizar a relação de Pedro e Inês, que pode muito ter sido o motivo do assassinio da Castro: a manipulação emocional do infante. Ayala diz que Inês “tinha o Infante D. Pedro” e Rui de Pina diz que os conselheiros do rei fariam tudo para que “ho Jfante D. Pedro nom fiquase em seu poder dela”. O amor de Pedro por Inês é expressamente referido por Fernão Lopes e Rui de Pina, mas nenhum deles se refere ao amor de Inês por Pedro, o que vai na linha da dependência emocional de Pedro, sugerida por Ayala.

Lançando alguma ambiguidade sobre a orientação sexual de D. Pedro, Fernão Lopes faz também passar pela vida íntima do rei uma mão cheia de mulheres, como adiante se verá.

No seguimento do assassinato de Inês, o tão propalado medo que D. Pedro sentia pelo pai⁷⁰ deu lugar ao desespero, à revolta e à vingança, contra bens e pessoas do rei, só terminando no acordo de Canaveses.

Fernão Lopes traça um retrato muito favorável da gestão financeira do rei D. Pedro, relatando a cunhagem de moeda de prata e ouro e o aumento do tesouro dos antepassados, “sem fazemdo agravo ao poboo” (Fernão Lopes 1986: 56).

O mesmo autor refere que D. Pedro “husou muito de justiça sem afeiçom, teendo tal igualdade em fazer direito, que a nenhum perdoava os erros que fazia” (Fernão Lopes 1986: 29). Para isso, deslocava-se por todo o reino, raramente se fixando mais de um mês em cada lugar, respondendo àqueles que lhe apontavam alguns excessos⁷¹ que agia “por serviço de Deos e prol de seu poboo” (Fernão Lopes 1986: 26).

A isenção na aplicação da justiça, a legislação que protegia as trocas comerciais dos agricultores e um certo folguedo popular granjearam-lhe a simpatia do povo. Gago, caçador e monteiro são outras características apontadas por Fernão Lopes. O cronista pincelou ainda o perfil de D. Pedro com retoques de acentuada boémia e concupiscência, evidenciando a folia noturna, os episódios da castração de Afonso

⁷⁰ O “temor e reçoço que del avia” (Fernão Lopes 1986: 126), para utilizar as próprias palavras de D. Pedro.

⁷¹ Fernão Lopes, por vezes, caracteriza D. Pedro com expressões do tipo “sanha cruel sem piedade”.

Madeira, o açoite ao Bispo do Porto, a decapitação de dois criados, a morte de uma alcoviteira por lenocínio e a condenação do Almirante Lançarote Peçanha, o requinte de malvadez com que foram arrancados os corações de Pero Coelho e Álvaro Gonçalves, enquanto o rei se banqueteara, mandando-os depois queimar⁷², etc. Nas palavras de Pero Coelho, D. Pedro é “treedor, fe perjuro, algoz e carneçeiro dos homeens” (Fernão Lopes 1986: 148), acusações que se enquadram na quebra do juramento solene de perdoar os assassinos de Inês, que depois perseguiu, executando aqueles que conseguiu identificar.

2. 3. Conclusão

A história oficial de Pedro e de Inês foi veiculada por aquilo a que poderemos chamar as *fontes da História*, muito embora este conceito possa ser demasiado abrangente, uma vez que a parte mais densa dessas fontes resulta de construções, mais ou menos comprometidas, dos primeiros cronistas, fundando-se muitas vezes em testemunhos orais tardios.

As referências à relação de Pedro e de Inês que nos chegaram foram sendo cada vez mais abundantes, pormenorizadas e divergentes, à medida que o tempo se afastava da data dos factos e à medida que outros atores se responsabilizavam pela narração dos acontecimentos. Assim, na bibliografia acima verificada, os factos e os respetivos registos, bem como, em consequência, a extensão da narrativa, aumentam na ordem direta em que se distanciam da data em que foram escritos. Por outro lado, os cronistas vão sendo, progressivamente, mais interventivos, assumindo, muitas vezes, o risco de opinar sobre os acontecimentos narrados.

Os registos medievais acerca da relação de Pedro e Inês são omissos, relativamente à data em que foram efetuados. O *Chronicom Alcobacense* e o *Chronicom Conimbricense*, redigidos como uma espécie de *diários*, referem normalmente a data e o local das ocorrências, mas não referem a data em que foram registados nem o responsável por esses registos. Por isso, muitas vezes, neste e noutros assuntos, os historiadores vacilam e contradizem-se. No entanto, apesar de ser impossível datar, com absoluta precisão, alguns acontecimentos, é comprovadamente possível enquadrá-los e

⁷² O cenário macabro da tortura e execução de Pero Coelho e Álvaro Gonçalves tem traços de encenação do cronista, ainda que se funde num dado histórico: a condenação de supostos implicados no assassinato de Inês.

balizá-los no tempo. Assim, no que diz respeito ao momento em que foram escritos os registos sobre a morte de Inês de Castro, quer no *Chronicom Alcobacense*, quer no *Chronicom Conimbricense*, quer no *Livro de linhagens do conde D. Pedro*, é ponto assente que os dois primeiros foram efetuados em data muito próxima da ocorrência e o último foi feito algum tempo depois, mas sempre antes de 1383.

A bruma que envolve a vida de Inês, cuja estória, afinal, só começa a despertar no momento da sua morte, foi marcada à partida pela ambiguidade: Ayala não foi muito claro na apresentação dos motivos que levaram Afonso IV a decidir a execução de Inês, Fernão Lopes não se comprometeu com o assunto e Rui de Pina é contraditório, uma vez que, depois de referir a anuência real ao casamento com Pedro, escreve que era necessário casar D. Pedro com outra mulher e afastar Inês do reino. Ou seja, dos três cronistas, o mais esclarecido parece ser Ayala, o primeiro a escrever e aquele que não estava vinculado a uma verdade oficial portuguesa.

Inês de Castro foi apanhada numa teia de medos: da corte, devido à hipotética legitimação dos filhos e do perigo que isso podia representar para o herdeiro, D. Fernando⁷³; de D. Constança, que percebeu muito bem a futilidade do seu casamento; de D. Pedro, devido aos conflitos com o pai⁷⁴.

No século XV, a narrativa de Pedro e Inês foi essencialmente feita em prosa. No entanto, era já evidente a dramatização desse acontecimento, designadamente na *Crónica do Rei D. Afonso IV*, onde Inês é vítima de uma emboscada de que não pode escapar, apresenta-se com o rosto transfigurado, rodeada pelos filhos e procurando desesperadamente a misericórdia do rei. Esta tendência para a dramatização poetizada viria a ser aprofundada nos séculos seguintes, como se verá.

⁷³ A *Crónica do rei D. Afonso IV* reflete bem, *mutatis mutandis*, os medos ancestrais de Afonso IV, justificáveis à luz do tempo, diga-se em abono da verdade: “ouueese dyso reço grande a uida e a soseção do Iffante D. Fernamdo [...], que per alguma maneyra [os irmãos de Inês de Castro] poderião ordenar sua morte” (Rui de Pina MMIX: 365).

⁷⁴ Embora os cronistas não façam referências que provem objetivamente a condenação de Afonso IV à relação entre Pedro e Inês, antes de a mandar matar, a verdade é que as violentas divergências com o filho estão registadas e podem muito bem explicar que Pedro, relativamente a Inês, “sempre denegou, que o casamento amtre eles era feito” (Rui de Pina MMIX: 365), porque tinha medo de revelar a verdade ao pai.

III. A ESCRITA DA HISTÓRIA

1. A implicação do *Tratado de Salvaterra de Magos* na sucessão dinástica

O reinado de D. Fernando foi um período de aventureirismo perigoso que “todo o reino pôs em muito aperto” (Camões 1975, III – 138, 4)⁷⁵. Em Badajoz, no dia 17 de maio de 1383, realizou-se a cerimónia de casamento de D. Beatriz, que tinha acabado de completar dez anos, com D. João I de Castela e esperava-se que a sua descendência viesse a herdar a coroa portuguesa. A estratégia de D. Fernando, cognominado o *Inconsciente* ou o *Inconstante*, assentava num pressuposto ingénuo: como D. João I de Castela tinha já filhos herdeiros para a coroa castelhana, nascidos do primeiro casamento com D. Leonor de Aragão, os filhos de Beatriz seriam herdeiros em Portugal.

Pelo Tratado de Salvaterra de Magos, entre várias outras cláusulas, ficava assente que “os reinos de Portugal, em quanto ser pudesse, nunca fossem juntos aos Reinos de Castela, mas sempre reinos por si, como os possuíram seus antigos avós” (Fernão Lopes [em linha], Cap. CLVIII, pp. 138-139). O tratado cobria um vasto e intrincado leque de possibilidades que procurava resguardar, de facto, a independência de Portugal, mas as suas cláusulas assentavam em probabilidades resultantes de herdeiros que ainda haviam de nascer, se nascessem. Ora, o futuro é sempre imprevisível e, no contexto medieval, o futuro era particularmente construído em função de volatilidades e interesses instáveis, parecendo que a expressão “*em quanto ser pudesse*” trazia em si algo perversamente profético.

O tratado era, de facto, desastroso, designadamente por prever que “os povos do reino recebessem el-rei de Castella por seu rei e senhor e que elle se podesse chamar rei de Portugal” (Fernão Lopes [em linha], Cap. CLVIII: 138), caso não houvesse outros descendentes legítimos de D. Fernando e se D. Beatriz falecesse antes do rei de Castela.

A imprudência política de D. Fernando e a ironia cínica castelhana está bem patente numa frase do cronista, acerca da soberania de Portugal recair sobre um filho de D. Beatriz: “diziam alguns fidalgos de Castela joguetando, que antes saberiam capar el-

⁷⁵ D. Fernando pretendia ocupar o trono de Castela, depois de Henrique de Trastâmara ter assassinado o meio-irmão, rei D. Pedro I. O rei português alegava ser bisneto de D. Sancho IV de Castela, pelo lado materno e, portanto, herdeiro legítimo. As chamadas *guerras fernandinas* foram um desastre para Portugal e, após vários compromissos inconsequentes, terminaram no Tratado de Salvaterra de Magos, em março de 1383, selado dois meses depois com o casamento da filha de D. Fernando com D. João I de Castela.

rei, seu senhor, por nunca haver filho nem filha, e juntar o reino de Portugal ao de Castela e ser rei d' elle” (Fernão Lopes [em linha], Cap. CLVIII: 140).

A saúde de D. Fernando era então bastante precária⁷⁶, vindo a falecer em outubro desse mesmo ano de 1383. A rainha D. Leonor Teles assumiu a regência, em nome de D. Beatriz, nos termos do Tratado de Salvaterra de Magos, e D. João I de Castela fez saber à regente e à nobreza de Portugal que “a rainha D. Beatriz, sua mulher, filha d’el-rei D. Fernando, era herdeira do reino de Portugal (...) e que isso mesmo ficava elle por rei e senhor do reino, pois que seu marido era” (Fernão Lopes [em linha], Cap. CLVIII: 200).

Neste contexto de iminente submissão a Castela, começam a surgir algumas vozes dissonantes, que procuram uma alternativa ao domínio castelhano, e o Mestre da Ordem Militar de Avis, filho natural de D. Pedro, é revolucionariamente escolhido em Lisboa para reger e defender o reino⁷⁷, “ataa que ell [D. João, filho de Inês de Castro e de D. Pedro] fosse livre e sollto” (Fernão Lopes 1983: 391). O Mestre de Avis foi designado para defender o Reino, “mas este pertencia de direito ao Infante D. João [filho de Inês]. O Mestre governaria até que o Infante pudesse regressar” (Arnaut 1985: 61) de Castela, onde, entretanto, o rei D. João I o mandou prender, por ser “um sério obstáculo às suas pretensões” (Arnaut 1985: 52).

Na tensão entre acordos políticos e arrojados de independência, o reino ficou dividido e a crise instalou-se. A guerra que se avizinhava tinha contornos muito específicos: para além de uma guerra com Castela era uma guerra civil. A alternativa à regência de Leonor Teles e ao domínio castelhano iria ser jogada nas Cortes de Coimbra.

2. *Vexata quaestio da legitimidade*

A questão da legitimidade dos filhos de D. Pedro só se tornou crucial com a crise da sucessão dinástica e a necessidade de legitimar um sucessor para D. Fernando.

⁷⁶ “El-rei D. Fernando, estando em Salvaterra (...) começou de se sentir mal e não era bem são” (Fernão Lopes [em linha], Cap. CLVIII: 136).

⁷⁷ Quer isto dizer que o Tratado de Salvaterra de Magos foi quebrado por portugueses e castelhanos: primeiro, o rei de Castela assumiu-se rei de Portugal, em vida de D. Beatriz; depois, alguns portugueses impediram que D. Leonor Teles assumisse a regência, em nome de D. Beatriz.

Nas Cortes de Coimbra de 1385, o Dr. João das Regras⁷⁸ foi o ator decisivo para a escolha do novo rei de Portugal. Formado em Direito em Bolonha, foi nomeado reitor da Universidade de Lisboa e chanceler-mor vitalício. Era, portanto, um homem muito próximo da dinastia saída da crise de 1383-1385, foi crucial para a sua génese e estava profundamente comprometido com a sua causa. O seu desempenho nas Cortes de Coimbra deixa transparecer alguma manipulação, quer do auditório, quer das fontes históricas disponíveis.

Nas referidas cortes, o Dr. João das Regras assumiu que o trono português estava vago, apresentou a existência de quatro herdeiros da coroa e declarou-os, a todos, impedidos de reinar: D. João I de Castela, D. Beatriz e os filhos de Inês de Castro, alegando desde logo: “estes reinos som agora vagos livremente de todo; e nehuu dos que nomeei, nom devem nem podem soçeder em elles” (Fernão Lopes 1983: 395).

Não havia de ser muito difícil, esgrimindo o discurso da independência, convencer as Cortes, sobretudo os representantes dos concelhos, do perigo que chegaria do reino vizinho com a aclamação de D. Beatriz, esposa do rei D. João I de Castela. Por isso, o grande objetivo do Dr. João das Regras era centrar-se nos irmãos de D. Fernando, filhos de D. Inês de Castro e de D. Pedro, e provar que todos eles eram ilegítimos. A partir daí, ser-lhe-ia relativamente fácil mostrar que os filhos de Inês tinham interesses em Castela, o reino que nos queria usurpar a independência, e que, por outro lado, o Mestre de Avis, filho de Teresa Lourenço, era o melhor dos filhos de D. Pedro, até porque já havia sido, em Lisboa, *aclamado regedor e defensor do Reino*.

Num discurso inteligente e típico da retórica judicial, o Dr. João das Regras começou por apresentar as razões pelas quais a rainha D. Beatriz não podia herdar a coroa de Portugal. Entre outros motivos menos relevantes, o advogado demonstra que o casamento de Leonor Teles, mãe de D. Beatriz, com o rei D. Fernando foi ilegítimo, porque ela “amte que casasse com ElRei dom Fernamdo, era casada cõ Joham Lourenço da Cunha” (Fernão Lopes 1983: 396), sem que esse casamento tivesse sido anulado pela Igreja. Portanto, Leonor Teles era bigama, o casamento com D. Fernando era nulo e D. Beatriz era filha ilegítima “para soçeder nem poder herdar” (Fernão Lopes 1983: 396). O Dr. João das Regras levanta ainda a suspeição de D. Beatriz poder não ser filha de D. Fernando, dado o ferrete de moral duvidosa apontado a D. Leonor que se deu “por

⁷⁸ O Dr. João das Regras era um “notavell barom, homem de perfeita autoridade, e comprido de sciencia, mui gramde letrado em lex” (Fernão Lopes 1983: 393).

virgem a elRei dom Fernamdo, dizendo que seu marido nunca dormira com ella” (Fernão Lopes 1983: 396). São ainda apontados outros impedimentos à candidatura de D. Beatriz e de D. João I de Castela ao trono de Portugal, de que se destaca o seu parentesco⁷⁹, sem dispensa para casamento pelo Papa verdadeiro, o Papa de Roma, Urbano IV, em vez do antipapa de Avinhão, Clemente VII.

Relativamente a D. João I de Castela, marido de D. Beatriz, o Dr. João das Regras, aposta sobretudo na heresia do monarca castelhano, como fator de impedimento à sua candidatura ao trono de Portugal: “Pois avermos nos de tomar cismático imfiell herege por nosso rei e senhor (...). Nom queira Deos que tal erro passe per nos” (Fernão Lopes 1983: 401).

O Dr. João das Regras defendeu também que os filhos de Inês de Castro, D. João e D. Dinis, meios-irmãos de D. Fernando, eram ilegítimos de D. Pedro: “em vida delRei seu padre, nem depois ata aquell tempo, nunca ell pode aver despensaçom do Papa que lhe legitimasse os filhos” (Fernão Lopes 1983: 407). Por outro lado, quer D. João, quer D. Dinis, haviam participado na guerra contra Portugal, ao lado dos castelhanos:

O Iffãte dom Denis em tempo delRei dom Fernãdo veo em companhia delrei Dom Henrique (...) fazendolhe guerra per fogo e rroubo, matamdo e destruimdo quamto podiam (...). O Iffamte dom Joham, em companhia deste Rei de Castella que hora he (...) amdou pelo reino fazendo muita guerra (Fernão Lopes 1983: 409).

Ou seja, o Dr. João das Regras não tem dúvidas de que o Papa não legitimou os filhos de Pedro, mas não afirma categoricamente que o casamento com Inês não se realizou. Esta questão tem muita importância porque a existência do casamento, mesmo que não fosse reconhecido pelo Papa, daria mais licitude a esses filhos do que a outros de relações não formalizadas. Talvez por isso, o jurista necessitou de recorrer a outro argumento: as ações hostis dos dois irmãos contra Portugal para justificar o impedimento de algum deles ascender ao trono, mesmo que “taaes filhos lidemamente fossem nados” (Fernão Lopes 1983: 409). Afirma João das Regras:

Soomente por viirem comtra o rreino dhu naturaes eram, em serviço e companhia de seus emmiigos, pera o destruir, nom per hua vez, mas per muitas, isto soo he abastamte pera nehoo delles aver de rreinar, posto que lidemos naçerom (Fernão Lopes 1983: 409).

⁷⁹ Beatriz era neta de D. Constança Manuel (esposa de D. Pedro de I de Portugal), irmã de D. Joana Manuel, esposa de Henrique II de Castela (pais de D. João I de Castela). Ou seja: a mãe de D. João I de Castela era tia-avó de D. Beatriz.

Curiosamente, o jurista lança a possibilidade dos filhos de Inês serem legítimos, mesmo negando-o: mesmo que tais filhos legitimamente fossem nascidos (...) não podiam reinar, “*posto que lidemos naçerom*”.

D. Dinis não era querido em Portugal, designadamente porque se colocou ao serviço de Henrique II de Castela, desde finais de 1372, quando invadiu o nosso país. Mas D. João era respeitado entre a nobreza e querido em Portugal. A sua saída do país, já muito próxima do final do reinado de D. Fernando, inscreveu-se num quadro de intriga palaciana, onde não estava excluída a maquinação da rainha D. Leonor Teles. Aliás, o motivo de ter sido preso em Castela só pode ser enquadrado na tentativa de D. João I querer evitar a sua candidatura ao trono português. A grande aversão a Castela que então se vivia em Portugal (resultante das guerras fernandinas, do ódio público a Leonor Teles e ao Conde Andeiro, da proclamação do rei de Castela como rei de Portugal e da invasão castelhana que se adivinhava) e o facto de Inês de Castro não ser portuguesa, potenciaram a animosidade por D. João, filho de Pedro e de Inês, e foram talvez determinantes para o seu afastamento da candidatura a sucessor do meio-irmão, D. Fernando.

Mas o advogado vai mais longe nesta batalha para declarar ilegítimos os filhos de Inês: argumentando que a Castro fora madrinha de D. Luís, filho de Pedro e Constança, e que, por isso, era comadre de D. Pedro e estava-lhe ligada por laços espirituais⁸⁰. Assim, aos olhos do Dr. João das Regras, ficava evidente “*pera sepre sua [dos filhos de Inês] imçestuosa nacementa*” (Fernão Lopes 1983: 419).

Sem se deter na óbvia questão da ilegitimidade do filho de Teresa Lourenço⁸¹, o Dr. João das Regras, perante as Cortes de Coimbra, num discurso retórico e interpelativo⁸², constatava publicamente que não havia qualquer herdeiro legítimo e, portanto, o trono estava vago: “*estes rreinos som de todo pomto vagos, e nehuu ha hi que os deva e possa herdar per linhagem, nem a quem de dereito perteeçam*” (Fernão Lopes 1983: 413). Mas já antes o jurista havia explicitado uma questão da maior

⁸⁰ Já um pouco antes o jurista havia referido os laços familiares entre os dois, entroncados no rei D. Sancho IV, de Leão e Castela.

⁸¹ O filho de Teresa Lourenço e de D. Pedro era o Mestre de Avis, D. João.

⁸² São bastante correntes as expressões retóricas, dirigidas aos presentes, com o intuito de convencer o restante auditório: “*quem ora perguntasse a Diego Lopez que aqui está*” (Fernão Lopes 1983: 406); “*E sei que isto sabe be Vaasco Martiinz de Sousa, e Diego Lopez Pacheco e Vaasco Perez Martiinz Bocarro e outros muitos que aqui estam*” (Fernão Lopes 1983: 409).

relevância: a traição dos filhos de Inês e o patriotismo de um verdadeiro candidato a rei, ainda não nomeado:

Pois mui desaguisado faríamos nos, emleger por rei a quem sse del desnaturou, e veo comtra elle pera o destruir; e nom o dar a quem tamtos trabalhos e periigos de morte soportou por o deffemder, e he prestes pera soportar (Fernão Lopes 1983: 409).

Fosse para ilustrar os perigos de vida que corriam as figuras centrais desta crise, fosse para deixar vislumbrar a pressão e a manipulação sobre o próprio João das Regras, Fernão Lopes narra que o Mestre de Avis “chamou o doutor Joham das Regas, e disselhe todo o que lhe com ell avehera” (Fernão Lopes 1983: 412). Ora, o que o Mestre contou ao jurista foi que Martim Vasques, os irmãos, parentes e outros aliados, defensores da candidatura de D. João, filho de D. Inês de Castro, o procuraram no Paço e só se retiraram quando apareceu Nuno Álvares Pereira com “trezemos escudeiros, com cotas e braçaaes e espadas çimtas, e dagas” (Fernão Lopes 1983: 412). O Mestre de Avis manifestou ainda a João das Regras o receio do que podia acontecer, face às intenções de Martim Vasques. Ou seja, o Mestre de Avis vitimizou-se e sugeriu, porventura com razão, que corria perigo de morte.

Num arrojado jurídico, o advogado lançou nas Cortes o princípio político da soberania do povo: na ausência de sucessão legítima, a soberania está no povo e deve ser o povo a escolher o rei. Diz João das Regras ao Mestre de Avis: “Senhor eu ei assaz trabalhado por mostrar per vivas rrazões e direitos que estes rreinos som vagos de todo, e a emliçom delles fica livremente ao poboo” (Fernão Lopes 1983: 412). O povo não teria grande coisa a dizer sobre o assunto, para além de ser manipulado e apregoado pelas ruas de Coimbra e de Lisboa aquilo que os senhores maquinavam nos palácios e nas Cortes. De qualquer modo, ao invocar o *povo*, João das Regras refere-se às Cortes, onde estão representados fidalgos, prelados e procuradores dos concelhos.

O caminho estava traçado e o jurista advogava: “sem mais deteemça, levantemos o Meetre por rei” (Fernão Lopes 1983: 411). E vai paulatinamente traçando o perfil do Mestre de Avis, explicitando a sua abnegação, o seu patriotismo, enfim, as suas virtudes, alicerçadas em cinco vetores: a boa linhagem, a grandeza de coração, o amor aos súbditos, a bondade e a devoção a Deus (Fernão Lopes 1983: 420-421). O discurso do Dr. João das Regras não deixa de ser revelador da sua dualidade de critérios e da manipulação dos factos, relativamente aos filhos de D. Pedro: estava seguro de que

os filhos de Inês não “podessem herdar” (Fernão Lopes 1983: 402), enquanto o Mestre de Avis⁸³ era de “boom linhagem, veede se he boa seer filho de rei” (Fernão Lopes 1983: 420). Esta dualidade de critérios, por si só, é reveladora da tentativa de velar a bastardia do Mestre e manipular a opinião das Cortes.

A questão religiosa, tão premente numa altura em que o cisma do catolicismo era uma potentíssima arma de arremesso e catalisador de todos os medos, foi a síntese da argumentação do Dr. João das Regras: em nome de Deus e honra da Santa Igreja, para escapar às *mãos de cismáticos*, “nomeemos e escolhamos na melhor maneira que poder seer, este dom Joham filho delRei dom Pedro, por rei e senhor destes rreinos” (Fernão Lopes 1983: 421).

No dia seis de abril de 1385, quase a fazer vinte e sete anos, o Mestre de Avis “foi alçado por rei” (Fernão Lopes 1983: 423-424). Mas, apesar da aparentemente fácil autorização de Urbano VI⁸⁴ para o dispensar dos laços religiosos decorrentes do seu estatuto de Mestre da Ordem de Avis e de lhe reconhecer legitimidade para ser rei, Fernão Lopes não deixou de colocar na boca do próprio Mestre de Avis o “deffectu de sua naçença, come na profissom que aa Hordem dAvis fizera (Fernão Lopes 1983: 420). Curiosamente, o trono de Portugal parece ter sido, de algum modo, imposto ao Mestre de Avis. As palavras proferidas por Nuno Álvares Pereira, “desta vez meu senhor o Mestre será rei a prazer de Deos, e a pesar de quem pesar” (Fernão Lopes 1983: 423), ganham outra amplitude quando associadas às palavras do Mestre de Avis: “pois se doutra guisa fazer nom podia, que ell azeptava sua emliçom (Fernão Lopes 1983: 423)⁸⁵.

⁸³ O Dr. João das Regras parece nunca nomear Teresa Lourenço, o que, por si só, é sintomático da tentativa de velar a bastardia do Mestre, ao invés do que faz com os filhos de Inês.

⁸⁴ O mesmo Papa que, segundo o Dr. João das Regras, declarou nulo o casamento de Pedro e Inês e ilegítimos os respetivos filhos.

⁸⁵ É preciso considerar que, num primeiro momento, o Mestre de Avis havia recusado o trono, alegando “que por tanto nom podia comssentir em ello” (Fernão Lopes 1983: 422), devido sobretudo à sua condição de filho ilegítimo e de pertencente a uma Ordem “clesiástica. No entanto, o Mestre avisa também os seus aliados que “trabalhassem de determinar” sobre o ajuntamento de soldados, o modo como o reino se devia defender e a maneira de arranjar dinheiro para a guerra. Ou seja: parece que o Mestre de Avis estava mais empenhado em questões militares do que em questões políticas – o que é compreensível à luz do seu estatuto de Mestre de uma Ordem Militar e não, em princípio, ao estatuto de pretendente ao trono.

2. 1. O casamento de Pedro e Inês

Como já ficou analisado, uma das características marcantes do casamento nobre medieval era a sua volatilidade. Entre contratos precoces, “por palavras de futuro”, formalizações mais ou menos duradouras “por palavras de presente” e relações abertas de mancebia, os laços familiares da realeza tornavam-se labirínticos, sobretudo num espaço bastante circunscrito, como é o caso da Península Ibérica. Daí que, quando analisamos a genealogia das mais distintas figuras dos reinos, acabamos por encontrar, mais ou menos a montante, troncos familiares comuns. D. Pedro não foi exceção e, desde cedo, esteve envolvido em casamentos de *futuro* e casamentos de *presente*, legitimados ou anulados um pouco à medida das conveniências.

A questão crucial para a compreensão do consórcio de Pedro com Inês tem a ver com a necessidade de nos colocarmos no seu contexto, ou seja, tem a ver com a necessidade de conhecermos a realidade jurídica da ligação formal de um homem com uma mulher, que então vigorava – que é muito distinta da realidade atual. Querer aferir a validade jurídica da união com Inês à luz dos cânones civis ou religiosos de hoje é garantia dos maiores equívocos.

Até ao Concílio de Trento, realizado no século XVI, eram reconhecidas quatro formas de casamento:

- Casamento com bênção sacerdotal: era um casamento religioso, formalmente contratado, presidido por um clérigo, sendo a mulher “abençoada”;
- Casamento de fama pública: era um casamento civil, testemunhado e reconhecido por parentes e vizinhos, que tinha os mesmos efeitos jurídicos que o “casamento abençoado” (o contrato de casamento ficava estribado no reconhecimento público);
- Casamento “por juras”: era uma forma intermédia dos dois anteriores, em que um homem e uma mulher se assumiam consorciados, com o testemunho de um clérigo, apesar de não haver lugar às tradicionais “bênçãos sacerdotais” – é muitas vezes considerado “clandestino” (secreto);
- Casamento segundo o direito natural: resultava do vulgarmente se chama concubinato, sem haver um compromisso formal e público dos implicados.

O casamento de Pedro e Inês, formalmente anunciado em registos anteriores a 1383 e ambigualmente referido por Ayala, ocupa uma parte considerável do texto e das

reflexões de Fernão Lopes e é, talvez, o acontecimento que mais vale a pena analisar, constituindo um jogo de luz e sombra muito revelador da tensão do cronista entre revelar a verdade e velar aquilo que era inconveniente para a coroa.

Neste jogo de luz e sombra, velação e revelação, Fernão Lopes não deixa de registrar “a tomada de Dona Enes”, por D. Pedro, como já foi referido (Fernão Lopes 1986: 138). Embora o termo “*tomada*” possa ser ambíguo, remete para uma relação aberta, bem mais formal do que a mancebia. Com efeito, a simples concubinação não seria motivo para o *grande desvairo* que opôs D. Afonso IV e D. Pedro.

Na Declaração de Cantanhede⁸⁶, D. Pedro

avendo ja huuns quatro annos que reinava (...) jurou (...) que (...) estando ele em Bragamça podia aver huuns sete annos, pouco mais ou menos, nom se acordamdo do dia e mez, que el recebeu por sua molher lidema per palavras de presente como manda a samta igreja Dona Enes de Castro (Fernão Lopes 1986: 125-126).

Alguns dias depois, em Coimbra, o anúncio foi confirmado e foi apresentada uma Bula do Papa João XXII que dispensava D. Pedro da consanguinidade até determinado grau, para efeitos de matrimónio. Ou seja, o parentesco de D. Pedro com D. Inês, à luz dessa Bula, não impedia o casamento dos dois. Ora acontece que João XXII, eleito em 1316 segundo as referências históricas, datou a referida Bula “em Avinham duodécimo Kalem das de março, do nosso pontificado anno nono” (Fernão Lopes 1986: 133). Ou seja, a Bula foi escrita e enviada para Portugal em 1325. Como defende Pimenta, esta autorização papal tinha sido expressa para o casamento de D. Pedro com D. Branca, há muito tempo⁸⁷. O próprio Fernão Lopes mostra estranheza face às declarações do rei e de alguns dos seus mais próximos, dizendo que “outros mais sotiis demtemder, letrados e bem discretos (...) nom receberom isto em seus entemdimentos, pareçemdolhe de todo seer muito contra razom” (Fernão Lopes 1986: 136).

Por altura da crise de 1383-1385, a história de Pedro e de Inês andava certamente nas bocas do mundo, dado que se estava a jogar a sucessão no trono, motivo da invasão castelhana. Neste contexto, o impossível seria que Ayala, chanceler e diplomata de Castela, não se tivesse informado o melhor que pôde sobre a vida do pai dos diversos candidatos ao trono. Até porque Ayala esteve preso em Portugal, mais de

⁸⁶ Proferida em 12 de janeiro de 1360 (Pimenta 2005: 185).

⁸⁷ Nessa altura, Inês poderia até nem ser ainda nascida.

um ano, após a Batalha de Aljubarrota. Mas a história que lhe chegou, depois de 1383, acerca de Pedro e de Inês era já uma narrativa contraditória que misturava a memória do passado com a verdade oficial conveniente, imposta nas Cortes de Coimbra. D. Pedro morreria apenas há dezoito anos e, portanto, os testemunhos orais deviam certamente balancear entre muitas contradições: lembranças sempre tidas como certas, dúvidas suscitadas pelas *provas* de Coimbra, certezas de ódio de morte a tudo o que lembrasse os castelhanos, como Inês. As ambiguidades ouvidas por Ayala estão vertidas na sua crónica, em duas páginas seguidas⁸⁸, mas mantêm aquilo que parece ser a veracidade da questão de fundo: Pedro e Inês foram efetivamente casados - Inês morreu porque D. Pedro queria casar com ela; Inês morreu porque D. Pedro dizia que era casado com ela; D. Pedro dizia que Inês fora sua mulher legítima.

As Cortes de Coimbra marcam uma viragem da História, alicerçada na reconstrução da estória de D. Pedro. Sabendo-se que o Mestre de Avis era filho ilegítimo de D. Pedro, tornava-se necessário provar a ilegitimidade dos filhos da Castro, colocando-os em igualdade de circunstâncias com o Mestre de Avis. Ou seja, era premente considerar nulo o casamento de Inês: foi orquestrada uma verdadeira intentona política para negar o casamento de D. Pedro com D. Inês de Castro, a fim de impedir o acesso dos seus filhos à coroa de Portugal.

O Dr. João das Regras apontou duas questões nucleares: “a hua se foi certo que dona Enes era molher delRei dom Pedro; a outra posto que a rreçebesse, se podia seer sa molher de dereito (Fernão Lopes, 1983: 402). A argúcia do jurista não deixa de ser maculada pela colocação da segunda questão, que admite o casamento de facto, mesmo que não o fosse de direito.

A estratégia do Dr. João das Regras passava claramente por descredibilizar Inês de Castro. Para isso, era importante reduzi-la à insignificância, despersonalizá-la: “e aimda mais vos digo, que numca ouvi dizer quem fora sa madre nem achei em escripto” (Fernão Lopes 1983: 403). O jurista, citado por Fernão Lopes, até podia ignorar quem era a mãe de Inês, mas o problema é que não se referiu, com igual desdém, à mãe do Mestre de Avis. Por outro lado, João das Regras desqualifica Inês de Castro ao referir que ela, quando chegou à corte “no sse chamava dona Enes, mas chamavãlhe Enes Perez” (Fernão Lopes 1983: 403). Esta desqualificação não tem em conta, por exemplo,

⁸⁸ Ayala MDCCLXXIX [em linha], Tomo I: 310-311

que *Enes Perez*, apesar de ser filha bastarda, era sobrinha-neta de D. Beatriz⁸⁹, mãe de D. Pedro de Portugal. No entanto, mais à frente, com o intuito de pretender provar que Pedro não podia casar com Inês, concede que “dona Enes era sobrinha delRei D. Pedro, filha de seu primo coirmão” (Fernão Lopes 1983: 407). Quer dizer: o jurista ora desprestigia ora enaltece o estatuto social de Inês, em função do seu objetivo nuclear: construir supostos impedimentos para o seu casamento com D. Pedro – Inês não podia ter casado com Pedro, porque era, por um lado, quase plebeia e, por outro lado, porque era familiar próxima do rei e não tinha autorização papal explícita para o feito.

O Dr. João das Regras, apesar de ter feito valer os seus pontos de vista, não conseguiu responder de uma forma direta às perguntas que ele próprio considerou fundamentais colocar em Coimbra. Quanto a *saber se foi certo que D. Inês era mulher de D. Pedro*, o advogado fez as suas considerações retóricas, mas a resposta essencial que encontrou foi indirecta, ou seja, fez prova... por ausência de prova: “numca foy certo, em vida delRei dom Affomssso nem depois, que a ell rreçebesse por molher” (Fernão Lopes 1983: 403). O jurista afirma também “numca foi çerto que dona Enes fosse molher delRei dom Pedro; e que todo seu rrazoar foi mui sospeito, e testemunha de grande rrudeza” (Fernão Lopes 1983: 407). Independentemente das considerações subjetivas do Dr. João das Regras, a verdade é que ele nunca afirmou categoricamente que Pedro e Inês não haviam casado – aliás, seria impossível fazê-lo, existisse ou não casamento. O que podia, e foi isso que fez, era tentar mostrar que não havia provas de que o casamento existiu e que as testemunhas desse eventual casamento eram pouco credíveis. Mas não declarou falsas as testemunhas desse casamento: disse apenas que a argumentação era *suspeita e rude*.

No entanto, há várias circunstâncias que provam exatamente o contrário do que defende o Dr. João das Regras: a Declaração de Cantanhede; o facto de Pedro ter Inês “sempre por sua molher (...) vivemdo ambos de consuum, e fazemdosse maridança qual deviam (Fernão Lopes 1986: 126); todo o contexto simbólico da coroação; o discurso de D. João de Cardaillac⁹⁰ nas exéquias de Inês; o facto de D. Pedro se fazer sepultar junto da Castro, etc. O que parece é que o casamento, realizado em tensão com D. Afonso IV,

⁸⁹ A avó de Inês, Violante Sanches, Senhora de Uzero, era filha (natural) de D. Sancho IV, tal como D. Beatriz (embora Beatriz fosse filha legítima).

⁹⁰ Nesse discurso, o Arcebispo de Braga, D. João de Cardaillac, proclamou claramente que Pedro era casado com Inês.

era tão óbvio que D. Pedro não se deu ao trabalho de maquinar qualquer cenário que lhe fosse mais favorável. Aliás, não seria nada difícil ao rei de Portugal, ao temido e respeitado D. Pedro, manipular testemunhas e documentos que comprovassem o que quer que fosse. Porventura, a simplicidade com que revela o seu casamento é também uma prova da sua efetiva concretização - as grandes e *inquestionáveis* justificações resultam, muitas vezes, de maquinações maquiavelicamente elaboradas.

Na *Crónica de D. Pedro I*, Fernão Lopes aponta meticulosamente as contradições entre a Declaração de Cantanhede e as afirmações passadas de D. Pedro, mostrando que a confissão tardia e o medo ao pai, que a fundamentava, não correspondiam às palavras habituais, ao perfil e aos atos do então herdeiro do trono. Para ratificar o seu pensamento, Fernão Lopes apresenta também a rejeição dos intelectuais, que não acreditavam na realização desse casamento, não percebendo, sobretudo, o motivo que levou D. Pedro a testemunhar o seu casamento, apenas três anos depois da morte do pai. Ora, sendo certo que a Declaração de Cantanhede acontece, de facto, por essa altura, não é menos verdade que uma confissão pública, aparentemente menos formal, mas muito mais emblemática, estava já a ser construída há três anos, desde o primeiro momento em que Pedro sucedeu a D. Afonso IV: o túmulo coroado de Inês, que estava a ser concluído. A intimidade de Pedro... a Pedro pertence! No entanto, é bem possível que o rei esperasse três anos para, à sua típica maneira melodramática, teatralizar a egocêntrica existência, num arrebate simultâneo de vitimização e desforra.

Como bem notou Oliveira (2005) [em linha], ao referir que D. Pedro “nom quiz mais casar, depois da morte de Dona Enes em sendo Iffante, nem depois que reinou” (Fernão Lopes 1986: 9), o cronista está a admitir o casamento de Inês com Pedro. Por outro lado, há um aspeto muito curioso que vale a pena reter: Fernão Lopes afirma que, depois da morte de Inês, D. Pedro teve “amigas com que dormio”. De uma delas, diz o cronista que era “natural de Galiza que chamarom Dona Tareija, que pario del huum filho que ouve nome Dom Joham, que foi meestre Davis em Purtugal, e depois Rei” (Fernão Lopes 1986: 9). Sem nos querermos fixar na interpretação do discurso, que parece bastante cáustico, retemos a atenção no facto de Fernão Lopes revelar a bastardia de D. João I. Noutro local, da mesma *Crónica de D. Pedro I*, Fernão Lopes reitera as qualidades excelentes do Mestre de Avis, mas também continua a afirmar aquilo que já

se sabia: que ele era “nado de nom legitimo matrimonio” (Fernão Lopes, 1986: 198). Ora, curiosamente, não parece haver, ao longo de toda a *Crónica de D. Pedro I*, qualquer referência a essa bastardia, relativamente aos filhos de Inês: eles são sempre tratados por “Iffantes” e Inês é igualmente tratada com a maior elevação. Aliás, na *Crónica de D. Pedro I*, ao contrário de Ayala, Fernão Lopes nem sequer refere a bastardia da própria Inês de Castro. Na *Crónica de D. João I*, o discurso de Fernão Lopes, sobretudo aquele que é apresentado pelo Dr. João das Regras, é muitíssimo mais desfavorável relativamente a Inês e aos filhos, mas, num momento em que pretende mostrar a ilegitimidade dos filhos da Castro, o jurista chama-lhes “Infantes” (Fernão Lopes 1983: 419), ou seja, filhos legítimos de rei. Ora, se são legítimos é porque D. Inês era casada com D. Pedro. Mas Fernão Lopes, enquanto narrador da *Chronica de El-Rei D. Fernando*, é ainda mais claro, repetindo cinco vezes⁹¹ a palavra *Infante*, para se referir a D. João e a D. Dinis, filhos de Inês. Voltando à *Crónica de D. Pedro I*, que pode querer dizer Fernão Lopes com a expressão “nom quiz mais casar, depois da morte de Dona Enes em sendo Jffante, nem depois que reinou, lhe prouve receber molher” (Fernão Lopes 1986: 9), senão que eles foram casados?

Fernão Lopes, na *Crónica de D. Pedro I*, traça um percurso caricato a Diogo Lopes Pacheco: refugiado em Castela, escapou aos soldados do rei que o iam prender, porque andava à *caça dos perdigões*, fugindo para Aragão e depois para França, aconselhado por um pedinte manco e disfarçado com “os seus fatos rotos” (Fernão Lopes 1986: 146-147). Não deixa de ser curioso o facto de Fernão Lopes se alongar neste episódio, com pormenores ridículos e de duvidoso crédito. No último capítulo da mesma crónica, Fernão Lopes continua a construir esta personagem de um modo inventivo e questionável, referindo que D. Pedro, quando estava no leito de morte, “nembrouse como (...) Diogo Lopes Pacheco nom fora em culpa da morte de Dona Enes, e perdohoulhe todo queixume que del avia” (Fernão Lopes, 1986: 201) e mandou que todos os bens confiscados lhe fossem restituídos⁹². Não deixa de ser estranha esta repentina e única *lembrança* de D. Pedro, como é estranho que o rei lhe tenha perdoado por danos que, segundo é dito agora, Diogo Lopes não praticou. Como também é muito estranho que o cronista tenha feito este reparo imediatamente antes de se referir ao

⁹¹ Fernão Lopes, *Chronica de El-Rei D. Fernando* (1896), [em linha], vol. II, Cap. LXII: 9-10.

⁹² A reposição desses bens e a reabilitação de Diogo Lopes Pacheco foi feita por D. Fernando, herdeiro de D. Pedro.

testamento de D. Pedro, parecendo querer sugerir que o testamento continha a dita referência a Diogo Lopes Pacheco⁹³. Certo é que o Senhor de Ferreira das Aves recuperou os seus bens, depois da morte de D. Pedro. Nas Cortes de Coimbra, em que foi a principal testemunha para provar a inexistência do casamento de Inês, Diogo Pacheco, guiado pela mão do Dr. João das Regras, viria a confirmar que D. Pedro não foi casado com Inês nem acedeu à solicitação do pai para que casasse com ela. Revelou também ser conhecedor dos laços familiares entre os dois e dos laços morais derivados do batizado de D. Luís, filho de D. Constança e de D. Pedro. O modo como Fernão Lopes traça o percurso quase anedótico de Lopes Pacheco, desde a morte de Inês até à sua função nas Cortes de Coimbra, com pormenores quase ridículos (como é o caso longamente descrito da caça dos perdigões) suscita grandes interrogações, fazendo supor que o cronista pretendeu descredibilizá-lo e deixar à interpretação dos leitores a possibilidade do seu testemunho nas Cortes de Coimbra ter sido faccioso e realizado a mando.

À hora da morte, quando toda a verdade vem ao de cima, D. Pedro continuou fiel à Declaração de Cantanhede: no ato de elaboração do testamento, o rei moribundo mandou que se entregassem determinados bens aos filhos de D. Inês, “que outro si foi nossa mulher” (Mota 2011 [em linha]: 118).

No final do capítulo XXIX da *Crónica de D. Pedro I*, Fernão Lopes, escudando-se atrás da ambiguidade do exemplo de Pedro de Castela e Maria Padilla, mas na sequência do tratamento do hipotético casamento de D. Pedro com D. Inês, aconselha “ao que isto leer que destas opinioens escolha qual quiser” (Fernão Lopes, 1986: 139). Ou seja, o cronista aconselha os leitores a decidirem se esses casamentos aconteceram ou não, o que, naturalmente, desfaz a tese oficial saída de Coimbra e por ele narrada.

Relativamente à segunda pergunta fundamental do Dr. João das Regras, a de saber se Inês de Castro, mesmo que tivesse casado com D. Pedro, podia ser *sua mulher de direito*, ou seja, “se era tal casamento valioso” (Fernão Lopes 1983: 407), o advogado responde imediatamente que esse casamento não era válido, apontando aquilo que considerava *impedimentos*.

O primeiro impedimento radicava no facto de Inês de Castro ser “sobrinha delRei D. Pedro, filha de seu primo coirmão” (Fernão Lopes 1983: 407), como já foi

⁹³ O que, a fazer fé no Testamento de D. Pedro, transcrito por Abayam (1760), [em linha], não é verdade.

dito. Mas, na *Crónica de D. Pedro I*, Fernão Lopes não consegue omitir que o Infante tinha autorização papal para casar “com qualquer nobre molher, devota a samta egreja de Roma, ainda que per linha transverssa dhuma parte no segundo graao e doutra no terceiro, sejaes divedos e parentes” (Fernão Lopes 1986: 133)⁹⁴.

Seguidamente, o Dr. João das Regras, um pouco ao de leve, sugere que D. Pedro teve um primeiro casamento com D. Branca, o que poderia questionar a legitimidade do rei D. Fernando, agora falecido. Sendo certo que o Dr. João das Regras diz que isso se passou de maneira diferente e “nom faz mingua a nosso proposito” (Fernão Lopes 1983: 408), a verdade é que o referiu, muito provavelmente para ferir de ilegitimidade qualquer relação posterior de D. Pedro.

Outro argumento apresentado refere-se ao facto de Inês ter sido madrinha de D. Luís, filho de Pedro e de Constança: “como podia elRei seer lidemo marido de sua comadre, madrinha de seu filho? Certamente nom podia seer” (Fernão Lopes 1983: 408). No entanto, o Dr. João das Regras admite que “alguus emtemdidos” consideravam que, se Inês não queria ser madrinha e se não pronunciou as palavras “que os padrinhos costumam de rrespomder em nome dos afillhados” (Fernão Lopes 1983: 408), então não era madrinha de facto, “tal compadradigo era nenhuu, e podia depois sem pecado casar com o padre de tal afillhado” (Fernão Lopes 1983: 408). Aliás, ele próprio admite essa possibilidade, embora advogue que se devia pedir autorização ao Papa: “A qual cousa posto que assi seja, que quamto a Deos nom fosse comadre, neçessario era (...) que fosse notificado ao Papa”. Fernão Lopes parece contardizer-se: se, “quamto a Deos”, Inês não era comadre de D. Pedro, para que havia necessidade de *notificar* o Papa?

Para corroborar a sua estratégia, o Dr. João das Regras exhibe uma carta do Papa Inocência VI, onde está escrito que “a Samta See Apostollica tem por bem, que nom comdesçemda aas tuas supplicações, nem te outorgue semelhante graça” (Fernão Lopes 1983: 418). As *supplicações* e a *graça* é um pedido feito por D. Pedro ao Papa para que ele ratifique o casamento com Inês e legitime os filhos. Mas é bom recordar que esta atitude do Papa foi precedida de grandes pressões de Afonso IV, junto de Roma, para que não reconhecesse o casamento de Pedro com Inês. Pelo menos, é assim que Fernão Lopes, talvez involuntariamente, apresenta os acontecimentos: D. Afonso

⁹⁴ Esta Bula, do Papa João XXII, de 1325, permitiu o contrato de casamento dos primos D. Pedro de Portugal e D. Branca de Castela, ambos netos de D. Sancho IV de Castela.

IV escreveu secretamente ao Arcebispo de Braga “que ouvesse com o Papa, de nome aceitar a supplicaçom do Iffamte” (Fernão Lopes 1983: 414).

Parece poder concluir-se que D. Pedro estava canonicamente autorizado, pelo Papa João XXII, a casar com Inês, o que consubstancia um “casamento com bênção sacerdotal”, como foi já referido. Assim, o segundo pedido de dispensa de D. Pedro ao Papa deve poder enquadrar-se numa espécie de desforra edipiana em relação ao pai, por este ter manipulado Inocêncio VI. Mas mesmo que excluíssemos essa forma de casamento, poderíamos enquadrar o consórcio de Pedro com Inês no designado “casamento por juras”, em que os dois se assumiram consorciados, na presença de um clérigo (e, aliás, de outras testemunhas). Ora, para reforçar a legitimidade deste casamento, as testemunhas salientaram que os dois viveram em comum até à morte de Inês, o que transforma o “casamento por juras” (clandestino, secreto) em casamento de fama pública.

3. Vetores de mitificação

Nos registos escritos depois de 1385, para além do aprofundamento de alguns assuntos já conhecidos, verificamos algumas recriações e a introdução de várias linhas discursivas, cujo grau de imaginação não podemos aferir, mas que irão perpetuar-se nos séculos seguintes. Dessas linhas discursivas, potenciadores da mitificação da estória de Pedro e Inês, destacamos três, fundamentais para este estudo:

1. D. Pedro amava profundamente⁹⁵ Inês de Castro;
2. D. Pedro dizia que era casado com Inês, mas os cronistas⁹⁶ procuravam negar esse casamento;
3. O comportamento de D. Pedro, ao não cumprir o juramento de perdoar àqueles que considerou responsáveis pela morte de Inês, apesar de ser formalmente

⁹⁵ A utilização da palavra “profundamente” é propositada. Com efeito, os cronistas dão relevância a essa questão: Pedro “amaba tanto à la dicha Ines” (Ayala); “esse verdadeiro amor (...) raramente he achado em alguma pessoa” (Fernão Lopes); Pedro era “muyto namorado de D^a Ines de Castro” (Rui de Pina).

⁹⁶ Ayala, contemporâneo dos acontecimentos, escreveu pouco tempo depois das cortes de 1385. Por isso, é compreensível alguma ambiguidade que ele refere, relativamente ao casamento de Inês: nessa altura, a nova *verdade* estava a ser construída e, por isso, a circulação das informações devia ser contraditória. Fernão Lopes e Rui de Pina, que escreveram muito mais tarde, negaram o casamento – o que não significa que, por vezes, não tenham sido traídos, voluntaria ou involuntariamente, pelas palavras, acabando por sugerir que D. Pedro, afinal, tinha casado com D. Inês, como já se viu.

indigno de um rei, é compreensível à luz da grandeza emocional que subjaz ao seu arrebatamento passional.

Os registos exarados no *Chronicom Conimbricense* e no *Chronicom Alcobacense*, absolutamente austeros, utilizam uma linguagem, diríamos hoje, noticiosa, quase telegráfica. Se conjugarmos as informações desses dois registos, temos um *lead* perfeito: no dia sete de janeiro de 1355, em Coimbra, o Rei D. Afonso IV matou Inês (ou mandou degolá-la). A objetividade deste registo parece refletir uma intenção clara de estancar polémicas, de encerrar definitivamente o assunto, atribuindo a responsabilidade a quem tem o direito de aplicar a lei, o rei. À luz do contexto, parece claro que mensagem era direcionada, antes de mais, para D. Pedro, que deveria acatar as decisões superiores da coroa.

Se tivermos em conta, na globalidade, a conjugação das fontes da História anteriores a 1383, a que vimos fazendo referência, podemos facilmente comprovar: a ascendência nobre de Inês de Castro, uma das três esposas de D. Pedro; a existência de três filhos vivos; a morte de Inês, por decapitação, ocorrida em Coimbra, em 1355, com intervenção de D. Afonso IV; a revolta militar de D. Pedro contra o pai e seus conselheiros; a execução de Pero Coelho, responsabilizado pelo infante como o conselheiro mais culpado, apesar da promessa de perdão de D. Pedro a todos os implicados na morte de Inês.

Assim sendo, é forçoso concluir que, trinta anos depois da morte de Inês, ou seja, quando irrompe a dinastia de Avis, há, ou é construído, um silêncio enorme e uma imensidão de incertezas relativamente às ocorrências que contextualizaram a vida desses dois amantes. A lacuna mais óbvia que as fontes esqueceram ou ocultaram tem a ver com os motivos que levaram D. Afonso IV a mandar matar Inês ou a autorizar a sua morte⁹⁷. Não se trata de uma questão menor, de modo algum, sobretudo se considerarmos que D. Pedro não era uma pessoa qualquer: estava prestes a subir ao trono, tinha trinta e cinco anos, um filho herdeiro e três filhos da mulher que o enleava. Esta lacuna, verdadeiro apagão na História, é acompanhada por uma omissão que tende

⁹⁷ É possível que o *timing* para matar Inês tenha algo a ver com uma determinação de D. Dinis, datada de 1311, que exigia um período de sete anos de coabitação pública para que o “casamento de fama pública” fosse considerado válido. Por outro lado, D. Afonso IV, em 1352 (três anos antes do assassinato de Inês) recomendou que todos os clérigos “vivendo em concubinato fossem obrigados a casar” (Sena 1967: 198). Neste contexto, D. Afonso IV anulava, pela força do assassinato, uma união que reunia todas as condições para ser oficialmente reconhecida como um casamento de pleno direito.

mais para a ambiguidade: nos registos anteriores à crise de 1383-1385, designadamente no *Chronicom Alcobacense* e no *Chronicom Conimbricense*, sabemos que Inês é morta em Coimbra, mas não nos é revelado em que lugar⁹⁸. Ou seja, parece que os Paços da Rainha Santa Isabel, escondidos no nevoeiro do Mondego, se fecharam sobre a imagem de uma Inês indigna de habitar tal espaço.

A História, não é o que acontece, mas o relato que se faz acerca disso. Ora, o relato que ficou sobre a história de Inês foi inicialmente construído em duas ou três pinceladas vagas, sob a forma de epitáfio. A História, mormente a História Medieval, faz-se muito mais a partir da análise dos conflitos bélicos, dos golpes palacianos, da edificação de catedrais, das genealogias, das catástrofes naturais, etc., do que das histórias de vida e das paixões mais ou menos abafadas, mesmo que sejam estas os catalisadores daquelas.

Traçar o percurso fundamentado de Inês, isoladamente, seria tarefa impossível. Se à história de Inês somarmos a história de Pedro, príncipe e rei, mesmo assim, é muito difícil gerir a informação disponível, porque, além de ser manifestamente diminuta, artificiosa e contraditória. Curiosamente, seja por defeito, seja por excesso, a informação distorcida é sempre incitadora de mitificações. Entre a velação e a revelação, a pincelada vaga que marcou na História a presença de Inês ir-se-á transformando em esboço e ganhará forma, ao sabor de narrações polifónicas.

Não deixa de ser irónica a postura habitual dos cronistas, que fazem verdadeiras juras de verdade e clareza, mas que se enredam nas mais descaradas construções, seja por omissão, por introdução de ambiguidades ou por absoluta invenção. Fernão Lopes, referência para todos os cronistas subsequentes, buscador da verdade, pode ser também um bom exemplo para essa invenção discursiva: um exemplo paradigmático é a transcrição enorme, de uma página, presente no capítulo XLIII, da *Crónica de D. Pedro I*, onde o cronista regista, em tom profético, as palavras de D. Pedro, *oficializadas* pela utilização de aspas, acerca do futuro do seu filho João. É intrigante que o cronista levante a dúvida, sem a esclarecer, se D. Pedro estava a falar de D. João, filho de Teresa Lourenço, ou de D. João, filho de Inês. Mas o simples facto de levantar essa dúvida, sabido que Coimbra legitimou a Dinastia de Avis, parece querer sublinhar a simpatia de Fernão Lopes pelo filho de Inês de Castro e não pelo Mestre de Avis.

⁹⁸ Ayala parece ter sido o primeiro cronista a referir o Mosteiro de Santa Clara.

Em meados do século XIV, os registos escritos eram escassos. As ocorrências eram transmitidas sobretudo através do discurso oral, o que provocava a desfocagem do relato, dava azo à imaginação e desvirtuava o conteúdo da mensagem. Por outro lado, a escrita estava refém das classes dominantes e, conseqüentemente, refletia a vontade e as orientações dessas mesmas classes. Quer isto dizer que os cronistas estavam coagidos a revelar uma certa *verdade* ou, talvez na maior parte das vezes, nem sequer tinham acesso a fontes de *verdade* alguma. Assim, a História, sobretudo quando se centra nas personalidades dominantes de uma época, deve ser encarada com as maiores cautelas: o que separa um herói de um assassino pode estar oculto, algures, em meia dúzia de palavras ou numa qualquer omissão.

A crise da sucessão de 1383-1385 constitui uma clara linha de separação na narrativa da história de Pedro e Inês. Dadas as implicações e os interesses em jogo após a morte do rei D. Fernando, é absolutamente vital estabelecer uma fronteira para distinguir as narrativas oficiais, construídas antes e depois dessa crise, reveladoras dos interesses em jogo, mas também fruto da memória dos homens que, naturalmente, é influenciada pela imaginação individual.

3. 1. A idealização de Inês em Ayala

Pero Lopez de Ayala, oriundo de uma família nobre e que viria a ser nomeado chanceler-mor de Castela, teria cerca de vinte anos quando Inês de Castro foi assassinada, em 1355. A guerra civil que se seguiu não passou despercebida em Castela, designadamente pela intervenção direta dos Castro. É, portanto, normal que o cronista castelhano conhecesse muito bem os ecos da história de Pedro e Inês, até porque a corrente nobre que pretendia colocar Pedro de Portugal no trono de Castela era muitíssimo influente.

Em 1385, Ayala tinha à volta de cinquenta anos e participou na Batalha de Aljubarrota, tendo ficado prisioneiro durante, pelo menos, um ano, em Leiria e Óbidos. É natural que o tempo que passou em Portugal tenha contribuído para o seu conhecimento acerca da realidade de então, designadamente para aprofundar a história de Pedro e Inês, através de testemunhos orais.

Não podemos dizer exatamente o momento em que Ayala escreveu as *Cronicas de los reyes de Castilla*, onde se refere a Inês de Castro, mas é bem provável que os

dados tenham sido recolhidos entre Aljubarrota, Leiria e Óbidos, tão perto dos lugares onde Inês viveu. A verdade é que Ayala regista o essencial daquilo que é mais conhecido sobre essa paixão: a nobreza e bastardia de Inês; o motivo de Afonso IV (apesar da ambiguidade provocada pela afirmação de duas coisas contraditórias: Pedro queria casar com Inês / Pedro dizia aos amigos que estava casado com ela – uma ambiguidade certamente em voga, já fruto das posições contraditórias das Cortes de Coimbra, que ditaram a aclamação do Mestre de Avis); a confissão de Pedro ser casado com Inês, mas não o revelar por ter medo do pai; a participação de Diogo Lopes Pacheco e de Pero Coelho no conselho do rei; a troca de cavaleiros nobres acordada entre os reis de Portugal e Castela e a execução de “Pero Cuello, é un Escrivano” (Ayala [em linha]: 311); a fuga de Diogo Lopes Pacheco para Aragão; a execução de Inês, em Coimbra.

Por outro lado, não é de descurar o facto de Ayala, inicialmente ao serviço de D. Pedro, o *Cruel*, ter aderido ao partido de Henrique de Trastâmara, parente dos Castro, o que lhe pode ter trazido alguma simpatia acrescida pela figura de Inês, para além de ela ser, naturalmente, galega. Essa circunstância, para além de justificar o repúdio manifestado pela troca de cavaleiros entre os reis de Portugal e Castela, ajuda a compreender o posicionamento favorável e mitificador do cronista: Inês era “muy fermosa”, D. Pedro “amaba tanto á la dicha Doña Ines de Castro” e “aviala tomado” apenas depois da morte de D. Constança, e foi assassinada “en Sancta Clara de Coimbra dó ella posaba”. Ou seja, é afastada qualquer mácula de Inês de Castro, relativamente ao relacionamento com D. Pedro, e a Castro é mesmo laureada à condição de mulher ideal: ela é muito bonita, amada e virtuosa e vive em Santa Clara, residência de príncipes e de suas esposas legítimas.

Está, assim, recriada, a figura de Inês de Castro e está lançado o mote da sua mitificação, que se desenvolverá em crescendo, cada vez mais distante dela própria, mas cada vez mais próxima de nós.

3. 2. (Re)velação: luz e penumbra em Fernão Lopes

Fernão Lopes, nascido nos anos oitenta do século XIV, escreveu os acontecimentos relacionados com a morte de Inês de Castro algumas dezenas de anos

depois de terem ocorrido, talvez entre setenta e oitenta anos, não escondendo a manifesta influência do cronista castelhano Pero Lopez de Ayala.

No reinado de D. João I, Fernão Lopes era já *escrivão de livros* e foi *escrivão da puridade*⁹⁹ do infante D. Fernando. Sob a proteção do rei D. Duarte, que lhe concedeu uma tença anual, dedicou-se à investigação da História do reino, vertendo essa investigação para a escrita de várias crónicas. Ou seja, o cronista, apesar do seu reconhecido mérito historiográfico, era um homem contratado pela corte da dinastia de Avis, aquela que havia irrompido da crise de 1383-1385, sobrepondo-se aos herdeiros que D. Pedro I, por meio da Declaração de Cantanhede, havia assumido como filhos legítimos. Por mais isento que o cronista quisesse ser, quando fosse necessário comparar os filhos de Inês de Castro com o filho de Teresa Lourenço, não haveria razão nem coração que apontasse outro caminho que não fosse o da valorização, pelo menos aparente, daquele que viria a ser aclamado rei D. João I. *Dizer e dizer que disse*, comprovar um determinado facto ou apenas apresentá-lo, omitir um dado aparentemente irrelevante ou acrescentar um comentário, tudo isto pode ser verificado em Fernão Lopes e tudo isto é suscetível de ser considerado propositado. Por exemplo, no contexto da sucessão de D. Fernando, “mais do que um autor escreveu que chegou a haver esponsais [entre o Infante D. João¹⁰⁰ e a infanta D. Beatriz¹⁰¹]. Mas Fernão Lopes diz que não” (Arnaut 1985: 52).

Mesmo assim, Fernão Lopes parece ter feito o que estava ao seu alcance para revelar a verdade possível, como escreve Damião Peres:

De facto, se na *Crónica de D. Pedro I* Fernão Lopes não acumulou propositadamente diatribes, e escreveu história documentadamente cuidada, como realmente fez, deve ainda reconhecer-se-lhe, como mérito, não ter ocultado as sombras que realmente muito macularam o carácter de seu biografado (Fernão Lopes 1986: XXX).

Fernão Lopes foi, de facto, um investigador cuidadoso e contribuiu decisivamente para o conhecimento historiográfico da época e das personagens. Meramente a título de exemplo, podemos considerar os laços familiares de Inês de Castro, sobretudo algumas notas biográficas dos seus irmãos, que ganham vida a partir da *Crónica de D. Pedro I* e provam a investigação cuidada do cronista. Mas há outros dados que Fernão Lopes acrescenta à narrativa tradicional que, sendo certamente

⁹⁹ Cargo semelhante ao dos atuais Secretários de Estado.

¹⁰⁰ Filho de D. Pedro e de Inês de Castro, meio-irmão do rei D. Fernando.

¹⁰¹ Filha de D. Fernando e de D. Leonor Teles.

resultado do seu labor e das suas reflexões, nem por isso estão isentos da possibilidade de intromissão de alguma criatividade e subjetividade, necessárias a um discurso que se pretendia humanizado e dinâmico. Por outro lado, Fernão Lopes, escrevendo oitenta ou noventa anos depois do reinado de D. Pedro, encontrou já cimentados boatos e lendas do rei justiceiro, necessariamente ficcionados, apesar de alicerçados em acontecimentos porventura reais.

Mas Fernão Lopes estava bem consciente da necessidade de entrar nesse jogo de luz e sombra, de sugerir para logo esconder, sempre que a revelação pudesse constituir algum embaraço para o poder. Assim se compreendem algumas das suas afirmações: “nom fazemos mais longo processo por nom sabermos quanto prazeriom aos que as ouvissem” (Fernão Lopes 1986: 27); “E como quer que o elRei muito amasse, mais que se deve aqui de dizer” (Fernão Lopes 1986: 39); “em quamto durou a festa, na qual foram armados outros cavalleiros, cujos nomes nom curamos dizer” (Fernão Lopes 1986: 63).

Ainda neste débil equilíbrio entre *(re)velar* a verdade descoberta ou submeter-se à verdade oficial, deve inscrever-se a posição do cronista que convida os leitores a concluírem acerca da existência, ou não, do casamento de Pedro com Inês, conforme já foi referido: “ao que isto leer que destas opinioens escolha qual quiser” (Fernão Lopes, 1986: 139). Como também pode ser referida a insistência na forma de tratamento de “Infantes”, ou seja, filhos de reis, por parte do Dr. João das Regras, relativamente aos filhos de Inês – pretenderia Fernão Lopes revelar aquilo que a sua função de cronista de Avis o obrigava a omitir? E a animosidade excessiva de mesmo João das Regras pelos filhos de Inês, em contraste com a descarada simpatia pelo Mestre de Avis, não seria uma forma de Fernão Lopes, um escritor exímio, chamar a atenção para o discurso faccioso do advogado?

Relativamente à paixão de Pedro, Fernão Lopes introduz um dado novo no discurso de Ayala e, afinal, no discurso da História: o infante estava enamorado por Inês, quando era ainda casado com Constança. Mas Fernão Lopes não diaboliza essa paixão, antes sublinha a grandeza desse “*verdadeiro amor, raramente achado em alguma pessoa*”. Longe de lançar qualquer anátema, esta declaração engrandece quem se deixa ligar pelo amor que, na mentalidade medieval, só se concretiza fora do casamento, uma vez que este não vai muito além de um contrato social. Este é um vetor

fundamental para a mitificação da relação entre Pedro e Inês: o amor platónico, idealista, mesmo que não se possa concretizar fisicamente, o amor à primeira vista, com ou sem Constança, certamente influenciado pelo mito de Tristão e Isolda, outra grande história de amor trágico que marcou a literatura medieval.

A execução dos cavaleiros que, supostamente, seriam o núcleo do Conselho de Afonso IV levanta algumas dúvidas. A narrativa da fuga de Diogo Lopes Pacheco para Aragão e depois para França é quase pueril e constituiu uma verdadeira caricatura para o tirar de cena. Fernão Lopes, “fallando verdade”, refere que D. Pedro não teve “gramde rancura” contra Diogo Lopes Pacheco “por que muitas vezes mandara perçeber o Iffamte per Gomçallo Vaasquez seu privado, que guardasse aquella molher da sanha delRei seu padre” (Fernão Lopes: 1986: 142). E, mais tarde, D. Pedro, às portas da morte,

nembrousse como (...) el fora çerto, que Diogo Lopes Pachequo nom fora em culpa da morte de Dona Enes, e perdohoulhe todo queixume que del avia, e mandou que lhe entregassem todos seus beens; e assi o fez depois elrei Dom Fernando seu filho (Fernão Lopes 1986: 201).

Por ironia do destino ou por mestria do Dr. João das Regras e por conveniência de Fernão Lopes, Diogo Lopes Pacheco nunca revelou o motivo da “sanha” do rei nem a razão da morte de Inês.

Por outro lado, as palavras do cronista causam alguma perplexidade quando refere que D. Pedro pretendia que os prisioneiros, Pero Coelho e Álvaro Gonçalves¹⁰², lhe dissessem quem foram os culpados da morte de Inês e que pretendia fazer Afonso IV “quamdo amdavom desaviindos por aazo da morte della” (Fernão Lopes 1986, 148). Ou seja: afinal, D. Pedro nunca soube quem foram os culpados da morte de Inês e nunca soube claramente quais eram os objetivos do pai durante a guerra civil que os opôs. Dado que os historiadores reconhecem haver “grandes desvairios” de D. Afonso IV com D. Pedro, antes do aparecimento de Constança, e dado que D. Fernando, neto de Afonso IV, tem dez anos aquando do assassinato de Inês e está, portanto, em condições de suceder ao avô, quem nos garante que o velho rei não pretenderia ir mais longe do que arrepiar caminho aos filhos de Inês? Não terá Fernão Lopes pretendido sugerir que o velho monarca se preparava para abrir ao neto as portas do trono?

¹⁰² A associação do nome de Álvaro Gonçalves ao Conselho do rei D. Afonso IV aparece pela primeira vez em Fernão Lopes.

Fernão Lopes, apesar de dizer e desdizer, parece estar ciente do casamento de Pedro com Inês, como já foi dito. Pelo meio da rota que ia registando, sob as diretivas da coroa, Fernão Lopes, apesar de todos os excessos apontados a D. Pedro, traça-lhe um reinado solitário e austero, mas iluminado pela estrela que o espera, no túmulo de Alcobaça. Em jeito panegírico, conclui a *Crónica de D. Pedro I* afirmando que “taaes dez annos numca ouve em Purtugal, como estes que reinara el Rei Dom Pedro” (Fernão Lopes 1986: 202). No entanto, quando o cronista refere que “screvem alguuns louvando este rei Dom Pedro, dizendo que reinou em paz em quanto viveo” (Fernão Lopes 1986: 65) e que o reino foi por si enriquecido, parece necessitar de um contrapeso para esbater o papel de D. Pedro e acrescenta que aquela prosperidade se deveu à ação de D. Afonso IV, que deixou “o Regno sem nenhuma briga” (Fernão Lopes 1986: 65). No mínimo, é estranho que o cronista ofusque a imagem do seu biografado, valorizando a figura do pai.

Parece claro que Fernão Lopes, voluntária ou involuntariamente, ao longo da *Crónica de D. Pedro I*, quer na maneira como apresenta o retrato do rei, quer no modo como conduz a narrativa, deixou pistas suficientes que revelam que o tom laudatório com que conclui a crónica não é constante. Algures, sob o texto de Fernão Lopes, pode haver um mundo de informações subliminares que aguardam interpretação. Porque o impossível, afinal, é apenas o que ainda não foi pensado.

3. 3. Imaginação e dramatização em Rui de Pina

Rui de Pina foi um homem de Estado, tendo sido nomeado, por D. João II, diplomata e embaixador. Nessa qualidade, representou o reino junto do Vaticano e negociou o Tratado de Tordesilhas. Foi cronista de D. João II e de D. Manuel, sendo-lhe confiado o cargo de guarda da Torre do Tombo, por este último. É natural que a sua posição na corte e a orientação política que defendeu em nome da coroa tenham contribuído para a perceção e relato das suas crónicas, assumindo uma posição favorável à dinastia de Avis e, portanto, contrária aos interesses dos filhos de Inês de Castro.

Rui de Pina, que viveu entre meados do século XV e as duas primeiras décadas do século XVI, teve, naturalmente, um universo de referências muito mais abrangente do que os cronistas que o antecederam, servindo-se, inclusivamente, da investigação dos

seus antecessores. No entanto, no que respeita à história de Pedro e Inês, não acrescenta dados propriamente novos, apesar de revelar pormenores que ajudam a construir um cenário mais compreensível, mas também mais teatral e mais fictício. Nesse cenário, a imagem de Inês surge um pouco menos decorosa do que aquela que fora apresentada por Fernão Lopes, na *Crónica de D. Pedro I*. Assim, por exemplo, Rui de Pina estriba a história de Pedro e de Inês sobre o pecado, presente, explicitamente, no fingimento e no desrespeito pelos sacramentos do batismo e do casamento e, implicitamente, na relação de mancebia e mesmo incestuosa, considerados os laços derivados do batismo do infante D. Luís. Este tipo de abordagem diverge daquilo que, em princípio, se espera da cronística, uma vez que se fundamenta em conjeturas e eventualidades de natureza moral, parecendo ter como único objetivo *adornar* a história, dramatizando-a e potenciando determinado tipo de emoções nos leitores.

O mesmo dramatismo, igualmente evitado do ferrete do pecado, mas agora mais abominável, é apresentado no contexto da possibilidade do filho de D. Constança e de D. Pedro, D. Fernando, ser assassinado pelos irmãos de Inês, a fim de colocarem os sobrinhos na rota do trono. Mesmo que indiretamente, mesmo que indevidamente, Inês de Castro não escapa à desconfiança e à culpa, ela que acaba por ser vítima do bem conhecido moralismo didático da dinastia de Avis. Por isso, seguindo a letra do discurso de Rui de Pina, Inês tem de ser separada de Pedro ou, em alternativa, tem de morrer. O destino da Castro está traçado e os contornos do enredo apontam para um dramatismo trágico que há de mais tarde ganhar foros de autonomia literária, ainda no século XVI.

Rui de Pina reconhece a mancebia inicial de Inês, mas também afirma o seu posterior casamento. E, neste aspeto, é muito mais claro do que Fernão Lopes, registando que D. Pedro nunca quis *declarar a verdade e afirmar que era casado* com Inês. Ou seja, o casamento com Inês era *verdade* e aos cronistas, ao serviço dos seus patrões de Avis, só restava a descredibilização desse casamento, pela via da imoralidade.

O cronista apresenta uma aprofundada genealogia de Inês de Castro, explicitando a sua bastardia e colocando-a, na corte de D. Afonso IV, como aia e parenta de D. Constança, esposa de D. Pedro.

Quando Rui de Pina se refere a acontecimentos que, muito provavelmente, recolheu de fontes escritas, como é o caso da referida genealogia, ou os títulos

nobiliárquicos dos irmãos de Inês, ou as referências aos casamentos e morte dos filhos de Inês e de Pedro, etc., utiliza uma linguagem muito objetiva e rigorosa. Mas quando o objeto da narração deixa de ser um dado concreto e passa a ser um acontecimento subjetivo, como a relação de Pedro e de Inês, então o discurso do cronista espraia-se e introduz adereços e pormenores sentimentais, na tentativa de explicar (ou de construir) um contexto possível. É o que acontece, por exemplo, quando retrata Inês transfigurada, escudando-se atrás dos filhos que são netos do rei, reclamando inocência, banhada em lágrimas, pedindo misericórdia e perdão. Como também é o que acontece quando D. Afonso IV cede às palavras de Inês e quer voltar atrás na decisão de a matar ou quando, ao invés, pressionado pelos conselheiros, volta à decisão inicial de deixar que Inês morra. A densidade psicológica que resulta da atitude das personagens envolvidas mostra claramente que Rui de Pina ficcionou o acontecimento, dramatizando-o, donde podem resultar interpretações múltiplas, quer acerca da firmeza do rei, quer acerca da justeza da condenação, quer acerca da ascendência dos conselheiros nas decisões do monarca. O que não pode deixar de ser registado é que este tipo de discurso, fruto da imaginação, contribuiu para a mitificação da história de Pedro e Inês, facilmente visível nas narrativas posteriores.

A dramatização do discurso de Rui de Pina é mais ou menos generalizada e preocupa-se frequentemente com as vivências interiores das personagens e os reflexos que elas provocam nos comportamentos: por exemplo, após a morte de Inês, o cronista aponta um Pedro desesperado, em vias de enlouquecer, sem remédio nem conforto, que, como forma de afrontar o poder paterno, comanda roubos, destruição e mortes, ao lado dos irmãos de Inês e de toda a espécie de aliados, nobres ou homiziados.

Rui de Pina cai numa espécie de inconsequência narrativa, fruto da falta de elementos para reconstruir um contexto que, apesar de tudo, ele tem de apresentar, a fim de seguir uma linha discursiva imaginativa, ainda que pouco verosímil. É o que acontece, por exemplo, na descrição do cerco do Porto pelos homens de D. Pedro: com a cidade à sua mercê, caricatamente protegida por pendões de navios, D. Pedro desiste da sua conquista e vai para Canavezes fazer as pazes com o pai. Se a decisão de não tomar a cidade do Porto se pode enquadrar no respeito que o infante tinha pelo Arcebispo D. Gonçalo Pereira, encarregado de a defender, o que não é credível no contexto de guerra aberta que se vivia, mais estranha parece essa inesperada decisão de

fazer as pazes com o pai. Pelo menos, Rui de Pina não esclarece essa alteração de comportamento, referindo apenas que D. Pedro tinha já “per medyaneros virtuosos apomtamentos de comcordya” (Rui de Pina MMIX: 369).

Em síntese, a escrita de Rui de Pina desenvolveu e fixou uma versão dramatizada da história de Pedro e de Inês. Na *Crónica do Rei D. Afonso IV*, inscrita na *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, Rui de Pina adorna a narrativa recebida de Fernão Lopes com registos dramático-ficcionais que servirão de base à produção literária e, portanto, ficcional, do século XVI.

3. 4. Conclusão – a insondável morte de Inês

Ayala não é muito claro na apresentação dos motivos que levaram Afonso IV a decidir a execução de Inês. Por um lado, afirma que o rei português tomou essa atitude porque D. Pedro queria casar-se com ela e, por outro lado, afirma que o príncipe dizia a alguns dos seus privados que era casado com ela. De qualquer modo, a intenção do monarca, segundo Ayala, é clara: quer fosse já casada com Pedro, quer tivesse intenção de vir a casar, Inês tinha de morrer.

Fernão Lopes contraria Ayala, afirmando a disposição de Afonso IV aceitar o casamento de Pedro e Inês se ele tivesse sido efetuado. O que parece contraditório com o facto, também referido por Fernão Lopes, de Inês ter sido sentenciada a mando de D. Afonso IV.

Rui de Pina recupera o assunto, referindo que D. Afonso IV queria casar D. Pedro com alguma donzela à altura do herdeiro da coroa ou, em contrapartida, solicitava a D. Pedro que assumisse oficialmente o casamento com D. Inês, caso ele se tivesse concretizado, para que ela fosse honrada como esposa do príncipe. Mas, logo de seguida, o texto de Rui de Pina refere a opinião dos conselheiros do rei¹⁰³, que não admitem a presença da Castro e, sobretudo, dos Castro, na vida de Pedro e acabam por manipular o rei, que se dirige a Coimbra, “comclujmndo ja e comsentimdo na morte da dicta D^a Jnes” (Rui de Pina MMIX: 366).

¹⁰³ Não é claro que sejam os conselheiros do rei a fazerem estes reparos. No entanto, a utilização de expressões como “ouuese dyso grande reço”, “consultauase”, “[dizia-se] que apertasem com ho dito Jfamte que casase (...) e nom tiuese no Reino D^a Jnes de Castro”, [pedia-se] que elRey que (...) a mamdasse matar”, etc., registadas no capítulo LXVII, da *Crónica de D. Afonso IV*, remete inequivocamente para os grandes senhores, próximos do rei.

No entanto, não podemos perder de vista um dado crucial que era o parentesco e, portanto, a similitude de interesses e ambições relevantes que acabavam por ligar D. Pedro de Portugal à família Castro, mas também à família Albuquerque e à família Gusmão (descendentes de Leonor de Gusmão, amante de Afonso XI)¹⁰⁴. Parece claro que o convite dos nobres castelhanos pretendia trazer o futuro Rei de Portugal para a sua causa, a fim de satisfazer as suas próprias ambições. Desses nobres, João Afonso de Albuquerque era talvez o mais empenhado na destruição de D. Pedro I de Castela. Esse nobre castelhano, neto bastardo de D. Dinis, que fora um dos mais destacados colaboradores de D. Afonso XI de Castela e tutor de D. Pedro I, *O Cruel*, acabou por entrar em guerra aberta com o rei de Castela, por ter defendido que o rei devia afastar a amante, Maria Padilla¹⁰⁵, rival da esposa legítima, Branca de Bourbon.

A aliança de revoltosos contra D. Pedro I de Castela crescia e podia prever-se a tomada do trono. É bom lembrar que a ascensão do filho do falecido D. Afonso XI ao trono de Castela trouxe para a corte muitos nobres que haviam perdido privilégios durante o reinado de Afonso XI e que estavam, agora, desejosos de os recuperar, mormente as poderosas famílias Castro, Gusmão e Lara. Por outro lado, muitos pretendentes perfilavam-se para aceder ao trono: D. Pedro tinha dez irmãos bastardos, filhos de Leonor de Gusmão. Um deles, Henrique de Trastâmara, viria mesmo a ser rei de Castela, com o nome de Henrique II, depois de assassinar D. Pedro.

Nesse contexto de grande agitação política, a nobreza portuguesa percebeu as consequências nefastas, para os seus próprios interesses, se D. Pedro de Portugal reclamasse a coroa de Castela-Leão, consorciado com Inês de Castro, numa altura em que a vida de D. Afonso IV se aproximava do fim e a coroa portuguesa vagava para o mesmo D. Pedro.

¹⁰⁴ Bisnetos de D. Sancho IV de Castela (é fundamental conferir a genealogia, registada na página 257):

- Inês de Castro (por bastardia), João Afonso de Albuquerque (por bastardia), Henrique de Gusmão (por bastardia - futuro Henrique II de Trastâmara) e D. Pedro I de Castela (legítimo).

Neto de D. Sancho IV de Castela:

- D. Pedro I de Portugal (legítimo).

Primos em primeiro grau:

- D. Pedro de Portugal e D. João Afonso de Albuquerque (netos de D. Dinis - o segundo por bastardia).

Primos em segundo grau:

- D. Pedro de Portugal e os Castro (estes por bastardia).

¹⁰⁵ Maria Padilla foi introduzida por João Afonso de Albuquerque na intimidade de D. Pedro I.

Em Castela, os irmãos Castro, revoltados com o casamento e repúdio de Joana de Castro, e João Afonso de Albuquerque, devido ao repúdio de Branca de Bourbon¹⁰⁶, alargavam uma frente de confrontação muito perigosa para D. Pedro, *O Cruel*. Inês de Castro, continuando a prender as atenções de Pedro e a dar-lhe filhos, era a títere para a interferência da coroa portuguesa no conflito que se agudizava no reino vizinho. E D. Pedro de Portugal estava a deixar-se enredar nesse emaranhado, colocando-se ao serviço dos interesses de parte da nobreza castelhana. Aliás, também Henrique de Trastâmara, futuro rei de Castela, apontava o trono vizinho a D. Pedro de Portugal, pretendendo apenas, naturalmente, trazer para a sua causa um aliado de enorme peso militar, o reino de Portugal:

estando el Conde Don Enrique é el Maestre Don Fadrique su hermano, é Don Juan Alfonso de Albuquerque [e] Don Alvar Perez de Castro (...), fablaron com él que él fablase com el Infante Don Pedro de Portogal (...) que si él quisiese, que ellos tomariam voz com él porque fuese Rey de Castilla (AYALA MDCCLXXIX [em linha], ano V, cap. VIII: 126).

A união das coroas de Portugal e de Castela, com Inês de Castro e os irmãos, bem como outros poderosos senhores castelhanos, a influenciarem o futuro monarca português, faria perigar os privilégios tradicionais dos nobres portugueses. Fosse pelo perigo da candidatura de D. Pedro à coroa de Castela, fosse apenas pelo perigo da influência de Inês e dos Castro sobre o futuro monarca de Portugal, a verdade é que a alta nobreza portuguesa sentia a sua influência no seio da corte ameaçada. A morte de Inês foi assumida como solução para afastar definitivamente o perigo castelhano, provavelmente mais mítico do que real, quer ele viesse da atração de D. Pedro pela coroa de Castela, quer viesse pela influência dos Castro e de outras poderosas casas senhoriais em Portugal.

4. História e Literatura no século XVI: a fixação do mito de Inês de Castro

Na Europa, o período de tempo compreendido, *grosso modo*, entre os séculos XIV e XVI, inclusive, ficou conhecido com a designação genérica de Renascimento, indissociável dos conceitos de Humanismo e de Classicismo. A delimitação cronológica deste período nem sempre é consensual, embora seja aceite que se trata de um período de rutura no pensamento e nas práticas, que marcou o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Em Portugal, país estruturalmente periférico, a influência renascentista

¹⁰⁶ D. João Afonso de Albuquerque havia sido o artífice desse casamento.

verifica-se, sobretudo, no século XVI, onde pontificam, no que diz respeito ao assunto desta dissertação, autores como Garcia de Resende, António Ferreira e Luís de Camões.

A ênfase humanista própria do Renascimento conduziu à valorização do homem, enaltecendo as suas qualidades e transformando-o, muitas vezes, em herói. Por outro lado, o lirismo, a eloquência, mesmo que veiculada por um discurso aparentemente caracterizado pela simplicidade de Garcia de Resende, e um certo dramatismo trágico são elementos característicos de uma estética literária que se pretendia imitadora dos modelos clássicos e vão ser denominador comum na produção literária dos autores em referência.

O século XVI assistiu à fixação do mito de Inês de Castro, sobretudo através do contributo literário dos três autores em referência.

4. 1. Garcia de Resende

Em 1516, foi publicado o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, onde pontificam as *Trovas à Morte de Inês de Castro*¹⁰⁷, uma composição poética profundamente lírica, mas onde não falta o dramatismo trágico que há de condicionar a recriação histórica. Aliás, logo no título, o autor retoca a realidade histórica, fazendo do rei Afonso IV o assassino impiedoso de Inês¹⁰⁸, ponto de vista que, ao longo do poema, o monarca acaba por abandonar, descomprometendo-se da execução de Inês, em quem, afinal, não vê qualquer culpa: “nem vejo eessa coitada / por que deva de morrer” (Garcia de Resende 1993: 307). Por outro lado, Garcia de Resende remete o texto para as damas, o que, considerada a menoridade do estatuto tradicional da mulher, contribui para um esbatimento da seriedade factual do acontecimento narrado, relevando-se o pendor lírico que, na estética literária medieval, se focaliza no feminino. Ou seja, assumindo uma intencionalidade artística, valorizando o fruir estético, Garcia de Resende emancipa conscientemente a Literatura da História, movendo-se nas balizas da

¹⁰⁷ Forma abreviada do título *Trovas que Garcia de Resende fez à morte de D. Inês de Castro, que el-rei D. Afonso, o Quarto, de Portugal, matou em Coimbra por o príncipe D. Pedro, seu filho, a ter como mulher, e, pelo bem que lhe queria, não queria casar, endereçadas às damas.*

¹⁰⁸ Garcia de Resende titula, explicitamente, a “*morte de D. Inês de Castro, que El-Rei D. Afonso, o quarto de Portugal, matou*”, o que é, claramente, uma estratégia para dramatizar o acontecido, potenciando o interesse ficcional. Aliás, a fazer fé nas *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*, D. Afonso IV, apesar de ter estado, de facto, em Coimbra, mudou de opinião relativamente à execução de Inês, depois de a ouvir pessoalmente, e afastou-se. E só com grandes pressões é que os conselheiros conseguiram do Rei “comsentir que eles tornassem a matar D^a Ines se quissem” (Rui de Pina MMIX: 367).

possível verdade histórica. Com efeito, voluntária ou involuntariamente, o autor balanceia entre a fatalidade associada a dois pólos discursivos distintos, para justificar a morte de Inês: por um lado, a relação ilegítima de alcova que tem, inevitavelmente, um desfecho trágico e, por outro lado, a desventura associada às intrigas políticas.

Na primeira estrofe, alertando as damas, Garcia de Resende assume a focalização heterodiegética e centra o discurso na recompensa que resulta de uma relação amorosa: “Senhoras, s’algum senhor / Vos quiser bem ou servir, / Quem tomar tal servidor / Eu lhe quero descobrir / O gualardam do amor” (Garcia de Resende 1993: 301).

Na penúltima estrofe, recorrendo à focalização interna através de Inês, conclui que a amante de Pedro, por se ter apaixonado, recebeu, como prémio, a morte: “Com as espadas na mam / m’atravessam o coraçam, / a confissam me tolheram. / Este é o gualardam / Que meus amores me deram (Garcia de Resende 1993: 307).

Na última estrofe, apropriando-se novamente do discurso, o narrador heterodiegético, generalizando o exemplo de Inês e assumindo uma postura masculina/paternalista típica, aconselha as damas a serem permissivas ao relacionamento amoroso (não terem medo de *fazer bem*) e a não ficarem perturbadas com a história que acabaram de ouvir, mas, ao mesmo tempo, procura convencê-las a uma certa passividade amorosa (*tende o coraçam mui quedo*) e à preservação da virtude feminina, que, supostamente, jamais deve ser perdida:

Senhoras, nam hajais medo,
nam receeis fazer bem,
tende o coraçam mui quedo
e vossas mercês veram, cedo
quam grandes beens do bem vem.
Nam torvem vosso sentido
as cousas qu’haveis ouvido,
porqu’ee lei de deos d’amor:
bem, vertude nem primor
nunca jamais ser perdido (Garcia de Resende 1993: 307).

Podemos concluir, portanto, que a fatalidade que pode resultar das relações amorosas, independentemente dos atores envolvidos, explica-se, segundo a perspectiva de Garcia de Resende, pela falta de recato feminino e pelo desrespeito a uma lei fundamental “*de deos d’amor*”: proteger o bem, a virtude e a perfeição femininos.

Inês de Castro reflete a contradição que resulta, por um lado, do seu estatuto de mulher virtuosa, inocente e de bons princípios e, por outro lado, das consequências ignóbeis e trágicas impostas pelo Destino que, elegendo-a objeto de Amor, a submete ao frenesim da paixão: “Eu era moça, menina, / per nome Dona Inês / de Castro e de tal doutrina / e vertudes qu’era dina / de meu mal ser ò revés. / Vivia sem me lembrar / que paixam podia dar / nem dá-la ninguém a mim” (Garcia de Resende 1993: 302).

O móbil, intervalo lúdico nas mãos da fortuna, é D. Pedro que não passa, afinal, tal como Inês, de um catalisador para as lúbricas tramas de uma entidade indizível que alicia os humanos, para logo os submeter, à luz de um padrão mais ou menos tradicional: a desonra do homem e a aniquilação da mulher, estímulo libidinoso responsável pela instalação do caos amoroso: “Foi-m’o Principe olhar / por seu nojo e minha fim! (...) // Fortuna foi ordenar / dous corações conformar / a ua vontade vir” (Garcia de Resende 1993: 302).

A conceção medieval do casamento, enquanto contrato entre famílias ou entre reinos para garantir a procriação adequada a desígnios de natureza política, militar e económica, condicionava a relação conjugal a um mero entendimento doméstico. Aliás, era mesmo aceite que os sentimentos que inflamam os corações, que são capazes de “dous corações conformar / a ua vontade vir”, só podem ser experienciados fora do casamento. A barregã, que habitualmente nem os guardiões da moralidade estigmatizavam, usufruía certamente do melhor da relação amorosa: “estava mui acatada / como princesa servida, / em meos paços mui honrada, / de tudo mui abastada, / de meu senhor mui querida” (Garcia de Resende 1993: 303).

A mancebia era uma prática trivial, acoitava os devaneios dos amantes, garantia poder aos filhos ilegítimos e, por outro lado, garantia influência e controlo paternal nas estruturas de poder, quer esse poder fosse económico, político ou religioso. E quanto mais vasta fosse a prole mais alargava aquela influência. No entanto, a mancebia não devia colidir com os interesses que estribavam o trato conjugal, sobretudo quando se tratava de questões relacionadas com a sucessão dinástica. Sendo certo que, por conveniências meramente formais, o casamento oficial devia ser garantido, a verdade é que o *enamoramento* justificava e desculpabilizava qualquer devaneio: “e quereis qu’abarregado, / com filhos como casado / estê, Senhor, vosso filho! / De vós mais me maravilho / que dele qu’ee namorado (Garcia de Resende 1993: 306).

Este equilíbrio nem sempre era fácil, sobretudo para as mulheres, as quais, tradicionalmente, assumem mais facilmente as relações de pertença. Enquanto a barregã, cumulada de mordomias, aspirava pela aceitação pública e pela institucionalização do concubinato, procurando assegurar a respeitabilidade dos filhos, a esposa de direito arrastava, nos corredores do palácio, a responsabilidade de salvaguardar a legitimidade dos seus herdeiros. Deste modo, o casamento era muitas vezes um fim em si mesmo, esgotado no ato da procriação, enquanto a mancebia era uma aventura, um projeto, uma vida: “Dei-lhe minha liberdade, / nam senti perda de fama, / pus nele minha verdade, / quis fazer sua vontade / sendo mui fremosa dama” (Garcia de Resende 1993: 302).

Entre o muito que desconhecemos da relação entre Pedro e Inês, há uma questão, da maior importância, que regurgita permanentemente na bruma do que imaginamos: o casamento de Pedro, após a morte de D. Constança. Com efeito, viúvo aos trinta e três anos, deveria escolher rapidamente uma esposa que subiria consigo ao trono, à morte de Afonso IV. A *Crónica de D. Afonso IV* refere que os pais de D. Pedro e os grandes senhores do reino pressionaram D. Pedro para que casasse novamente:

E posto que delRey e da Rainha, seu padre e madre, e dos princypaes homens de Purtuquall fosse pera yso com justas rezões aconselhado, e asym por elRey seu padre, requerido e amoestado que casase, ou dysese se D^a Jnes era sua molher, pera ser por yso homrada e tratada de todos como ela mereçya, em vyda delRey sempre denegou, que ho casamento amtre eles era feito. Nem tam pouco quis com houtra molher casar (Rui de Pina MMIX: 365).

É compreensível que os *principais homens de Portugal* desejassem urdir rapidamente o casamento de Pedro. A resolução tranquila deste processo, num quadro tradicional de negociação onde os grandes senhores se pronunciavam, garantiria a manutenção da ordem estabelecida, dos privilégios e das influências das casas senhoriais dominantes. Naturalmente, esse casamento excluiria Inês de Castro, dados os previsíveis perigos da influência dos seus irmãos galegos e de outros senhores castelhanos, já referidos, na ação política futura do príncipe, que constituíam um potencial revés para os poderes das casas senhoriais dominantes. O excerto acima transcrito, de Rui de Pina, não permite, do ponto de visto linguístico e interpretativo, incluir, sem margem para dúvidas, os *principais homens de Portugal* na decisão de aceitar o casamento de Pedro com Inês. Aliás, o mais normal é que assim não fosse, dado que os irmãos de Inês eram muitíssimo próximos de D. Pedro e, naturalmente,

iriam ser favorecidos no círculo restrito da corte, em detrimento dos portugueses, sobretudo se Inês fosse rainha. Por outro lado, o excerto transcrito refere que o rei não se oporia a esse casamento. No entanto, apesar de pressionado pela necessidade de garantir um casamento estável para o seu sucessor, não deveria ter sido fácil, a D. Afonso IV, aceitar a oficialização da relação do filho com Inês de Castro. Com efeito, parece certo que Afonso IV, conhecida a mancebia de Pedro com Inês, ainda em vida de Constança, ordenou a “retirada estratégica de Inês para Castela” (Pimenta 2005: 170), porventura lembrado das gravíssimas desavenças com a casa de Albuquerque, onde Inês fora criada.

Certo é que Garcia de Resende, ao omitir a anuência do rei ao casamento de D. Pedro com D. Inês, referenciada nas *Crónicas*, está a dramatizar a relação dos amantes e a potenciar a sua vitimização, promovendo o tom trágico-lírico das *Trovas*.

A verdade acerca da atitude do rei, relativamente a Inês de Castro, volta a ser discordante entre os cronistas e Garcia de Resende, quando este, através da focalização interna de Inês, retira a Afonso IV qualquer intervenção direta passada, que manifestasse discordância à mancebia de Pedro:

Que se m'ele defendera
qu'a seu filho nam amasse
e lh'eu nam obedecera,
entam com rezam podera
dar-m'a moorte qu'ordenasse.
Mas vendo que nenhu hora
des que naci ategora
nunca nisso me falou,
quando se disto lembrou,
foi-se pola porta fora (Garcia de Resende 1993: 305).

Garcia de Resende acaba por se contradizer nas malhas do seu próprio texto, dado afirmar que “*El-Rei Dom Afonso, o quarto de Portugal, matou em Coimbra, por o Príncipe Dom Pedro, seu filho, a ter como mulher e polo bem que lhe queria nam queria casar*”¹⁰⁹. Ou seja: no momento inicial, o escritor apresenta o seu texto, está mais pessoalmente exposto e necessita de dar algum suporte histórico plausível ao discurso. Por isso, alinha com a tradição dos cronistas, apontando a mancebia de D. Pedro e a sua recusa em casar com outra mulher (pondo em risco a *normalidade* do

¹⁰⁹ Afirmação referida no Prólogo do *Cancioneiro de Garcia de Resende* (Garcia de Resende 1993: 301).

exercício do poder) como justificção para o assassinato de Inês, pelas mãos de Afonso IV, que a *matou em Coimbra*. Haveria razões políticas que estariam na base da decisão de matar Inês, designadamente a eventualidade de guerras com Castela (Garcia de Resende 1993: 306), mas sintetiza, nas palavras de Inês, a orientação lírica que subjaz ao poema e que motiva a sua execução: “Este é o gualardam / que meus amores me deram” (Garcia de Resende 1993: 307).

Mas ao longo do poema, quando a condução do discurso passa para as mãos do sujeito lírico, Garcia de Resende abandona a tese da condenação baseada num processo político amadurecido e apresenta a execução como um ato isolado, sem justificção processual e sem intervenção final direta do rei: “Mas vendo que nenhu hora / des que naci ategora / nunca nisso me falou, / quando se disto lembrou, / foi-se pola porta fora” fora (Garcia de Resende 1993: 305).

É certo que Garcia de Resende, enquanto poeta, não tem de estar preocupado com a suposta verdade histórica. Aliás, à data da sua composição, muito provavelmente em 1500 ou 1501, a história de Pedro e Inês havia já sido motivo de vários *romances*, que manifestam contaminações com histórias semelhantes, como o de Leonor Nunes de Gusmão, amante de Afonso XI de Castela, casado com a nossa *formosíssima* Maria, filha de Afonso IV e irmã de D. Pedro. A mesma D. Maria que, segundo referem as crónicas, depois de enviuar, teria sido a mentora do assassinato da rival, três anos antes do assassinato de Inês de Castro. Estamos, portanto, perante ocorrências enquadradas no mesmo tempo histórico, em reinos vizinhos ligados por laços familiares, por padrões culturais muito semelhantes e por influências e práticas comuns. Não é, portanto, de estranhar, entre as duas cortes e entre os dois reinos, a imitação e a mistura e assunção de protagonismos, qualquer que fosse a sua natureza.

A propósito da semelhança e da *(con) fusão* entre as paixões de Inês e de Leonor de Gusmão, vale a pena lembrar:

Os paralelismos com a história de Inês são evidentes, para revelarem ou uma contaminação dos casos vividos ou uma contaminação de textos orais, com origem em deficiente informação ou nos lapsos de memória dos transmissores (Garcia de Resende 1993, vol. V: 305).

Garcia de Resende assume uma toada ainda com algum sabor trovadoresco, centrando o discurso no feminino, numa Inês *moça, menina*, reservando para D. Pedro o papel dinamizador da mesura cortês: “Começou-m’a desejar, / trabalhou por me servir”

(Garcia de Resende 1993: 302). O poeta atribui à *fortuna* a responsabilidade da paixão de Pedro e de Inês: “Fortuna foi ordenar / dous corações conformar / a ua vontade vir” (Garcia de Resende 1993: 302). Por outro lado, imputa aos *amores* a responsabilidade da sua morte: “Este é o galardam / que meus amores me deram!”, diz Inês (Garcia de Resende 1993: 307).

O Rei Afonso IV que Garcia de Resende apresenta, após o discurso de Inês, é um homem “com o rosto lacrimoso, / co propósito mudado, muito triste, mui cuidadoso” (Garcia de Resende 1993: 305), um rei que, afinal, não parece ter motivos para matar Inês, uma vez que nunca antes a advertira sobre a impossibilidade de amar D. Pedro: “nenhu hora / des que naci ategora / nunca nisso [na necessidade de não amar D. Pedro] me falou” (Garcia de Resende 1993: 305), referência que, aliás, parece ser contrariada pela História. Com efeito, parece seguro, como já foi dito, que Afonso IV, já muito antes, terá determinado “afastar Inês da corte e do reino. Tendo recolhido ao castelo de Albuquerque (...) Inês de Castro aí permaneceu, sob proteção de Teresa de Albuquerque, viúva de Afonso Sanches, o bastardo do rei D. Dinis” (Sousa 2005: 159). Sousa é ainda mais explícito: “Contra o que seria a vontade de Afonso IV, o infante fê-la regressar a Portugal, passando a viver juntos” (Sousa 2005: 160).

A Inês de Garcia de Resende conta que a sua execução foi perpetrada por “Dous cavaleiros irosos / (...) mui crus e nam piadosos / perversos, desamorosos” (Garcia de Resende 1993: 307), que lhe trespassaram o coração com as espadas: “Com as espadas na mam / m’atravessam o coraçam” (Garcia de Resende 1993: 307).

O texto de Garcia de Resende apresenta outras derivas, relativamente ao texto dos cronistas. Assim, a *Crónica de D. Afonso IV* refere que Inês foi avisada da ida de Afonso IV a Coimbra, para a mandar executar, e, ficando encurralada, sem poder fugir, veio à porta receber o rei, com o rosto transfigurado, escudando-se atrás dos filhos, terrivelmente amedrontada, acossada, pedindo perdão.

Ora, a Inês que Garcia de Resende recupera para a Literatura e, através da Literatura, para a memória coletiva, apesar de saber que está iminente a sua morte, é uma mulher-senhora, adivinha a intenção do rei, recebe-o dentro do Paço e enfrenta-o, afirma que nunca errou nem fez maldade. E, além do mais, recorda ao rei as suas obrigações, lembra o amor que ele deve a Pedro e aos netos e o amor que Pedro deposita nela, repudia a decisão do rei matar uma mulher indefesa e sem culpa, prevê que os

filhos não sobreviverão se não forem criados pela mãe, etc. É, enfim, uma verdadeira heroína, integrada num contexto vincadamente lírico:

metei nisso bem a mam,
qu'ee de fraco coraçam
sem porquê matar molher.
Quanto mais a mim, que dam
culpa, nam sendo rezam,
por ser mã dos inocentes
qu'ante vós estam presentes,
os quaes vossos netos sam (Garcia de Resende 1993: 303-304).

Por outro lado, é esta mesma heroína que explica o motivo da recusa de Pedro casar com outra mulher: “*Por m'estas obras pagar / nunca jamais quis casar*” (Garcia de Resende 1993: 303-304). Ou seja: segundo Inês, Pedro pretendia proteger os filhos, eventualmente legitimá-los, colocá-los em lugares de prestígio. Esta interpretação é corroborada pelas palavras iniciais de Garcia de Resende, já citadas: “*polo bem que lhe queria nam queria casar*” com outra mulher, como a alta nobreza pretendia (Garcia de Resende 1993: 301).

Não restam dúvidas que Pedro *queria muito* a Inês. Também é certo que, no contexto medieval, o casamento dos grandes senhores era quase sempre movido por interesses de natureza política e/ou económica, o que relegava para um plano secundário qualquer vínculo amoroso ou passional entre os nubentes. Por isso, era normal que as paixões e os filhos ditos *ilegítimos* se multiplicassem fora dos casamentos. Foi exatamente isso que aconteceu com Pedro e Inês! A sua história de amor poderia ter sido uma história igual a tantas outras, se, pelo meio, não tivesse existido uma execução, pouco assumida pelo próprio rei e, portanto, polémica, que despoletou toda a descarga emocional excessiva de um homem habitualmente excessivo.

A tradição oral, a existência de vários *romances* alusivos à tragédia de Inês¹¹⁰ e o testemunho dos cronistas foram, certamente, algumas das fontes utilizadas por Garcia de Resende para, muito provavelmente nos primeiros anos do século XVI, mais ou menos cento e cinquenta anos depois da execução da Castro, compor as suas *Trovas*. Relativamente a esta questão, importa referir que as fontes oficiais e nacionais historicamente relevantes dos factos narrados, ao dispor de Garcia de Resende, são

¹¹⁰ “Conhecem-se vários romances, inspirados por tal tragédia, que acusam, contudo, uma criação muito mais tardia [relativamente à data dos factos, ou seja, posteriores a 1355] e que são contaminações de romances, cantando casos afins” (Garcia de Resende 1993: 303-304).

sobretudo as *crónicas* de Fernão Lopes e de Rui de Pina que, é bom não esquecer, relatam acontecimentos ocorridos umas largas dezenas de anos antes, o que pode muito bem ter desfocado a realidade factual, motivando discursos alinhados com os interesses das classes dominantes, sobretudo da coroa e da dinastia de Avis.

4. 2. Luís de Camões

Em 1572, foi publicada a epopeia *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. D. Pedro é praticamente ignorado, sendo-lhe feitas várias referências em jeito de evocação, a fim de enquadrar a sua relação com Inês. Para além disso, o épico dedica-lhe apenas duas estrofes, imediatamente a seguir ao episódio de Inês de Castro, referindo-lhe traços que derivam da sua sede de vingança e caracterizando-o como “castigador” e “justiçoso” (Camões 1975: C. III - 137, vv. 1 e 5).

Quanto à *linda Inês*, Camões dedica-lhe dezoito estrofes, enfatizando a perspetiva feminina e coroando-a de beleza. No chamado *episódio de Inês de Castro*, há apenas uma referência explícita ao nome *Pedro*, pronunciado por Inês (Camões 1975: C. III - 133, 7). Do filho de Afonso IV, é dito que estava “escrito” no coração de Inês (Camões 1975: C. III - 120, 8), que as lembranças de Inês o absorviam e a aproximavam constantemente dos seus olhos (Camões 1975: C. III - 121, 1-4), que rejeitou “outras belas senhoras e Princesa” por estar submetido ao “gesto suave” de Inês (Camões 1975: C. III - 122, 1-4), que não queria casar de novo (Camões 1975: C. III - 122, 8), que Inês o tinha afetivamente “preso” (Camões 1975: C. III - 123, 2), que Inês sentia “mágoa e saudade, / Do seu Príncipe e filhos, que deixava” (Camões 1975: C. III - 124, 6-7), que os filhos eram “netos” de Afonso IV (Camões 1975: C. III - 125, 8), que Inês não é a maior responsável pela relação com Pedro, uma vez que foi ele quem a soube seduzir (Camões 1975: C. III, 127, 3-4), que Inês vai morrer por causa de Pedro, pai dos seus filhos (Camões 1975: C. III - 129, 6-7), que Pedro a fez Rainha, depois de saciar nela a sua sede de amor (Camões 1975: C. III - 132, 3-4).

Camões, preocupado sobretudo em poetizar a história de Inês, retira praticamente toda a carga política que esteve na origem da execução, ficando essa carga, quando muito, sugerida. O poeta aponta responsabilidades mais ou menos vagas ao *destino* e ao *pertinaz povo*, mas centraliza no amor a responsabilidade de toda a

tragédia: “Tu, só tu, puro amor (...) deste causa à molesta morte sua” (Camões 1975: C. III - 119, 1-3).

O lirismo que Camões pretendeu imprimir em torno da relação de Pedro com Inês era incompatível com a tensão política e humana que a História registou. Por isso, no sentido de dar elevação moral a essa relação, o poeta omitiu tudo aquilo que revelava a crueza da realidade: não referiu o nome de Constança, a esposa traída; não referiu o nome de D. Fernando, o príncipe herdeiro, eventualmente ameaçado por ambições políticas castelhanas; não referiu a bastardia dos filhos da *colo de garça*, referindo-se a eles como “filhos”, “mininos”, “criancinhas”, “reliquias”. Com elevada subtileza, aponta ao de leve e sob a forma de eufemismo, o objetivo da execução: “Tirar Inês ao mundo determina, / Por lhe tirar o filho que tem preso” (Camões 1975: C. III - 123, 1-2).

A Inês de Camões é uma verdadeira heroína lírica, apaixonada e inocente: é uma mulher frágil, submetida pela força do amor masculino (Camões 1975: C. III - 127, 3-4), não tem qualquer culpa que deva ser castigada (Camões 1975: C. III - 127, 8), não cometeu erro algum, é inocente (Camões 1975: C. III, 128, 4-5), ama os filhos e aquele por quem vai morrer (Camões 1975: C. III - 129, 5-6). O próprio narrador não compreende como foi possível que aqueles *peitos carniceros* se erguessem, de espada em punho, *contra hua dama delicada*. A paixão impoluta de Inês, que Camões imortaliza na *Fonte dos Amores* (Camões 1975: C. III - 135, 5-8), constrói no imaginário coletivo uma imagem feminina imaculada, vitimizada por *brutos matadores*. Preocupado em fazer sobressair o quadro idílico ocorrido *nos saudosos campos do Mondego* que, por força da *Fortuna*, é sacrificado e banhado *em sangue humano* no altar do *fero Amor*, Camões integra no *episódio de Inês de Castro* aspetos do drama e da tragédia, mas releva sobretudo a vertente lírica da história de Inês, omitindo outras potenciais circunstâncias menos poéticas.

Assim, o cenário construído por Camões é bem mais idealizado do que aquele que a realidade espelhava. A história de Pedro e de Inês, difundida pelo mundo através da literatura do Renascimento, sobretudo através de *Os Lusíadas*, condicionou a História, fazendo com que a expressão literária se impusesse na criação da sua própria *verdade*. No *episódio de Inês de Castro*, apesar de ser assumida a repulsa pelos *horríficos algozes* e *peitos carniceros*, a verdade é os culpados não são identificados e

são mesmo desculpabilizados: Afonso IV é *benino* e queria perdoar Inês (Camões 1975: C. III - 130, 1) e aqueles que a matam fazem-no na convicção de que estão a fazer aquilo que é correto: “Os que por bom tal feito ali apregoam” (Camões 1975: C. III - 130, 6). E Camões acaba por fazer cair o ónus da execução no *pertinaz povo* (Camões 1975: C. III - 130, 3), uma forma descomprometida de encerrar o assunto. Tal como havia feito Garcia de Resende, Camões não identifica os algozes de Inês, mas refere que são *feros cavaleiros*, não especificando o seu número. Por outro lado, corrobora a forma de execução, referindo que os ditos cavaleiros *arrancam das espadas de ação fino* (Camões 1975: C. III - 129, 5) e banham as espadas no *colo de alabastro* de Inês (Camões 1975: C. III - 132, 2). Ao mesmo tempo, seguindo os cânones literários em voga e assumindo a mesma perspetiva lírico-trágico-dramática, o *destino* é corresponsabilizado por essa morte e é também ele, afinal, que contribui para a eternização dos *Amores de Inês*. Para sermos claros, vale a pena lembrar que a desculpabilização do velho rei na execução de Inês tinha já sido assumida na *Crónica de D. Afonso IV*: “se dys que [D. Afonso IV] se uoluia e a leixaua já pera não morer, como leuaua determinado” (Rui de Pina MMIX: 366-367). Esta crónica responsabiliza diretamente os cavaleiros mais próximos de Afonso IV pela execução: Diogo Lopes Pacheco, Álvaro Gonçalves e Pedro Coelho.

A reconstrução de Camões tem ainda outros contornos de pormenor que contribuem para atenuar a frieza da verdade histórica, promovendo uma visão idealista e lírica da realidade: apesar de *férvidos e irosos*, são *cavaleiros* que precipitam as espadas para o *colo de alabastro* de Inês e não um executor que degola esse mesmo *colo de garça*, em cumprimento de ordem régia, como referem os documentos da época¹¹¹. Aquilo que foi uma intentona palaciana seguida de assassinato, mesmo que alinhado na manutenção de um suposto interesse nacional e mesmo que Camões a considere uma *morte indina* (Camões 1975: C. III - 123, 3), é transposto para a literatura e, portanto, para a construção coletiva da História, como um episódio exemplar de amor e lirismo. De uma assentada, Camões dilui a responsabilidade dos decisores e dos executores, transforma Inês numa vítima inocente que morre, apenas, porque Afonso IV lhe quer *tirar o filho que tem preso* (Camões 1975: C. III - 123, 2) e faz dessa “*bonina que*

¹¹¹ “Decolata fuit Donna Enes per mandatum Dominis Regis Alfonsus quartus” (*Chronicon Conimbricense – Livro das Noas ou Livro das Eras de Santa Cruz de Coimbra*).

cortada / antes do tempo foi” (Camões 1975: C. III - 134, 1-2) o paradigma do amor inocente e eterno.

Com estas referências, verificamos que Camões, apesar de apontar a Pedro, segundo as palavras de Inês, a iniciativa daquela relação passional e trágica, valoriza muito mais a figura de Inês do que a de Pedro. O herdeiro da coroa é, praticamente, apenas evocado, não está em cena, é apenas recordado. Aliás, não deixa de ser curioso que os sentimentos que ligam Inês e Pedro são verbalizados sobretudo pelo narrador e não por qualquer dos apaixonados: Inês apenas diz, quiçá desculpabilizando-se, que foi Pedro quem a seduziu e que vai morrer por causa dele, vincando a perspectiva feminina do acontecimento. O que importa a Camões não é um relato histórico acerca das condições que decretaram a execução de Inês, nem sequer os contornos dessa *estranha paixão*, mas, revelando ao de leve os contornos dramáticos e trágicos que enformaram essa paixão, vincar a impotência de uma mulher *mísera e mesquinha*, submetida *naquele engano de alma* à teia do Amor e da Fortuna.

Muitos autores têm designado este excerto como um *episódio lírico de embelezamento*. É certo que não lhe falta beleza literária e é certo que o mais cristalino lirismo dimana das estrofes cento e vinte e um e cento e vinte e dois e, sobretudo, da estrofe cento e trinta e quatro. Mas a matriz estética do episódio é muito mais complexa, fundindo lirismo, drama e tragédia.

4. 3. António Ferreira

Em 1587, foi publicada a *Castro*¹¹², de António Ferreira, já antes representada, introduzindo a tragédia clássica em Portugal.

António Ferreira divulga uma diferença da maior importância ideológica: Inês já não é mais a *moça, menina*, de Garcia de Resende, ou a *linda Inês*, de Luís de Camões, mas, com toda a carga simbólica da ameaça castelhana, ela passa a ser a *Castro*. Com esta designação de contornos subliminares implícitos, António Ferreira retira a candura e a feminidade corroboradas pelo nome próprio *Inês*, substituindo-as pelo apelido *Castro*, evocador das maquinações políticas galegas, designadamente a ameaça do

¹¹² Forma abreviada do título original *Tragédia mui sentida e elegante de Dona Inês de Castro*, editada por Manuel de Lira, em 1587.

assassinato de D. Fernando, herdeiro legítimo de D. Pedro, como razões para a execução de Inês:

Pacificas teu reino, a ti seguras,
Restitues-nos honra, paz, descanso.
Destrues a traidores; cortas quanto
Sobre ti e teu neto se tecia (...).
Por mais vida e mais honra de teu filho,
Príncipe nosso; e por aquele seu
Fernando, único herdeiro, cuja vida
Te está pedindo justamente a morte
Desta mulher (António Ferreira 1967: 132).

O discurso de António Ferreira revela um contexto de intriga palaciana, típico do drama e da tragédia. Para adensar esse ambiente, reconstrói o discurso historiográfico conhecido, não se coibindo de fazer Inês verbalizar a traição de Pedro e a sua própria traição à melhor amiga e Senhora: “Deu a Constança a mão, mas a alma, livre, / Amor, desejo e fé me guarda sempre” (António Ferreira: 1967: 65). Por outro lado, por exemplo na voz de Pacheco, António Ferreira utiliza um discurso cru e realista, a fim de evidenciar o carácter desprezível da Castro e a urgência de a assassinar para salvar Portugal: “Este teu corpo, / De que tu és cabeça, está em perigo, / Por esta mulher só; corta-lh’ a vida, / Atalha esta peçonha, tê-lo-ás salvo” (António Ferreira 1967: 98).

Quando Inês, ou antes, quando a Castro se dirige a Afonso IV, interpondo os filhos entre ela e a morte, carrega nos seus atos a traição e o pecado: traiu a amiga e futura rainha, por meio da relação adúlterina com Pedro, e traiu a moral, ao comprometer-se espiritualmente com Constança e Pedro, através do batizado do pequeno Fernando. Aliás, ela sente-se culpada, porque traiu também a sua própria consciência, como assume, em contrição: “Como estará alma leda em culpa sua? / Julgam-me mal os homens, e a Deus temo” (António Ferreira: 1967: 110). Por isso, quando Inês se dirige ao rei, dizendo-lhe “esta é a mãe de teus netos. Estes são / Filhos daquele filho que tanto amas” (António Ferreira: 1967: 121), apesar da utilização de um discurso emotivo a apelar à clemência, a verdade é que as palavras do rei arrastam inexoravelmente toda a carga do passado lúbrico da amante de Pedro: “Teus pecados te matam; cuida neles” (António Ferreira 1967: 123). Para além da questão estritamente moral e religiosa, os referidos *pecados* desaguam na situação explosiva que poderia estar a ser criada em Portugal, como, por exemplo, o suposto perigo que os irmãos de Inês de Castro poderiam representar, no âmbito da sucessão dinástica pelo enfermo D.

Fernando, podendo impor os filhos da castelhana no trono. Por outro lado, havia que contar com a revolta encabeçada por D. João Afonso de Albuquerque que, juntamente com os irmãos Castro, pretendia arrastar D. Pedro de Portugal para a contenda com o rei de Castela, o que abriria a questão da união das coroas ibéricas e, conseqüentemente, faria tender a sucessão para o lado dos filhos de Inês.

O legado de António Ferreira, no contexto estético da tragédia, está muito dependente do formalismo e da encenação. O autor da *Castro* assume a identificação dos responsáveis diretos pela morte de Inês, os conselheiros Pero Coelho e Diogo Lopes Pacheco¹¹³, e regista também que Inês foi morta pelos “agudos ferros, / Com que seus peitos tão irosamente / Trespasar viam aqueles cruéis” (António Ferreira 1967: 137)¹¹⁴. Esta forma de execução, direcionada para o peito, contribui para relevar a importância do coração e, simbolicamente, do amor, enquanto justificação para a morte de Inês. Porém, esta fixação no peito e no coração de Inês não coincide com o registo do *Chronicon Conimbricense*¹¹⁵, nem com o relato de Ayala¹¹⁶, nem com a *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes¹¹⁷, nem com a *Crónica dos Sete Primeiros Reis*¹¹⁸. Mais uma vez, a literatura assume a sua matriz estética, reescrevendo a História, ainda que em pormenores.

É certo que António Ferreira enfatiza claramente as razões políticas e a maquinação galega, como já foi referido, mas também não deixa de ser verdade que o *Coro* identifica um culpado muito mais condizente com a perspetiva lírica dos cânones

¹¹³ Esta referência coincide com o discurso de Ayala: “É fueron en consejo com él [com Afonso IV] de la matar [a Inês de Castro] dos caballeros suyos, uno que decian Diego Lopez Pacheco é outro Pero Cuello, é otros dos omes criados del Rey” (Ayala, p. 311 [em linha]). António Ferreira omite o nome de Álvaro Gonçalves, Meirinho-Mor, expressamente referido por Rui de Pina na *Crónica de D. Afonso IV* (Rui de Pina MMIX: 367).

¹¹⁴ Deve, no entanto, notar-se que António Ferreira parece vacilar relativamente a esta questão. A verdade é que, para além do que está dito, afirma ainda, pela voz do *Coro*, que “esses teus peitos / Vem só buscar, pera com duro ferro / serem furiosamente trespasados” (António Ferreira: 1967: 115) e, pela voz do Mensageiro, diz que os conselheiros do Rei “arrancando as espadas se vão a ela, / trespasando-lh’os peitos cruelmente” (António Ferreira 1967: 141). Mas a versão apresentada pelo *Livro da Noa*, que refere a decapitação de Inês, surge através do *Coro II*: “Aquela alva garganta / de cristal, ou de prata, / que sustém a cabeça /tão alva e tão dourada, / Porque cortar a queres / com golpe tão cruel?” (António Ferreira: 1967: 119).

¹¹⁵ Segundo o qual Inês “decolata fuit” (Livro da Noa [em linha]).

¹¹⁶ Que refere apenas que “el Rey Don Alfonso su padre fizola matar é la dicha Doña Ines en Sancta Clara de Coimbra dó ella posaba” (Ayala MDCCLXXIX, Tomo I, Capítulo XIV: 311 [em linha]).

¹¹⁷ Que, relativamente à morte de Inês, refere apenas que “elRei Dom Affonso (...) mandou matar em Coimbra” (Fernão Lopes 1986: 141-142).

¹¹⁸ Que refere apenas que os conselheiros de D. Afonso IV, perante a hesitação do monarca, o convenceram a dar-lhes liberdade para matarem Inês “a quall por iso loguo matarão” (Rui de Pina MMIX: 367).

renascentistas, “Matou-a Amor” (António Ferreira 1967: 134), assegurando a sua imortalização: “Mas esta viverá, em quanto o Amor / Entr’os homens reinar” (António Ferreira 1967: 135).

4. 4. Inocência de Inês: valorização do mito e diluição da História

A questão da inocência de Inês, veículo fundamental para a sublimação feminina, tão característica da focalização lírica, é tangível aos três autores a que vimos fazendo referência. E se considerarmos que cabem ao próprio D. Afonso IV, o responsável maior pela execução de Inês, as palavras mais apolíneas relativamente a essa inocência, melhor compreenderemos a intencionalidade daquela sublimação feminina. Em Garcia de Resende, Afonso IV confessa: “nem vejo eessa coitada / por que deva de morrer” (Garcia de Resende 1993: 307). Em António Ferreira, o velho monarca é ainda mais contundente: “Eu vejo ua inocente, mãe de uns filhos / De meu filho” (António Ferreira 1967: 131). E, um pouco mais à frente, reafirma a mesma ideia: “se vos parece / Justiça assi matar quem não tem culpa” (António Ferreira 1967: 133). Camões, que não faz de Afonso IV sujeito da enunciação, nem por isso deixa de constatar a mesma inocência, nas palavras do narrador, considerando que Inês teve uma *morte indina* (Camões 1975: C. III - 123, 3). Mas, se preferirmos valorizar o discurso de Inês, então esse grito de inocência soará ainda mais pungente. O seu queixume doloroso surge repetidamente nas *Trovas*, de Garcia de Resende: “Triste de mim inocente” (Garcia de Resende 1993: 301), “Mas pois eu nunca errei” (Garcia de Resende 1993: 304), “ pois que nunca fiz maldade” (Garcia de Resende 1993: 305). Do mesmo modo, Inês, pela pena de Camões, mostra-se perplexa perante o rei, não compreendendo como podia ser acusada por uma “culpa que não tinha” (Camões 1975: C. III - 127, 8), garantindo que “ não fez erro” (Camões 1975: C. III - 128, 4) que justificasse a condenação que lhe estava a ser imposta. A Inês de António Ferreira é ainda mais lancinante na reivindicação da sua inocência: “Eu fico, fico só, mas inocente. / Não quero mais ajudas, venha a morte: Moura eu, mas inocente” (António Ferreira 1967: 116). Inês afiança ainda ao rei que é uma “mulher, moça, inocente” (António Ferreira 1967: 122) e exorta-o: “ouve minha razão, minh’ inocência” (António Ferreira 1967: 124). Aparentemente contrariando a narrativa histórica, Inês chega mesmo a lembrar ao rei que nunca antes o monarca se tinha pronunciado sobre qualquer impedimento ao

relacionamento com D. Pedro: “não cuidava, Senhor, que te ofendia. / Defenderas-mo tu, e obedecera” (António Ferreira 1967: 127).

Os três autores em referência, portanto, registam as palavras suplicantes de Inês, estabelecem a sua inocência e explicitam a compaixão de Afonso IV. A questão do perdão do rei é fundamental, designadamente porque torna incoerente o destino de Inês ou, por outro lado, torna mais claro o branqueamento que a Literatura procurou fazer da História, relativamente ao perfil de Afonso IV. Com efeito, se, como diz Camões, “queria perdoar-lhe o rei benino” (Camões 1975: C. III - 130, 1) ou se, como diz Garcia de Resende, nas palavras de Inês, “desejava dar-me vida” (Garcia de Resende 1993: 306), ou, como diz António Ferreira, pelas palavras do rei, “Não pode o meu espirito consentir / Em crueza tamanha” (António Ferreira 1967: 129), como compreender a execução de Inês, nomeadamente considerando que, recolhida no Paço da Rainha Santa Isabel, vivia maritalmente com o herdeiro da coroa que, atente-se, estava a um passo de tomar as rédeas do reino?

Quer as *Trovas* de Garcia de Resende, quer o episódio camoniano *Inês de Castro*, quer a tragédia de António Ferreira enfatizam a perspectiva lírico-dramático-trágica da relação de Pedro e de Inês, indissociáveis das matizes introduzidas por essa conciliação entre história, tradição e efabulação lírica. Os três autores referidos, apesar de procurarem respeitar o essencial da recriação histórica, poetizaram a relação de Pedro e Inês, privilegiando a expressão literária e a emersão do mito do amor puro e eterno. Daí, considerando a estética e o ideal renascentista, resultou uma reconstrução muito mais favorável, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista artístico. E, consequentemente, a História ficou algo esbatida, sob o primado da recriação literária.

O contexto artístico-cultural europeu e português do Renascimento não faz estranhar a sintonia ideológica dos três autores e justifica a utilização de cânones muito semelhantes: exaltação das relações humanas (sobretudo das paixões), tensão entre razão e sentimento (com óbvio primado do sentimento), animização da natureza face às vivências dos protagonistas (designadamente numa espécie de comunhão entre o contexto situacional e as vivências das personagens), imitação de modelos ditos

clássicos, no que diz respeito ao conteúdo, uma vez que os aspetos de natureza formal se diferenciam, por força da utilização de géneros narrativos diversos¹¹⁹.

A intertextualidade entre os textos de Garcia de Resende, de António Ferreira e de Camões é por demais evidente, embora exista alguma divergência de pormenor, que não afeta, no essencial, uma matriz trágico-dramático-lírica comum. Também é claro que o autor da epopeia e o autor da tragédia se inspiraram em Garcia de Resende.

5. Recriações posteriores do tema de Pedro e Inês

Sobretudo devido à divulgação internacional de *Os Lusíadas*, a quantidade e variedade de obras publicadas, em Portugal e no estrangeiro, sobre o amor de Pedro e Inês, foi de tal monta que exige uma análise global a esse fenómeno.

Ao longo dos séculos, os registos dos cronistas, já eles reconstrutores dos factos narrados, foram acompanhados por narrativas lendárias. Oriundas da tradição oral ou mesmo do discurso escrito, essas lendas contribuíram para mitificar a paixão de Pedro e de Inês, integrando o legado cultural universal: Fonte dos Amores; encontro de Afonso IV com Inês, rodeada pelos filhos, antes de ser assassinada; casamento póstumo de Pedro com Inês; coroação de Inês; cerimónia do beija-mão, etc.

Em pleno século XVI, nem Garcia de Resende, nem Camões nem António Ferreira referem, por exemplo, a infundada coroação de Inês, fruto de imaginação muito mais tardia, assunto que vai ser abordado mais tarde, sobretudo no texto dramático. A *Crónica de D. Afonso IV* refere que “D^a Ines foy loguo emterrada no dyto moesteyro de Samta Crara. E depois três anos que elRey D. Pedro reinou foy seu corpo d ahy muy solenemente treladado pera ho Moesteyro d Alcobaça” (Rui de Pina MMIX: 367). Na *Crónica de D. Pedro I*, Fernão Lopes, referindo-se à homenagem a Inês de Castro, esclarece que o monarca, pretendendo

homrarr seus ossos, pois lhe ja mais fazer nom podia, mandou fazer huum muimento dalva pedra, todo mui sotilmente obrado, poemdo emlevada sobre a campãa de çima a imagem della com coroa na cabeça, como se fora Rainha; e este muimento mandou poer no moesteiro Dalcobaça (Fernão Lopes 1986: 200).

¹¹⁹ Não importou aqui dissertar sobre a influência do Renascimento na cultura portuguesa, mas apenas verificar alguns aspetos significativos que comprovam a ligação indelével (sobretudo a imitação, tão típica da estética renascentista) entre os textos de Resende, Camões e Ferreira.

Ou seja, a coroação do corpo físico de Inês e várias outras ações atribuídas a D. Pedro, designadamente a suposta cerimónia do beija-mão, não têm qualquer fundamento histórico. Aliás, não seria possível coroar um cadáver que fora enterrado há anos. Aquilo que D. Pedro fez foi, simbolicamente e com os excessos do seu habitual comportamento, desafiar e punir publicamente todos aqueles que contribuíram para cercear da sua vida a arrebatadora Inês de Castro. Não estaria tanto em questão o amor solene e supostamente eterno à donzela criada em Albuquerque¹²⁰, com quem declarou ter casado anos antes, mas sim a afirmação da sua personalidade exacerbada e egocêntrica.

Referir-nos-emos agora a alguns autores, a partir do século XVII, de modo a verificarmos as tendências ficcionais dominantes, desde a efusão lírica da poesia até ao dramatismo excessivo da tragédia.

5. 1. Recriações do século XVII

Após a Batalha de Alcácer Quibir e a crise dinástica de 1580, Portugal perdeu a independência a favor da dinastia filipina, que só terminou em 1640. O século XVII foi, por isso, politicamente caracterizado pela união ibérica que teve repercussões abrangentes, designadamente na produção escrita, o que acabou por dar universalidade aos textos produzidos e facilitar a disseminação do mito de Inês de Castro.

Iniciaremos esta abordagem com um autor espanhol, Luis Vélez de Guevara, no sentido de ouvir as duas vozes da mesma unidade política e, sobretudo, para verificar que a literatura do país vizinho tinha já desenvolvido um dramatismo macabro, que só mais tarde se manifestaria em Portugal, sobretudo no drama de influência ultraromântica.

No século XVII, constata-se duas correntes de escrita: uma espanhola, mais inventiva (sem chegar, contudo, às incongruências da tradição francesa que, por exemplo, altera as circunstâncias da morte de Inês, envenenando-a), reveladora de grande vilolência de sentimentos e que dá realce a aspetos sinistros como a coroação do cadáver de Inês e a cerimónia do beija-mão, sem, contudo, utilizar um discurso abertamente macabro; outra corrente, portuguesa, de clara influência petrarquista e

¹²⁰ O nascimento do infante D. João, futuro Mestre de Avis e futuro Rei D. João I, em abril de 1357 (dois anos depois da morte de Inês), filho da relação com Teresa Lourenço, revela que a dedicação de Pedro a Inês não foi assim tão eterna.

camoniana, que valoriza os aspetos de natureza lírica, apresenta Inês sofredora pelas ausências do marido, D. Pedro, e prefere a coroação da estátua de Inês, em Alcobaça, à sinistra coroação do seu cadáver.

5. 1. 1. O texto dramático: *Reynar Después de Morir*

Em 1622, Luis Vélez de Guevara escreveu talvez a melhor peça dramática espanhola do século XVII, sobre Pedro e Inês, intitulada *Reynar Después de Morir*, dividida em três atos. Entre vários acrescentos à narrativa tradicional da intriga política, o autor põe em cena D. Branca de Navarra¹²¹, dando realce à desgraça de Inês, por causa do ciúme de D. Branca: quando a princesa se dirige a D. Pedro, “Yo, señor, soy vuestra esposa / y debéis considerarme / reina ya de Portugal” (Guevara 1622 [em linha]: vv. 423-425), este responde, em *aparte*, “eso no, viviendo Inés”. Ou seja, ao contrário da tradição da literatura portuguesa de quinhentos, que fazia depender o percurso dos homens das arbitrariedades do *Fado*, são os humanos que, movidos pela inveja ou por outro sentimento intrínseco a si próprios, traçam o seu destino.

O ciúme que há de ser motivo da morte de Inês está bem visível nas palavras que lhe dirige D. Branca, a noiva traída: “suspended un poco el vuelo / con que altiva, habéis volado, / que a una blanca garza, hija / de la hermosura del viento, / (...) la despedazó en sus garras / un gerifalte soberbio” (Guevara 1622 [em linha]: vv. 1403-1412).

Guevara, apesar de não utilizar um discurso abertamente macabro, relata a cerimónia da coroação e do beija-mão do cadáver de Inês. Depois da personagem Nuño de Almeida apresentar a coroa de ouro e beijar a mão de Inês, D. Pedro exige que todos prestem homenagem à rainha que acaba de coroar: “De otra manera entendí / que fuera Inés coronada, / mas pues no lo conseguí, / en la muerte se corone. / Todos los que estáis aquí / besad al difunta mano / de mi muerto serafín” (Guevara 1622 [em linha]: vv. 2446-2452).

¹²¹ Presumimos que o autor se refere a D. Branca de Castela, primeira esposa de D. Pedro, filha do Infante D. Pedro de Castela.

5. 1. 2. A epopeia: *La Iffanta Coronada por el Rey Do Pedro, Dona Ines de Castro e Phenix da Lusitania*

Em 1606, em Lisboa, foi publicado *La Iffanta Coronada por el Rey Do Pedro, Dona Ines de Castro*, de João Soares de Alarcão, um homem da Casa Real Portuguesa. Está escrito sob a forma de epopeia e dividido em seis cantos, em castelhano, embora a dedicatória, a Dom Francisco Mascarenhas, Conde de Santa Cruz, esteja escrita em português, bem como alguns sonetos iniciais. O tema central é a beleza e a desventura de Inês, perspectivada, sobretudo, do ponto de vista corporal, com uma clara intervenção da imaginação inventiva: “La perfeta naris, y boca hermosa / Llena de blancos dientes de marfil / Hazían primauera graciosa / Como de varias flores suele Abril: / Excedían los labios a la rosa” (Roig 1980 [em linha], I-11: 897). Alarcão apresenta a beleza ímpar de Inês, fazendo sobressair o peito e a expressão “colo de garça”: “Era bella muy más que el sol radiante, / Su pecho blanco más que el alabastro, / (...) Cuello de garca bello era llamada. (Roig 1980 [em linha], I-6: 898)¹²². Mas, analisando o texto integral¹²³, facilmente verificamos que é a beleza da mulher inteira que nos é apresentada, num misto de petrarquismo e barroco, carregado de artifícios de linguagem: “Luzian sus cabelos más que el oro” (Alarcão 1606, [em linha], I-7, 1); “De plata o de crystal era su frente” (Alarcão 1606 [em linha], I-8, 1); “ Los ojos eran de color de cielo” (Alarcão 1606 [em linha], I-9, 1); “En fin que de los pies a la cabeça / No tenia Ines nada imperfeto / Todo era perfeccion, todo beleza: / Com gracia acompanhada de respeto / (...) Que en su tiempo nel mundo no hauia / dama de tal belleza, y gallardia” (Alarcão 1606 [em linha], I - 12).

La Iffanta Coronada modera alguns excessos que circulavam já a partir dos finais do século XV, sobretudo em Espanha¹²⁴: em registo *post mortem*, o fantasma surge sob a forma de “espírito” e a coroação é feita à estátua e não ao cadáver de Inês. No canto IV, “Vn espirito en falso cuerpo, liuiano / Vestido en blanco liençole aparece” (IV-30, 1-2) e vai guiar Pedro “entre las sepulturas de mugeres / Insignes valerosas, y estremadas” (Alarcão 1606 [em linha], IV-50, 1-2), ao encontro da amante.

¹²² Ao que parece, a expressão “colo de garça” aparece já no século XIV, na *Crónica de Inés de Castro, Cuello de Garza* (anónima).

¹²³ Alarcão 1606, [em linha], *La Iffanta Coronada por el Rey Don Pedro, Dona Ines de Castro*.

¹²⁴ Designadamente os temas macabros do fantasma e da coroação de Inês, que “ya a fines del siglo XV estaban difundidos (...) volverán a parecer en la segunda mitad del XVII” (Botta 1995: 332).

Mas o infeliz rei não consegue tocar na sua Inês, isso “le fue cosa impossible” (Alarcão 1606 [em linha], IV-51, 2). No mesmo registo, no Canto VI, “cuentase como el Rey don Pedro coronó a doña Ines de Castro”, numa estátua que ele próprio mandou construir, para eternizar a memória do seu amor: “La corona que diò en hablar tanto / En sus reales manos la traya, / El la puso en la grave sepultura / Sobre las fienes de la statua dura” (Alarcão 1606 [em linha], VI-52, 5-8).

Manoel Thomaz escreveu, em 1659, uma epopeia em dez cantos, intitulada *Phenix da Lusitania*, onde, a determinada altura, se relata a história de “A bella Ignez nas aguas do Mondego, / Que com perolas d’alma acrescentava” (Thomaz 1659, *in* Silva 1854 [em linha], Tomo VII, Livro XIV, Cap. V: 92), numa clara imitação de Camões e influência gongórica. Fazemos apenas breves referências a este episódio, para verificar a semelhança, mas também alguma diferença.

Após o discurso suplicante de Inês ao rei D. Afonso IV, diz o narrador: “Internecido o Rei da formosura / Deixava os netos já, e a Mãe com vida” (Thomaz 1659, *in* Silva 1854 [em linha], Tomo VII, Livro XIV, Cap. V: 93). O autor desta coletânea levanta a possibilidade, embora não a defenda, de Manoel Thomaz poder ter querido sugerir que Afonso IV fora a Santa Clara com intenção de executar Inês e os filhos, o que não é minimamente sugerido pelos autores do renascimento português, designadamente Camões, que serviram de inspiração à literatura subsequente. Há, no entanto, uma diferença evidente, relativamente a esses autores - a assunção do casamento, expressa no discurso de Inês: “Tendo virtude Amor de transformar-se, / E com a cousa amada em jugo unir-se / Com o vinculo santo, e conservar-se / Com laço, que não póde dividir-se” (Thomaz 1659, *in* Silva 1854 [em linha], Tomo VII, Livro XIV, Cap. V: 93).

São muitas as semelhanças com o episódio camoniano e os momentos de mais rara beleza são aqueles que mais de perto imitam Camões, como este, que remete claramente para a estrofe 134, do canto III: “Qual bonina, ou jasmim, que no solstício / A graça, o lustro, a côr mostra perdida, / Tal a dama a beldade ficou pura / Graça sem côr, sem lustro e formosura” (Thomaz 1659, *in* Silva 1854 [em linha], Tomo VII, Livro XIV, Cap. V: 94).

5. 1. 3. O texto lírico: referências significativas

No século XVII, Manoel Quintano de Vasconcellos imputou à Inveja a responsabilidade pela desgraça de Inês, no soneto *A bella Nise que de Pedro amada*: “Fortuna, leve ao bem, ao mal pesada, / Mostra efeitos da Inveja iniqua, e forte” (in Silva 1854 [em linha], Tomo VIII, Livro XVII, Cap. I: 20).

Neste mesmo século, devem ser nomeadas mais duas publicações: *doze sonetos por varias acciones en la muerte de la señora Doña Inés de Castro, mujer del Príncipe Don Pedro de Portugal*, de D. Francisco Manuel de Melo, e *Saudades de D. Ignez de Castro*, de Maria de Lara e Meneses, que dá realce especial ao sofrimento de Inês de Castro, expresso nas lágrimas motivadas pelas tradicionais saídas de Pedro: “Não chores, diz, formosa Ignez, agora / Ficar ausente sem partir commigo” (in Sousa 1984: 137).

O traço comum que percorre com mais evidência a poesia inesiana do século XVII é a influência do barroco, fazendo da escrita um mundo de ideias subtis e conceitos pomposos:

O corpo só se ausenta, a alma não parte,
Que em fim não vivo de potencias suas,
Que como me alimento só de amar-te,
Bastão para viver memorias tuas:
E porque amor nos tiros, que reparte,
Fulmina contra mim frechas mais cruas;
Quando a vida me rouba, outra me ordena,
Que fora em fim matar-me a menor pena” (apud Sousa 1984: 137-138).

5. 2. Recriações do século XVIII

A influência da estética arcádica percorre a literatura do século XVIII, apelando para soluções emotivas pouco exacerbadas e para a singeleza de ambientes. Assim, em termos muito genéricos, Inês é apresentada como esposa legítima de Pedro, mãe dedicada e vítima inocente do Amor, estando rodeada pelos filhos no momento da execução. Sendo certo que não há de ser fácil enquadrar um acontecimento bárbaro, como o assassinato de Inês, dentro de tais pressupostos, não deixa de ser verdade que a escrita espelhou aquela amenização setecentista.

Domingos Reis Quita, apesar de introduzir referências inusitadas no discurso habitual (por exemplo, a prisão de D. Pedro, a mando de Afonso IV) ou de expressar toda a tensão entre o pai e o filho, regista a relação cortês e afável entre os dois, quer no

início, quer no fim da *Castro*: a obra abre e fecha com essa relação de inspiração arcádica.

O mesmo acontece com a poesia de Bocage: apesar do poeta referir, por exemplo, a coroação do cadáver de Inês, fá-lo num enquadramento bucólico e ameno que esbate a tragicidade dessa referência, imbuindo-a do mais fino lirismo.

5. 2. 1. O texto dramático: *Castro*

Em 1784, Domingos Reis Quita, poeta árcade, escreveu *Castro*, uma tragédia dividida em três atos, cujo cenário é a bucólica Quinta das Lágrimas. Entre os aspetos mais heterodoxos desta obra, podemos destacar os seguintes: a relação cordial de Pedro com o pai, destruída por causa de Pedro não desistir de Inês, para casar com Beatriz de Castela; a prisão de Pedro, a mando do pai, D. Afonso IV; a ameaça velada de D. Afonso IV afastar Pedro do trono; a dependência e a manipulação explícita do rei pelos conselheiros; o facto de ser Inês a procurar o rei para interceder por Pedro; o discurso pungente de Inês aos filhos; a compreensão de Castela em anular o casamento de Pedro com Beatriz (fundada no facto de Pedro estar consorciado com Inês), o que possibilitou a aceitação de Afonso IV no casamento de Pedro com Inês; a reconciliação do rei com o filho, mesmo antes da morte de Inês; a fuga de Inês pelo paço, com os filhos agarrados às saias; os salpicos do sangue de Inês que saltam para a cara dos filhos; o capricho do Destino como causa maior da morte de Inês.

Em termos estilísticos, a *Castro* de Reis Quita enquadra-se em princípios estéticos da Arcádia, designadamente na valorização da natureza e da simplicidade. Esta perspetiva é assumida claramente por Afonso IV e por Inês. Inês preferia uma vida longe do trono e das intrigas políticas, recompensada apenas com o amor de Pedro: “quisera o Ceo que não tivesse / thronos o teu Amor para offrecer-me” (Quita 1784 [em linha], I – 1: 299-300); por outro lado, suspirava pelo sossego da vida campestre: “a sôrte invejo / dos humildes pastores innocentes” (Quita 1784 [em linha], I – 1: 300). D. Afonso IV mostra também o desgosto pelos enredos trágicos palacianos e faz a apologia da vida simples: “venturoso o que vive socegado / em humilde fortuna, que do Sceptro / não supporta o penoso, o fatal jugo” (Quita 1784 [em linha], II – 4: 323).

No início da tragédia, Inês está atemorizada pela tristeza mortal que a acompanha. Num ambiente campestre, as plantas, que já foram tão belas, parecem-lhe

medonhas, vê em “cada sombra um assassino armado” (Quita 1784 [em linha], I – 1: 297). Apesar de não duvidar do amor de Pedro, Inês teme a “desgraça invejosa”: D. Afonso IV não sabe que o “sagrado consórcio e santo laço” foi, entre eles, consumado e está a negociar o casamento de Pedro com Beatriz de Castela, que já se aproxima da fronteira de Portugal. Por sua vez, D. Afonso IV, irado com a recusa de Pedro em aceitar essa aliança com Beatriz, está a chegar a Coimbra, seguido pelos conselheiros, Coelho e Pacheco, e pelo embaixador espanhol.

Pedro procura serenar Inês, pedindo-lhe que não amedronte os infantes com “fantásticos sustos”, lembra o amor que lhe dedica, mas confessa-se confuso com a “chegada repentina” do pai a Coimbra. No entanto, promete protegê-la com o seu próprio sangue e vaticina que a há de coroar rainha, logo que chegue ao trono.

No que diz respeito à relação com Afonso IV, ao contrário da narrativa tradicional, Reis Quita expressa o respeito filial de Pedro, que se dirige ao pai para lhe “beijar respeitoso a mão augusta” (Quita 1784 [em linha], I – 3: 301). Mas o rei acusa-o de não acatar os “paternos mandatos” e de se submeter apenas a uma “louca paixão”. Pedro continua a assumir um comportamento respeitoso, mas o diálogo entre os dois vai-se deteriorando à medida que o rei impõe a Pedro que abandone Inês para “jurar os felices desponsórios” com Beatriz de Castela (Quita 1784 [em linha], I – 3: 299-304). Pedro diz que não pode obedecer ao pedido do pai, porque o seu coração pertence a outra mulher. O rei humilha o príncipe herdeiro e ameaça-o indiretamente com o afastamento do trono: “Hum coração cobarde, que se deixa / dominar de paixões afeminadas, / de cingir o Diadema não é digno” (Quita 1784 [em linha], I – 3: 305). A tensão entre os dois é cada vez mais explosiva e o autor revela uma característica psicológica que assenta muito bem em Pedro – a vitimização, a ameaça e a rebeldia: “este ingrato castiga, este rebelde, / que acharás cada vez mais criminoso” (Quita 1784 [em linha], I – 3: 306). A questão do afastamento do trono é ambígua, porque, na cena 3, do ato II, o rei manda encarcerar Pedro “enquanto ele persistir nos seus erros” (Quita 1784 [em linha], II – 3: 317). Ou seja, o rei faz depender a libertação de Pedro da anulação da sua relação com Inês. O encarceramento de Pedro e a decisão de exilar Inês são confirmados, mais à frente, pelo rei: “ao vizinho castello o mandei prezo. / Castro em desterro seja logo posta” (Quita 1784 [em linha], II - 5: 320).

O conselheiro Coelho é porta-voz do perigo que constitui Inês e da necessidade de a mandar matar: “he a vida de Castro quem nos traça / a ruina, que vemos iminente. / Com o sangue de Castro comprar debes / o público socego, o teu repouso” (Quita 1784 [em linha], I – 5: 308). Mas o rei rejeita o assassinato de Inês, porque não vê nela qualquer culpa e sugere a clausura de um mosteiro, para a afastar de Pedro: “Hua inocente / ha de ser (...) a victima de humanos interesses? (...) / Em perpétua clausura logo seja / Dona Ignez encerrada” (Quita 1784 [em linha], I – 5: 308-309).

No ato II, cena 2, Pedro reitera ao embaixador espanhol o amor a Inês, a intenção de a fazer subir ao trono e ameaça-o de que a irá buscar ao lugar para onde a desterrarem: “Com as armas na mão, de entre seus muros / irei co’ proprio sangue resgatalla” (Quita 1784 [em linha], II – 2: 314).

O casamento de Pedro com Inês, um dos aspetos mais polémicos da relação e oficialmente negado pelos cronistas, é inicialmente revelado ao rei pelo conselheiro Pacheco: “o príncipe em segredo desposado / com Castro vive em Santo Ajuntamento” (Quita 1784 [em linha], II – 5: 321). A própria Inês de Castro toma a iniciativa de ir ao encontro do rei (e não o inverso, como é tradicionalmente apontado), a fim de salvar Pedro do cárcere, e, escudada pelos filhos, revela que está casada com o Príncipe “em secreto, e legitimo consorcio” (Quita 1784 [em linha], II – 6: 325). É este casamento, afinal, que motiva a morte de Inês: Castela, por causa da afronta a D. Beatriz, vai invadir Portugal “com numerosos esquadrões armados” (Quita 1784 [em linha], II – 5: 322). Mas há um dado da maior relevância que parece ser determinante para os conselheiros: há qualquer coisa contra Inês que não é revelada, ficando apenas na ambiguidade da sua condição de vassala: “inda que illustre, he vassalla (...) e não princeza” (Quita 1784 [em linha], II – 5: 323). É uma justificação estranha, porque, afinal, todos eram vassallos do rei. A irmã de Inês, ainda que filha de casamento legítimo, é igualmente “vassala e não princeza, o que não a impediu de casar com D. Pedro I de Castela. Aliás, D. Pedro já se havia consorciado antes com duas “vassalas e não princesas”: D. Branca de Castela e D. Constança Manuel.

Reis Quita apresenta a execução de Inês como uma espécie de equívoco que escapa ao controlo dos homens: reconhecida a dignidade da sua condição de esposa de D. Pedro, ela morre apenas por um capricho do destino:

- O embaixador de Espanha já tinha acordado a anulação do casamento com Beatriz e suplica a Afonso IV que a poupe: “a desventura da innocente Castro / o coração me move, me enternece, / e a sua vida venho suplicar-te” (Quita 1784 [em linha], III – 5: 338);

- D. Afonso IV já tinha acedido à pretensão de Pedro e de Inês: “viva ditosa Inez, se os Ceos o querem, / ao throno suba com o cáro esposo” (Quita 1784 [em linha], III – 5: 340);

- D. Afonso IV já tinha decidido revogar a sentença da morte de Inês: “vamos sem demora / revogar a sentença” (Quita 1784 [em linha], III – 5: 341);

- Mas o destino interpôs-se, os conselheiros já tinham ido assassinar Inês. E Pedro, já reconciliado com o pai, ali ao lado, ainda ouve os soluços e os gemidos da sua amada: “mas ai de mim... que escuto... que soluços / e que gemidos ferem meus ouvidos” (Quita 1784 [em linha], III – 7: 342).

Tal como em Romeu e Julieta, *mutatis mutandis*, Inês morreu por um capricho do destino, tão bem caracterizado pela personagem Almeida, confidente de Pedro: “que iniquo fado, que inimiga estrella / turbar veio o socego venturoso / em que seus ternos corações viviaõ” (Quita 1784 [em linha], III – 3: 336).

Contrariamente à tendência da literatura portuguesa no tratamento da morte de Inês, que procura valorizar o lirismo e o sentimento, notam-se aqui pormenores e realismo inusitados que potenciam a tragicidade: “em borbulhões rebenta o vivo sangue / o pavimento alaga, e salpicados / ficaõ os ternos, míseros infantes” (Quita 1784 [em linha], III – 8: 345)¹²⁵.

A manipulação do rei pelos conselheiros, Coelho e Pacheco, é tradicionalmente referida. Mas Rui Quita reforça-a, associando-lhe a mentira e a dependência do rei, face a outros poderosos interesses: por um lado, foram os conselheiros que sentenciaram Inês “violentando / com mil falsas razões, com mil enganos” (Quita 1784 [em linha], III – cena última: 347); por outro lado, o rei lastima-se, num tom dilacerante: “com que esforços / não impuhnei as horridas propostas” (Quita 1784 [em linha], III – cena última: 347), “os reis (...), da monarquia escravos, a vontade tem menos livre que hum humilde servo” (Quita 1784 [em linha], III – cena última: 347).

¹²⁵ Poderíamos elencar outros exemplos: a porta é arrombada; Inês foge pelo palácio e os filhos correm agarrados aos vestidos da mãe, etc.

É também de referir o extenso discurso dramático de Inês aos filhos (Quita 1784 [em linha], II - 7: 328-329), onde não falta um toque no tema do ciúme (sugerido pela eventualidade de uma “madrasta invejosa” que poderá criar os filhos), a covardia dos algozes (que encarceraram Pedro para a matarem) e a súplica final ao “Filho do Eterno”, a quem implora socorro: “só teu braço / salvar me póde deste precipício”.

Finalmente, no que diz respeito aos conselheiros, o autor põe em cena [Pero] Coelho e [Diogo Lopes] Pacheco, acusando-os do assassinato de Inês, “saõ Coelho, e Pacheco os assassinos” (Quita 1784 [em linha], III - 8: 346), o que contraria o discurso, por exemplo, de Fernão Lopes, que ilibou Diogo Pacheco de qualquer culpa.

5. 2. 2. O texto lírico: referências significativas

Bocage, talvez o mais ilustre poeta da fase final do arcadismo e pré-romantismo, na *Cantata à morte de Inês de Castro*, mostra Inês a ser assassinada por “Três vis algozes” e refere o choro dos infantes (“Os tristes inocentes / À triste mãe se abraçam, / E soltam de agonia inútil choro”), o que constituiu alguma divergência relativamente à narrativa tradicional.

O cenário é tipicamente neoclássico, invocando-se uma Natureza idílica e bucólica (“o límpido Mondego”; “o rouxinol, cantor de Amores; “a primavera louçã quadra macia / da ternura e das flores, / que à bela Natureza o seio esmalta”; “a meiga voz dos Zéfiro”), destinada a enquadrar a felicidade de Inês, mas que se mostra impotente, porque “objetos de Amor enjoo, / Se Amor é desgraçado”. Num ímpeto que já não fica a dever nada à estética romântica, Bocage traça a imagem de Inês assassinada: “cai nas sombras da morte / A vítima de Amor lavada em sangue”.

No soneto *À lamentável catástrofe de D. Iñez de Castro*, Bocage traça um cenário bucólico semelhante, onde não falta, por exemplo, como já tinha feito na *cantata*, a presença de Eco, a ninfa das montanhas (“Da triste, bela Inês, inda os clamores Andas, Eco chorosa, repetindo”), mas termina com a cerimónia algo sinistra da coroação, feita por Pedro, na sepultura de Inês: “Milagre da beleza e da ternura! / Abre, desce, olha, geme, abraça e c’roa / A malfadada Inês na sepultura”.

5. 3. Recriações do século XIX

O gosto pela evocação medieval, tão característica da estética romântica, espicou a investigação de pessoas e factos históricos, ao mesmo tempo que acolhia com afeição o terreno fértil dos amores proibidos, do conflito e do fatalismo.

O historicismo que brotava das obras de, por exemplo, Walter Scott e Vitor Hugo chegava a Portugal pela mão de autores implicados na revolução liberal, como Almeida Garrett e Alexandre Herculano, profundamente responsáveis pela difusão do chamado romance histórico, reconstrução ficcionada de acontecimentos e personagens do passado. Estes autores influenciaram decisivamente o romantismo português, fazendo da reavistagem do passado uma das matrizes fundamentais da literatura do século XIX e das primeiras duas décadas do século XX. No entanto, Pedro e Inês foram esquecidos pelos romancistas de oitocentos, cabendo sobretudo aos dramaturgos aquela reavistagem, que aconteceria apenas com *A Morta*, em 1891, quando a influência cultural da geração dos anos setenta já tinha há muito agitado a sociedade portuguesa¹²⁶. Assim, não é de estranhar a tendência literária para uma perspectiva mais científico-naturalista do mundo e das personagens.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o texto dramático, terreno fértil para a teatralização e exacerbação das emoções, haveria de ter na ressurreição e coroação de Inês a tendência mais generalizada¹²⁷. *A Morta*, percorrida por uma comicidade que não disfarça a reavistagem satírica medieval de Gil Vicente, reflete também a crítica social e de costumes, típica da literatura realista do romance deste período.

5. 3. 1. O texto dramático: *A Morta*

Em 1891, Henrique Lopes de Mendonça publicou *A Morta*, um drama em cinco atos. Em consonância com o título, Inês de Castro é uma ausente, tudo acontecendo em torno de D. Pedro e da sua psicopatologia emocional, concretizada em evidentes fenómenos de violência gratuita (“Quero a sua cabeça / Entre as mãos do carrasco, e solta do pescoço, / lívida e gotejante, a fim de ver se posso / arrancar-lhe inda mais

¹²⁶ A publicação do drama *A Morta*, em 1891, coincide com a morte, por exemplo, de Antero de Quental (1891) e de Camilo Castelo Branco (1890). Eça de Queirós morreria dez anos depois (1900).

¹²⁷ Muito embora a temática da ressurreição venha já de muito longe: por exemplo, como já vimos, Garcia de Resende *ressuscita* Inês para contar às damas a sua desgraça.

sangue” - Mendonça 1891: 25), de narcisismo (“Mas se eu quizer, que importa? (...) / Para que sou eu rei?” - Mendonça 1891: 241), de transferência e de fixação em Izabel (“Eu quero, e no teu busto, / Estreitando-o de encontro ao rude coração, / Hei de achar fôrma e corpo á esplendida visão / Que me fugiu da terra”¹²⁸ - Mendonça 1891: 198).

Por norma, os textos escritos sobre Pedro e Inês são circunscritos aos dramas vivenciado por estas personagens ou, pelo menos, elas remetem para a vulgaridade todos os outros atores. Em *A Morta*, pelo contrário, o dramaturgo faz uma gestão original e curiosa das personagens¹²⁹. *A morta*, Inês de Castro, tem uma relevância que fica muito aquém da expectativa gerada pelo título – aliás, ela acaba por ser algo banalizada, uma vez que D. Pedro vê em Izabel a mesma Inês que, supostamente, deveria ser irrepetível: “Aquella mulher [Izabel] (...) / A renda que se esgarça / Sobre o seio deixou ver o collo da garça / Da minha Ignez (...) / A mesma loura trança, (...) / O mesmo olhar suave, a mesma gentileza / De maneiras” (Mendonça 1891: 39-40).

D. Pedro é a personagem que mais intensamente expressa o tumulto interior das emoções. Mas essas emoções são desequilibradas e alucinadas, revelando um rei psicologicamente afetado:

- Que confunde a aplicação da justiça com assomos sádico-sanguinários: “quero a sua cabeça / (...) solta do pescoço, / (...) a fim de ver se posso / arrancar-lhe inda mais sangue” (Mendonça 1891: 25);

- Que galanteia Izabel de uma forma ridícula, nada condizente com o seu estatuto de rei: “feliz quem for avô / Dos filhos de Lourenço” (Mendonça 1891: 31);

- Que mostra ciúmes por não possuir Izabel, a mãe de Catharina: “tenho inveja do pae / De Catharina (Mendonça 1891: 38);

- Que obriga os súbditos, designadamente Estevam, a confirmarem o consórcio com Inês, mas revela que isso não passou de um embuste: “recordei-me de Ignez, / Da minha doce aman... / (*emendando-se*)... da minha esposa, minha... / Tu sabes muito bem como ella foi rainha” (Mendonça 1891: 40);

- Que Estevam Lobato, seu criado privado, considera doido: “valha-me Deus! Que ponho em risco o meu juízo / Á força de lidar com doidos” (Mendonça 1891: 54);

¹²⁸ D. Pedro interpela a viúva Izabel Tosse, que lhe faz lembrar Inês.

¹²⁹ Para uma melhor compreensão das relações entre as personagens, considere-se o seguinte: Izabel Tosse é uma viúva honesta que desperta a lascívia de Pedro; Catharina é a filha leviana de Izabel e está casada com Lourenço Gonçalves.

- Que, por vezes, mostra uma inconstância quase grotesca relativamente ao amor por Inês: “Tu bem vês / Que elle [Afonso Madeira, escudeiro do rei] canta as canções que amava Ignez. / Lá vou lembrar-me d’ella... É linda a tua sogra [Izabel], Lourenço” (Mendonça 1891: ato I, cena X);

- Que tem comportamentos sacrílegos: “Ave Maria... Não! Saúdo-te, alma esposa. / Morta que reinas sempre aqui!... Salve, Regina! / Luz que nos céus afoga a própria luz divina” (Mendonça 1891: 186);

- Que manifesta a mais aberrante neurose na tentativa de ressuscitar Inês: “Evoco-te, alma esposa! Evoco-te, rainha! / Surge á vida outra vez, dá-me de novo a minha! / (...) Aparece! Aparece!” (Mendonça 1891: 189);

- Que, apesar do drama terrível da perda de Inês, parece facilmente substituí-la por uma espécie de sócia [Izabel]: “Por ti, doce visão! por ti, nuncia de paz! / Memoria do passado, o meu presente enlevo! / Encontrei-te afinal, ó fatídico trevo / Das quatro folhas” (Mendonça 1891: 196);

- Que impõe a Izabel os seus caprichos eróticos: “Eu quero... e tanto basta! (...) / Hei de colher a flor, mirre-se embora a planta! / Pertences-me, mulher! Mando eu, que sou teu rei” (Mendonça 1891: 198);

- Que pensa poder compensar Inês com a pulsão sexual vivida com Izabel: “E ella [Inês], na rigidez da morte, há de aquecer, / E sorrir-se, ao calor dos beijos que eu te der” (Mendonça 1891: 199);

- Que beija a mão do cadáver de Inês e a impõe como rainha: “fidalgos e infanções, villãos e camponезes... / Eis a vossa rainha! Ajoelhai, portugueses!” (Mendonça 1891: 204).

O dramaturgo retrata as contradições de Pedro, relativamente à aplicação da justiça. Quando ela se dirige a terceiros, o rei mostra-se inflexível, como acontece com a paixão adúltera do seu escudeiro, Afonso Madeira: “Toma cautela, toma! / Muito bem sabes tu que a amizade não doma / Os ímpetos da minha implacável justiça! / Livra-te de acordar a fera assomadiça! (...) / Desconfia do amor” (Mendonça 1891: 37). Mas quando o interesse libidinoso do rei está em jogo, o conceito de justiça esfuma-se, revelando-se D. Pedro um frouxo, como acontece quando Izabel lhe pede a carta que revela a mancebia da filha, Catarina Tosse, com Afonso Madeira: “Oh! Não devera dar-t’a! N’esta mercê, renego o meu passado inteiro, / Deixei hoje de ser D. Pedro, o

Justiceiro” (Mendonça 1891: 197). E, perante a pressão para sentenciar Catarina e o amante, D. Pedro procura subverter a aplicação da justiça, devido ao impulso erótico que o prende a Izabel, mãe de Catarina – diz ele a Lourenço Gonçalves, o marido traído¹³⁰: “Escuta: as leis, segundo penso, / Não vedam o perdão. Perdoa-lhes, Lourenço! (Mendonça 1891: 239). De qualquer modo, perante a perplexidade do corregedor, o rei ainda hesita dizendo a Izabel que interceda pela filha junto de Lourenço Gonçalves, mas, finalmente, o discurso inflamado do corregedor, que lhe lembra que ele é rei “para fazer justiça” (Mendonça 1891: 241), acaba por fazer Pedro voltar atrás, autorizando o suplício dos amantes. Perante o sofrimento atroz de Izabel, o grotesco *Justiceiro* tem ainda a pretensão de pensar que ela encontrará nele o lenitivo necessário: “é bem cruel a sorte; / Porém que o regio amor ainda te conforte” (Mendonça 1891: 243).

Pedro é um neurótico desequilibrado, inventor da sua própria realidade, conforme a interpelação de Izabel: “Porque me seduzis? Porque vos enganaes?” (Mendonça 1891: 197). Não é de estranhar que um perfil desta natureza facilmente revele um egocentrismo doentio: Pedro diz-se vítima do próprio Deus (“Não m’o consentes tu [Deus], que tens ciúmes d’ ella! [de Inês] / Por isso lhe apagaste o olhar” - Mendonça 1891: 187), como também se diz duplamente desgraçado, porque perdeu Inês por duas vezes (“Ah! Para sempre adeus! Pela segunda vez / Me fugiste da terra, idolatrada Ignez” - Mendonça 1891: 244).

A *Morta*, apesar de expressar o legado dramático da vida de Pedro e Inês, tem uma vertente humorística e burlesca que deve ser registada, uma vez que constitui uma deriva em relação à matriz original. Além da ironia e da interação entre personagens caricatas (por exemplo, o frade e a rameira), o típico cómico vicentino (de linguagem, de caráter e de situação) assume um papel fundamental na economia do texto.

5. 3. 2. O texto lírico: referências significativas

A poesia enesiana percorreu todo o século XIX, sobretudo integrada na estética romântica. A influência de Camões é notória, designadamente em Garrett, quer no vocabulário, quer nas incidências temáticas.

¹³⁰ Este comportamento do rei é tanto mais grave quanto é sabido que Lourenço Gonçalves é o corregedor da corte, aplicador da justiça, íntimo de D. Pedro.

Com pouco mais de vinte anos, Almeida Garrett publicou o poema *Camões*, claramente influenciado por *Os Lusíadas*, apesar do poeta, incompreensivelmente, afirmar o seguinte: “a indole do assumpto deste poema é absolutamente nova; e assim não tive eu exemplar, a que me arrimasse, nem norte, que seguisse” (Garrett 1825, *in Advertencia*). Na verdade, a novidade do poema é apenas formal: a extensão do texto e a extensão das estrofes. O resto é amplamente bebido em *Camões*.

No Canto VII do poema *Camões*, Almeida Garrett refere que as ninfas do Mondego “ouviram o doce gemer dos namorados ais de prazer” e escutaram “os suspiros de saudade” de Inês que “só, gemedora rôlla, vai carpindo / A ausencia do seu bem, do seu amado, / E aos montes, ás hervinhas ensinando / O nome que no peito escripto tinha” (Garrett 1825: 140). Quando Inês está a pensar no momento em que poderá abraçar de novo o seu Pedro, Garrett refere que D. Afonso IV “á bellissima Ignez deu morte injusta” (Garrett 1825: 139). Aliás, para o poeta, todo o castigo por causa do Amor é injusto, mesmo que esse amor seja crime¹³¹: “Pelos beijos d’amor, [Afonso IV] Lhe traz castigo, / Que não merece amor, nem quando é crime” (Garrett 1825: 141-142).

Almeida Garrett, como, de um modo geral, todos os poetas românticos, realça a execução de Inês, na presença dos filhos que lhe trazem a imagem de Pedro e que, inicialmente, trata por *filhinhos*: “C’os innocentes filhos abraçada / Não geme, não suspira; a beijos colhe / Uma a uma, as feições, que tanto ao vivo / As do querido amante lhe retrattão” (Garrett 1825: 142).

5. 4. Recriações do século XX

No século XX, o tema de Pedro e Inês continuou a apaixonar a literatura, expressando-o nos seus diversos géneros, designadamente no romance. Apenas o texto dramático continuou a explorar os aspetos mais patéticos da história de Inês, cabendo ao romance e à poesia a continuação da construção do mito, a partir de aspetos históricos e lendários, mas fazendo-o num registo muito mais esclarecido e apontando vetores de interpretação a que não é estranho o definir modernista, sobretudo no que diz respeito à falência das garantias e das verdades que estavam, até então, associadas à ciência.

¹³¹ O que não é o caso, já que o casamento de Pedro com Inês está implícito em expressões como “ausente é o sposo” (p. 141) e “ausente esposo” (p. 141).

5. 4. 1. O romance: *D. Pedro e D. Inês / O Grande Desvayro*

Em 1913, Antero de Figueiredo publicou o romance *D. Pedro e D. Inês / O Grande Desvayro*. Logo no início, o autor traça a linha de vida do filho de D. Afonso IV: “Êste D. Pedro, que depois foi rei, nasceu em dia aziago, à hora prima, mas áspera sexta-feira de abril” (Figueiredo 1944: 11). Psicologicamente instável, “sem que ninguém soubesse porquê, a sua alma nublava-se de repente de selvagem tristeza, e, então, foragido, era intratável. Também um nada lhe levantava o ânimo, como um nada o perturbava e enfurecia” (Figueiredo 1944: 55-56). É este Pedro que Antero de Figueiredo coloca no caminho de Inês, perseguindo-a, “mudo, carregado dêsse amor negro que parece ódio e em si traz a vida e a morte” (Figueiredo 1944: 61). A esposa de D. Pedro, D. Constança Manuel, percebeu essas “arreatadas investidas do violento D. Pedro” (Figueiredo 1944: 68), chamou a si Inês pelos laços do comadrio e, “tudo entrevedo, tudo adivinhando” (Figueiredo 1944: 79), definhou. Inês, afastada da corte por D. Afonso IV, nem por isso saiu do alcance de Pedro, que a escondeu nos Paços de Moledo, ludibriando a vigilância real.

D. Constança, que estaria resignada ao formalismo de suportar a coroa, morreu com vinte e um anos, segundo o autor¹³², deixando Pedro liberto para instalar Inês nos paços de Santa Clara, depois de cinco anos de amores dissimulados. As freiras clarissas “acarinavam a terna maridade” (Figueiredo 1944: 92), na convicção do casamento oculto de Pedro e Inês.

Antero de Figueiredo refere que Afonso IV queria realizar rapidamente o terceiro casamento de D. Pedro¹³³, de modo a evitar a intromissão de Pedro nos assuntos internos de Castela, a braços com gravíssimas intrigas de sucessão. Mas o autor vacila e não consegue resolver com clareza uma das grandes ambiguidades do legado da História: a posição de Afonso IV face ao casamento com Inês. Por um lado, na linha oficial proposta por Fernão Lopes, o rei exorta Pedro para que diga publicamente se Inês é sua mulher, para que seja honrada como tal. D. Pedro rejeita, muito provavelmente, por um de dois motivos: ou porque tem medo de uma cilada, ou porque não quer submeter-se às decisões do pai - em breve, subirá ao trono e o seu génio irascível imporá a Castro ao reino. Por outro lado, Afonso IV, por intermédio do

¹³² O que não parece provável. Constança teria, pelo menos, vinte e cinco anos.

¹³³ Admitindo, portanto, o primeiro casamento de Pedro com Branca de Castela.

Arcebispo D. Gonçalo Pereira, enviou ao Papa Inocência VI uma carta em que rogava que não concedesse a Pedro dispensa para casar com Inês, alegando que eram ligados por laços familiares e morais. Ora, os laços familiares, ainda mais estreitos, não preocuparam Afonso IV aquando do casamento de Afonso XI, com a filha, ou de D. Branca, com o filho.

Inês, “limpa de coração e inteiramente alheia dos negócios políticos” (Figueiredo 1944: 95) e Pedro, íntimo de Fernando de Castro e da nobreza castelhana que intrigava na corte portuguesa, talvez não tenham percebido a grandeza do rancor da nobreza e do clero português, sintetizado por Antero de Figueiredo num grito dirigido ao rei de Portugal: “alerta, Senhor, que Lisboa está prenhe de castelhanos” (Figueiredo 1944: 106). A nobreza e o clero estavam de mãos dadas contra o infante: foi invocada a cláusula de doação, feita por Isabel de Aragão, para os Paços de Santa Clara e foi esgrimido o recente decreto real, que obrigava a cumprir a vontade da rainha, sua mãe. Afonso IV estaria num beco sem saída: a nobreza e o clero pressionavam e D. Pedro tinha um temperamento intratável. Antero de Figueiredo revela, ou inventa, que o rei teve longas conversas com Inês, procurando convencê-la a aconselhar Pedro, a casar com Pedro, a fazer o que fosse necessário para o impedir de se imiscuir nos problemas internos de Castela (Figueiredo 1944: 109). Mas continua a ambiguidade de Afonso, não explicada por Antero de Figueiredo, uma vez que “o casamento de Inês com Pedro arrastará, fatalmente, Castela a intrometer-se na política de Portugal, no que se jogará a independência do reino” (Figueiredo 1944: 111). Ou seja: segundo o autor, talvez bem próximo da verdade, o grande receio da nobreza e do clero português não era tanto que D. Pedro fosse rei de Castela¹³⁴, mas que, por meio de Inês, os Castro e os castelhanos lhes retirassem influência na corte.

Antero de Figueiredo relata a execução de Inês, retocando pormenores da história oficial, que fazem supor a existência de uma relação de mancebia entre Pedro e Inês, oficialmente aceite e evidenciada numa aparente familiaridade entre Inês e D. Afonso IV. Destacamos dois aspetos: apenas o rei e o meirinho-mor, com o rolo da sentença na mão, entraram e subiram aos Paços; Inês “veio tranquilamente receber o rei

¹³⁴ Aliás, outros candidatos a Castela estavam devidamente perfilados, como era o caso de Henrique de Trastâmara. Antero de Figueiredo fala no projeto de casamento de D. Fernando de Castro, íntimo de D. Pedro, com D. Joana, irmã de D. Henrique, o poderoso filho de Afonso XI e de Leonor de Gusmão, que já maquinava contra D. Pedro I de Castela.

a uma antecâmara, beijou-lhe a mão e, sorrindo com o seu leal sorriso, feito de luz branca, conduziu-o ao salão” (Figueiredo 1944: 120).

O autor retrata Inês com a maior dignidade e inocência: ao contrário da tradição, não é Inês quem se protege com os filhos – eles aparecem de uma porta que se abre e o rei desiste do propósito de executar Inês, mas, sob pressão de quem o acompanha (Pero Coelho, Álvaro Gonçalves, Diogo Lopes Pacheco, Bispo de Porto, clérigos, fidalgos, amigos e gente armada), Inês é degolada por um carrasco de capuz encarnado (Figueiredo 1944: 125).

Como consequência, Antero de Figueiredo revela um Pedro completamente fora de si, que espuma e espanca, os olhos torcidos e sintomas de epilepsia, com ânsias de “incendiar o convento, rugir como fera, chora como criança” (Figueiredo 1944: 132). Destroçado e desequilibrado, às portas da loucura e da morte, “a menor luz, o menor ruído são para os seus ouvidos agudos punhaladas que lhe varam a cabeça de lado a lado” (Figueiredo 1944: 133). A loucura e a desgraça de Pedro são, afinal, o prolongamento do assassinato de Inês. Vitimizados, ambos ascendem à categoria de mártires, granjeando a simpatia popular, sempre propícia a tomar o partido das vítimas. A guerra civil estala e, quando é assinado o Acordo de Canaveses, Afonso IV, já gasto pelo peso da vida, abdica praticamente do trono a favor do filho: “por ordem de el-rei seu pai e em seu nome” (Figueiredo 1944: 148), D. Pedro decreta, aplica a justiça e comporta-se como verdadeiro rei – é desta altura, por exemplo, como já foi dito, a aplicação do Beneplácito Régio, sob a responsabilidade de D. Pedro.

Numa perspetiva ainda vincadamente romântica, a força do amor vence em toda a linha, o amor tudo pode. Mas faltava ainda percorrer um longo caminho: de vingança, sobre os assassinos de Inês, mas também, paradoxalmente, de ascese pessoal, ele que era neto da Rainha Santa Isabel, neta de santos – Santa Isabel da Hungria e Santo Humberto de Sabóia (Figueiredo 1944: 133).

Antero de Figueiredo faz chegar Álvaro Gonçalves e Pêro Coelho com “as mãos e os pescoços com sôgas de bois” à presença de D. Pedro. O retrato que faz do rei é verdadeiramente hediondo: vemo-lo a ganir, a guinchar, a bater nervosas palmas, a saltar, a fazer torcidas piruetas, com o olhar doido de fúria, a boca escancarada e a face contraída: “com a boca cheia de espuma (...), a babar-se (...), os olhos inchados e rubros, rebolando nas pálpebras encarnadas, pareciam estostrar, e tôda a sua figura

prestes a explodir” (Figueiredo 1944: 160). E vemos o rei a comandar a extração dos corações dos dois prisioneiros, com a mais bárbara tortura, partindo ossos: lanças, espadas, facas e machados são instrumentos usados para esse fim. Depois, perante os dois corações vermelhos e quentes, D. Pedro “apertou-os, espirraram sangue... mordeu-os, remordeu-os... sentindo o voluptuoso prazer de matar” (Figueiredo 1944: 165).

Antero de Figueiredo mostra a vingança de Pedro na sua mais profunda crueza e malvadez, mas desculpa-a, porque “na Idade Média, em política e em amor, a deslealdade e a vingança são moedas tão correntes, que não chegam a ser crime: são expedientes comuns, para não dizer mundanidades estimadas” (Figueiredo 1944: 152). Do mesmo modo, no âmbito da captura dos assassinos de Inês, faltar à palavra e jurar falso foi uma vulgaridade: “D. Pedro foi, no seu tempo, um perjuro vulgar” (Figueiredo 1944: 152).

A vingança sobre os assassinos de Inês estava consumada, mas a teatralidade endêmica de Pedro pedia mais. Era preciso, agora, exaltar a figura moral de Inês, fazê-la esposa, mãe e rainha legítima. Antero de Figueiredo defende claramente que o casamento com Inês foi uma encenação de Pedro, depois de gorados os pedidos de autorização, junto do Papa Inocêncio VI: “a comédia foi, na aparência, plenamente aceite (...). Tinham-se saído bem, aliás, da mal ensaiada farsa” (Figueiredo 1944: 174). Entre a farsa, a comédia e a tragédia, parece que “a fantasia do rei, guiada só pelo coração, imaginou um só túmulo para ambos” (Figueiredo 1944: 177), sendo necessário o conselho dos monges de Alcobaça para impedir tal perversidade.

Antero de Figueiredo refere a exumação do cadáver de Inês, um corpo fétido, ocorrida em 25 de abril de 1361, sendo aí declarada “Rainha de Portugal”, por D. Pedro. “Clérigos e senhores curvaram a cabeça e dobraram meio joelho, em atitude respeitosa e humílima (...) sentiram a acusação tremenda (...) porque haviam contribuído para o assassínio daquela mulher inocente” (Figueiredo 1944: 193). Declarando a inocência de Inês, Antero de Figueiredo não quer, no entanto, comprometer-se com outras eventuais ocorrências, dentro de Santa Clara, remetendo-as explicitamente para o campo da lenda: ninguém sabia ao certo o que se passava lá dentro, correndo versões diferentes – uns diziam que decorria a cerimónia do beija-mão, outros diziam que Inês estava vestida de rainha, outros diziam que estava sentada numa cadeira...

O carnicheiro Pedro, o sádico que trincou o coração aos assassinos, é também o Pedro sofredor, o masoquista que ergue o corpo pútrido de Inês. Pedro é, acima de tudo, uma personagem teatral, que se compraz na autocomiseração, particularmente na publicitação dessa autocomiseração: “o amante visionário estima prolongar a ilusão que o tortura e encanta. É uma dor amada, de que não se quer apartar. Sofre deliciosamente” (Figueiredo 1944: 218).

5. 4. 2. O texto dramático: *Pedro, o Cru*

Em 1918, António Patrício publicou *Pedro, o Cru*, um drama em 4 atos, dominado pela figura patética de D. Pedro.

O drama tem o seu início nos Paços de Coimbra, numa noite em que “El-Rei anda em folgança (...), baila, baila, e com ele o povo todo” (Patrício 1988: 15-16), um povo inebriado que grita “Viva El-Rei! El-Rei é pae” (Patrício 1988: 19). Mas Pedro parece ser *pai* apenas do povo, daqueles que não participaram na morte de Inês: “El-Rei é pae do povo, mas da Igreja...” (Patrício 1988: 102).

A *folgança* de Pedro, essa euforia louca, é parente da ansiedade felina com que aguarda a chegada dos assassinos de Inês, trazidos de Castela, como é parente da prostração tremenda causada pela morte dela: “não durmo há já seis noites, saio a bailar mais triste que a tristeza” (Patrício 1988: 22).

O cenário é sempre noturno¹³⁵, propício à evocação da paixão mórbida do rei que se move num mundo progressivamente irreal de que só ele faz parte, acolitado por Afonso Madeira, aquele que melhor conhece “El-Rei na intimidade” (Patrício 1988: 124)¹³⁶, e por Martim, o bobo, o único que pode dizer ao rei “somos doidos varridos ambos nós” (Patrício 1988: 94). Os restantes intervenientes, incluindo nobres, bispos e outros clérigos, em maior ou menor grau, são sujeitos aos funestos caprichos do rei, exemplificados nas palavras de Pedro ao Bispo da Guarda: “Eu mandei; tu – que remédio! – vens. Hé! Hé!...” (Patrício 1988: 90).

Desse imenso grupo de personagens submissas, destoam, no início do drama, Pero Coelho e Álvaro Gonçalves e, já na parte final, o Frade Velho. Pero Coelho fala em seu nome e em nome de Álvaro Gonçalves. Apesar de estarem expostos à tortura e à

¹³⁵ Apenas o Ato II inicia com um “entardecer de outono”.

¹³⁶ Fernão Lopes já havia dito que a amizade entre os dois era “mais do se deve aqui dizer” (Fernão Lopes 1986: 39).

morte, mostram-se honrados portugueses, fiéis conselheiros de Afonso IV e convictos de que a morte de Inês foi a salvação de Portugal e de Pedro: “D. Inez é morta. Isso vos permitiu serdes bom rei” (Patrício 1988: 38). A imagem dos condenados, dada pelo dramaturgo, revela uma grandeza de caráter nada condizente com o odioso perfil que a História lhes teceu: Pero Coelho lembra a Pedro a craveira de Afonso IV, quer como rei (“Elle que no Salado era de ferro” - Patrício 1988: 40), quer como pai (“pae magnanimo” - Patrício 1988: 37); essa craveira apenas é desbotada pela hesitação de executar Inês, mostrando Pero Coelho um rei periclitante, velho, quase trôpego (“El-Rei vosso pae (...) metia dó. Tinha medo das sombras e do vento (...) pisava os corregos a tropeçar na sua espada” - Patrício 1988: 40).

O dramaturgo humaniza a figura de Afonso IV e, sobretudo, humaniza a figura dos condenados, particularmente em três momentos: quando Pero Coelho conta que o pequeno Infante D. Dinis lhe mordeu a mão que segurava a espada, prestes a desferir o golpe sobre Inês (“lembrei-me dos meus filhos. Pobre infante!... Tive vontade de chorar e de beijal-o” - Patrício 1988: 43); quando Pero Coelho, no momento de executar Inês, age por lealdade à pátria (“para que eu não quedasse de piedade, foi mister, meu senhor, lembrar-me de que amava a minha terra” (Patrício 1988: 42); quando Pero Coelho desculpabiliza Pedro pelos atos que pratica, uma vez que ficou cego pelo amor (“o amor tem luz de mais para poder ver. Vós não podíeis ver. Nem mesmo agora” - Patrício 1988: 39).

Pero Coelho refere dois pormenores da vida de Inês que não coincidem com a tradição: a clausura, em Coimbra, para a afastar de Pedro (“a clausura no convento, em Santa Clara” - Patrício 1988: 39) e a passividade perante a morte (“Avancei para ella. Nem fugiu” - Patrício 1988: 42). Aliás, António Patrício faz uma espécie de apagamento de Inês, a fim de que possa, para o bem e para o mal, sobressair a figura de D. Pedro.

O segundo ato decorre no claustro de Santa Clara, onde jaz Inês. O escudeiro conta à abadessa o suplício e a execução de Pero Coelho: “Tristam partia-lhe as costelas uma a uma (...) e todos vimos (...) o coração jorrando sangue quente (...). E El-Rei, meu senhor, ante nós todos, por duas vezes o mordeu” (Patrício 1988: 59). Álvaro Gonçalves foi executado, depois de desmaiar, enquanto o rei de banqueteava. Depois, os corpos foram ambos queimados.

O ritual da cremação dos corpos dos executores de Inês inicia o ato litúrgico presidido por D. Pedro: “Em todo o terreiro (...) só se ouvia a carne a rechinar. Depois voltou-se, e (...) ouviram-no dizer: - ‘Alleluia!...’, com uma voz de quem reza, os olhos doces” (Patrício 1988: 60). A Vingança, entendida como Justiça, dá lugar à pacificação interior e ao sereno louvor de regozijo. Seguir-se-á a apoteose de Inês!

Pedro procura Inês no claustro de Santa Clara¹³⁷. Com a enxada do coveiro, escava, chama por Inês, entra na cova, evoca o amor antigo: “O nosso amor sahia do desejo – como sáe uma perola do mar. Assim tu vaes erguer-te, minha Inez” (Patrício 1988: 68). Qual Vénus a nascer do mar, Inês vai erguer-se para a vida. Pedro levanta o caixão verticalmente, balbucia “Minha Inêz!...”, e volta a baixar o caixão lentamente, para não a acordar. Entre o místico e o diabólico, Pedro revela a antecâmara da loucura, numa espécie de necrofilia que deixa a vida suspensa: “Cheiras a pôdre... Saboreio o teu cheiro como um corvo” (Patrício 1988: 69); “estou certo que os vermes mesmo se arrastam no teu corpo com doçura” (Patrício 1988: 70). Neste momento de harmonia universal, em que o céu e a terra se entenderam, Pedro ordena às freiras e restantes acompanhantes: “Rezae. Reza comnosco a terra toda” (Patrício 1988: 70). É o momento da piedade universal, do reconhecimento da injustiça que constituiu a morte de Inês, a que nem o próprio Deus ficou indiferente: “Quando a Morte te viu chorou decerto... e os olhos de Deus ficaram razos” (Patrício 1988: 70).

Pedro continua a conduzir a celebração do ato litúrgico. Agora, é preciso coroar Inês. O rei pede que seja a Abadessa a coroá-la e a pôr-lhe o cetro, porque as mãos da freira “são familiares das coisas santas” (Patrício 1988: 70). A um só tempo, o desvairo de Pedro coroa e canoniza Inês, remetendo a continuação da cerimónia para o lugar dos santos: “Shut! Shut! (...) A vossa Rainha dorme. Só nós velamos (...) Há uma Rainha agora em Portugal (...) Será na Casa de Deus o beija-mão” (Patrício 1988: 71).

No Canto III, já não é apenas Pedro a reclamar a vida de Inês. Quando o féretro se dirige para Alcobaça, a personagem *o velho* afiança que todos ouviram a voz dela, como em vida, a perguntar: “És tu, meu Pedro? Por onde andaste a montear sete annos?” (Patrício 1988: 79). Conferida a palavra a Inês de Castro, segue-se a confirmação do seu novo estado espiritual: “ella nasceu segunda vez: ressuscitou” (Patrício 1988: 81) e agora pertence ao Céu: “vem entre cyrios dia e noite porque é

¹³⁷ Não deixa de ser estranho que o apaixonado Pedro não conhecesse a localização exata do túmulo: precisou de perguntar três vezes à Abadessa a localização da campa de Inês (Patrício 1988: 63).

santa” (Patrício 1988: 80). Aliás, essa ressurreição, assemelhada à de Cristo, já havia sido anunciada por Pedro, no início do drama: “é uma ressurreição (...) como a de Cristo” (Patrício 1988: 29).

Enquanto o saimento continua a sua marcha, “n’uma atmosfera de hypnose que o concentra, como um fresco esmaecido de fantasmas” (Patrício 1988: 83), Pedro revela uma espécie de compensação erótica, fruto da ressurreição atrás anunciada: “é esta, é esta a minha noite. A noite em que a saudade se fez carne (...) As formas despem-se – como as noivas á beira dos seus leitos” (Patrício 1988: 88). Este é também um tempo de ressurreição para D. Pedro: “eu só agora me conheço (...). Eu por mim sinto que vou nascer” (Patrício 1988: 91-92).

Mas esta ressurreição de Pedro fá-lo confrontar-se com a sua pequenez: sem chicote, ícone da sua sede justa, o rei assemelha-se a Martim, o bobo, que aparece em cena sem o habitual guiso. Diz Pedro para o bobo: “estamos na mesma encruzilhada do destino” (Patrício 1988: 96) - um bobo que não faz rir e um rei que não passa, nas suas próprias palavras, de “um pastor doido” (Patrício 1988: 92).

À medida que se aproxima de Alcobaça, a neurose de Pedro acentua-se, o mundo torna-se cada vez mais irreal, mais confuso: “parece que tudo isto é já passado, e ainda aqui vamos... Nem eu sei se Alcobaça ainda existe” (Patrício 1988: 98). Pedro está a ficar sem rumo e sem reino: “o meu reino perdeu-se no nevoeiro” (Patrício 1988: 98-99). Aliás, o Paço Real de Pedro, o verdadeiro, como ele confidenciou a Afonso Madeira, era “uma cova n’um claustro, em Santa Clara” (Patrício 1988: 24). Falta ao rei, agora, o alento da vingança e da saudade. O reencontro com Inês, paradoxalmente, fecha-lhe um ciclo da vida, todo feito rancor e de desforra. E, agora, tal como em vida, não é Pedro quem conduz Inês, mas é Inês quem arrasta Pedro para Alcobaça. Sem rumo, na *encruzilhada* da vida, percebendo que “só por ter cajado tem rebanho” (Patrício 1988: 92), assumindo para si próprio que “o meu reino é o reino da saudade” (Patrício 1988: 87), é um “reino de Amor que abrange a Morte” (Patrício 1988: 24). Ou seja, consumado o reencontro com Inês, Pedro inicia essa necrófila aproximação (com clímax no final do drama) e caminha para a sua própria anulação, para a sua própria morte. Tudo o mais, à sua volta, já está morto: quem o acompanha é “uma côrte de espectros (...) por as estradas d’ um planeta morto” (Patrício 1988: 99).

António Patrício não deixa de introduzir na tragédia uma espécie de coro, morigerador da ilusão em que Pedro faz mergulhar tudo o que o rodeia e que revela, no final de contas, o ponto de vista do dramaturgo. Trata-se da personagem *Frade Velho* que, depois de questionar se não será tudo aquilo “um sacrilégio” (Patrício 1988: 104), atesta a hediondez de Pedro: “forçou [o Bispo da Guarda a declarar tê-lo casado com Inês]” (Patrício 1988: 104); “é o carrasco dos corpos e das almas” (Patrício 1988: 109); é “um rei perjuro (...) que enforca bispos, e os força, por terror, a jurar falso (...) que insulta Roma, e mais ainda, o Deus que o julgará – canonizando a amante n’esta igreja” (Patrício 1988: 110).

O atributo de Rainha e Santa, já atribuído a D. Inês, vai ser confirmado no túmulo de Alcobaça, pelo escultor Mestre António: “não tem só corôa; vêde o baldaquino. Rainha, - e mais ainda: santa, santa” (Patrício 1988: 104). E se o pedido de Pedro ao Papa para canonizar Inês¹³⁸, para o que nunca se tinham visto “razões mais altas nem mais belas” (Patrício 1988: 105) não surtiu efeito, nem por isso o Rei de Portugal arrepiou caminho ao seu desígnio: “Deus sabe, Deus bem sabe que ella é santa. Sabe-o Deus e nós: é tudo, António” (Patrício 1988: 105)¹³⁹.

Neste delírio coletivo, o cortejo chega a Alcobaça, altas horas da noite, “confusamente, - a côrte, fidalgos, e donas, cheios de lama e de fadiga, extenuados” (Patrício 1988: 111), contrastando com o perfil “herto e contente” (Patrício 1988: 111) do tresloucado Pedro, que acaba por expressar essa mesma alegria: “Foi lindo, Affonso” (Patrício 1988: 114). As cerimónias de entronização na capela-mor (coroação e beija-mão) são marcadas para as onze horas da manhã, não chegam a ser *descritas* pelo dramaturgo, mas são antecipadas pelo beija-mão do aterrado e hesitante D. João, filho de Inês e de Pedro, por imposição do alucinado rei: o jovem “beija a Morta. Depois fica imóvel, côr de cera, os olhos vitreos de terror, transido” (Patrício 1988: 113).

Pedro já não é homem nem é rei - a ausência de Inês tinha feito dele “o homem-Saudade, o rei-Saudade” (Patrício 1988: 120). Ultrapassada a saudade com a ressurreição de Inês, que resta a Pedro senão continuar a persegui-la, faminto, como “uma hyena que o cio ensandeceu” (Patrício 1988: 110), conforme as palavras do *Frade*

¹³⁸ Não confirmado pela História.

¹³⁹ No fundo, Pedro até se sentia no direito de canonizar Inês – não tanto pelos atributos místicos da Castro, mas mais pela ascendência aragonesa do trono: como já foi dito, afinal, Pedro era descendente de santos. Para o seu espírito megalómano, nada mais natural do que decidir a continuação da estirpe.

Velho? O êxtase do rei é já um estado erótico-místico que o mundo sensível não pode saciar (talvez só a morte...): a recordação do leito de Inês, em Coimbra, quando Pedro a cingia “quente, semi-nua” [e os seus] “seios arfavam com a luz” (Patrício 1988: 122-123), mistura-se com o repicar dos sinos de Alcobaça - “toca a noivado” [que anuncia] “o primeiro serão da eternidade” (Patrício 1988: 118). Ora, a eternidade pressupõe o fim do mundo físico, pelo menos tal como é conhecido. Convicto de que o amor dos dois “é o princípio e o fim de tudo” (Patrício 1988: 123), o alucinado Pedro reduz a realidade à imagem obsessiva dos seios de Inês: “Os teus seios uniram-se: ei-lo – o mundo” (Patrício 1988: 123).

Nesta simbiose cósmica, em que “o som e a luz casaram-se, fundiram-se” (Patrício 1988: 123), em que resta apenas o ar para voar, Pedro implora: “Oh! Azas... azas... deem-me azas (...) Sinto o vento de luz da eternidade” (Patrício 1988: 123). E, estendendo os braços como asas, cai desmaiado no chão, numa morte simbólica que representa a sua ligação eterna à morta Inês. Curiosamente é neste momento que Afonso Madeira olha estarrecido o cadáver de Inês e, num vazio de hipnose, balbucia: “Ressuscitou!... Ressus...” (Patrício 1988: 124).

Afonso Madeira, o íntimo de D. Pedro, sossega o preocupado Prior e adverte-o da necessidade de guardar silêncio sobre a saúde (física ou mental?) de Pedro: tudo está bem, ninguém mais deve saber o que ali ocorreu, Pedro despertará em breve e continuará a ser, aos olhos de todos, “bailador e monteiro e justiceiro” (Patrício 1988: 125). Resta apenas aguardar um pouco “que elle volte do outro reino” (Patrício 1988: 126), ou seja, do ataque epilético.

5. 4. 3. O texto lírico: referências significativas

No século XX, muitos foram os poetas que se debruçaram sobre os amores de Pedro e de Inês. O tratamento dado ao assunto, tal como aconteceu no século XIX, foi muito variado, embora mantendo a traça lírica característica.

Natália Correia, no poema *Até ao fim do mundo*, tem uma perspetiva algo herética do amor de Pedro, ao relacioná-lo com o primeiro Papa¹⁴⁰. Sobre o Pedro de Inês, ergue-se, não a Igreja, mas o *templo do amor atroz*. Ele é o fogo e ela é o cordeiro

¹⁴⁰ Disse Cristo: “Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja” (Bíblia Sagrada, Mateus, 16, 18).

que há de ser sacrificado, como faziam os judeus, mas agora para aplacar a ira do Amor: “Era pedra e sobre essa pedra / Ergueu-se o templo do amor atroz / Ele de fogo, ela a cordeira / Toda cordura chamando o algoz” (1ª estrofe). A poetisa evoca ainda essa imagem do *Rei-Saudade*, de António Patrício, mas com uma variação: agora, Inês já foi transladada, foi posta a repousar no túmulo de Alcobaça e o rei “o fim do mundo ficou esperando / Aos pés da morta, sua rainha”. A saudade de Pedro, obsessivamente referida no drama do início do século e resolvida com as exéquias em Alcobaça, é, no poema de Natália Correia, alargada para além de Alcobaça, “até ao fim do mundo”.

Miguel Torga, no poema *Inês de Castro*, recupera o mito do amor eterno, embora lhe atribua um matiz algo diferente – aparentemente, apenas o amor contrariado pode tornar-se eterno: “o amor contrariado / Triunfa até da própria sepultura”. Torga (*con*)funde duas relações impossíveis, Pedro/Julietta e Inês/Romeu, para mostrar que elas são eternas exatamente porque são impossíveis.

O poema mais robusto sobre os amores de Pedro e Inês, publicado no século XX, em 1974, é *A Margem da Alegria*, de Ruy Belo. O poema, com quase oitenta páginas, tem uma longa *introdução*, que, através da fixação de referentes situacionais e temporais, vai indiciando o assunto versado, até o explicitar - o amor de Pedro e Inês: “estava-se não sei quando talvez no princípio do mundo / Por outras palavras trata-se de inês e trata-se de pedro” (Ruy Belo 1974: 21). Assumindo frequentemente um tom subtilmente irónico, que é sabiamente conseguido, também, pela utilização do verso longo, mais que epopeico, toca em Camões para vincar a singularidade e excelência do poema que agora dá à estampa: “que tudo o mais se esqueça na presença do mosteiro de santa maria de alcobaça”¹⁴¹. Aliás, a ironia é uma referência em Ruy Belo, quer através da intertextualidade, quer através da evocação de costumes e entidades, quer através da introdução de um certo burlesco na narrativa: “portugueses e espanhóis não os quer deus juntos um dia ver” (Ruy Belo 1974: 22); “inês jamais sonhou ser tão feliz como apagada agora como giz” (Ruy Belo 1974: 23).

O autor identifica-se com “Pedro, esse homem de palavras”¹⁴² (Ruy Belo 1974: 23), “mais triste e mais sozinho quanto mais alegre e rodeado” (Ruy Belo 1974: 23), no que constitui uma clara assunção lírica por parte de Ruy Belo: ele é tão desgraçado e

¹⁴¹ A fazer lembrar “Cesse tudo o que a Musa antiga canta”, da Proposição de *Os Lusíadas*.

¹⁴² *Homem de Palavras* é o título de um livro de Ruy Belo.

infeliz quanto o foi o infortunado D. Pedro¹⁴³. Essa atração pela identificação com Pedro alinha com o discurso labiríntico do poema: “inês diz o poeta ou pedro ou o poeta pedro diz” (Ruy Belo 1974: 56); outras vezes, esta associação de identidades surge através de comparações explícitas, quer entre as duas entidades, quer entre as suas vivências: “ver crescer em pedro como em mim como nalgum jardim / a requintada flor do mais constante amor” (Ruy Belo 1974: 51); outras vezes, o poeta assume a própria identidade de Pedro, interagindo com Inês: “caminhamos [Inês e o poeta] / e há em nossos ombros numerosas folhas” (Ruy Belo 1974: 56). Há ainda momentos em que a voz do poeta e a voz de Pedro se fundem, enquanto sujeitos da enunciação, fazendo extravasar as suas vivências comuns: “também é pétrea a noite para pedro / como de pedra são seus sentimentos e palavras / Lembro a face da terra em que te amei e lembro os / campos madrugadores de coimbra / por onde bem me lembra eu corria a montar” (Ruy Belo 1974: 79).

As emoções do sujeito lírico emergem constantemente pelo meio da evocação das emoções de Pedro e de Inês, tornando claro que, para o poeta, é mais importante espelhar a sua própria desventura e o seu apagamento existencial do que a história daqueles amantes: “Não sei porque assim viste malen triste o meu olhar / se nem já sei chorar e olho por olhar” (Ruy Belo 1974: 33); “o amor morreu (...) abra eu qualquer porta é na noite que entro / e choro o meu verão e choro a minha idade” (Ruy Belo 1974: 37); “a idade conduz-me ao ocaso da vida / quando já nem me guia o mínimo prazer” (Ruy Belo 1974: 38); “abraço-te com força antes da morte (...) adeus regaço de que a custo me despeço” (Ruy Belo 1974: 34).

Neste contexto de centralização do discurso no sujeito poético, é necessário considerar que *A Margem da Alegria* foi escrito entre 1973 e 1974, numa altura em que a literatura, sobretudo a poesia¹⁴⁴, era uma forma de intervenção cívica e mesmo política que, muitas vezes subliminarmente, apelava a uma alteração radical da orientação política do país - *A Margem da Alegria* foi publicada em abril de 1974: “Levanta-te dom pedro sou do teu povo e quero / que enfim justiça neste reino se faça” (Ruy Belo 1974: 67). Cabe aqui interrogarmo-nos sobre o papel da escrita neste país que o poeta

¹⁴³ Nesta tentativa de identificação, Ruy Belo comete algumas imprecisões, como essa de considerar D. Pedro *um homem de palavras* – ele não era *de palavras*, até porque era gago, nem sequer *de palavra*, como referiram os cronistas, a propósito, por exemplo, das promessas feitas em Canaveses.

¹⁴⁴ Como a música e o jornalismo.

tão amargamente retrata: “tudo me sabe mal como este sol ocidental / que morre em Portugal a sua morte mais mortal” (Ruy Belo 1974: 31). Ruy Belo assume claramente que escrever é um ato de compromisso social: perante um certo vazio exterior, algo nihilista, de que o poeta faz eco várias vezes (“portugal / esse reino do nada morte antecipada” - Ruy Belo 1974: 65; “o nada circundante” - Ruy Belo 1974: 71), o poeta atribui à poesia um papel morigerador para a vida integral do homem e para o seu porvir (“vã é a palavra do poeta / se não atenuar a dor da vida e preparar / a serenidade visível na iminência do futuro” - Ruy Belo 1974: 38).

Para além de ser profundamente lírico, *A Margem da Alegria* é um poema solidamente estribado na História, lançando frequentes âncoras referenciais, no sentido de validar a realidade factual:

- Para explicar a existência do Mosteiro de Santa Clara, adquirida “no ano de mil trezentos e vinte seis / para o paço da rainha e para a cerca do mosteiro / onde isabel avó de pedro pouco antes instalara / as primeiras clarissas vindas de zamora” (Ruy Belo 1974: 26);

- Para determinar a ascendência genealógica de Inês, lembrando a “inquirição feita em coimbra em mil trezentos e oitenta e cinco” (Ruy Belo 1974: 26);

- Para tentar dar coerência histórica à ligação com Branca de Castela e ao exílio e regresso de Inês do Paço de Albuquerque, após a morte de Constança Manuel, “única mulher do rei de Portugal / branca filha do pedro [de Castela] / (...) trocada por / inês colo de garça designada / bem cedo desterrada para o burgo de albuquerque / castelo fronteiriço donde após morta constança / pedro contra seu pai fez regressar” (Ruy Belo 1974: 27);

- Para relacionar a revolta de Pedro em relação ao pai com a revolta do pai em relação ao avô: “pedro afrontará afonso que afrontou / seu pai o rei dinis” (Ruy Belo 1974: 63);

- Para referir o dia do assassinato de Inês de Castro, essa “quarta-feira dia sete de janeiro / do ano do senhor de mil trezentos e cinquenta e cinco” (Ruy Belo 1974: 27);

- Para aludir às exéquias de Inês: “inês morta inês sepulta antes na igreja do mosteiro / de santa clara da cidade de coimbra / foi exumada e transladada da maneira mais honrada (...) para alcobaça” (Ruy Belo 1974: 29), etc.

Por outro lado, Ruy Belo tem uma preocupação particular em vincular o poema ao contexto situacional que ele evoca: Coimbra (Mondego, Penedo da Saudade, Choupal, Quinta do Pombal), Marco de Canaveses, Guimarães, Lisboa, Porto, Santarém, e outros lugares que a História determinou como principais pontos de referência da vida de D. Pedro.

O caráter historiográfico do poema *A Margem da Alegria* faz com que Ruy Belo recorra frequentemente ao suporte ideológico de alguns dos principais vultos da História e da Literatura que se debruçaram sobre os amores de Pedro e de Inês: “o fundo ferno lopes diz que tal amor / tão raramente achado entre pessoas” (Ruy Belo 1974: 29); “inês haver sido assassinada / lembrada só depois nas trovas de garcia de resende” (Ruy Belo 1974: 26); “não morre o amor / reconhece ferreira lídimo cantor de inês” (Ruy Belo 1974: 62).

A Margem da Alegria é ainda a confluência implícita da intertextualidade de um sem número de escritores, o que perspetiva a literatura como um *continuum* e faz comungar, no mesmo texto, a polifonia e a policromia das vozes literárias (através de ideias ou frases muito semelhantes já expressas por outros autores): “tenho os olhos tristes (...) por havê-los tu tão tristes visto” (Ruy Belo 1974: 30 [João Roiz de Castel-Branco]); “deambulo nem triste nem alegre deambulo / deixo passos deambulantes em cidades cintilantes” (Ruy Belo 1974: 31 [Cesário Verde]); “havia múltiplas estrelas sobre as barcas belas” (Ruy Belo 1974: 41 [Almeida Garrett]); “e sempre em vão procura a paz da sepultura” (Ruy Belo 1974: 43 [Bocage]); “ele amador é hoje a cousa amada / (...) e consegue ser livre só por ser cativo / do amor” (Ruy Belo 1974: 50 [Luís de Camões]); “poeta português que em sua língua teve / a sua única pátria (Ruy Belo 1974: 62 [Bernardo Soares / Fernando Pessoa]); “na tua carne podre enterro o bico como um corvo / cubro o teu corpo morto não vás tu sentir o frio” (Ruy Belo 1974: 75 [António Patrício]).

Ruy Belo faz uma síntese paradigmática da relação de Pedro com Inês, algo semelhante à visão garrettiana da mulher romântica: “e é assim que inês mais que mulher anjo talvez / se faz a perdição de pedro” (Ruy Belo 1974: 47). A Inês divinizada (“ela era o céu” – Ruy Belo 1974: 41) é também a mulher fatal, “pois ela tem de bela quanto de mortal a bala” (Ruy Belo 1974: 46). A focalização de Inês enquanto mulher-anjo (“os olhos da senhora dona inês serão de um anjo talvez” - Ruy Belo 1974: 61) ou

enquanto mulher-demônio, manipuladora de D. Pedro, essa “mulher / faz o que quer daquele infante forte” (Ruy Belo 1974: 50), agrega, afinal, o essencial das contradições de Inês, resultantes da ignorância, das omissões e das invenções em que, ao longo dos séculos, a História e a Literatura se deixaram enredar.

5. 5. Conclusão

A fantasia popular e a tendência natural da arte para a valorização do amor infeliz acolheram as histórias de Pedro e Inês. O discorrer do tempo encarregou-se de colaborar com a literatura na construção desse edifício de contos e recontos, fixando ecos por vezes contraditórios, interpretando indícios, captando sombras fugazes, registrando remotas possibilidades, criando cenários e traçando temperamentos mais ou menos fantasiosos. E assim, os séculos foram confirmando definitivamente, entre a insegurança da História e a crença na lenda, o mito do amor para além da morte, sobretudo naquilo que ele tem de mais português: a coroação de Inês de Castro, símbolo da legitimação do amor que a uniu para sempre a D. Pedro.

A orientação temática da história de Pedro e Inês não pode ser rigorosamente circunscrita por séculos, desde logo porque os movimentos culturais que motivam a escrita, e a arte em geral, não estão reféns da divisão artificial do tempo em séculos ou décadas. As variações que a literatura regista sobre Pedro e Inês estão mais vinculadas à diversidade de autores e às especificidades dos géneros literários do que à localização num determinado contexto temporal, embora este não seja despiciente.

O essencial do que sempre foi escrito, ao longo dos séculos, acerca do assunto está já cinzelado no século XIV, na mais sumptuosa manifestação da arte funerária portuguesa - os túmulos de Alcobaça –, onde não falta a estátua de Inês coroada rainha. Por outro lado, no mesmo século XIV, D. Pedro declarou solenemente que havia casado com Inês, conforme as crónicas medievais (muito embora os cronistas balanceiem em relação a essa questão). Ou seja: com mais ou menos adornos, as histórias de Pedro e Inês, recriadas ao longo dos séculos, partem dos dados fornecidos pelo século XIV.

Para além do legado do século XIV, os últimos quatro séculos foram profundamente influenciados pela literatura do renascimento português, designadamente no que diz respeito à divulgação do mito do amor inocente e eterno.

Depois do século XVI, os escritores limitaram-se a fazer variações ao tema de Pedro e Inês, introduzindo alterações que, por vezes, roçam o absurdo, no âmbito historiográfico, embora tenham de ser aceites no plano da ficção literária - descrever a cerimónia do beija-mão, como fez Luis Vélez de Guevara, no século XVII, em *Reynar Después de Morir*; imaginar a prisão de D. Pedro ou a existência de uma madrasta invejosa para os infantes, como fez Reis Quita, no século XVIII; apresentar Pedro como um blasfemo, que provoca Deus e se arroja ao direito de invocar a ressurreição de Inês ou sugerindo mesmo o casamento póstumo (embora com interposta pessoa), como fez Henrique Lopes de Mendonça, em *A Morta*¹⁴⁵; descrever o comportamento místico-neurótico de Pedro, como fez António Patrício, no século XX, em *Pedro, o Cru*, etc., são algumas das recriações a que os autores se foram arrojando. Dessas, as mais extravagantes ocorreram no âmbito dos textos destinados a serem representados, onde mais compreensível se torna a existência do dramatismo e da tragicidade.

No que diz respeito ao romance, a questão temporal está bem definida: tendo sido um tema ignorado no século XIX, altura da eclosão do romance histórico, o tema de Pedro e Inês surgiria apenas, no romance português, no século XX. Mas só em finais do século, enquadrado numa visão pós-moderna do mundo, o romance histórico conheceu o seu verdadeiro impulso.

6. A tragicidade de Inês, “Outra”: a amante, vítima e heroína

A vida de Inês de Castro está muito pouco referenciada pela História. Não se sabe ao certo onde e quando nasceu, como não há unanimidade acerca do momento em que se introduziu na corte portuguesa. No entanto, analisadas as fontes disponíveis, parece poder aceitar-se que nasceu à volta de 1325, muito provavelmente na Galiza, sendo executada, em 1355, em Coimbra, por decisão superior de D. Afonso IV, deixando três filhos: João, Dinis e Beatriz, legitimados por D. Pedro. É certo ser filha bastarda de D. Pedro Fernandez de Castro, *O da Guerra*, herói da Batalha do Salado, poderoso fidalgo castelhano, mordomo-mor de Afonso XI de Castela, irmã de D. Álvaro Peres de Castro e meia-irmã de D. Joana de Castro (que viria a ser desposada por D.

¹⁴⁵ No entanto, a deriva mais evidente do autor de *A Morta*, relativamente às crónicas, tem a ver com Afonso Madeira: Henrique de Mendonça omite o relacionamento homossexual de D. Pedro, sugerido por Fernão Lopes, bem como a castração desse escudeiro íntimo de D. Pedro, afirmada pelo mesmo Fernão Lopes, devido à mancebia com Catarina Tosse, esposa de Lourenço Gonçalves, corregedor da corte.

Pedro I de Castela) e de D. Fernando Rodrigues de Castro, influentes e igualmente poderosos fidalgos.

Na corte portuguesa, Inês de Castro foi dama de companhia e íntima de D. Constança Manuel, esposa de D. Pedro, num casamento negociado à força de guerra, seguramente sem o brilho e sem a chama dos noivos. O romance entre Pedro e Inês, “terá começado de imediato, independente do enlace oficial com D. Constança” (Pimenta 2005: 82).

O romance de Inês e Pedro, durante os anos de casamento com Constança¹⁴⁶, quer tenham sido cinco ou mais, pode muito bem não ter ido além de um sublime enleio, à imagem das paixões mais idealizadas dos cânones trovadorescos. O que explicaria, aliás, alguma inércia de D. Pedro na retirada da amada para Albuquerque, cioso de proteger a honra da dona do seu coração, tão ao gosto da mesura trovadoresca.

O papel de Inês para o desequilíbrio do casamento do herdeiro da coroa não está suficientemente referenciado, mas algo muito significativo há de ter acontecido, dado o seu regresso a Castela, ela que privava com Constança, fora madrinha de D. Luís e era favorita de D. Pedro. A leitura das fontes históricas aconselha alguma prudência nesta matéria, tendo Pimenta selecionado as palavras com o maior cuidado, ao referir que D. Afonso IV “terá fomentado uma retirada estratégica de Inês para Castela” (Pimenta 2005: 170), apesar de Fernão Lopes ter referido que D. Afonso IV “hordenou logo de a mandar pera sua tia” [D. Teresa de Albuquerque] (Lopes 1983: 403), esposa de D. Afonso Sanches, pais de D. João Afonso de Albuquerque, seu segundo primo¹⁴⁷.

Parecendo não haver qualquer registo oficial da expulsão formal de Inês¹⁴⁸, é certo que ela ocupava já o coração de Pedro, mas tudo indica que ambos tiveram a

¹⁴⁶ Uns defendem que Constança morreu em 1345, enquanto outros indicam data posterior. O texto de Pimenta, eventualmente um dos mais aprofundados, não é absolutamente claro, embora pareça apontar para 1348-1349: “o nosso biografado [D. Pedro], privado da companhia de Inês de Castro, voltará a revê-la, a partir da morte de D. Constança, o que acontecerá pelos anos de 1348-1349” (Pimenta 2005: 85). Mais à frente, Pimenta parece ser mais objetivo quando diz que “Afonso IV terá fomentado uma retirada estratégica de Inês para Castela, de onde só regressará (1349) após a morte (...) de Constança” (Pimenta 2005: 170). Portanto, ao falar em 1349, Pimenta refere-se à data do regresso de Inês e não à da morte de Constança. Ainda nesta linha de pensamento, Pimenta é mais explícito ao referir que esta *família* (sic) “se constituía pelo nascimento de quatro filhos, o que vem a acontecer entre os anos de 1349 e 1354” (Pimenta 2005: 170).

¹⁴⁷ Ambos são bisnetos de D. Sancho IV de Castela.

¹⁴⁸ O *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, a tragédia *Castro* e *Os Lusíadas* apresentam uma Inês perplexa pela atitude inesperada de Afonso IV e apresentam um rei pouco convicto da decisão de a mandar matar. A eventual repreensão de Afonso IV ao adultério entre Pedro e Inês, em vida de

subtileza necessária para não transformarem os seus (des)encontros secretos em escândalo público. Mas o estatuto de Inês como “a outra”, a amante, já estava assumido¹⁴⁹ e o seu destino trágico já estava traçado e aceite, como o de uma ovelha que segue, cabisbaixa, para o matadouro: quando tomou consciência de que o círculo familiar de Pedro sabia da potencial relação adúlterina de Pedro, “Inês dá o primeiro passo para a morte (...), não quer renunciar (...). Ama de mais e talvez ambicione de mais, também afinal, nem ela mesma conhece a fronteira que separa os dois sentimentos” (Aguiar 2006: 45).

Por essa altura, Constança já devia viver resignada. Há muito tempo, quando foi negociada a sua vinda para Portugal, percebeu que “feliz ou desgraçada, aquele era o seu destino e não estava na sua mão modificá-lo” (Hierro 2003: 43). E do trono, conhecidas as consequências da bastardia do reinado anterior, sobretudo no que diz respeito a D. Afonso Sanches, deve ter saído uma decisão bem ponderada a fim de contornar a possível mancebia de Inês, mas sem afrontar demasiado D. Pedro e, muito provavelmente, sem comprometer a imagem da corte que, então, era tutelada pela figura austera de Afonso e pelo recato de Beatriz. Aliás, até é admissível que D. Pedro tenha tolerado bem essa *retirada estratégica*, promovida pelos reis: por um lado, porque o furioso D. Pedro, antes da irrupção da ira que o caracterizava, era frouxo e o pai tinha uma grande ascendência sobre ele¹⁵⁰; por outro lado, afinal, Albuquerque não ficava assim tão longe, sobretudo se considerarmos que o príncipe era costumeiro em prolongadas viagens de caça. Com diplomática ironia, Diogo Lopes Pacheco, no romance *Inês de Portugal*, lembra a Inês: “o castelo de Albuquerque, onde vos acolhestes, fica tão perto de Portugal. Se vos apartásseis para mais longe, D. Pedro não poderia ir em vossa demanda” (Aguiar 2006: 95).

Inês foi, então, acolhida na Estremadura castelhana, em casa de D. Teresa Martins de Meneses¹⁵¹, esposa de D. Afonso Sanches, pais de D. João Afonso de Albuquerque, seu primo, onde fora criada e de onde, muito provavelmente, saíra para o

Constança, mais do que afirmada pelas fontes, é suposta pelo leitor. Nada explícita que Afonso IV tivesse, anteriormente, repreendido formalmente Pedro ou Inês.

¹⁴⁹ Mesmo que Inês já pudesse ter, nessa altura, um outro estatuto secreto, bem mais íntimo de Pedro.

¹⁵⁰ Mais do que ascendência, o rei era motivo de medo. Fernão Lopes evoca esse mesmo medo, numa situação passada vários anos depois, para justificar o silêncio acerca do casamento com Inês: “este recebimento nom fora exemplado nem claramente sabudo a todollos de seu senhorio em vida do dito seu padre, por temor e reçoço que del avia” (Fernão Lopes 1986: 126).

¹⁵¹ Ou melhor: Teresa Martins de Meneses era prima do pai de Inês (ambos eram netos de D. Sancho IV de Castela).

círculo da coroa portuguesa. O eterno lugar de agravo para Afonso IV havia de ser agora um aliado natural da sinuosa relação amorosa de D. Pedro e, porventura, a continuação dos tormentos ancestrais do filho de D. Dinis.

Inês “só regressará (1349) após a morte (...) de Constança” (Pimenta 2005: 170), pela mão de Pedro, afrontando o pai¹⁵² e assumindo, pública e continuamente, a relação com a Castro, independentemente de terem ou não casado em Bragança. No entanto, este arrojado de paixão parece algo serôdio, dado que não teve o mesmo eco aquando da *retirada* de Inês para Albuquerque. Ou então, desta vez, Pedro estaria mais escudado pelo poder militar dos poderosos Castro e de D. João Afonso de Albuquerque. Ou, quem sabe se a belíssima donzela, modelada em Albuquerque para ser jogada no xadrez da corte, não teria também, voluntária ou involuntariamente, incendiado o coração de D. Afonso IV? A ficção literária não exclui essa possibilidade: “A seguir, o olhar dele [de D. Afonso IV] desceu para o decote [de Inês] e para o abismo tentador do início do peito (...) o rei de Portugal sentiu nas entranhas certas ânsias já esquecidas da juventude” (Hierro 2003: 78-79). Se esta teoria, não fundamentada pela História, tiver algum fundo de verdade, fica muito mais compreensível o afastamento de Inês para Castela, a fim de evitar uma tragédia entre pai e filho. Como também fica muito mais compreensível a atitude de Pedro, quer em deixar partir Inês, para a proteger da luxúria do rei, quer em fazê-la regressar, agora que estava viúvo e capaz de a disputar abertamente.

Fosse como fosse, a invulgar beleza, a graça e a juventude de Inês¹⁵³ certamente fizeram dela uma presa apetecível e uma vítima dos mais inconfessáveis desejos. E, do seu ponto de vista, num contexto em que o destino das mulheres dependia do capricho dos homens, Inês há de ter optado por aquele que mais facilmente podia satisfazer os seus desejos mais íntimos de mulher, ou seja, por Pedro, malcasado e futuro rei.

Consciente ou inconscientemente, provável arma de arremesso contra Afonso IV, manipulada pelos irmãos, por Albuquerque ou mesmo por Pedro, Inês dava corpo à hibris, por interpostas pessoas, que havia de conduzir à sua desgraça. E ela devia estar

¹⁵² Pimenta, citando Nunes de Leão, faz referência aos “desgostos e discordia domestica” entre Afonso IV e D. Pedro, concluindo tratar-se de “problemas gerados pela presença da Castro na vida de Pedro” (Pimenta 2005: 31).

¹⁵³ Deambulando sensualidade por uma corte aparentemente austera e recatada, e, talvez por isso, propícia a impulsos repentinos, perfeitamente enquadráveis no quotidiano medieval.

bem consciente disso: “Para mim, o príncipe é uma fogueira, exerce sobre mim o poder hipnótico do fogo e (...) acabarei ardendo nela” (Hierro 2003: 78).

Inês regressa, então, a Portugal. Pedro, mais uma vez, mostra-se algo temeroso, colocando Inês em locais algo recônditos, como Canidelo e Serra d’el Rei. Ao que tudo parece indicar, só em 1354, já com quatro filhos, instalou Inês em Coimbra, nos Paços da Rainha Santa Isabel, sua avó. Esta última decisão parece ter inflamado o pudor público, sempre cioso de preservar, nos outros, os bons costumes, sobretudo os eclesiásticos, que não mostravam propensão para aceitar a felicidade fora dos cânones que eles próprios prescreviam. E a opinião pública sentia-se ameaçada por

aquela felicidade sacrílega se acoitar no paço que a santa Isabel expressamente declarara só dever servir para alojar pessoas da família real. Ora, D. Inês não era da casa reinante, era uma barregã que estava gozando as delícias da sua mancebia sob aqueles tectos venerandos (Domingues 2002: 177).

Durante tantos anos de vida em comum, não parece que D. Pedro tenha assumido uma posição firme, no sentido de proteger Inês de boatos e malquerenças. Por outro lado, a deambulação quase furtiva pelo país, sem a impor à corte, revela uma Inês desamparada e retrata o caráter de Pedro: ou é sinal de fragilidade ou é sinal de desinteresse. No entanto, o aparente desapego de D. Pedro pode não ser mais do que reflexo da sua presunção egoísta: como o abutre que espreita a presa, quando chegasse a altura de tomar o trono, havia de mostrar ao reino o rigor da sua vontade. Porém, alguma literatura apresenta Inês consciente da sua insignificância e da sua tragicidade, quando afirma:

Estou presa para sempre a este homem e a este amor, a minha vida não é uma vida, é apenas a existência frágil e volátil de uma mulher que vive em pecado, que respira pecado, que dorme com o pecado e que se deixa possuir das formas mais pecaminosas que podem existir” (Pinto 2011: 159).

Embora os registos historiográficos sejam exíguos, não há dúvida de que, entre os dois, ou pelo menos do lado de Pedro e com publicitação brutal depois da execução de Inês, aconteceu uma dessas paixões avassaladoras, lúbricas, que não cabem nos limites da moral pública ou, por outro lado, acabam tragicamente por esbarrar entre si, de tão desmesuradamente crescerem.

A determinação de D. Afonso IV, que mandou executar Inês, apesar das hesitações e do arrependimento duvidoso que lhe são imputados pelos cronistas¹⁵⁴, podem ser a outra face do medo que Pedro teve para não revelar o seu alegado casamento. Com efeito, a violência e a resolução dos problemas pela via mais drástica não eram desconhecidas do pai de D. Pedro, já desde a juventude: o caráter bravo e cruel demonstrado na guerra aberta com o pai, no assassinato do irmão D. João Afonso, na perseguição sistemática a outro irmão, Afonso Sanches, e a execução de Inês podiam muito bem ter-lhe valido e/ou consolidado o epíteto de *O Bravo*, quiçá com mais propriedade do que a destreza militar espelhada nos campos do Salado.

A tragicidade do destino de Inês de Castro entronca, portanto, no perfil violento de Afonso IV. Os medos e os complexos da juventude voltavam a atormentar o espírito do velho monarca: nos filhos da Castro, revia o desconfiado rei os seus próprios meios-irmãos e, no seu neto legítimo, no Infante D. Fernando, revia-se a si próprio. Já no declinar da vida, a matriz psicológica de Afonso IV não podia deixar de imaginar as maquinações dos poderosos irmãos de Inês e a inveja dos filhos bastardos de Pedro pelo franzino herdeiro, D. Fernando. Em *Inês de Portugal*, no momento da execução da jovem mulher, o rei acusa-a não só de enfeitiçar o filho, de pôr o reino em perigo, de impedir que o filho se case outra vez, de fazer perigar a vida do neto, mas sobretudo acusa-a da morte de Constança: “Por vossa culpa, D. Pedro não tem hoje mais que um herdeiro legítimo” (Aguiar 2006: 102)¹⁵⁵. Os conselheiros mais próximos, pelos mesmos motivos ou porque pretendiam salvaguardar a sua própria influência na corte, fizeram o resto.

Se a relação entre Pedro e Inês não tivesse terminado em tragédia, a História e a Literatura não dariam tanta importância a essa paixão que, considerando os seus contornos até à execução de Inês, considerando os intervenientes e feita uma avaliação à luz da época, não foi diferente de muitas outras. O fervor dessa *estranha paixão* foi construído, em grande medida, *post mortem*. Com efeito, não há relatos historiográficos

¹⁵⁴ De facto, esse perfil túbio não se enquadra na imagem que a História nos legou: D. Afonso IV teve sempre, desde a juventude, comportamentos determinados e inflexíveis. Por isso, ganha mais algum crédito a possibilidade de matar Inês como forma de vingar o ciúme que o corroía.

¹⁵⁵ Esta acusação é ambígua, na medida em que pode significar, apenas, que a ausência de outros filhos legítimos se deve à inexistência de outro casamento de D. Pedro, depois da morte de Constança. Ou, então, é a acusação formal da ilegitimidade de Inês e dos filhos.

explícitos do adultério com Inês¹⁵⁶, do repúdio de Constança ou de roturas graves com os reis de Portugal, Afonso e Beatriz.

Os documentos mais próximos dos acontecimentos apresentam Inês como vítima¹⁵⁷, sendo o exemplo mais notório dessa vitimização a história contada na sua pedra tumular, apesar das reservas que se levantam, uma vez que o seu mentor foi D. Pedro. Essa história e os textos de Ayala influenciaram o discurso de Fernão Lopes, o construtor oficial das poucas linhas biográficas de D. Pedro e de D. Inês. Ora, em momento algum, a *Crónica de D. Pedro I*, de Fernão Lopes, tem uma palavra de desprimor relativamente a Inês ou à relação da castelhana com o infante português. Bem pelo contrário, o capítulo XLIV é um hino a essa relação¹⁵⁸, destacando-se “este verdadeiro amor” (Fernão Lopes 1986: 199-200) relativamente aos outros, que são “amores compostos, os quaaes alguuns autores abastados de eloquencia, e florezentes em bem ditar, hordenarom segumdo lhes prougue” (Fernão Lopes 1986: 199).

A imagem de vítima inocente é reforçada na *Crónica de D. Afonso IV*, sobretudo no capítulo LXVII, onde o perigo castelhano é imputado à ambição dos irmãos de Inês e não à mãe dos filhos de D. Pedro. A indignidade da execução de Inês está bem expressa no último parágrafo desse capítulo: o homicídio de Inês “foy auido comtra elRey mais por abominauell crueza, que por seuera nem louuada justiça” (Rui de Pina MMIX: 367). Garcia de Resende, António Ferreira e Camões, sobretudo este último, devido ao impacto universal da sua epopeia, depositam na literatura essa mesma Inês, mártir inocente, reforçando o seu estatuto de heroína trágica. E é esta Inês universal, reflexo de todos os amores universais¹⁵⁹, que assume a sua intemporalidade e a sua matriz mítica, rasgando as fronteiras do espaço e do tempo: ao longo dos séculos, “a figura de Inês de Castro, que a História e a Literatura levaram ao conhecimento de praticamente todos os povos da Europa – e modernamente da América” (Sousa 2004: 11), tem sido abordada, reiteradamente, na escrita, nas artes plásticas, no teatro, no cinema, na música e noutras manifestações artísticas, transformando-se num mito incontornável da cultura universal,

¹⁵⁶ Falamos de “adultério” enquanto relação sexual explícita com Inês, durante a vida de Constança.

¹⁵⁷ A cabeça coroada de Inês não passou de uma compensação para a sua desgraça.

¹⁵⁸ Ou talvez melhor: é um hino ao amor de Pedro por Inês – a reciprocidade de Inês é mais sugerida (por exemplo, pelo nascimento dos filhos, se é que isso é determinante) do que expressa.

¹⁵⁹ Fernão Lopes faz prevalecer o amor a Inês sobre os outros amores universais, entre os quais o amor a Dido e a Adriana (Ariadne?), conforme expressa no capítulo XLIV, da *Crónica de D. Pedro I*.

ao lado de Isolda, de Julieta ou de qualquer outra figura que os amores proibidos, simbiose trágica das contradições humanas, imortalizaram.

Ontem como hoje, somos portugueses, propensos a uma vivência quase bipolar: da ausência de auto-estima, facilmente nos levantamos a construir, euforicamente, uma entidade idealizada que inflama a frustração coletiva. Talvez por isso, Antero de Figueiredo tenha razão quando, no âmbito da mitificação do amor de Pedro e de Inês, afirma: “o coração português sempre avoluma e entenece as grandes histórias de amor em que toca” (Figueiredo 1944: 89).

E assim, feita de enlevo e de excesso, se construiu a história trágica de Inês de Castro, que irradia a sua universalidade e intemporalidade a partir de uma época e de um lugar bem determinados: “passada esta tão próspera vitória”¹⁶⁰ (Camões, C. III - 118, 1), “nos saudosos campos do Mondego” (Camões, C. III - 120, 5). Esta contextualização espaço-temporal bem definida, associada à intervenção dos principais atores do reino (o rei e o príncipe herdeiro), em tensão emocional extremada por uma relação passional incontrolada, humaniza muito mais a relação de Pedro e de Inês, conferindo-lhe veracidade e intensidade mítica. Mas também põe a nu a volatilidade da vida e a tragicidade humana, sempre condicionada por circunstâncias cujo controlo lhe escapa, como confessa a vitimizada Inês ao seu amado Pedro: “o que nós sabemos é que, contra nossa vontade, nos vimos arrastados por um amor, por uma paixão que nos levou ao abismo” (Hierro 2003: 98). Inês, vítima do amor e da entrega, antes de ser vítima dos homens, sabia que a relação com Pedro estava assente no abismo e na irracionalidade das paixões (“o amor é quase sempre contrário à razão” – Domingues 2002: 143), mas também sabia que essa relação não era um crime. Por isso, perante D. Afonso IV, assume os erros resultantes da sua circunstância de mulher apaixonada, mas não compreende os motivos que a condenam à morte: “sou pecadora, mas não sou criminosa. Os meus pecados, conheço-os, porém o crime, senhor? Qual é o meu crime?” (Aguiar 2006: 101). De facto, não havia crime algum e a execução injusta transformou-a, para sempre, em vítima inocente.

Coroada rainha depois de morta¹⁶¹ pelo exacerbado Pedro, Inês ascendeu, por essa via, à mais elevada dignidade da vida terrena. Os anos que passaram desde a

¹⁶⁰ Batalha do Salado, em 1340.

¹⁶¹ Conforme ficou esculpida, para sempre, no Mosteiro de Alcobaça (entenda-se que não estamos a falar de uma coroação efetiva, do cadáver, como a lenda quis fazer prevalecer).

execução até à deposição do seu corpo em Alcobaça são a manifestação visível do amor platónico, arrebatado e obsessivo de Pedro, que quis dizer ao mundo que a amaria para além das fronteiras da morte. E a decisão de construir um outro túmulo, para si próprio, ao lado da sua amada¹⁶², concretiza essa ideia mítica da união na eternidade.

Do ponto de vista mítico, o assassinato de Inês foi condição *sine qua non* para que o amor superasse os limites do tempo. Pela morte, assumida universalmente como injusta, Inês “tomou conta das nossas almas. Libertou-se do casulo carnal, transforma-se em luz, em labareda, em nascente viva (...). Nada é tão incorruptível como a sua morte” (Hélder 1985: 125). E o mito fica definitivamente instalado no mais íntimo das nossas vivências - não fomos nós que escolhemos Inês, foi ela quem se impôs a nós: “serei mártir, serei amada, serei admirada, serei cantada e reconhecida, para sempre serei lembrada neste reino e em tantos outros, por ter sido bela, por ter sido sacrificada, por ter sido mulher” (Pinto 2011: 191).

A Inês que a cultura universal construiu é muito mais do que uma amante arrebatadora: para além da sua estonteante beleza, ela transporta a marca da atração fatal. Por isso é que, muito mais do que Inês, a mãe dos filhos de Pedro é a Castro, a *ruça*, a amante, a feiticeira castelhana que muitos viam com maus olhos. Mas os sentimentos são voláteis e as consciências facilmente tomam piedade pelos desgraçados e pelas vítimas. A execução de Inês, vista coletivamente como um assassinato mesquinho de uma donzela indefesa, imediatamente a transformou em vítima. E de vítima a heroína... foi um passo, sobretudo devido ao comportamento excessivo de D. Pedro: a guerra aberta contra o pai, a declaração de Cantanhede, a pompa da cerimónia da transladação, a coroação da estátua de Inês no túmulo de Alcobaça e tantas outras atitudes de D. Pedro fizeram dele um exemplo quase macabro de loucura e melancolia e fizeram de Inês uma heroína. E talvez por isso se tenha diluído a maior parte do sentimento de rejeição relativamente a essa mulher que, de Castela, poderia ter-se dito, *não traria nem bom vento nem bom casamento*.

Mas o mito concretiza-se ainda mais: “até ao fim do mundo” é o grito vitorioso da permanência do amor sobre a morte. Pedro e Inês ficam juntos, não *até que a morte os separe*, não enquanto um deles mantiver a memória do outro, mas até ao colapso do universo. O mito, mais ou menos universalizado, do amor para além da morte,

¹⁶² Inicialmente, os túmulos estavam lado a lado, com Inês do lado direito de Pedro, como era habitual entre marido e mulher.

transforma-se agora em amor até ao fim do mundo. Ou seja, só o caos, só a negação de toda a realidade poderá pôr fim a tal paixão.

Inês, excessivamente amada, talvez porque excessivamente proibida, fica na História como a “mulher-outra”, a amante de D. Pedro. E, na ambiguidade que resulta das relações paralelas, foi sempre possível descortinar, conforme as circunstâncias e os interesses dos investigadores, a *ruça galega* ou, por outro lado, a amante¹⁶³ indefesa que perfumou a opacidade de um casamento por conveniência, imposto, quer a Pedro, quer a Constança Manuel.

7. Excesso e obsessão de Pedro

Uma análise desapassionada à trajetória de D. Pedro revela vários contornos que não abonam a favor da constância amorosa do futuro *Justiceiro*, fosse por sua iniciativa, fosse por iniciativa de quem decidia por ele.

O primeiro consórcio, com Branca de Castela, deve ter sido verdadeiramente rocambolesco e os contornos desse processo permanecem obscuros. O que sabemos é que D. Branca entrou menina em Portugal, em 1328, com cerca de sete anos, e saiu mulher feita, com cerca de dezanove anos, em 1340, por altura da chegada de D. Constança. Aquilino Ribeiro utiliza um discurso talvez excessivamente cru e virulento para narrar a atitude de Pedro e o conveniente silêncio das fontes:

dados os costumes truculentos da época, lógico era que deixasse a penugem virginal nas garras do abutre. As relações com D. Branca decorreram no silêncio da corte e os cronistas são mudos como peixes. D. Branca rumou ao Mosteiro das Huelgas de Burgos e fez-se freira (Ribeiro 2008: 83).

Descartada D. Branca, as preocupações de Afonso IV, relativamente ao casamento de Pedro, expressas por Rui de Pina e já referidas no capítulo II, poderão ser justificadas, uma vez que a vida de D. Pedro parece ter sido fadada para o excesso, particularmente no que diz respeito à sua intimidade. Afinal, até a caça bravia, de que um bom exemplo pode ser a permanência continuada na região da Touria, era um desafio maior para justificar a masculinidade do sempre insaciado Pedro.

¹⁶³ “Amante” enquanto aquela que se ama, aquela que aceita, consciente ou inconscientemente, anular uma parte da sua vida pública para viver o melhor da sua vida íntima e privada.

É compreensível que D. Pedro tenha sido tão renitente relativamente aos seus casamentos¹⁶⁴, dado o conhecido temperamento extremado e egocêntrico que o caracterizava. Mas, no final de contas, ele sabia muito bem que o seu casamento *oficial*, dada a sua circunstância de príncipe herdeiro, não passava de um acordo de circunstância, potenciador de proveitos políticos, militares e económicos. Os arrebatos da paixão e da alcova seriam compensados, como era prática corrente, pelas mancebas, verdadeiros túteres, sempre disponíveis e sempre disponibilizadas para garantirem influências e vantagens, a si próprias ou a terceiros.

A História assumiu que o romance de Pedro e Inês foi, pelo menos, simultâneo com o casamento com Constança. Aliás, existem sérios indícios de que a introdução de Inês no séquito de Constança foi metodicamente preparada por D. Pedro ou a seu mando. Esta referência é da maior importância, na medida em que ajuda a traçar o perfil de Pedro, um homem afetivamente frustrado e desequilibrado, propenso a instabilidades emocionais, e que essa preparação pode significar que D. Pedro conhecia muito bem Inês, antes de conhecer Constança. Importa não perder de vista que D. Pedro não era tão expedito a aplicar a si próprio o puritanismo inflexível com que mais tarde, quando rei, julgava e condenava os súbditos, mormente nas relações de alcova.

Inês, como já foi dito, foi retirada da corte portuguesa, supostamente por decisão de D. Afonso IV, para evitar a mancebia com D. Pedro. Depois da morte de Constança, estando Inês recolhida em Albuquerque, é trazida de regresso a Portugal a mando de D. Pedro, afrontando o pai¹⁶⁵ e assumindo uma relação pública. Mas Pedro mostra-se, mais uma vez, inconstante e inseguro, colocando Inês em locais algo recônditos, como Canidelo e Serra d'el Rei. Ao que tudo parece indicar, só em 1354, já com três filhos vivos, instalou Inês em Coimbra, nos Paços da Rainha Santa Isabel, sua avó, porventura encorajado pelo estímulo que lhe chegava de Castela. Mas esse estímulo, que o desafiava a candidatar-se ao trono de Castela, ditou a sentença de morte de Inês.

¹⁶⁴ A obstinação de D. Pedro relativamente ao seu casamento está bem referenciada pela crónica, quer em relação a D. Branca, quer em relação a Inês, quer em relação a outras relações que a corte lhe procurou impor, depois da morte de D. Constança. Aparentemente, apenas o casamento com Constança lhe foi mais ou menos indiferente (é bem possível que Pedro, ou alguém por ele, preparasse a vinda de Inês no séquito da noiva).

¹⁶⁵ Pimenta, citando Nunes de Leão, faz referência aos “desgostos e discordia domestica” entre Afonso IV e D. Pedro, concluindo tratar-se de “problemas gerados pela presença da Castro na vida de Pedro” (Pimenta 2005: 31).

A paixão arrebatadora por Inês viveu-a Pedro depois de a ter perdido. Os excessos emocionais que derivavam da sua mentalidade desequilibrada puseram-no “em tanta tristeza, que como danado andava pera perder ho syso e a uida” (Rui de Pina MMIX: 368) e pôs o reino a ferro e fogo. Os desvarios, a violência e a vingança preencheram os seus dias. Revoltado contra o pai e contra os executores da sua maior *pertença*, há de ter tido também uma profunda revolta contra si próprio, como refere pungentemente na tragédia *Castro*: “Eu te matei, senhora, eu te matei. / Com morte te paguei o teu amor” (António Ferreira 1967: 144).

Apesar de imaginado por António Ferreira, este grito lancinante de Pedro, assumindo-se como culpado da execução da sua amada, reflete o arrebatamento psicótico que a execução lhe causou e que foi, afinal, o *leitmotiv* que fez dessa relação um caso de memória eterna. De algum modo, Pedro contribuiu para a execução de Inês, porque, quanto mais não fosse, deu azo à sua exposição e devassa moral e manifestou algum descuido na proteção da mãe dos seus filhos. Já em agonia mortal, Inês denuncia: Pedro “sabe que foi o seu descuido que me condenou à morte” (Pinto 2011:189). Por isso, parte do radicalismo justiceiro de Pedro, enquanto rei, pode muito bem ter resultado de um profundo sentimento de remorso, como, aliás, a escrita sublinhou.

Se Inês tivesse morrido de causa natural, a sua marca na História de Portugal e o seu reflexo na literatura mundial podia muito bem ter sido semelhante ao de Branca de Castela, Constança Manuel, Teresa Lourenço ou Beatriz Dias, ou seja, insignificante. Mas Inês foi assassinada e Pedro, que até aí deve ter tido uma vida bastante descomprometida e despreocupada¹⁶⁶, temperada por caçadas, quezílias com o pai que tardava em deixar o trono e recalcamientos eróticos derivados das relações que o pai lhe foi impondo, aproveitou essa desgraça para definir o seu grande objetivo de vida: gritar como um louco e eternizar o seu infinito amor a uma mulher que agora transformava na sua mais profunda razão de viver. Talvez só o assassinato de Inês fizesse despontar o amor obsessivo de Pedro, talvez só o assassinato de Inês fizesse perdurar o amor obsessivo de Pedro.

Sete meses depois dessa tragédia, na presença sempre temida do progenitor, aplacou a raiva e, assumindo altos poderes próprios de um verdadeiro rei, perdoou

¹⁶⁶ Por exemplo, o facto de ser o único herdeiro possível do trono (a irmã estava casada com o rei de Castela) protegeu-o de participar na Batalha do Salado, como deveria ter feito qualquer honrado cavaleiro.

solenemente os executores de Inês. Mas o tempo encarregou-se de mostrar que esse perdão tinha a durabilidade da vida do pai, o que, aliás, é perfeitamente compreendido por Antero de Figueiredo: “Porventura pode aceitar-se (...) que um medieval amante, louco de amor, perdõe a quem cobardemente lhe persegue e mata a amante adorada? Não” (Figueiredo, 1944: 149).

No capítulo VIII da *Crónica de D. Pedro I*, Fernão Lopes deixa cair uma alusão que vai despoletar a possibilidade de interpretações duvidosas, mas formalmente legítimas, acerca da orientação sexual de D. Pedro. Referindo-se a Afonso Madeira, escudeiro do rei, o cronista afirma que “o elRei amava muito e lhe fazia bem graadas merçees”¹⁶⁷ (Fernão Lopes 1986: 38). O cronista conta que que o dito escudeiro se apaixonou por Catarina Tosse, esposa de Lourenço Gonçalves, corregedor da corte, o que espicaçou a veia justiceira de D. Pedro e, quiçá, conforme podem ser interpretadas as palavras do cronista, despoletou um ciúme cego do monarca pelo seu favorito Afonso Madeira e, posto que “o elRei muito amasse, mais que se deve aqui de dizer, posta adeparte toda bem querença (...) mandoulhe cortar aquelles membros, que os homeens em moor preço tem” (Fernão Lopes 1986: 39). Ou seja, ordenou que castrassem Afonso Madeira por ele ter vivido um caso de adultério. Tal rigor abriu as portas a algumas interpretações acerca de uma suposta orientação bissexual de D. Pedro. Cristina Pimenta não dá particular relevância à questão, defendendo que estas e outras condenações¹⁶⁸ diziam respeito a “ofensas ligadas a problemas de foro íntimo (...) o que pode ter alguma ligação com a sua própria situação de homem colocado perante o drama de lhe terem assassinado Inês” (Pimenta 2005: 92). No entanto, Fernando Bruquetas de Castro, partindo da referência de Fernão Lopes, mas utilizando um discurso arrojado, enumera outras eventuais cumplicidades sodomíticas de D. Pedro, falando em bissexualidade e referindo que o monarca “amou apaixonadamente, apressadamente, todas e todos os que com essa intenção surgiram na sua frente”. Claro que estas questões são generalistas e vagas, mas são fundadas em referências que a História não quis ou não conseguiu

¹⁶⁷ Da longa caracterização apresentada deste Afonso Madeira, resulta a imagem de uma espécie de D. Juan, à escala portuguesa.

¹⁶⁸ Pimenta (2005) refere, por exemplo, a condenação à fogueira de uma mulher que “poinha as cornas” ao marido. Fernão Lopes refere que o dito marido afirmou “que ja o tiinha vingado da aleivosa de sua molher, e do que lhe poinha as cornas” (Fernão Lopes 1986: 41-42).

esclarecer totalmente e, desse modo, permitem toda a espécie de preenchimento discursivo, desde que enquadrável no discurso conhecido¹⁶⁹.

A expressão “mais que se deve aqui de dizer” (Fernão Lopes 1986: 39), referida às excessivas intimidades de D. Pedro e Afonso Madeira, contribuiu para a construção do perfil emocional e sexual de D. Pedro. No contexto desta narrativa, um antimonárquico radical e, portanto, que deve ser interpretado com alguma moderação, refere-se assim ao monarca: “D. Pedro, dado às práticas homossexuais, adúltero, não suportava que se faltasse à moral rígida do 6º mandamento” (Ribeiro 2008: 99). A opinião de Aquilino é corrosiva e a generalidade dos outros autores não chegou tão longe. Mas a verdade é que, apesar de, no *Prefácio* da obra de Aquilino, ter chamado a atenção para o facto de este autor ter utilizado

fundamentalmente as velhas crónicas ou versões já existentes da História de Portugal, mas não se coibiu de exercer, de aplicar uma visão pessoal, irónica, inventiva e bem humorada, que se pretendia crítica e desmistificante (Ribeiro, 2008: Prefácio),

Vasco Graça Moura quis prefaciá-la obra *Príncipes de Portugal – suas grandezas e misérias*, assumindo, conseqüentemente, a ideologia aí contida.

Um outro testemunho, acerca do mesmo assunto, reproduz o texto de Fernão Lopes de uma maneira cáustica e categórica: “teve D. Pedro muito afeto por um escudeiro, Afonso Madeira, de quem gostava tanto que um dia o mandou castrar, por lhe ter sido infiel com uma dama da corte” (Leite 2011:55).

Fernão Lopes mostra ainda alguma perplexidade, relativamente a outra figura próxima de D. Pedro, João Afonso Telo. Diz o cronista: “hordenou elRei de fazer conde e armar cavaleiro Joham Affonso Tello (...) e fezlhe a moor homrra em sua festa, que ataa quel tempo fora vista que Rei nenhum fezesse a semelhante pessoa” (Fernão Lopes 1986: 62)¹⁷⁰. A perplexidade de Fernão continua, logo de seguida, com a sumptuosidade com que tal acontecimento foi celebrado.

Para procurarmos ser mais precisos, lembramos que “em boa verdade, aquele que deteve o cargo mais proeminente junto do rei, João Afonso Telo, seu alferes-mor e

¹⁶⁹ A questão da bissexualidade de D. Pedro é narrada, por exemplo, na *Revista Sábado*, N.º 331, 2 a 8 de Setembro, 2010, pp. 82-83, em referência ao livro de Fernando Bruquetas de Castro.

¹⁷⁰ Ou seja, este João Afonso Telo é, simultaneamente, armado cavaleiro e elevado ao alto grau nobiliárquico de conde. O que, não sendo impeditivo para o rei, é inusitado, pela sua simultaneidade, e parece demasiado repentino. Por outro lado, o cenário de festa descrito parece ser excessivo para tal cerimónia.

seu mordomo-mor” (Pimenta 2005: 173), foi nobilitado à categoria de conde de Barcelos¹⁷¹. Convenhamos, no entanto, que este João Afonso Telo, apesar de tudo, já tinha grande ligação à corte: era filho de D. Afonso Martins Telo, cavaleiro do Salado, e irmão de D. Martim Afonso Telo, mordomo-mor da rainha D. Maria de Castela, irmã de D. Pedro¹⁷². Mas José Mattoso chama a atenção para um aspeto deveras curioso e revelador do estatuto peculiar de Afonso Telo junto da coroa, afirmando que D. Pedro “em 1357, fez conde de Barcelos a D. João Afonso Telo, outorgando-lhe a inédita regalia de poder transmitir o título e direitos por hereditariedade” (Mattoso 1997: 410).

Com um discurso muito mais arrojado, o já referido Fernando Bruquetas de Castro, fala em bissexualidade ou pseudo-homossexualidade, alta neurose, loucura, extravagância, heterossexualidade vivamente acentuada, para sintetizar de seguida:

Para nós, a única coisa que nos importa é que D. Pedro I foi um amante liberal e personagem de uma sexualidade extrema como há alguns outros casos entre os reis que amaram como rainhas. Não lhe devia importar muito quem satisfazia com a sua proximidade nem quem lhe oferecia prazer e se punha à sua disposição. Longe de considerá-lo um doente, cremos que era simplesmente um filho das suas circunstâncias e do seu tempo (Castro 2010: 130).

De temperamento primário, homem de excessos à flor da pele, arrebatado pela perda de Inês, acabou por induzir emoções e comportamentos desequilibrados¹⁷³, não conseguindo manter-se durante muito tempo fiel a esse amor total que, supostamente, lhe deveria ter preenchido o resto dos dias. Fernão Lopes, começando por narrar que D. Pedro não quis receber mulher alguma depois da morte de Inês, acaba por esclarecer, como já foi referido, que o rei teve, de facto, outras relações físicas, designadamente com D. Teresa Lourenço. Ora, ao que tudo indica e o cronista confirma, o futuro Mestre de Avis “nação em Lixboa onze dias do mês dabril, aas três horas depes meo dia no primeiro anno [1357] do seu reinado” (Fernão Lopes 1986: 9). Quer isto dizer que, descontadas as outras relações de que não nasceram filhos, a história com Teresa Lourenço teria começado, pelo menos, pouco depois da morte de Inês. Pimenta, citando

¹⁷¹ Este facto é ainda mais curioso se considerarmos que o título de conde de Barcelos estava reservado para D. João, filho de Inês de Castro, na sequência do acordo entre D. Pedro e Afonso IV, em Canaveses. Ou seja, D. Pedro atribui o condado de Barcelos a João Afonso Telo, no ano em que subiu ao trono (1357), quando esse mesmo condado estava prometido para um dos seus filhos e de Inês de Castro (Pimenta 2005: 174).

¹⁷² Correia [em linha], p. 177 - a genealogia aqui apresentada mostra que, pelo menos do ponto de vista nobiliárquico, não há grandes motivos para a estranheza manifestada por Fernão Lopes.

¹⁷³ Veja-se, por exemplo, a violência com que fustigou algumas terras a norte do Porto, no contexto da revolta pela execução de Inês (que, naturalmente, não tinham qualquer culpa pelo sucedido) ou o requinte da captura e condenação dos seus executores.

Acenheiro, refere os “exageros dos jogos e damas de follgar” (Pimenta 2005: 21) que caracterizavam o monarca.

A expressão, provavelmente algo contida, do cronista “ouve amigas com que dormio” (Fernão Lopes 1986: 9), deve ser entendida em sentido lato, enquanto relações mais ou menos públicas, mais ou menos prolongadas, definindo comportamentos algo continuados. Oliveira Marques afirma que D. Pedro se mostrou “uma figura típica dos fins da Idade Média, meio louco e depravado em moral” (Oliveira Marques 1980: 178). Das “amigas com que dormio”, segundo a expressão de Fernão Lopes, Pimenta refere “outras damas que passaram pela sua vida, como aconteceu com Beatriz Dias e Teresa Lourenço” (Pimenta 2005: 168). Ou outras, uma vez que D. Pedro lavrou no seu testamento que fossem doadas cinco mil libras à sua filha, “que criam no Mosteiro de Santa Clara de Coimbra” (Mota 2011 [em linha]: 118), para o seu casamento¹⁷⁴. Estamos, portanto, perante a revelação de mais uma filha bastarda.

Relativamente a D. Teresa Lourenço, Paula Lourenço diz que “as informações são dúbias quanto à identidade desta amiga e amante de D. Pedro I”. A mesma autora, afirma que “D. Beatriz Dias foi manceba de D. Pedro”¹⁷⁵ (Lourenço 2008: 73), relevando o facto de ela aparecer, no testamento do monarca, logo a seguir aos infantes (Lourenço 2008: 73). Ou seja, independentemente do rigor na identificação destas mulheres, a autora reitera a sua circunstância de amantes privilegiadas de D. Pedro, uma vez que são publicamente assumidas e contempladas no testamento régio.

Quanto a Beatriz Dias, Fernão Lopes refere-se-lhe como “manceba delRei” (Fernão Lopes 1986: 42) e Saul António Gomes, ilustre académico, chama-lhe “concubina” (Gomes 2001: 118), documentando um vasto conjunto de doações de que D. Pedro a fez herdeira¹⁷⁶. Neste como em muitos outros casos, Fernão Lopes, numa referência pouco explicada como essa de Beatriz Dias ser manceba do rei, sem nunca mais fazer qualquer alusão à dita senhora, dá azo a toda a espécie de conjeturas, legítimas na ficção literária, mas que contribuem para traçar um perfil psicológico apenas admissível. Como vemos, a expressão de Fernão Lopes “ouve amigas com que

¹⁷⁴ O valor atribuído pelo rei deve ter sido de “cem mil libras para casamento” (Abayam 1760 [em linha]: 285), o mesmo que o rei atribuiu a D. Beatriz, para o mesmo efeito.

¹⁷⁵ “Beatriz Dias foi manceba de D. Pedro (...) é contemplada no testamento do monarca logo a seguir aos infantes” (Lourenço *et al* 2008: 73).

¹⁷⁶ Quinta de Sarilhos (Ribatejo), Quinta da Lançada (junto a Sarilhos), Quinta de Citrol (Leiria), Lezíria do Galego (Santarém).

dormio ” é muito abrangente: da amiga Teresa Lourenço nasceu D. João e a dinastia de Avis.

Branca de Castela, Constança Manuel, Inês de Castro, Teresa Lourenço, Beatriz Dias e outras “damas de follgar” ajudam a construir um universo de referência que colide com a abnegação e a fidelidade a Inês que preencheu uma certa memória coletiva. Para além dos cronistas, são muitos os autores que colocam Pedro no lugar que parece ser mais consentâneo com a sua vivência medieval: por um lado, a idealização submissa a um amor mais ou menos platónico e cortês; por outro lado, a sofreguidão pelos prazeres físicos mais imediatos e instintivos¹⁷⁷. António Patrício lembra que “El-Rei nosso Senhor tinha mancebas (...). O verdadeiro amor estava na cova, e os outros cá fóra” (Patrício 1988: 81). Mais prosaico, Herberto Helder, defende que Inês era “a sua amante favorita” (Helder 1985: 121).

Note-se, porém, que não está em causa advogar qualquer princípio moralista em relação a esses relacionamentos: era absolutamente normal que qualquer monarca ou qualquer senhor tivessem uma vasta prole, dentro e fora do casamento. O que está em questão é perceber que a paixão de Pedro por Inês é um reflexo dos comportamentos excessivos e um tanto depravados, típicos da época. Essa paixão, despoletada pela beleza singular da jovem castelhana, é sugerida ou revelada ao longo dos séculos, desde Ayala.

Se não tivesse acontecido a manhã de sete de janeiro de 1355, seria muito difícil imaginar o que seria o comportamento do excessivo Pedro nesta relação, em que Inês “lhe deu a provar as delícias do amor e ele ainda não se empanturrou com elas” (Hierro 2003: 81). Mas, à luz da época, deve ter sido uma paixão como tantas outras: uma mulher bonita, uma casa posta, o nascimento dos filhos, as cada vez mais demoradas caçadas a revelar o desgaste do tempo... Mas esta modorra, tão típica das relações nobres medievais, que o passar do tempo poderia muito bem atirar para o recanto da banalidade, foi abruptamente interrompida pela execução de Inês. Agora sim, Pedro, o desequilibrado e insaciável Pedro, sentiu que a perda de Inês, sobretudo porque lhe foi imposta, era a dor maior que alimentaria a excessiva paixão que agora sentia irromper e

¹⁷⁷ D. Pedro foi exatamente isso, um homem dividido entre duas dependências, tipicamente medievais: a dependência que resultava de uma paixão idealizada que não podia perder, sob pena de ficar órfão, e que radicava, também, no temor à divindade, e, em paralelo, a insatisfação de instintos mais ou menos violentos, resultantes da afirmação de uma certa masculinidade enviesada, como comer, beber, acasalar e caçar.

assumia até às últimas consequências. E a modorra inflamou, ganhou vida, alimentou guerras, perjúrios e assassinatos. E o reino foi varrido por uma onda de insânia. Agora, vinda das profundezas do túmulo, com a força das cruzadas impossíveis, mais do que nunca,

é Inês quem o domina [a Pedro] (...), com os seus longos cabelos loiros, o seu peito cheio, as suas ancas ligeiras e afoitas, o seu olhar de cordeiro de Deus que esconde a força e o poder de uma serpente, porventura a mesma serpente com que Eva entrou em conluio para perverter Adão. Inês, com o seu pescoço longo e altivo, com o seu colo de garça, ao mesmo tempo um pássaro, um anjo, uma serpente e um demónio (Pinto 2011: 35-36).

Construído pela História e pela Literatura, esse complexo Pedro, ou infinitamente simples, se conseguirmos sondar a linha que divide a animalidade da espiritualidade e que acaba, afinal, por plasmar o que de mais humano o caracteriza, é um extemporâneo romântico, capaz de declarar Inês como “aquela ovelha mansa, / Inocente, fermosa, simples, casta” (Ferreira 1967: 142), como é também um prostrado adorador medieval, cioso da deidade da dama do seu coração: “foi na hora sagrada em que morreste, que a minha alma nasceu pr’a te / adorar. Até á tua morte – eu só te amava” (Patrício 1988: 119). Pedro é também um alucinado, propenso aos maiores excessos ultra-românticos: a chantagem, perante o rigor do pai, de se tornar cada vez mais criminoso e a ameaça de resgatar Inês com o seu próprio sangue, referidas por Reis Quita; o prazer funesto de morder e remorder os corações dos assassinos de Inês, sentindo o voluptuoso prazer de matar, relatado por Antero de Figueiredo; a convicção de que a Morte chorou quando Inês foi assassinada e que os olhos do próprio Deus ficaram rasos de lágrimas, referido por António Patrício; enfim, a confissão do próprio Pedro, que, ao levantar a pedra tumular de Inês, em Coimbra, elege como seu lar a morte e a sepultura que não hão de tardar - “ergui a pedra do outro paço... do meu lar” (Patrício 1988: 68). No mesmo contexto, num êxtase que ofusca qualquer efusão mais ultra-romântica, Patrício descreve Pedro que, perante o cheiro pútrido do cadáver de Inês, o saboreia no maior enlevo passional, porque ele é “melhor do que as rosas que me deste... Nem o sumo dos pomares de Coimbra... nem o feno ceifado, ó meu amor” (Patrício 1988: 69).

Mas Pedro é, ainda, um desequilibrado, capaz da maior contrição e remorso (“Eu te matei, Senhora, eu te matei” – António Ferreira 1967: 144) e da maior blasfémia (“Não me infundes pavor, Ó Deus que não podeste / Aviventar na terra uma fôrma

celeste / [...] Não mo consentes tu, que tens ciúmes d'ella [de Inês] – Mendonça 1891:187). E é, também, um louco, um descompensado, capaz dos maiores *transfers* psicológicos para tentar compensar o seu carácter depravado e fragmentado – é muito sugestiva a perversidade com que ele (con)funde Isabel Tosse com Inês, coroando esta e possuindo aquela¹⁷⁸: “Quando Ignez repousar no altivo mausoleu, / Que em Alcobaça agora o meu amor lhe ergueu, / E eu lhe cingir no corpo o manto de rainha / E na fronte o diadema, então has de ser [Isabel Tosse] minha” (Mendonça 1891: 200).

Pedro, cuja loucura tinha o tamanho de um “animal sylvestre em epochas de cio” (Mendonça 1891: 54)¹⁷⁹, uma mente complexa ou terrivelmente simples, um homem do seu tempo, dividido entre o temor a Deus e a depravação moral, integrou as qualidades e os defeitos da época bárbara em que viveu e, por isso, não lhe podem ser omitidos os “gravísimos desequilíbrios da sua compleição tarada e as irregularidades do seu mórbido cérebro, ferido, de mais a mais, pelo traumatismo de uma pavorosa catástrofe moral” (Figueiredo 1944: 228). O desejo de ver soltar a cabeça do corpo de um condenado, para ver se conseguia arrancar-lhe ainda mais sangue, descrito por Henrique Mendonça, está perfeitamente em linha com a tortura inflingida aos supostos assassinos, porventura não confirmados, da sua amada.

O eventual casamento de Pedro com Inês, solenemente declarado em Cantanhede¹⁸⁰, é mais um momento de profunda comoção emocional, embora este, pelas suas implicações, designadamente na legitimação dos filhos, constituísse um assunto amadurecido e racionalizado. Aliás, deve ter sido a tensão interior dessa ponderação (ou, por outro lado, a sua pura invenção, a fim de legitimar os filhos e dar largas à dramatização de mais um episódio do seu egocentrismo exacerbado) que levou o monarca a divulgá-lo, segundo as opiniões mais divulgadas, mais ou menos sete anos depois de subir ao trono.

Os excessos e a obsessão de Pedro por Inês podem ser referenciados, mas não podem ser compreendidos, porque, afinal, seja em que situação for, “nada / sabemos do amor” (Júdice 2001: 32).

¹⁷⁸ Esta perspectiva não está muito longe da realidade histórica, se considerarmos, por exemplo, a relação de Pedro com a mãe do Mestre de Avis.

¹⁷⁹ Esta expressão refere-se, no entanto, a Afonso Madeira, o suposto amigo íntimo de Pedro.

¹⁸⁰ Declaração de Cantanhede, em 12 de janeiro de 1360 (Pimenta 2005: 185).

8. Uma referência especial: o romance histórico pós-moderno

No final do século XX, Paul Ricoeur alerta para a diferença entre as *próprias coisas* e as *impressões*, sugerindo condicionalismos interpretativos que escapam ao rigor de uma análise científica:

Aliás, quando narramos coisas verdadeiras, mas passadas, é da memória que extraímos, não as próprias coisas, que passaram, mas as palavras concebidas a partir das imagens que elas gravaram no espírito, como impressões, passando pelos sentidos (Ricoeur 1994: 27, Nota 14).

A produção literária com incidência histórica é fruto de vivências íntimas, resultantes das interpretações da gesta coletiva, e constitui, por consequência, um reflexo decisivo para a determinação das encruzilhadas do passado. Definir um percurso literário de carácter histórico é tão só optar por desdobrar a meada a partir de uma das inúmeras pontas deixadas soltas pela História. Numa conferência na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, nos anos noventa, um vulto da cultura mundial, Mário Vargas Llosa, proferiu as seguintes palavras: “Enquanto historiador, sou obrigado a respeitar a história. Enquanto romancista, não sou obrigado a nada” (*apud* Pinto 2011: 196).

A tese de Vargas Llosa é intelectualmente bem-intencionada, na medida em que, implicitamente, distingue as metodologias da história e da literatura. Assim, o romancista pode alicerçar a sua narrativa em factos e pessoas reais, evocando contextos verídicos ou verosímeis e reinventando cenários, mesmo que simplesmente plausíveis. Porém, é intelectualmente discutível a assunção, pelo romancista, de referências que contribuam para desvirtuar a realidade conhecida, mascarando-a, sob a capa do reconto da *verdade*. O romancista não é *obrigado a nada* apenas a partir do momento em que afirma explicitamente a sua condição de ficcionista, de fabulador, de inventor.

A lúbrica fronteira entre a História e a Literatura reflete-se na dificuldade de traçar os limites e desfazer a ambiguidade do designado *romance histórico* que, diluindo a distinção traçada por Llosa, baralha os conceitos e, no limite, valoriza a ficção com finalidade estética, em detrimento da realidade com finalidade histórica.

É claro que o pouco que sabemos e o muito que ignoramos (Sousa 2005) potencia a necessidade do preenchimento do espaço imenso que as fontes não satisfazem e que a penumbra do tempo não deixa perscrutar. Mas, por outro lado, a incursão romancista na história, com objetivos legítimos, que derivam da sua função

artístico-literária, acaba por desvirtuar os factos, colocando “*sobre a nudez forte da verdade o manto diáfano da fantasia*”, conforme a epígrafe de *A Relíquia*. E mesmo que essa incursão não descambe para a farsa e para o burlesco, como fez Eça de Queirós na obra referida, a verdade é que a História, memória e verdade coletiva possível de um povo, acaba sempre viciada, quando exposta às induções da criação romanesca.

Desta (*con*)fusão entre História e Literatura, resulta a hibridização, crescente e porventura infundável, do romance histórico, levando à necessidade de distinguir variadas matizes: “o romance histórico documental, o romance histórico realista, o romance histórico revisionista, o romance meta-histórico e a ficção meta-historiográfica” (*apud* Delille 2004: 195, nota 10). Esta autora tem ainda o cuidado de referir que estas designações são flutuantes, permeáveis entre si, registando-se formas mistas na atual ficção histórica.

9. O que é a verdade?

Não interessa aqui discorrer sobre o conceito de verdade, em termos absolutos, nem sequer fazer-lhe qualquer abordagem filosófica. O que importa, no âmbito desta reflexão, é tomar consciência da relatividade do discurso da História e, a partir daí, compreender que o romance histórico pós-moderno, por maioria de razão, caracterizado por uma atitude antidogmática relativamente ao conceito de *verdade*, é uma narrativa de possibilidades.

Sendo certo que qualquer acontecimento passado é *verdade*, na medida em que ocorreu num determinado contexto, não deixa de ser menos certo que o relato desse acontecimento não se identifica plenamente com ele, uma vez que está condicionado por variáveis, designadamente pelas circunstâncias subjetivas do narrador¹⁸¹ e do contexto da narração, necessariamente diferente do contexto da ocorrência¹⁸².

Sendo que *acontecimento* e *narrador* são realidades distintas, o narrador é sempre um mediador do acontecido, relativamente ao eventual narratário ou ao provável leitor. Quer isto dizer que qualquer acontecimento transcende a visão de quem o analisa

¹⁸¹ Dessas circunstâncias subjetivas, podemos destacar a sensibilidade, o grau de conhecimento, a capacidade de interpretação e de expressão, etc.

¹⁸² Com efeito, entre o ocorrido e o seu relato, há sempre, pelo menos, a alteração do contexto, o que implica, necessariamente, a existência de desvirtuadores da realidade, muitas vezes impercetíveis: desfoques, ênfases, omissões, etc.

e é sempre filtrado pela sua subjetividade. O relato surge, assim, suscetível de ser contaminado, mesmo contra a vontade do narrador:

Narra-se o que excede o narrador, os acontecimentos cuja autoria é outrem ou, pelo menos, não é o próprio narrador. Mas este narra para interpretar esse excesso, muitas vezes para o dominar, esconjurando sobretudo a desmesura negativa, quer do próprio ato narrativo, que passa a ter uma função catártica, quer no mundo idealizado que daí advém (Gonçalves 2003: 643).

No contexto histórico medieval, esta problemática é particularmente relevante, por variadíssimos motivos: escassez de fontes, tendência para reduzir a História à narração da vida de atores e acontecimentos circunstanciais (sobretudo acontecimentos bélicos), valorização da tradição oral (muitas vezes eivada de contornos míticos), dependência direta do narrador face ao poder que encomenda a História, hiato temporal entre os acontecimentos e a sua narração, etc.

Fernão Lopes, autor de referência obrigatória para a História do século XIV, onde ocorre o assunto principal que aqui nos ocupa, não é imune a qualquer um dos condicionalismos acima apontados. Não quer isto dizer que as suas crónicas não sejam um excecional elemento de referência para qualquer análise da época. Todos os grandes historiadores a ele recorrem, procurando, no entanto, dissecar compreensíveis artifícios panegíricos e retórico-literários que, diga-se em abono da verdade, não são muito significativos.

No entanto, a História foi sempre uma ciência humana. Joaquim Veríssimo Serrão, por exemplo, põe em dúvida alguns dos factos descritos pelos cronistas, designadamente por Rui de Pina, e que são estruturantes da verdade oficial que ainda hoje dominam o imaginário coletivo português:

Não é de crer que D. Afonso IV estivesse presente e que Inês implorasse o seu perdão, invocando os três filhos que eram vergôntes do tronco régio. Custa a aceitar que o monarca se prestasse a um diálogo patético com a mãe dos seus netos (Serrão 1979: 276).

Acontece que esse encontro e esse diálogo são clara e amplamente referidos na *Crónica do rei D. Afonso IV*¹⁸³: estando elRey em Momte Mor ho Velho (...) se veo a Cojmbra, homde ela estaua nas casas do Moesteiro de Santa Crara. Ha qual (...), ho veo

¹⁸³ Aliás, é de salientar que o discurso do cronista não aponta para um “diálogo patético”, ao contrário do que afirma Veríssimo Serrão, mas antes para uma situação perfeitamente aceitável, mesmo nos dias de hoje: a colação entre o acusador e o acusado.

receber a porta. Homde (...) pydyo misericordya e perdão a elRey (Rui de Pina MMIX: 366), como já foi referido.

Que motivos objetivos teria Veríssimo Serrão para duvidar desse encontro, para além da sua opinião pessoal e subjetiva, explicitadas em expressões como “não é de crer”, “custa a aceitar” e “diálogo patético”, muito mais típicas do romance pós-moderno do que da investigação historiográfica? Não será muito mais patética, para não sairmos do mesmo capítulo de Rui de Pina, a atitude titubeante do rei que ora decide matar Inês, ora decide retirar-se e perdoar-lhe, ora lava as mãos e deixa a decisão aos conselheiros?

Noutro exemplo, o que leva Veríssimo Serrão a estranhar a relação de Pedro e Inês? Atentemos nas suas palavras: “ Mas o facto não impediu que uma estranha paixão tivesse unido o príncipe e a dama castelhana, o que não passou despercebido a D. Constança” (Serrão 1979: 275)¹⁸⁴. Um príncipe, uma princesa, um casamento de conveniência e meramente formal, uma manceba: a fonte da *estranheza* do historiador repetiu-se frequentemente na corte portuguesa e pode ser verificada na generalidade das sociedades medievais. Portanto, não pode ser tão *estranha* quanto isso: a proliferação dessas relações de mancebia devia afastar qualquer perplexidade a um investigador tão conceituado.

Estes dois exemplos, apenas indicativos, justificam algumas incertezas dos caminhos da História. A questão de fundo que se coloca é a de compreender os critérios usados pelos intermediários do conhecimento do passado, sejam eles historiadores ou ficcionistas, para construir a *verdade* oficial.

Importante deveras é reforçar que a *verdade* da História é, por vezes, parcelar, moldada por condicionalismos externos aos acontecimentos narrados. E, para além de poder ser parcelar, pode muito bem ser viciada: por exemplo, relativamente ao pai de D. Pedro, Rui de Pina trata assuntos importantes de forma sumária, dilui e omite acontecimentos marcantes, porque “não ficaria bem realçar as manifestações de odiosa vingança praticadas por um monarca de quem se pretendia traçar uma imagem abonatória” (Sousa 2005: 72).

Conhecidos que eram “a *secura* e os silêncios das fontes” (Sousa 2005: 17), assumir o passado sob a forma de escrita, ou seja, institucionalizar a memória, é sempre

¹⁸⁴ Atente-se que Veríssimo Serrão refere-se, apenas, ao relacionamento de que Constança teve conhecimento.

uma tarefa arriscada. Assim, quer a cronística, quer a literatura e as visões literárias, todas elas afastadas do tempo dos factos, todas elas eivadas de convenções estéticas intrínsecas e de compromissos ético-religiosos extrínsecos, acabaram por ter um peso determinante na fixação histórica.

Além disso, esta é ainda uma época muito influenciada pela visão agostiniana do tempo, em que a memória é entendida como o presente do passado. Ou seja, a consciência medieval não faz ainda a distinção entre o presente e o passado, não estando desperta para os anacronismos e para a intervenção crítica que se impõe, sobretudo, com o passar do tempo:

Esta ausência de perspectiva, fazendo com que o passado fosse percebido em termos de presente, numa projeção constante deste naquele, leva a que a diferença seja compreendida através da divinização e da mitificação do desconhecido (Marinho 2004: 352).

Deste modo, não admira a permeabilização entre o relato histórico e o relato mítico, fictício, atribuindo aos acontecimentos e aos homens características que os sobrevalorizam, dada a subordinação ao rei ou ao príncipe que patrocina o reconto do passado e dados até os preconceitos do escritor, juiz em causa própria. Aliás, um pouco mais tarde, em pleno Renascimento, praticamente apenas os feitos heróicos mereceram honras de tratamento literário, se não mesmo histórico - o relato do passado estava, assim, ao serviço do poder. A escrita limita-se então, praticamente, a relatar feitos e qualidades morais de personagens ilustres, ou ilustradas por conveniência, mantendo-se a tradicional enumeração de acontecimentos, ausente de preocupação crítica. Uma certa idolatria e uma certa escrita panegírica, a que não escaparam Garcia de Resende, António Ferreira e Luís de Camões, continuavam a construção dos preenchimentos deixados vazios pelos silêncios da História.

Ora, o *espaço imenso para preencher* não se compadece com a *secura e o silêncio das fontes* (Sousa 2005: 17). Assim, abre-se o caminho à subjetividade da interpretação, à valorização excessiva da tradição oral, à lenda e ao mito, condicionando a *construção histórica*. Então, a memória, o *presente do passado*, entronca, em grande medida, em possibilidades filtradas pela penumbra do tempo, correndo o risco de serem construídas sobre conveniências e (*pre*)conceitos individuais e coletivos.

No que diz respeito à fixação da estória de Pedro e Inês, facilmente constatamos a volatilidade dos *factos* e o meta-preenchimento de lacunas através da ficção literária.

Sendo certas, portanto, as contingências da memória e a ausência de consenso universal relativamente à verdade factual, nem por isso a literatura sai desprestigiada pelo seu contributo para a construção da nossa memória coletiva e para a definição da especificidade da alma portuguesa. Não se pode é deixar de lembrar a contingência dessa memória.

IV – DUAS FICÇÕES SOBRE PEDRO E INÊS

1. Razões da escolha de Agustina Bessa-Luís e de Seomara da Veiga Ferreira

O avanço da linha cronológica não fez esmorecer a proliferação das abordagens ao tema *Pedro e Inês*. Bem pelo contrário, parece que o passar dos séculos tem potenciado essas abordagens, cada uma delas procurando explorar omissões e supostas incongruências que o tempo não conseguiu esbater. E se o chamado romance histórico pode ter desabrochado para a plenitude do historicismo no início do século XIX, sobretudo com Walter Scott¹⁸⁵, não é menos verdade que foi o romance histórico pós-moderno, a partir da segunda metade do século XX, que assumiu a transgressão de questionar, ficcionar e reescrever a História.

Agustina Bessa-Luís é considerada uma das mais consagradas figuras da literatura contemporânea. O romance histórico não constitui o motivo maior para o reconhecimento da sua excelência literária¹⁸⁶, mas as suas *Adivinhas de Pedro e Inês* pontificam nessa vertente da sua obra, revelando-se um bom exemplo da contestação e da transgressão, por vezes bastante questionáveis, do romance histórico pós-moderno. Quando se fala em Pedro e em Inês, é incontornável ouvir o que tem a dizer uma das maiores vozes da literatura portuguesa contemporânea, Agustina.

Seomara da Veiga Ferreira tem formação superior em Ciências Históricas e repartiu a sua vida entre o ensino, a investigação e a publicação em revistas científicas da especialidade. Em simultâneo, transportou para a ficção essa sua formação, tornando-se talvez a maior referência portuguesa do romance histórico pós-moderno¹⁸⁷. *Inês de Castro – A Estalagem dos Assombros* é um espelho do seu irrepreensível conhecimento histórico, que lhe permite trazer até nós a recriação das diversas matizes do quotidiano do século XIV. Ao mesmo tempo, o conflito interior e a angústia das suas personagens, de que a narradora principal é o melhor exemplo, desdobram-se numa atmosfera de

¹⁸⁵ Walter Scott não foi o fundador deste género literário, mas a inovação da sua escrita constituiu a pedra angular para o romance de cariz historiográfico dos autores subsequentes. E, posteriormente, jamais este autor deixaria de ser uma referência para o estudo daquela literatura.

Em certa medida, o romance histórico transformou a História em Literatura, trazendo para o presente a vida quotidiana e as emoções do passado, procurando moralizar os costumes presentes.

¹⁸⁶ Apesar de publicar, entre 1979 e 1987, sobretudo títulos que podem ser integrados no conceito vasto de romance histórico/biografia histórica: *Fanny Owen* (1979), *Adivinhas de Pedro e Inês* (1983), *Um Bicho da Terra* (1984), *A Monja de Lisboa* (1985), *A Corte do Norte* (1987).

¹⁸⁷ A sua notável obra de ficção é constituída pelos seguintes títulos: *Memórias de Agripina* (1993), *Crónica Esquecida d'El Rei D. João II* (1995), *Leonor Teles ou o Canto da Salamandra* (1998), *António Vieira – O Fogo e a Rosa* (2002) e *Inês de Castro – A Estalagem dos Assombros* (2007).

intriga bem marcada, típica do romance. Se à erudição histórica e literária da escritora associarmos o dinamismo da intriga e a narração na primeira pessoa¹⁸⁸, feita pela Rainha Dona Beatriz, teremos certamente reunidas as melhores condições para a concretização daquilo que deve ser o romance histórico. Num tempo caracterizado por uma certa proliferação desenfreada de romances que se arvoram à designação de *históricos*, muitas vezes com o maior despeito pelo rigor documental disponível e pela memória coletiva, outras vezes dependentes da imaginação comprometida e preconceituosa de autores sensacionalistas, Seomara da Veiga Ferreira é um nome a indexar como representante maior do romance histórico português pós-moderno.

Seomara e Agustina, cada uma à sua maneira, não têm a pretensão de revelar a verdade histórica, mas procuram um caminho para unir as pontas soltas do discurso oficial, realçando as emoções individuais das personagens históricas. Ambas carregadas de dúvidas, que confessam explícita e recorrentemente ao longo dos dois romances aqui abordados¹⁸⁹, procuram reconstituir o passado, apresentando novas possibilidades de interpretação para ocorrências duvidosas: Seomara, muito mais comedida e preocupada em mostrar o passado através do olhar humanizado e feminino das suas personagens históricas (o que acaba por trazer à narrativa alguma candura e altruísmo que a História, escrita normalmente por homens e centrada em frias conjunturas conflituosas, nem sempre reconhece); Agustina, muito mais arrojada e disponível para consagrar as suas próprias convicções, por vezes de uma forma desconexa. As duas autoras fazem parte de uma imensidão de vozes que contribuem para que a História se torne mais instável e discutível. Mas, ao contrário do que possa parecer, a consciência do passado sai enriquecida, porque a verdade resulta mais da problematização e do contraditório do que da cristalização da memória de um legado muitas vezes cinicamente construído.

Seomara e Agustina, no que diz respeito à história de Pedro e Inês, retocam a versão oficial do passado, procurando humanizá-lo e empenhando-se em apresentar uma face alternativa para a relação desses dois amantes e para o contexto em que ela se desenrolou. A primeira, em *Inês de Castro – A Estalagem dos Assombros*, através da

¹⁸⁸ A narração na primeira pessoa, sobretudo quando é feita por personagens históricas, valida a narrativa e contribui decisivamente para a reposição da *verdade* histórica - o romance de Seomara tem esta marca distintiva.

¹⁸⁹ Seomara, pela voz dos seus narradores; Agustina, pela sua própria voz que faz questão de não deixar diluir.

focalização interna, de D. Beatriz e de D. Doce, num discurso afetuosos¹⁹⁰, revela uma evidente anuência, relativamente à relação de Pedro e de Inês: manifesta o amor e a compaixão por Inês (“pobre e miserável Inês. Em Portugal não tendes ninguém que vos ame a não ser Pedro. Pedro e eu, Dona Doce, que sinto por ela, apesar de saber tudo, uma profunda piedade” – Ferreira 2007: 60); desculpabiliza a traição matrimonial de Pedro (“D. Pedro, o marido infiel – como se fosse o único” Ferreira 2007: 63); apelida de “escorpiões” os executores de Inês (“mataram (...) uma mãe, mas foi o filho devorado pelo pai” - Ferreira 2007: 84); protege Inês de eventuais ambições (“o meu filho não via que os Castros apenas se serviam da irmã pelo amor e ambição do trono” – Ferreira 2007: 92); mostra o amor filial de Pedro à mãe (“ele adorava a mãe – Ferreira 2007: 101); regista o amor de Inês por Pedro (“ela amou e morreu por isso” – Ferreira 2007: 114), etc. Ou seja: apesar de Seomara apresentar Inês de Castro como um fator de desequilíbrio da estrutura familiar de D. Pedro, não a diaboliza, mas antes a integra no abraço centrípeto que é a paixão, onde somos mais vítimas do que carrascos.

Por outro lado, Agustina, em *Adivinhas de Pedro e Inês*, através da focalização omnisciente, faz brotar um discurso sarcástico, corrosivo e condenatório dos dois apaixonados: segundo Agustina, Pedro, que havia concretizado laços matrimoniais com D. Branca e, provavelmente, com Inês, antes de os assumir com D. Constança, ignora as vinculações “porque há de transgredi-las todas; mito-clã-família-tradições, tudo isso ele vai sacudir dos ombros” (Bessa-Luís 1983: 74); a paixão de Pedro e de Inês é uma “conjuração poética e demoníaca” (Bessa-Luís 1983: 194); D. Beatriz era, para o filho, D. Pedro, “severa e intimidante” (Bessa-Luís 1983: 130); Pedro é um biltre (“como acontece com os homens mais miseráveis (...) o Infante atuava mais como mendigo do que como rei” - Bessa-Luís 1983: 212); Inês é calculista e tenebrosa (“esta Inês (...) foi decerto prodigiosa de malícia e ternas artes” – Bessa-Luís 1983: 235); Inês teria sido colocada na corte portuguesa para dar “início à perversão e à desordem” - Bessa-Luís 1983: 226); “possivelmente ela nunca amou D. Pedro” (Bessa-Luís 1983: 239); Pedro congeminou a morte de Inês (“Pedro desejara, como se deseja o pecado, a morte de Inês” – Bessa-Luís 1983: 126), etc. Ou seja: Agustina, para quem, “no seu sentido

¹⁹⁰ Facilmente constituíramos um campo lexical organizado em torno da palavra *afeto*. Para não sairmos das duas primeiras páginas do texto, registamos as seguintes expressões: “minha querida”; “meiga, quase apaixonada”; “sempre fiel, cuidadosa, presa a mim como uma mãe”; “doces momentos da nossa intimidade”; “minha querida”.

fisiológico, o amor é uma carência que não oferece dificuldade saciar” (Bessa-Luís 1983: 193), faz de Pedro e de Inês dois seres infames, cada um deles à procura da sua egoística, inconfessável e idêntica satisfação¹⁹¹ e que acabam por sucumbir, vítimas das suas excessivas tramas: Inês é assassinada em Coimbra e Pedro morre de “um *flato maligno* (...) que não afasta a ideia de envenenamento” (Bessa-Luís 1983: 230).

Escolher Seomara e Agustina é optar por duas autoras ainda vivas, ambas nascidas na primeira metade do século XX, com uma diferença de idade de apenas vinte anos. E, apesar dessas linhas de aproximação, elas posicionam-se de uma maneira bastante díspar, quer no que diz respeito aos limites da ficção histórica, quer no que diz respeito à fidelidade às fontes disponíveis. Apesar da ficção romanesca, Seomara utiliza uma técnica narrativa que procura espelhar a narrativa historiográfica (por exemplo, a narração é feita pela mãe de Pedro e pela sua aia confidente, quase sob a forma de diário; a datação é da Era de César, utilizada na altura; as referências históricas são coerentes com a cronística; a cor epocal é uma preocupação permanente – nas descrição dos terremotos, nas receitas culinárias, na perseguição aos judeus, etc.). Ao invés, para Agustina, “toda a crónica petrista parece eivada de mentiras” (Bessa-Luís 1983: 67), e a História mente mais do que a Literatura¹⁹². Nestes termos, Agustina tem muita mais facilidade em reescrever o discurso historiográfico, defendendo, por exemplo, que o casamento de Pedro com Inês se realizou antes de Constança chegar a Portugal (“o príncipe tinha desposado Inês Peres antes de contrair matrimónio com D. Constança” – Bessa-Luís 1983: 208), ou sugerindo que o pai de D. Pedro era homossexual (“talvez constasse que Afonso IV, educado na corte dos trovadores alambicados, fosse inclinado aos rapazes” (Bessa-Luís 1983: 226) e, por isso, é que o que mais lhe agradou do espólio do Salado “foi um jovem mouro” (Bessa-Luís 1983: 226). Por outro lado, é típica de Agustina a tendência para doutrinar o leitor, no que diz respeito à História, à Literatura, à Filosofia e à Estética, por exemplo.

Escolher Seomara ou Agustina é, respetivamente, aderir a uma visão ternurenta e, nas suas linhas estruturantes, historicamente ortodoxa ou preferir uma visão sarcástica

¹⁹¹ “Idêntica satisfação” porque, segundo Agustina, “sexo ou dinheiro têm o mesmo significado” (Agustina 1983:194). Ora, no contexto das *Adivinhas de Pedro e Inês*, não parece descabido considerar que a pulsão sexual de Pedro (o infante vive muito da “satisfação de necessidades primárias, como a fome e o sexo” – pág. 116) tem o seu paralelo no desejo de Inês se tornar rainha (ela não resiste a “um capricho desesperado cujo limite só podia ser um trono” – pág. 116).

¹⁹² “Não sei por que se dá mais crédito à História arrumada em arquivos, do que à Literatura divulgada como arte dos poetas. Mentem estes menos do que os outros” (Bessa-Luís 1983: 132).

e historicamente mordaz. Mas estas focalizações paralelas não anulam aquilo que de essencial liga as duas escritoras: no que diz respeito a Pedro e a Inês, ambas confessam que não sabem muita coisa. E esta sinceridade narrativa faz, por um lado, aceitar que os romances não são escritos para explicar a História, mas para a problematizar e, por outro lado, constatar que a visão do romancista (e, quiçá, do historiador) não é mais do que uma proposta para que o leitor interprete e construa o seu próprio legado, a partir de um, por vezes, insondável universo de referências.

2. Inês de Castro – A Estalagem dos Assombros, de Seomara da Veiga Ferreira

Inês de Castro – A Estalagem dos Assombros, de Seomara da Veiga Ferreira, é um romance histórico, verdadeiro retrato histórico da sociedade e da História do século XIV, com primeira edição de 2007.

O romance está dividido em *Livro Primeiro*, constituído por cinco capítulos, em sessenta e quatro páginas de texto, e *Livro Segundo*, constituído por sete capítulos, em quarenta e uma páginas de texto. O *Livro Primeiro* contém as ocorrências referentes à noite do dia seis de janeiro (“esta noite de janeiro, dia 6 de 1393, da Era de César” – Ferreira 2007: 13) até ao início da tarde do dia sete, depois da refeição do almoço de D. Beatriz (“que dia o de hoje! 7 de janeiro” - Ferreira 2007: 69), altura em que ela já está instalada na alcáçova de Coimbra e, para se inteirar dos pormenores ocorridos com Inês de Castro, deseja ver D. Isabel de Cardona, Madre Abadessa do Convento de Santa Clara. O *Livro Segundo* inicia com o avançar da tarde do dia sete de janeiro e a visita da abadessa, que confirma a D. Beatriz aquilo que a rainha já sabia, da conversa que tivera com D. Afonso IV, no penúltimo parágrafo do título/capítulo *Os senhores das sombras* (página 42): Inês estava morta (“E fiquei a saber” – Ferreira 2007: 80 -, diz D. Beatriz). O *Livro Segundo* termina com a descrição das exéquias de Inês de Castro, em Alcobaça, feita por Dona Doce.

Existe depois uma *Cronologia* bastante pormenorizada, em onze páginas, com datação da Era Cristã, entre nove de outubro de 1261 (nascimento de D. Dinis, neto de Afonso X de Castela) e treze de março de 1369 (morte de Pedro, o Cru, de Castela, em Montiel, França, assassinado pelo irmão). Seguidamente, nas *Genealogias*, existem quatro estudos: ascendência e descendência de Dona Inês de Castro; ascendência e descendência de Dona Constança Manuel; ascendência e descendência de D. Afonso IV

de Portugal e de Dona Beatriz de Castela; parentesco existente entre D. Pedro e Dona Inês de Castro. O livro remata com uma *Nota Final*, onde a autora explica a “aparente discrepância da datação”, uma vez que utilizou a datação da Era de Cristo na *Cronologia* (“para cabal compreensão do leitor”), mas, no romance, utilizou a datação da Era de César (“vigente na altura em que a história se relata (...), portanto mais 38 anos sobre a data de Cristo”)¹⁹³. Assim, por exemplo, a narradora D. Beatriz afirma que, “em 1358 (...), em Coimbra, em abril, a 8 de abril” (Ferreira 2007: 29) lhe nasceu o filho D. Pedro; ora, na *Cronologia*, a data em que “nasce D. Pedro, em Coimbra” (Ferreira 2007: 123) é o dia 8 de abril de 1320.

2. 1. Espaço físico e verosimilhança

Inês de Castro - A Estalagem dos Assombros surpreende-nos com uma nova forma de narração da tragédia de Inês, focalizada, sobretudo, a partir do olhar intimista e familiar de D. Beatriz, avó dos filhos de Pedro.

Seomara Ferreira tem uma preocupação especial em contextualizar a ação em espaços muito concretos, o que veicula a intenção de credibilizar o seu romance, inculcando-lhe mais realismo, historicidade e, conseqüentemente, verosimilhança. Assim, uma imensidão de lugares ecoa ao longo da sua narrativa, fixando-nos, ajudando-nos a presenciar a ação e a reconstruir a própria História. O romance apresenta quatro focos espaciais que sustentam a narrativa: Montemor-o-Velho, Coimbra, Lisboa e Alcobça.

2. 1. 1. Primeiro foco espacial: Montemor-o-Velho

O primeiro momento do romance coloca os intervenientes nos arredores de Montemor-o-Velho, a cerca de vinte e cinco quilómetros de Coimbra. Dona Beatriz evoca Montemor para explicar que aí se decidiu o futuro de Inês, em Conselho Real, mas a ação desenrola-se nos arredores daquela povoação e no percurso de regresso a Coimbra.

Esse primeiro foco espacial agrega sobretudo a narração de D. Beatriz a Dona Doce, ou Maria Miguéis, a íntima “anã das confidências” (Ferreira 2007: 12) da rainha, num género de autobiografia que engloba os principais acontecimentos que vivenciou,

¹⁹³ No entanto, é geralmente aceite que a diferença entre a Era de César, ou Hispânica, e a Era Cristã é de trinta e oito anos e onze dias. Muito provavelmente, Seomara Ferreira não considerou os onze dias para não dificultar a compreensão do texto.

desde a sua chegada a Portugal até ao início da manhã do dia sete de janeiro de 1355. Depois de uma espécie de *introdução* designada *As frias cinzas do tempo*, surgem os títulos/capítulos *As palavras sublimes do vento* e *Os senhores das sombras*, até à página 41, do *Livro Primeiro*: “o silêncio impôs-se até Coimbra” (Ferreira 2007: 41), que permitem balizar o espaço físico.

Conforme o primeiro capítulo de *Inês de Castro – A Estalagem dos Assombros*, D. Afonso IV reuniu alguns dos seus mais próximos conselheiros, na alcáçova de Montemor-o-Velho. Na “noite de janeiro, dia 6 de 1393, Era de César”¹⁹⁴ (Ferreira 2007: 13), quando “faltavam cinco ou seis milhas das antigas até Montemor” (Ferreira, 2007: 12), D. Beatriz dirigia-se ao encontro de Afonso IV, numa derradeira tentativa para convencer o rei a mudar o seu propósito de anuir na execução de Inês, profundamente preocupada porque “já era tarde, certamente” (Ferreira 2007: 12). Um pouco mais adiante, D. Beatriz, narradora, encarrega-se de esclarecer o motivo da sua viagem: “ir a Montemor-o-Velho impedir o Conselho de Estado” [de decretar o assassinato de Inês].

Seomara, pelas palavras do monarca, sugere que D. Afonso IV estava a chegar de Coimbra: “É estranho como o tempo aqui melhorou. Em Coimbra chovia, estava uma invernia horrível” (Ferreira 2007: 83). As fontes não explicam os motivos da estadia de Afonso IV em Montemor, sobretudo numa altura em que o rei já estava bastante debilitado. Fosse como fosse, é aí que as crónicas o situam: “estando elRey em Momte Mor ho Velho, comcluidmo já e comsemtimdo na morte da dicta D^a Jnes, acompanhado de muyta gente armada, se veo o Cojimbra, honde ela estaua nas casas do Moesteiro de Samta Crara” (Rui de Pina, MMIX: 366).

E é aí perto que Seomara coloca o início da sua narrativa, não indicando o ponto de origem da viagem de D. Beatriz: é-nos dito que o cortejo parou numa estalagem,

¹⁹⁴ A opção pela utilização do calendário da Era de César contribui para uma maior cor epocal, mas dificulta, ao leitor, a contextualização e, por outro lado, pode provocar algum lapso, nomeadamente da autora. Assim, por exemplo, na página 96, quando D. Beatriz afirma que “foi um ano mau para mim, o de 85, da nossa Era de César... Dois anos decorridos sobre o desaparecimento do *Colo de Garça*, pobre dela”, deveria referir-se ao ano de 95 (1395, ou seja, 1357, da Era Cristã). Aliás, na mesma página, há outra referência incorreta a esse ano de 85, para datar o ano da morte de D. Maria, filha de D. Beatriz (a data correta, Era de César, deveria ser 1395 – D. Maria morreu em 1357, da Era Cristã).

No nosso trabalho, utilizaremos sempre o calendário da Era Cristã, para facilitar a contextualização temporal. Portanto, nesta “noite de janeiro, dia 6 de 1393, Era de César” estamos, afinal, no dia 6 de janeiro de 1355, dia que antecede a morte de Inês.

quando “faltavam cinco ou seis milhas das antigas até Montemor”¹⁹⁵, porque a rainha já estava muito cansada e a noite caía. Constatando que “El-Rei partira já há muitas horas. Mais do que isso. Quase dois dias. Que loucura a minha! Já era tarde, certamente” (Ferreira 2007: 12), a rainha decide desistir da ideia de continuar até Montemor, voltando para trás, para Coimbra, ansiosa por salvar Inês: “Ah, Dona Doce, regressaremos a Coimbra logo que nasça o Sol ou melhor, na hora terça” (Ferreira 2007: 13). Esta alteração de planos, interrompendo a viagem já perto do destino e regressando a Coimbra de madrugada, é bem reveladora da ansiedade e do desespero da avó dos filhos de D. Pedro.

Não sendo essencial, no plano da História, conhecer a origem da viagem da comitiva da rainha (aliás, a esse nível, nem valerá a pena indagar da sua real existência), não deixa de ser importante seguir esse percurso no plano do romance, a fim de sustentar a verosimilhança diegética. Referindo-se à sua própria viagem, refere: “Não pensei, em viagem tão curta, que os físicos me acompanhassem com as suas mistelas” (Ferreira 2007: 31). Esta *viagem tão curta*, apesar de tudo, havia de durar um tempo razoável: por um lado, a rainha estava já muito cansada, antes de chegar e, por outro lado, não conseguiu chegar a Montemor durante o dia. É muito provável que Seomara tenha imaginado que as viagens dos monarcas se tivessem feito a partir de Coimbra, residência habitual da coroa, cerca de 28 quilómetros de distância. A presença do principal físico dos monarcas em Coimbra corrobora esta tese: “Dona Doce, chamai Mestre Isaac” (Ferreira 2007: 46).

A localização espacial da estalagem onde a rainha pernoita fica um pouco mais indefinida quando o narrador refere que, afinal, ficou “ali parada, presa, na estalagem miserável do caminho, a umas léguas de Montemor e outras tantas de Coimbra (Ferreira 2007: 40)¹⁹⁶. Aliás, três ou quatro linhas antes, o narrador afirma que, inicialmente, D. Beatriz se dirigia a Montemor: “Com a pressa de chegar a Montemor, a Rainha nem levava consigo as cortinas de cama de brocado” (Ferreira 2007: 40).

¹⁹⁵ Uma milha terrestre equivale a 1609 metros. No entanto, a milha era inicialmente tomada pela distância de 1000 passos, variando, portanto, de pessoa para pessoa. Por isso, para evitar maiores desacertos, é costume considerar que a milha é uma distância equivalente a 1000 metros. Assim, talvez possamos partir do princípio de que o cortejo parou, mais ou menos, a 6 quilómetros de Montemor.

¹⁹⁶ Somos levados a concluir que a estalagem se situa, sensivelmente a meio do percurso, ou seja, a cerca de 13 quilómetros de Montemor e de Coimbra.

Seja como for, a percepção feminina do perigo e da urgência leva D. Beatriz a retroceder para Coimbra, optando por um percurso alternativo, a velha estrada romana. A rainha aponta a crueldade do destino ao referir que o rei, pouco tempo antes, passara nessa mesma estrada em direção a Coimbra: “Para Coimbra, com a graça de Deus!”, ordenou a Rainha. Para Coimbra pela velha estrada romana, que, horas antes – só o soubemos muito depois -, já El-Rei e o seu séquito tinham percorrido” (Ferreira 2007: 41).

Ao longo desses títulos/capítulos, Dona Beatriz, durante a pernoita na “estalagem miserável do caminho” (Ferreira 2007: 40), evoca outros espaços com significado especial na época, como, por exemplo: Alcanizes, para lembrar o tratado de paz celebrado entre D. Dinis de Portugal e D. Fernando IV de Leão e Castela; Toro, para lembrar o local do seu nascimento e a sua origem castelhana; Trancoso, para referir a sua vinda para Portugal; Aragão, para recordar a importância da Rainha D. Isabel na promoção da paz entre os reinos e para enaltecer a sua figura, fazendo-a descender de grandes figuras das longínquas terras da Alemanha e da Hungria; a corte de D. Afonso X, de Castela, de onde D. Dinis trouxe livros sobre medicina, astronomia e astrologia; Coimbra, Montemor-o-Velho, Gaia, Feira, Porto, Guimarães, Santarém e Lisboa, para narrar a guerra civil que opôs D. Afonso e D. Afonso Sanches, filhos de D. Dinis; Estremoz, para lembrar o local onde se dirigiu a rainha Isabel de Aragão, para evitar a guerra entre D. Afonso IV e D. Afonso XI, e onde ela acabou por falecer de carbúnculo; Salamanca, para localizar o nascimento de Afonso XI, que viria a ser genro de D. Beatriz; Penela e Santarém, para referir lugares onde lhe nasceram filhos; Albuquerque, Bragança, Ouguela, Medelim e Codiceira, para relatar as escaramuças entre D. Afonso IV e D. Afonso Sanches; Valhadolid, Múrcia e Alfaiates, para referir os golpes palacianos de Castela, envolvendo D. Afonso XI, D. João Manuel e D. João, o *Torto*; Coimbra, para evocar o nascimento do filho, D. Pedro, e para contextualizar o aparecimento de Inês de Casto na sua vida; Aljaferia e Saragoça para narrar a fundação do Mosteiro de Santa Clara e o testamento de Isabel de Aragão; Badajoz, para referir a intervenção de D. Beatriz contra a mancebia de Afonso XI com Leonor de Gusmão; Burgos, para referir o nascimento do futuro D. Pedro I de Castela e para relatar que aí se refugiou a *formosíssima Maria*, afrontada pelos maus tratos de D. Afonso XI; Évora, para lembrar o casamento de D. Pedro de Portugal com D. Constança Manuel, por

procuração; Galiza, Badajoz, Lisboa, Guadiana, Porto e Sevilha, para relatar a guerra e o posterior acordo de paz entre D. Afonso IV e D. Afonso XI, por causa de Castela impedir a vinda de D. Constança Manuel para casar com D. Pedro; Algeciras, Gibraltar e Marrocos, para enquadrar a invasão da Península Ibérica, pelos árabes; Andaluzia, Sevilha e Salado, para garantir que, sem o exército português, Castela teria sucumbido aos muçulmanos; Lisboa, para referir o casamento de D. Pedro com D. Constança Manuel.

2. 1. 2. Segundo foco espacial: Coimbra

O segundo foco espacial é Coimbra¹⁹⁷, para onde confluem as personagens que integram os séquitos de D. Afonso IV e de D. Beatriz, compreendido entre as páginas 41 e 90.

No contexto da primeira dinastia, Coimbra não era uma cidade qualquer. Durante séculos, o Paço Real da Alcáçova ou Paço Real de Coimbra era habitação oficial da monarquia, sendo frequente residência da coroa. Foi capital até ao reinado do pai de D. Dinis, foi aqui que este monarca instalou a Universidade, num edifício contíguo ao Paço Real, aqui viveu largas temporadas D. Afonso IV e D. Beatriz, foi aqui que nasceu D. Pedro. Seomara sugere exatamente essa permanência dos reis em Coimbra, ao utilizar o verbo “regressar”, a Coimbra, dos séquitos, quer do rei, quer da rainha: “Senhora, El-Rei a esta hora já dorme e deve regressar cedo” ; “Ah, Dona Doce, regressaremos a Coimbra logo que nasça o Sol” (Ferreira 2007: 13).

Aos pés da alcáçova, na margem esquerda do Mondego, erguia-se o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, reconstruído e protegido pela Rainha Santa Isabel, onde se recolheu depois de enfiar, tomando o hábito das Clarissas, embora sem fazer votos e conservando um estatuto privilegiado, designadamente as suas riquezas. Junto do Mosteiro, erguiam-se os Paços de Santa Ana ou Paços da Rainha, residência para albergar a família real, num local calmo e paradisíaco, como alternativa à natural agitação do Paço Real da Alcáçova. Muito próximos, cara a cara um com o outro, os dois Paços eram, apesar disso, muito distintos: a agitação da vida pública da Alcáçova havia de contrastar com a tranquilidade e o recato dos dias em Santa Ana.

¹⁹⁷ A narração a partir de Coimbra é iniciada na página 41. Na página seguinte, D. Beatriz toma conhecimento da execução de Inês de Castro.

Esta referência à nobre e ilustre cidade de Coimbra da época de Afonso IV ajuda a compreender a sua escolha para residência de Pedro e de Inês. Sendo ou não intencional, a verdade é que, instalando Inês em Coimbra, Pedro dava um sinal claro da importância desta mulher na sua vida pública e, ao mesmo tempo, mantinha alguma prudência respeitosa, ou medo do monarca, não a instalando em Lisboa ou na Alcáçova de Coimbra, espaço de movimentações políticas. Nos Paços de Santa Ana ou Paços de Santa Clara, Inês estava no centro político e cultural de Coimbra, mas resguardada no sossego do Mondego e na privacidade do Mosteiro e das Clarissas. Aparentemente, Pedro poderia agora sossegar um pouco das suas conhecidas deambulações por Canidelo, Atouguia e mesmo Albuquerque, de que o futuro rei já devia estar profundamente agastado, não fosse ele brevemente o herdeiro do trono. Isto não significa que, no contexto de *Inês de Castro – A Estalagem dos Assombros*, fosse pacífica a fixação de residência em Coimbra. Com efeito, a narradora D. Beatriz afirma que “D. Pedro cumpre a ofensa derradeira para o pai, desrespeitando, inclusive, o testamento da Santa avó Isabel: fixa residência no Paço em Santa Clara de Coimbra com Dona Inês” (Ferreira 2007: 67).

Tal como acontecera em relação a Montemor, também o Mosteiro de Santa Clara, onde se materializa a tragédia de Inês, é sobretudo evocado pelos narradores¹⁹⁸, valorizando-se a residência real da Alcáçova de Coimbra. Este espaço agrega o final do título/capítulo *Os senhores das sombras*, bem como *A oração da água que corre* e *O rosto oculto do eterno amor*, do *Livro Primeiro*, durante um período de cerca de três dias¹⁹⁹. É este espaço que enquadra a *introdução* designada *A canção de Lancelot*, bem como os títulos/capítulos *A noite dos escorpiões* e o início de *O grande desvairo ou a palavra secreta das águas mortas*, até à página 90, do *Livro Segundo*.

O indício trágico da presença demasiado madrugadora de Diogo Lopes Pacheco e de Álvaro Gonçalves, “dois fantasmas de brancos como a cal” (Ferreira 2007: 42) provoca em Dona Beatriz o maior temor. Após uma brevíssima troca de palavras entre a rainha e o marido, em que nada é explicitado, mas apenas sugerido, o narrador, para potenciar a insensatez da execução, traz à memória a imagem do lar sagrado da Rainha

¹⁹⁸ Por D. Beatriz e pelo narrador heterodiegético. Por outro lado, D. Beatriz fica a saber, por Dona Isabel de Cardona, Abadessa do Mosteiro de Santa Clara, os pormenores da morte de Inês.

¹⁹⁹ Ou seja, o período que medeia o regresso a Coimbra, dia da morte de Inês, e a partida do séquito real para Lisboa, três dias depois.

Santa transformado em lugar da mais vil justiça dos homens: “Lá em baixo em Santa Clara, jazia o corpo decepado de Inês de Castro, no Paço que servira de lar a Santa Isabel de Aragão”²⁰⁰ (Ferreira, 2007: 42). Este foco espacial encerra com a descrição da reação quase animalésca de Pedro, por causa do assassinato de Inês, que facilmente pode ser identificada como um ataque de epilepsia. Depois de repousar durante várias horas e de ir retomando a consciência de si próprio, do local e da desgraça que o assolou, “voltou a cerrar os olhos e quando de novo os abriu, pausadamente, sem quase gaguejar, apenas disse: «É a guerra». E foi” (Ferreira 2007: 90). Ao longo desses títulos/capítulos, a narradora, D. Beatriz, evoca outros espaços significativos para a sustentabilidade da narrativa, abrindo um pouco o véu para a explicação do título do livro: “nesta alcaçova de Coimbra que é a minha estalagem onde meus assombros me rodeiam, como em todos os outros lugares por onde a minha vida se tem gasto e corrido” (Ferreira 2007: 80). Aliás, já anteriormente Beatriz havia chamado “estalagem de espantos” (Ferreira 2007: 46) ao seu caminho, à sua vida. Para além de Coimbra, D. Beatriz evoca, por exemplo, os seguintes espaços: Lisboa, para recordar o casamento de Pedro e Constança, para descrever a chegada de Inês, que “era uma deusa. E é terrível aquando os deuses descem à terra” (Ferreira 2007: 44); Lisboa é ainda evocada para lembrar os terramotos, as epidemias e o eclipse que se abateu sobre a região, é evocada para lembrar o nascimento de D. Fernando e a morte de D. Constança, dias depois²⁰¹, e é evocada para registar a partida dos reis de Coimbra para Lisboa, três dias depois da execução de Inês; Évora, para lembrar o nascimento da neta, D. Maria, casada com o Infante D. Fernando de Aragão; Serra da Estrela, para referir a confeção de unguentos para as maleitas de D. Beatriz; Galiza, para referir o parentesco entre D. Pedro e D. Inês e a circunstância de Inês ter vindo para Portugal sob a proteção de D. Constança Manuel; Albuquerque, para lembrar a amizade entre os Castro e essa casa senhorial, ambos inimigos da coroa portuguesa, e para referir que D. Afonso IV desterrou para lá

²⁰⁰ Seomara respeita aqueles que foram, talvez, os primeiros registos escritos, relativamente à forma como Inês foi executada, constantes no *Chronicon Conimbricense* - Livro da Noa, já cit.: “decolata fuit Donna Enes”. Normalmente, os cronistas são mais vagos, relativamente à forma como Inês foi executada: “el Rey Don Alfonso su padre fizola matar á la dicha Doña Ines en Sancta Clara dó ella posaba” (Ayala:MDCCLXXIX [em linha], Tomo I: 311); “A quall por isso logo matarão” (Rui de Pina, MMIX: 367).

²⁰¹ Seomara refere: “D. Fernando nasceu em Lisboa (...). Constança passou mal (...) morreu dias depois” (Ferreira 2007: 56). No entanto, na página seguinte, refere: “em Santarém, perante o corpo rígido da minha nora, chorei”. Assim, são criadas dúvidas acerca do motivo e da data da morte de Constança, sabendo-se que está sepultada em Santarém.

Inês de Castro, que já lá havia sido criada; o paço de Albuquerque é também referenciado para confirmar o fortalecimento da relação de Pedro com Inês e a ordem de Pedro para que Inês regressasse a Portugal; Santarém, para lembrar as Cortes de 1340 e para relatar a conversa que tivera com o filho, D. Pedro, dando-lhe conta dos perigos da relação com Inês, que ele negou; as Ilhas Canárias, para lembrar a carta de D. Afonso IV ao papa Clemente VI, a reivindicar a sua posse; Saragoça, Teruel e Exerica para referir a morte da filha, Dona Leonor, casada com D. Pedro IV de Aragão; Guarda, Guimarães e Anços, para referir as honras com que o Infante D. Pedro agraciou D. Fernando Afonso de Albuquerque, neto de D. Afonso Sanches e filho de D. João Afonso de Albuquerque; Campo Maior, para referir que foi aí que Inês, vinda de Albuquerque, após a morte de Constança, foi entregue a D. Pedro e que foi aí que começou a *grande intriga*; Santa Clara, para sugerir que a morte de Inês foi apenas o fim da primeira parte da intriga iniciada em Campo Maior e para apresentar os pormenores da execução de Inês; Moledo, Lourinhã, Atouguia da Baleia, Serra d’El Rei, Canidelo e Vila Nova de Gaia, para recordar o sofrimento de Inês, porque o povo criticava D. Pedro por fazer “maridança” com a *Carasto* e querer pô-la como rainha e para assinalar que foi por aí que nasceram os filhos de Inês; Ásia, Alemanha, França, Itália, Vaticano, Veneza, Messina, Jafa, Londres, Basileia, Zurique, Chillon, Aragão, Barcelona e Cerveira, para narrar a chegada da Peste Negra a Portugal; Bragança, para manifestar a convicção de que o casamento de D. Pedro com D. Inês não se havia realizado, dado que não tinham autorização papal; Paço da Serra, para referir a recusa de D. Pedro desposar outra mulher, depois da morte de D. Constança; Santiago de Compostela, para descrever a peregrinação da Rainha Santa Isabel e a oferta das suas jóias à catedral; Montemor, para narrar os pormenores do Conselho de Justiça que condenou Inês e para ficarmos a saber que o rei e a sua comitiva chegaram a Coimbra antes do nascer do sol.

2. 1. 3. Terceiro foco espacial: Lisboa

O terceiro foco espacial é Lisboa, compreendido entre as páginas 90 e 100: “passaram dois anos, D. Doce. E eu aqui, em Lisboa” (Ferreira 2007: 90), abrangendo o final do título/capítulo *O grande desvairo ou a palavra secreta das águas mortas e O tempo que me resta*, ou seja, até à morte de Dona Beatriz. Morte que é anunciada pelas

suas próprias palavras: “ó senhor, a minha alma está nas vossas mãos! Deixai-me ir, deixai-me ir” (Ferreira 2007: 100).

O terceiro espaço, perspectivado a partir de Lisboa, agrega os acontecimentos narrados por D. Beatriz, entre meados de janeiro de 1355 e 1359, ano da sua morte, focalizando a ação noutros espaços historicamente relevantes: evoca Guimarães e “as cidades ricas como o Porto” (Ferreira 2007: 91) para referir a guerra civil, “a guerra pior de todas: a de portugueses contra portugueses” (Ferreira 2007: 92), que opôs D. Afonso IV e D. Pedro, por causa da execução de Inês de Castro; recorda o acordo de Canavezes; relata a bárbara ascensão ao trono de D. Pedro I de Castela (neto dos reis portugueses)²⁰² e o assassínio coletivo de Toro, chefiado pelo mesmo rei, que levou ao regresso da mãe, a filha de D. Afonso IV e de D. Beatriz, a Portugal; lembra o horror da Peste Negra, nomeadamente em Estrasburgo, e a injusta associação dessa calamidade às maquinações dos judeus; refere a morte da filha, a *formosíssima* Maria, em Évora, e de D. Afonso IV, em Lisboa; dá nota da subida ao trono de Portugal de D. Pedro; relata o tratado de Portugal com Castela que permitiria a repatriação dos assassinos de Inês; antecipa a justeza do reinado de D. Pedro: “amem-no porque ele merece, ele que busca na sua sede de justiça um poderoso lenitivo para a dor e para a desilusão. Será um bom Rei. Vereis. Um bom Rei” (Ferreira 2007: 100).

2. 1. 4. Quarto foco espacial: Alcobaça

O quarto foco espacial, compreendido entre as páginas 101 e 120, tem Dona Doce como narradora. Em carta dirigida ao seu tio, um velho herói do Salado, a irmã confidente de D. Beatriz relata os acontecimentos posteriores à morte da rainha: “Pois, Senhor, meu tio, aqui estou, ao fim de todo este tempo, a contar-vos o que se tem passado” (Ferreira 2007: 101). Aqui é explicitado o tratado de cooperação entre D. Pedro I de Portugal e D. Pedro I de Castela²⁰³, respetivamente tio e sobrinho, é relatada

²⁰² O contexto é aproveitado por D. Beatriz para referir o regresso da filha, D. Maria, a Portugal e para sintetizar a concubinação do genro e do neto: “Afonso XI sacrificou-lhe [a D. Maria] a existência com a cruel e desvergonhada rameira que foi a Guzman e agora o filho [D. Pedro I de Castela] com a Padilla e as que lhe apeteceu” (Ferreira 2007: 96).

²⁰³ A narradora dá ênfase ao desejo dos reis se apoderarem de inimigos que se haviam fixado nos reinos vizinhos, mas refere também a vontade de D. Pedro de Castela transladar o corpo da mãe de Évora para Sevilha, para junto de D. Afonso XI, bem como a possibilidade das ligações matrimoniais de D. Fernando de Portugal com Dona Beatriz de Castela, e dos filhos de Inês de Castro, D. João e D. Dinis, com Dona Constança e Dona Isabel (filhas de D. Pedro de Castela e de Maria Padilla) – mas, como diz a narradora, “sabeis como são os tratados. Estes nunca se consumaram, e já lá vão quatro anos” (Ferreira

a tortura e execução de Álvaro Gonçalves e Pero Coelho, em Santarém, e é lembrada a Declaração de Cantanhede, uma cerimónia que, segundo D. Doce, foi linda, mas fê-la tremer de nervos “ao ver El-Rei colocar as mãos sobre os santos Evangelhos e fazer o juramento sagrado de ter casado com Dona Inês Perez de Castro, em segredo” (Ferreira 2007: 105). Este foco espacial abrange os seguintes títulos: *Eu, Dona Doce, vos conto, senhor; Com estas pedras edificarei um trono eterno; Aqui te espero, meu amor, agora liberto da minha carne*. Mas o espaço evocado é, por excelência, o Mosteiro de Alcobaça, espaço de mitificação dos heróis da intriga, e a narração nuclear é constituída pelas exéquias de Inês de Castro e pela descrição dos túmulos de Inês e de Pedro, estendendo-se a narração até ao fim do romance.

2. 2. Outras formas de utilização do contexto como fator de verosimilhança narrativa

A contextualização espacial, estribada numa datação metódica das principais ocorrências que marcaram o tempo de D. Pedro e de Inês de Castro, contribui decisivamente para a verosimilhança da narrativa de Seomara Ferreira. Mas a autora utiliza muitos outros recursos para fazer visualizar e pormenorizar o contexto. É o que acontece, por exemplo, com a sua preocupação em descrever as mais variadas situações, no sentido de fazer presenciar os acontecimentos, procurando sempre dar-lhes um cunho vincadamente local e epocal:

a) Exteriores - “Finalmente, chegados a Alcobaça, cujo vasto largo em frente do Mosteiro estava pejado de gente, com a solenidade exigida, fez-se a descida do féretro e, em procissão, entraram na Igreja enevoadada pelo fumo dos círios e do incenso” (Ferreira 2007: 119);

b) Interiores - “Três pares de anjos ladeiam a figura da Rainha e um deles segura-lhe a cabeça, como se ela olhasse para cima na direção do Céu. Com D. Pedro sucede a mesma coisa. É tão belo que apetece chorar” (Ferreira 2007: 109);

c) Paisagens - “O sol não morrera ainda na totalidade. As nuvens brancas anunciavam que a noite desceria em breve, mas o nevoeiro passara e, como sucede

2007: 102). E a verdade é que as filhas de D. Pedro de Castela haveriam de casar, respetivamente, com João de Gant, Duque de Lencastre, e Edmundo de Langley, Conde de Cambridge.

muitas vezes nesses fins de tarde de inverno, a luz fazia recortar as árvores no horizonte como se elas tivessem sido desenhadas” (Ferreira 2007: 83);

d) Vestuário - “o fulgor das pedras de prata, cristal e calcedónia que ornamentavam os botões da veste de El-Rei e a sua bolsa presa à cinta, sobre o saio”;

e) Higiene - “Tenho de me ataviar, vestir. Elas [as cuvilheiras] que tragam um pote. Tenho de limpar meus interiores. Estou com a barriga lassa” (Ferreira 2007: 40);

f) Culinária - “Senhora, tendes peixe fresco, lampreia, que ainda hoje veio, de madrugada, pelas mãos do almoxarife do pescado, e vaca picada, hortaliças (...). Um cheiro doce a ervas de iguarias encheu o aposento. Cravo e açafraão para o coelho, Senhora (...). Quereis tigelada de leite, Senhora?” (Ferreira 2007: 70);

g) Clima - “o tempo alterou-se. Sabeis, no Norte, como é. De repente neblina, chuva, frio, mesmo em pleno Verão. Bispos, fidalgos, todo o pessoal se aconchegou na fila de vinte carroças no regresso a Trancoso” (Ferreira 2007: 15-16);

h) Fenómenos meteorológicos - “Houve tremores e terremotos. Se o sismo da noite de Natal, seis anos antes, fora assustador, em Lisboa, o do ano da morte do Infante Luís ainda foi mais violento (...). Terramotos, agonias, pestes, eclipses em que o Sol desaparece e nos deixa a noite dos maus agoiros” (Ferreira 2007: 54);

i) Calamidades - “A Grande Peste. (...) Os mortos amontoavam-se pelas ruas... Começava-se com febre, o corpo com bubões negros, que vertiam pus e pegavam uns aos outros, nas famílias, nos vizinhos” (Ferreira 2007: 64).

Estas frequentes descrições são um testemunho histórico valiosíssimo, revelador do cuidado colocado por Seomara na revelação fiel dos contextos em que inscreve a ação.

É certo, portanto, que o espaço físico está largamente explícito e documentado no romance, com enquadramentos espaciais muito objetivos, verificáveis e historicamente relevantes. Como exemplo, em síntese, no capítulo *Os Senhores das Sombras*, visualizamos apontamentos relativos à guerra entre Afonso IV e o genro, Afonso XI, onde podemos percecionarmos a descrição do alastrar das escaramuças, com “roubos, incursões, incêndios, populações inteiras sacrificadas” (Ferreira, 2007: 37), sendo também muito claros os teatros dessa guerra e os lugares de organização das hostilidades: Galiza, Badajoz, Lisboa, Porto, Guadiana, Estreito de Lepe... São também nomeados alguns dos principais intervenientes nessa contenda, tornando o quadro mais

realista e historicamente mais fundamentado: D. Afonso IV; D. Pedro, Conde de Barcelos, irmão do rei; Gonçalo Camelo; D. Vasco Martins, Bispo do Porto; D. Gonçalo Pereira, Arcebispo de Braga; D. Frei Estêvão Gonçalves, Mestre da Ordem de Cristo.

No entanto, este espaço, mais do que a confluência das coordenadas de latitude e de longitude, ou seja, mais do que um espaço físico que, diga-se em abono da verdade, por vezes é difícil de localizar objetivamente²⁰⁴, mais do que um espaço físico, dizíamos, assume contornos de enquadramentos de natureza social e de natureza psicológica.

O espaço psicológico é o labirinto das emoções, das divagações, dos pensamentos mais íntimos, muitas vezes inconfessáveis. As narradoras principais, Dona Beatriz e Dona Doce, são as personagens que melhor traduzem esse universo emocional, caracterizado por reflexões intimistas, anseios e frustrações. A rainha, confidenciando com Dona Doce, numa relação dialógica muito mais próxima do monólogo do que do diálogo, tem um papel multifacetado, revelando aspetos do contexto epocal, assumindo um ponto de vista e filtrando a realidade pela sua sensibilidade feminina:

a) Na apresentação de pormenores da História de Portugal - “Em 1353 da nossa Era de César nasceu-me o primeiro filho varão. O meu casamento consumara-se, quando fiquei preta e, cinco anos antes, já me nascera uma menina. Foi uma loucura, uma alegria quase inumana” (Ferreira 2007: 37);

b) Na apreciação de pormenores da História de outros reinos peninsulares - “D. Pedro de Castela (...) casou há dois anos com Dona Branca (...) mas já tem uma amante [Maria Padilla] (...) se livrou também da Padilla para casar com uma Castro, a Dona Joana” (Ferreira 2007: 49);

c) Na caracterização de personagens - “D. Pedro chorou [a morte de Constança], é verdade. Pelo menos chorou (...). No fundo do olhar, a luz de uma grande libertação. Estava livre” (Ferreira 2007: 56);

d) Na aceitação da paixão de Pedro e Inês - “eu compreendo o meu filho, o meu desgraçado Pedro e aquela Inês desafortunada cuja memória, se o destino o permitir, será apenas uma cicatriz, uma fronteira, um nada” (Ferreira 2007: 24);

²⁰⁴ Por exemplo, não conseguimos traçar com clareza o percurso da viagem de D. Beatriz até Coimbra.

e) Na defesa da dignidade genealógica de Inês, corrigindo o estigma da bastardia que lhe era habitualmente associado - “Aquela galega... Senhor, meu esposo, ela também descende de D. Sancho IV de Castela como eu” (Ferreira 2007: 63);

f) Na revelação de pormenores da relação conjugal com D. Afonso IV - “Em que cada vez que nos uníamos, eu e El-Rei rezávamos para que o Senhor nos apoiasse, e lá veio, em 64, D. João, o Infantezinho que só viveu um ano” (Ferreira 2007: 30);

g) Nas certezas do amor e da fidelidade do marido - “D. Afonso ama-me e nunca me traiu” (Ferreira 2007: 20);

h) Numa certa ingenuidade conjugal - “Todos os reis – menos ele [D. Afonso IV] – tinham mancebas” (Ferreira 2007: 63);

i) Na desculpabilização dos erros dos entes queridos, designadamente do filho - “D. Pedro, o marido infiel – como se fosse o único” (Ferreira 2007: 63).

Mas é, porventura, o espaço social do século XIV aquele que mais sensibiliza Seomara, trazendo até nós negociações, distrações, enquadramentos culturais, credences, costumes, etc.:

a) Serões - “À noite, nos nossos aposentos, escutava-se o canto dos jograis e as histórias de cavalaria e dos amores, os jogos de dados, que as leis proibiam, mas vá lá... a leitura dos poemas de D. Dinis, as trovas de amor” (Ferreira 2007: 50);

b) Negociação de casamentos - “Pois, minha querida, para o Tratado, eu com Dona Constança fomos moeda de troca” (Ferreira 2007: 15);

c) Construção de equilíbrios políticos - “Tratava-se de preparar a paz e dois casamentos para a cimentar: o meu e o da filha d’El-Rei D. Dinis e da Santa Rainha que veio de Aragão” (Ferreira 2007: 14);

d) Institucionalização da mancebia - “amava o marido que – Deus lhe perdoe [a D. Dinis] – foi sempre infiel e lhe encheu a casa de bastardos que ela [Isabel de Aragão] aceitou” (Ferreira 2007: 19);

e) Guerras pela sucessão - “A guerra rebentou em 1357 e durou cinco anos entre o pai e o filho”²⁰⁵ (Ferreira 2007: 28);

f) Intentonas e golpes palacianos - “Aos 14 [Afonso XI de Castela] assume o trono de Castela, por cima de todas as dissensões e guerras de poder, intrigas, fugas dos opositores para Portugal” (Ferreira 2007: 29);

²⁰⁵ Guerra civil entre o futuro rei D. Afonso IV e o pai, o rei D. Dinis, entre 1319 e 1324, da Era de Cristo, por causa das ambições ao trono do filho bastardo do rei, D. Afonso Sanches.

g) Informação e espionagem - “Um dos correios ouviu ainda parte desta conversa e relatou-a ao Infante e contou como viu Dona Inês chorar. Não conseguiu D. Pedro, também, conter a fúria. Se odiava o pai, ainda passou a odiá-lo mais” (Ferreira 2007: 61);

h) Desmistificação de crendices e bruxarias - “O que pode a crendice humana. Acreditar em bruxas! Elas que até comem gafanhotos e, com as suas patas esmagadas de mistura com sangue de bode, dizem que curam a lepra” (Ferreira 2007: 55);

i) Preconceitos raciais - “Os Judeus foram acusados do Mal [da Peste Negra] e mortos aos milhares. Como sempre (...) os Judeus também morriam dos bubões como as outras pessoas, nada convencia as populações da sua inocência” (Ferreira 2007: 64-65);

j) Suplício dos executores de Inês - “Quando os prisioneiros chegaram ao Paço de Santarém, (aquele que D. Afonso III mandou restaurar), no largo, onde se erguia o cadafalso e os instrumentos de punição, o seu aspeto era horrendo” (Ferreira 2007: 103).

2. 3. Organização temporal e coerência narrativa

O romance abarca um segmento temporal que vai desde 1297²⁰⁶, da Era Cristã, até 1362, ano da trasladação dos restos mortais de Inês para Alcobaça. O tempo cronológico do romance, de sessenta e cinco anos, está longamente documentado por meio de informantes, designadamente na datação criteriosa dos acontecimentos, de que, para exemplo, registamos apenas o início e o fim desse tempo histórico, registado pelas narradoras, D. Beatriz e Dona Doce, respetivamente: “Foi em 1335²⁰⁷, em setembro. Ah, Dona Doce, eu nascera apenas há quatro anos...” (Ferreira 2007: 14); “Em julho de 1396²⁰⁸ D. Pedro de Castela enviara a Portugal já três embaixadores (...) para firmar o tratado (...) e já lá vão quatro anos” (Ferreira 2007: 102).

Fora desse universo temporal, Dona Beatriz faz também uma ou outra previsão relativamente ao futuro, a um tempo posterior à sua própria existência: “Já existe uma lenda sobre um dos filhos de D. Pedro, de um de nome João, que um dia será Rei de Portugal. Foi uma mulher de virtude que o confidenciou a meu filho” (Ferreira 2007:

²⁰⁶ Data do Tratado de Alcanizes e da vinda de D. Beatriz para Portugal, para casar com o futuro D. Afonso IV.

²⁰⁷ Ano de 1297, da Era Cristã.

²⁰⁸ Ano de 1362, da Era Cristã.

98). Alguns factos ocorridos antes do Tratado de Alcanices são referidos como evocações, para estribarem a coerência narrativa: “Dona Isabel nasceu em Aragão, como sabeis, neta do *Conquistador*, D. Jaime, e de Dona Violante, Senhora da mais alta estirpe” (Ferreira 2007: 17).

O tempo cronológico é reorganizado pelos narradores, dispensando o processo da linearidade e alterando a linha sequencial do tempo, sendo o tempo do discurso, portanto, caracterizado por permanentes anacronias. Essas alterações da ordem temporal são, por vezes, muito vincadas, como acontece na seguinte analepse²⁰⁹: “Vim tamanhinha para este reino. Tão menina, tão inocente! Meu sogro, El-Rei D. Dinis, que foi o maior poeta do seu tempo, deslocou-se a Alcanices” (Ferreira 2007: 14). Ainda no âmbito desta manipulação da ordem temporal, ocorrem também as prolepses, algumas igualmente bastante vincadas: “Já existe uma lenda sobre um dos filhos de D. Pedro, de um de nome João, que um dia será Rei de Portugal” (Ferreira 2007: 98).

O tempo do discurso está bastante condensado. Assim, a amplitude temporal do tempo da ação, referente a várias décadas, está concentrada, sobretudo, nos dias seis e sete de janeiro de 1355, data da execução de Inês de Castro, através de um ritmo narrativo caracterizado por múltiplas anisocronias. Deste modo, é muito frequente a utilização do resumo e do sumário que conferem à narração um ritmo muito rápido: “O ano passado Beatriz faleceu, com os seus 10 anitos. Do peito. Era fraquita. Receei que tivesse pegado a doença ao primo, mas não. Fernando está bem” (Ferreira 2007: 98). Ocorrem também frequentemente as elipses, com omissão dos acontecimentos do tempo cronológico: umas são mais suaves (“Passaram três dias após a tragédia de Santa Clara” - Ferreira 2007: 88), enquanto outras são mais vincadas (“Passaram dois anos, Dona Doce. E eu aqui, em Lisboa, a olhar o horizonte” - Ferreira 2007: 90). Esta forma de narração evita, naturalmente, os lapsos históricos de mais difícil preenchimento, continuando a manter a sua ocultação.

Por outro lado, vale a pena referir que, apesar do ritmo narrativo ser muito rápido, designadamente porque abarca acontecimentos de um tempo histórico bastante vasto, os narradores, sobretudo D. Beatriz, alongam o tempo do discurso, através de comentários, considerações e reflexões, introduzindo na narração uma espécie de pausas, tornando o discurso aparentemente dispersivo: “Já me perdi. Ah, estávamos em

²⁰⁹ São aqui evocados acontecimentos ocorridos em 1297 (Era Cristã). Sendo que o tempo presente da narradora é o ano de 1355, D. Beatriz, faz, portanto, um recuo temporal de 58 anos.

95, em maio” (Ferreira 2007: 98). Mas também verificamos facilmente este estilo dispersivo na narração de Dona Doce: “Já me perdi, com isto tudo! Vou descansar um pouco. Mas, antes, quero escrever-vos o que El-Rei disse, alto, quando viu o fim da obra de Dona Inês, do seu túmulo” (Ferreira 2007: 112). Esta forma de narrar serve quase sempre para apresentar ocorrências que ajudam a compreender a diegese, contribuindo também para a vivacidade dialógica.

O tempo meteorológico em que a ação é contextualizada caracteriza aquele início de mês de janeiro de 1355 e acompanha o ambiente pesado da desgraça que parece abater-se sobre Inês: “O frio tolhe-me. A chuva, diluvial, cai em bátegas fortes e eu sinto-me febril (...). Estamos no início da noite. Por volta da hora prima teremos dormido o tempo suficiente e talvez o temporal acalme entretanto” (Ferreira 2007: 12-13). Mas a narradora é ainda mais explícita e faz comungar esse tempo meteorológico e toda a natureza envolvente da desdita da jovem galega: “esta noite onde a natureza também parece revoltar-se e chorar, nunca, nunca a esquecerei” (Ferreira 2007: 13).

Apesar de Dona Doce “preparar a cama com as peles e as mantas” do séquito real e de “espevitado o lume no braseiro”, estando agora “protegidas da intempérie” (Ferreira 2007: 13), a verdade é que a bondosa D. Beatriz não consegue esconder o incômodo dessa estalagem onde pernoita e da cama “que os percevejos roem e onde se passeiam” (Ferreira 2007: 16), acordando com “as costas tão doridas, como se as tivessem fustigado” (Ferreira 2007: 16).

A maior parte do tempo que deveria dedicar ao descanso, ocupa-o a rainha a contar à “querida Dona Doce” (Ferreira 2007: 23) a sua história e, afinal, a História de Portugal, sem deixar de tomar consciência de que já é muito tarde (“Que tarde se faz! Ou que cedo também! - Ferreira 2007: 24), que se está repetir (“Conto-vos o que sabeis já, eu sei” - Ferreira 2007: 26), que não está a ser muito cuidadosa na linearidade dos acontecimentos narrados (“Ando para trás, para a frente... E aqui o que se passou entretanto?” - Ferreira 2007: 29) e que está a divagar para outros assuntos (“Lá estou eu a perder-me... com mil recordações!... Mas não importa!” - Ferreira 2007: 19).

Beatriz confia como uma forma de *libertar a alma* (Ferreira 2007: 26), consciente de que *falar faz bem* (Ferreira 2007: 31). Mas o tempo não pára e a noite avança. A ansiedade e a falta de sono não podem impedir algum descanso: “a hora vai

longa e temos de descansar nem que seja umas horitas, embora o sono me tenha fugido” (Ferreira 2007: 39).

Dona Doce, apesar de religiosamente solícita, cabeceia, não resistindo ao avançado da noite: “como um boneco daqueles que mestre Isaac faz de pano para o seu gato brincar (...). Seguiu-se o silêncio e o rressonar leve e entrecortado da anãzinha enroscada sobre as pernas da rainha para as aquecer” (Ferreira 2007: 40). A ternura resultante deste quadro é uma imagem sublime da harmonia feminina que Seomara traça no seu romance: Dona Doce, em posição fetal, acalenta os pés da sua senhora, que confia a intimidade à humilde serva, numa imagem quase bíblica de humilhação dos fortes e de exaltação dos fracos.

As confidências da rainha são apenas esporadicamente interrompidas pelo destinatário, Dona Doce, que, quase religiosamente, para não perturbar a seriedade do momento, articula apenas palavras inevitáveis: “Senhora, é preciso espevitar o fogo. Vou lá abaixo buscar mais lenha... se mo permitis” (Ferreira 2007: 31); “Senhora, dormi, então, um pouco. Repousai” (Ferreira 2007: 40).

Entre insónia e desconforto, “era já dia²¹⁰ quando se começou a ouvir os ruídos de gente mexendo-se, o relincho dos cavalos e a vozearia da criadagem” (Ferreira 2007: 40). Era preciso chegar rapidamente a Coimbra. A viagem recomeçava, agora em sentido inverso.

Finalmente em Coimbra, ainda muito cedo, D. Beatriz, num primeiro momento, pensa que poderá ainda salvar Inês: “El-Rei não chegou ainda. Talvez consiga o milagre” (Ferreira 2007: 41). Mas, ao cruzar-se, àquelas horas, com Diogo Lopes Pacheco e Álvaro Gonçalves, parecendo “dois fantasmas de brancos como a cal” (Ferreira 2007: 42), fá-la considerar que o Conselho do Rei havia reunido, em Montemor, no dia anterior, e que os dois conselheiros deviam ter regressado de madrugada. Desassossegada (“Santo Nome de Deus! Que se passou então?” - Ferreira 2007: 42), decide dirigir-se para a alcáçova de Coimbra, para esperar D. Afonso IV: “El-Rei entrou. Vinha desgrenhado, o rosto cor de cera, a cara molhada. Chorava” (Ferreira 2007: 42). Perante esta aparição, D. Beatriz compreendeu que a tragédia se tinha consumado e, apesar do recato e do respeito ao marido, responsabiliza-o

²¹⁰ Madrugada de quarta feira, dia sete de janeiro de 1355.

pessoalmente pela morte de Inês: “Afonso, meu Senhor, que se passou? Que fizestes?” (Ferreira 2007: 42).

A desorientação e, porventura, o arrependimento do rei manifesta-se na sua atitude em presença de D. Beatriz: chorou, olhou a rainha apenas de relance e cobriu a cara com as mãos (Ferreira 2007: 42). E este estado de contrição é verbalizado de uma forma que explicita a assunção do erro e uma espécie de pedido de perdão à própria Beatriz: “Brites...” (Ferreira 2007: 42). Ou seja, na perspectiva de Seomara, o próprio rei legítima, perante a rainha, o estatuto da mãe dos seus netos, manifestando o desacerto da decisão tomada. Por isso, não é de estranhar que o narrador heterodiegético mostre ainda mais perplexidade no rumo dos acontecimentos: “Como, como se chegara até ali? Como?” (Ferreira 2007: 42). A repetição da mesma interpelação, “Brites...” (Ferreira 2007: 88), volta a soar como súplica e como remorso, quando Afonso IV prefere não saber o que fez Pedro ao chegar a Santa Clara e quando a rainha diz que Pedro é “sanhudo e feroz” como o pai (Ferreira 2007: 88).

Passaram três dias sobre o assassinato de Inês. Talvez o tempo necessário para organizar as coisas da governação e sair rapidamente daquele lugar de compunção. Uma nova viagem ia agora ser iniciada, esta em direção a Lisboa: “A Rainha, na sua câmara, acabara de receber a visita de El-Rei. Vinha como sempre taciturno. «Preparastes tudo para a partida para Lisboa?». «Sim, meu Rei, tudo»” (Ferreira 2007: 88). O tempo da diegese aponta, então, para o dia dez de janeiro de 1355.

Por meio de uma elipse, a narradora transporta-nos imediatamente para Lisboa, para o mês de setembro de 1357: “Passaram dois anos, Dona Doce. E eu aqui, em Lisboa, a olhar o horizonte e este rio de águas brilhantes e lavadas, que me recorda um largo cinto de prata e pedrarias... E estamos em setembro” (Ferreira 2007: 90). A narradora aponta ainda a data da coroação de Pedro: “D. Pedro cingiu a Coroa Real a 8 de maio de 1395”²¹¹.

²¹¹ Ou seja, 1357, da Era de Cristo. No entanto, na *Cronologia*, Seomara aponta a data do falecimento de Afonso IV e a coroação de D. Pedro para o dia 28 de maio do mesmo ano, o que revela as dificuldades na fixação de dados concretos. Aliás, a História também não ajuda: A *Crónica dos Sete Primeiros Reis* aponta apenas o mês do óbito (“... no mês de Mayo (...) anno de Christo de M CCC LVII, na cydade de Lixboa, ElRey D. Afonso IV deu a alma, em ydade de LXVI annos” – Rui de Pina, MMIX: 372). O *Livro das Eras* ou *Livro da Noa* refere a morte do rei na “Era de mil, e trezentos e noventa e cinco annos feria secunda vinte, e nove dias do mez de mayo...” (p. 31). Naturalmente, está a ser considerada a Era de César. Sousa corrobora a morte de Afonso IV para o dia 29 de maio de 1357 (Sousa, 2005: 264). Esta reflexão serve apenas para verificarmos que a Literatura, e mesmo a História, vão preenchendo os espaços que a memória e os registos não conseguiram cristalizar definitivamente.

Mas o tempo continua a correr, inexorável: “Estamos em 97²¹², agora. Dois anos passaram quase sem dar por isso. Dei. Estou a mentir” (Ferreira 2007: 98). Mais à frente, após uma analepse aproveitada para continuar a contar as suas memórias, a narradora retoma o fio à meada:

Estamos em 1397 e eu sinto-me muito doente, Dona Doce. Aqui, nesta alcáçova fria cujo ar os braseiros não conseguem adoçar e aquecer, espero que alguém caridosamente me feche os olhos. Irei ter com os que me amaram. E em paz. Não, não choreis, Dona Doce (...). Aproxima-se o outubro que é, como a primavera, um mês de partidas (Ferreira 2007: 100).

Dona Beatriz, não se enganava. Nesse mês de outubro de 1359, da Era de Cristo, na alcáçova de Lisboa, faleceu a esposa de Afonso IV e mãe de D. Pedro I. Seomara não aponta o dia exato²¹³, referindo apenas que se aproximava o mês de outubro, mas o *Livro da Noa* indica outro dia: “vinte, e oito dias do mez d’Outubro passou deste mundo a muy nobre, e clara memoria Reyna de Portugal, e do Algarve Dona Beatris” (*Chronicon Conimbricense* [em linha]: 32).

Desaparecida Dona Beatriz, Dona Doce assume o papel de narradora, a partir do capítulo *Eu, Dona Doce, Vos Conto, Senhor*, para relatar os acontecimentos ocorridos entre 1360 e 1362.

2. 4. Narração e confidência

A narração de *Inês de Castro – A Estalagem dos Assombros* resulta de uma harmonia diegética a três vozes: um narrador autodiegético, um narrador heterodiegético e um narrador homodiegético, com focalização que varia do conhecimento externo ao conhecimento interno e à onisciência.

No que diz respeito à identidade dos narradores, o romance divide-se em duas partes bem distintas: a primeira começa no início do romance e termina no final do capítulo *O tempo que me resta*, do *Livro Segundo*, página 100, com Dona Beatriz a assumir um papel preponderante na narração, mas partilhando-a com o narrador heterodiegético; a segunda parte começa no capítulo *Eu, Dona Doce, vos conto, meu senhor*, na página 101, e só termina no final do livro, sendo a narração assumida por Dona Doce e dirigindo-a a seu tio, “que esteve no Salado, que é homem de letras” (Ferreira 2007: 90).

²¹² Ou seja, 1359, da Era de Cristo.

²¹³ Na *Cronologia*, Seomara aponta o dia vinte e cinco de outubro de 1359.

Na primeira parte, a simultaneidade dos narradores transporta para o discurso um tom híbrido, dificultando, por vezes, a identificação do sujeito da narração. Com efeito, são inúmeros os momentos em que as vozes se fundem, sendo difícil distinguir os narradores: “organizou-se o cortejo. «Para Coimbra, com a graça de Deus!», ordenou a Rainha. Para Coimbra pela velha estrada romana, que, horas antes – só o soubemos muito depois -, já El-Rei e o seu séquito tinham percorrido” (Ferreira 2007: 41). Quem é, afinal, o narrador? De facto, forma verbal “soubemos” aponta para um narrador homodiegético que, em bom rigor, não conseguimos identificar, muito embora possamos aventar que seja Dona Beatriz, narradora autodiegética, enquanto a expressão “ordenou a Rainha” remete para o narrador heterodiegético.

Por outro lado, as incertezas relativamente à história de Pedro e Inês e a indiscutível orientação do romance não apenas para a verosimilhança ficcional, mas sobretudo para a verdade histórica possível fazem com que, muitas vezes, o narrador recorra ao conhecimento de outros atores, alegadamente credíveis, para preencher as lacunas do seu próprio conhecimento. Assim procede algumas vezes Dona Beatriz, como, por exemplo, para narrar a execução de Inês (“foi assim que a Madre Dona Isabel Cardona me contou, minha querida” - Ferreira 2007: 86) e é esse conhecimento indireto que fundamenta grande parte da narração de Dona Doce.

2. 4. 1. Focalização interna: Dona Beatriz

D. Beatriz, personagem nuclear e narradora principal do romance, assume a focalização interna, a partir de uma introspeção diacrónica e intimista, que só termina com a sua morte, ocorrida em 1359: “Ó Senhor (...) deixai-me ir” (Ferreira 2007: 100). No que diz respeito à história da paixão de Pedro e de Inês, cumpre à rainha apresentar os acontecimentos até à preparação do tratado de extradição entre D. Pedro de Portugal e D. Pedro de Castela, para troca de presos políticos²¹⁴: “Eu sei que ele tem entabulado conversações e correspondência com o sobrinho, El-Rei de Castela, desde o meio deste ano. Fê-lo em segredo, mas estas paredes de pedra ouvem e fala também” (Ferreira 2007: 100). A narradora autodiegética, por vezes disfarçando mal a intervenção omnisciente, sabe que “na mente de El-Rei apenas está a vingança e a memória de Dona Inês” (Ferreira 2007: 100).

²¹⁴ O referido tratado consumar-se-ia no ano seguinte, em 1360.

Este tipo de focalização transporta para o texto a visão sofrida de uma mulher de elevada estatura moral, compreensiva e conciliadora, assumidamente admiradora e seguidora da ação familiar e política da sogra, Isabel de Aragão, a quem venerava:

A minha vida decorreu, até ao casamento, e depois dele, sob a influência daquela santa mulher que conhecestes, a boa Rainha Dona Isabel. Ela tudo me ensinou e, sobre todas as coisas, o amor, a compaixão, o respeito pelos pobres, a doação completa da nossa alma pelo amor de Deus e das suas criaturas (Ferreira 2007:19).

Desde o início da sua narração, Dona Beatriz assume que a fonte do seu conhecimento é a sua própria memória, iluminada pelos esclarecimentos e pela interpretação superior da Rainha Santa Isabel: a narradora pensa muito, traz até si a presença imaginária da sogra e fala com ela para conseguir compreender as recordações, as imagens e os factos que lhe “chegam à memória como relâmpagos de ouro e diamante” (Ferreira 2007: 13). Mas Dona Beatriz sabe que a memória pode ser enganadora, porque é dinâmica, porque tem de se adaptar à assimilação de constantes novas recordações e novos factos, seleccionando aquilo que é mais essencial: “a memória é uma doença também, pois vai crescendo mesmo contra a nossa vontade” (Ferreira 2007: 15) e vai deixando de lado os “pormenores que o tempo acaba por apagar” (Ferreira 2007: 17). Estes constrangimentos, que acabam por condicionar a narração da verdade, podem também ser mesclados pela imaginação e pelo sonho, a que a narradora atribui um papel muito importante para a construção da narração: “E até sonhei (...). A bruma dos sonhos torna-os às vezes mais reais do que a verdade, porque é (...) um dom de Deus” (Ferreira 2007: 18).

Dona Beatriz, que afirma que contar é “uma forma de libertar a minha a alma” (Ferreira 2007: 26), vai narrando um pouco ao sabor dos lampejos da lembrança, anda “atrás, para a frente” (Ferreira 2007: 29), perdendo-se “com mil recordações” (Ferreira 2007: 19), umas vezes voluntariamente (“não vos vou [a Dona Doce] sacrificar e a mim com tantos pormenores” – Ferreira 2007: 38), outras vezes involuntariamente, perdida nas teias da narração (“já nem sei de que falava” - Ferreira 2007: 70).

O facto de Dona Beatriz ser rainha confere-lhe, enquanto narradora, um estatuto privilegiado que credibiliza os seus pontos de vista e o seu conhecimento, resultantes da sagacidade que lhe é permitida pela autora. Falando do Acordo de Canavezes, Dona Beatriz afirma: “eu sei que D. Pedro não perdoou (...). Vio-o naqueles olhos negros no momento do juramento, no estoirar de luz que lhe crepitou nas pupilas por breves

instantes (...). Eu vi” (Ferreira 2007: 93). Este conhecimento pode ser ainda mais subjetivo, quando a narradora invade a sensibilidade das outras personagens, valorizando a sua percepção e as suas convicções, supostamente infalíveis: “eu percebi. Nós, mulheres, somos assim – algumas de nós, pelo menos” (Ferreira 2007: 44); “eu sei o que ele [D. Pedro] sentia” (Ferreira 2007: 67).

A presença tutelar da Rainha Santa Isabel, de quem a narradora faz várias evocações a atestar a nobreza de caráter, valoriza a ação de Dona Beatriz e sela a sua conduta impoluta, designadamente na tentativa desesperada de salvar Inês de Castro, a seus olhos vítima inocente. Trata-se, afinal, de uma perspetiva ideológica, assente na dignificação da mulher e apostado em valorizar o seu estatuto – para isso, é evidente a utilização daquilo a que se poderá chamar um discurso feminino, indissociável da emoção, mais emotivo do que racional: “O meu coração ditara-o (...). O meu Príncipe (...) como, a brincar, lhe chamava nos doces momentos da nossa intimidade” (Ferreira 2007: 13).

Esse predomínio do sentimento sobre a razão desemboca em expressões profundamente sentimentais, típicas de uma mãe que não precisa de alinhar argumentos ou de elaborar raciocínios para exorcizar os perigos que se podem abater sobre o filho: “aquele Pêro Coelho mete-me calafrios” (Ferreira 2007: 45); “o Álvaro Gonçalves, que sempre detestei” (Ferreira 2007: 87); “não gosto dele” [de Afonso Telo de Menezes] (Ferreira 2007: 97).

O primado do coração sobre a razão leva a narradora à manifestação da mais íntima crença, manifestando genuinamente aquilo que pensa que sabe: “D. Afonso ama-me e nunca me traiu (...) ele é tão doce” (Ferreira 2007: 20). E, nesse enorme coração feminino, certamente respeitoso da memória da nora, D. Constança Manuel, ainda abunda espaço para amar a mulher que traiu a esposa do filho: “pobre e miserável Inês. Em Portugal não tendes ninguém que vos ame a não ser Pedro. Pedro e eu, Dona Doce, que sinto por ela, apesar de saber tudo, uma profunda piedade” (Ferreira 2007: 60).

É, porventura, essa prevalência da verdade que só o coração determina que abre as portas à humildade intelectual, aceitando a dúvida e a ignorância:

D. Pedro de Castela (...) matou a amante do pai e alguns irmãos bastardos do mesmo, dois, parece-me (...). D. João Afonso de Albuquerque (...) morreu há um ano de repente (...). Ainda por cima dizem que D. Pedro de Castela o mandou envenenar por um médico judeu de nome Paulo, ou Saulo, ou sei lá como (Ferreira 2007: 49).

E é ainda esse respeito pela verdade que leva a narradora ao reconhecimento do próprio erro: “já agora... - me enganei numa coisa” (Ferreira 2007: 83).

Quando a incerteza a assalta ou quando pressente que os membros do seu círculo restrito parecem prevaricar, mesmo que se trate do seu esposo, D. Beatriz não hesita em sondar as dúvidas mais inquietantes, desejosa de satisfazer essa aspiração tão feminina que é saber toda a verdade, mesmo aquela que não convém saber: é assim que acusa o rei sobre o que se passou em Santa Clara (“Que fizestes?” – Ferreira 2007: 42), é assim que convoca a Abadessa de Santa Clara (“desejo receber Dona Isabel Cardona a sós. Quero saber tudo” – Ferreira 2007: 80) e é assim que manda chamar Gil Vasques de Resende para “saber em pormenor o que se passou no Conselho de Justiça em Montemor” (Ferreira 2007: 82).

A focalização interna de Dona Beatriz exige que a autora, Seomara Ferreira, respeitadora dos cânones ortodoxos do romance histórico, procure conciliar a informação de que dispõe com a capacidade de conhecimento da narradora. Por isso é que o limita, quase sempre²¹⁵, ao conhecimento histórico disponível. Assim, a narradora, referindo-se ao nascimento dos filhos de Inês, não se inibe de afirmar que “nunca soube bem os lugares” (Ferreira 2007: 74). Ou então, referindo-se a Fernando Afonso de Albuquerque, seu sobrinho-neto, confessa: “não sei, depois, o que lhe será dado, quando meu esposo falecer” (Ferreira 2007: 58)²¹⁶. No entanto, em termos de organização da narração, em função do conhecimento histórico disponível, Dona Beatriz adota um papel de verdadeira gestora da ação, designadamente ao articular a narração da viagem de Montemor até Coimbra com a narração da História de Portugal:

Ó minha Dona Doce, não sei que almadrake o bruto do estalajadeiro nos colocou sobre as tábuas desta cama (...). E de resto, onde ia o pobre homem buscar seis libras para comprar um almadrake digno de uma rainha?

Pois bem, voltemos à história. Meu sogro festejava a paz e dentro de pouco tempo, em outubro, o seu trigésimo sexto aniversário (Ferreira 2007: 16).

²¹⁵ Dizemos “quase sempre”, porque, por vezes, a narradora posiciona-se acima desse conhecimento. É o que acontece, por exemplo, na sua reflexão acerca de D. João, filho de D. Pedro, que um dia poderia vir a ser rei.

²¹⁶ Isso não significa que a narradora Dona Beatriz não manifeste, por vezes, um conhecimento que está claramente além da sua possibilidade lógica de conhecer, sem que, contudo, ela explicita a forma como o alcançou. Por exemplo, a rainha não podia saber que Pedro “lia a Inês naquela terça-feira de janeiro, uma semana antes [da execução], com ela coberta pelo manto que a protegia da brisa fria, um trecho do *Chevalier au Lion*, de Chrétien de Troyes” (Ferreira 2007: 74).

Dona Beatriz, enquanto narradora, não tem um posicionamento estático, podendo mesmo *dispersar* a sua identidade, numa espécie de heteronímia: “e, como costume fazer, dividi-me em duas – eu e a Rainha – para falar comigo, para falarmos uma com a outra e compreender as recordações, as imagens, os factos que me chegam à memória” (Ferreira 2007:13). Esta narração multifacetada motiva um discurso que, por vezes, exige do leitor uma atenção especial, a fim de discernir o sujeito da enunciação e, por outro lado, identificar o possível narratário:

Dona Doce, penso na verdade que não posso continuar, minha querida. Mandai chamar o Simão Diogo. Olhei através da fissura da cortina de cabedal que cobria a janela da carroça onde se amontoam com os baús, sempre que viajo, duas das minhas Damas e vós, a minha “anã das confidências”, como vos chama o meu Senhor, Rei e marido (Ferreira 2007: 12).

Com efeito, a presença do narratário, explícito no primeiro período do excerto (perceptível no vocativo “Dona Doce”), desaparece no início do terceiro período do texto (com a utilização da expressão “olhei através da fissura da cortina”) para, logo de seguida, se abrir a possibilidade da sua presença (através da expressão “e vós, a minha anã das confidências”) – ainda que esta última expressão possa ser um monólogo e não exija, portanto, a presença do narratário.

O excerto transcrito anteriormente mostra que, quando estamos em presença do narrador autodiegético, ou seja, quando o narrador é D. Beatriz, a distinção tradicional entre o discurso do narrador e o discurso da personagem com quem esse narrador se identifica, designadamente no que diz respeito ao uso de sinais auxiliares da escrita, não é formalmente estabelecida. No entanto, logo a seguir, a fala de Dona Doce é diferenciada através da utilização de aspas:

O frio tolhe-me. A chuva, diluvial, cai em bâtegas fortes e eu sinto-me febril. “Senhora, há aqui perto uma estalagem de um primo do Afonso, o tratador de cavalos.” Olhei Dona Doce, mirei os seus enormes olhos negros, luminosos, onde ardia uma luz antiga, meiga, quase apaixonada (Ferreira 2007: 12).

Neste caso, surgem as aspas, e só as aspas, para diferenciarem o discurso do narrador autodiegético do discurso de outra personagem, neste caso o narratário. Para além das aspas, nenhum outro sinal auxiliar da escrita e nenhum sinal de pontuação característico do diálogo aparece a sinalizar a interação verbal das personagens. Este formalismo repete-se ao longo do romance: as aspas são utilizadas para distinguir o discurso das personagens a quem o narrador autodiegético dá voz. Esta forma de marcar

o discurso direto é, muitas vezes, assumida de uma forma bastante *sui generis*, com sinais de aspas, imediatamente seguidos, a separar falas de personagens diferentes:

Pelo caminho, os cavalos por várias vezes estacaram e recusava-se a andar. Outras vezes galopavam desenfreados. Achavam-se nervosos, instáveis, assustados. “Que se passa?” “Senhora, deve ser da terra. Tem tremido nos últimos tempos.” “Como em Lisboa.” “Sim, Senhora. Que o Senhor Cristo nos proteja.” (Ferreira 2007: 41).

Por vezes, a alternância dos narradores é formalmente marcada pela introdução de um duplo parágrafo:

Estes judeus e a sua sabedoria milenar! (...) São ótimos físicos, e o nosso velho Galeno bem se esforça por me abrandar as dores (...) o diabo do homem!²¹⁷

Foi o aio Fernão Martins Brandão que veio para dizer que o Infante treinava com o cavalo e o tiro ao alvo com o arco e as flechas. Dona Beatriz sorriu-se e despediu-se, depois de lhe agradecer.²¹⁸

Bem, Dona Doce, por aqui, como vedes, tudo na ordem de sempre. El-Rei deve descansar. Deus o ajude a fortalecer o ânimo²¹⁹ (Ferreira 2007:47).

No entanto, a utilização do duplo parágrafo serve também outros objetivos:

a) Marca anacronias:

É estranho. Perfaz amanhã 30 anos... A 7 de janeiro de 1363. Existem datas que nunca esquecemos. Ele tinha apenas 64 anos, pois os festejara em outubro, dois meses antes.

Pois, minha querida Dona Doce, depois de Alcanises, lá vim para a Corte portuguesa, pequenina, ingénua e desprotegida, não fora como já vos disse, o amor de meus novos pais e onde ressaltava a ternura de Dona Isabel de Aragão (Ferreira 2007: 23)²²⁰;

b) Destaca uma reflexão mais profunda, comprometida e, eventualmente, pedagógica do narrador:

Lá em baixo, em Santa Clara, jazia o corpo decepado de Inês de Castro, no Paço que servira de lar a Santa Isabel de Aragão. Como, como se chegara até ali? Como?

Terminara um capítulo de um terrível livro (...) muitas vezes os grandes livros – mesmo os que acabam mal – são feitos da poeira dos sonhos, porque nascem do que sobrou dos resquícios secretos das suas memórias (Ferreira 2007: 42)²²¹;

²¹⁷ O narrador é D. Beatriz, narrador autodiegético.

²¹⁸ O narrador é heterodiegético.

²¹⁹ O narrador volta a ser D. Beatriz, narradora autodiegética.

²²⁰ O narrador autodiegético, D. Beatriz, por meio de uma analepse, recua do tempo presente (dia seis de Janeiro de 1355, Era de Cristo) para a data da sua vinda para Portugal (1297, Era de Cristo).

²²¹ O narrador heterodiegético utiliza o duplo parágrafo para interromper a narração e passar a fazer um comentário à própria narração, assumindo uma postura omnisciente.

c) Muda radicalmente o foco da narração:

D. Pedro (...) fixa residência no Paço em Santa Clara de Coimbra com Dona Inês. No ano em que faleceu D. Pedro Conde de Barcelos. Faleceu em paz, no meio dos seus livros, no seu Paço de Lalim e, de todos os irmãos bastardos do Rei, nunca lhe criou qualquer problema. Era um bom homem.

“Sou feliz, totalmente feliz e nem Deus e o Diabo mo podem desdider”, garantia o Infante, perante o sorriso pasmado pela mistura de alegria e receio (o Diabo não devia para ali ser chamado) de Dona Inês que se persignava. Pois era-o semdúvida. Eu sei o que ele sentia” (Ferreira 2007: 67)²²².

De qualquer modo, é necessário clarificar que, por vezes, a alternância de narrador faz-se sem qualquer marcação formal, para além do parágrafo simples:

Bem, chamai a camareira, a Dona Leonor ou uma das outras... Vamos comer qualquer coisa (...). Quero saber tudo. Como me preocupam aquelas crianças... “Coração de avó, Senhora...”²²³

Dona Leonor calou-se abruptamente. Falava dos bastardos do Infante. Nem Infantes se chamavam e pouco lidavam com D. Fernando, criado pelos avós.²²⁴ (Ferreira 2007: 69).

O narrador autodiegético denuncia frequentemente a sua posição subjetiva face à enunciação, utilizando palavras e expressões valorativas. E se, por vezes, o faz de um modo mais ou menos velado (“Pois se ele não cumpria com os seus deveres matrimoniais!...” – Ferreira 2007: 36)²²⁵, há outras alturas em que essa subjetividade é assumidamente expressa: “nunca gostei daquele homem embora seja leal ao seu Rei. Nunca” (Ferreira 2007: 45)²²⁶.

Apesar do referente do romance ser a paixão de Pedro e Inês, tudo é filtrado pela presença tutelar da rainha D. Beatriz, protagonista da narrativa. São dela as informações, as emoções e as reflexões mais significativas acerca do mundo e da vida, veiculadas pelo romance:

Estou doente, muito doente. Continuo com a sensação de que estou ainda naquela miserável estalagem... E, no fundo, o que é o nosso caminho senão isso, uma passagem curta ou longa por uma sucessão de estalagens a que chamamos casa, paço, lar?... Uma estalagem de espantos (Ferreira 2007: 46).

²²² O narrador, D. Beatriz, passa da narração histórica da fixação de residência de D. Pedro em Coimbra para a narração subjetiva e, portanto, ficcionada, da sua paixão exacerbada por Inês de Castro.

²²³ O narrador é D. Beatriz, narrador autodiegético.

²²⁴ O narrador é heterodiegético.

²²⁵ Dona Beatriz refere-se ao genro, D. Afonso XI de Castela, que acusava a esposa, D. Maria, de não lhe dar filhos, pretendendo justificar desse modo a mancebia com Leonor de Gusmão.

²²⁶ Dona Beatriz refere-se a Álvaro Gonçalves, o Meirinho-mor que presidia, logo após o Rei, ao Conselho de Justiça.

2. 4. 2. Focalização interna: Dona Doce

Depois da morte de D. Beatriz e até 1362, a narração passa a ser feita por Dona Doce, sob a forma de carta dirigida ao seu tio, narratário extradiegético, compreendendo os três últimos capítulos do romance²²⁷. Cabe, então, a Dona Doce a narração da vingança de D. Pedro e a imortalização da sua paixão, plasmada nos túmulos de Alcobaça.

O discurso de Dona Doce remete para a focalização interna. Caracterizada como “feia, aleijada, marreca, quase sem pernas” (Ferreira 2007: 12), ela é, todavia, portadora do “segredo da bondade de Deus e da sua sabedoria” (Ferreira 2007: 12). Assim, ora inseparável do círculo mais íntimo da rainha, ora ouvinte distinta das confidências régias, ora estimada por D. Afonso IV, não é de estranhar que lhe sobeje estatura moral e conhecimento para assumir a condução da narração. No entanto, quer fosse para debelar alguma desconfiança do leitor que pudesse resultar da sua aparência física, quer fosse para compensar o facto de narrar logo a seguir a Dona Beatriz, sua inquestionável senhora e rainha, Dona Doce recorre frequentemente a formas de validação e ratificação das afirmações que profere, como forma de reforçar o realismo e a veracidade dos acontecimentos. Para firmar a sua narração, Dona Doce utiliza as seguintes estratégias:

a) Evoca frequentemente as palavras e o saber da rainha, depois da sua morte: “eu explico, querido tio, pelo menos tento ver a cena como a veria Dona Beatriz” (Ferreira 2007: 115). Deixando frequentemente transparecer “cá estou eu a repetir a minha Senhora e Rainha” (Ferreira 2007: 114), Dona Doce faz radicar em Dona Beatriz tudo aquilo que sabe:

que falta me faz a minha querida Dona Beatriz, minha Senhora e Rainha! Ela sabia, tenho a certeza. Ela sabia sempre tudo, tio, e eu sou tão pobre de raciocínio, de conhecimento... O que sei, o pouco que sei, devo-o a ela, minha amada Rainha! (Ferreira 2007: 110).

b) Relata acontecimentos que foram presenciados por outras individualidades e lhe foram transmitidos:

- A narração da vingança de D. Pedro sobre os assassinos de Inês, pormenorizada com os excessos de um rei que “estava embriagado de ódio” (Ferreira 2007: 104), foi-lhe contada pelo bobo Simão e por uma das cuvilheiras da Infanta Dona Maria;

²²⁷ Ou seja, a partir da página 101.

- O relato do amor e do imperecível remorso de D. Pedro relatou-lho “com a sua ancestral sabedoria, Mestre Isaac” (Ferreira 2007: 107). Aliás, muito do que Dona Doce sabe e narra foi-lhe contado por Mestre Isaac: que Inês de Castro “usava luvas à moda de Castela” (Ferreira 2007: 109): que o significado mais profundo das “seis figuras hediondas, esfíngicas (...) [que] suportam o túmulo” (Ferreira 2007: 110) de Inês eram um segredo de D. Pedro; que D. Pedro foi “tocado pela mão de um Deus pagão” (Ferreira 2007: 115); que, na rosácea do túmulo, a figura demoníaca que “crava as garras no corpo do marido pecador e envergonhado” (Ferreira 2007: 116) é Dona Constança, a esposa traída, que espezinha duas figuras que representam Pedro e Inês. Por vezes, as limitações de Dona Doce não a deixam compreender plenamente os pensamentos mais elaborados de Mestre Isaac: “não sei o que Mestre Isaac quer dizer com isto. Apenas estou a repetir-vos, mas vós, certamente, compreendereis porque sois culto” (Ferreira 2007: 114-115);

c) Refere nomes e histórias que ouviu Mestre Isaac contar a Dona Beatriz, justificando, assim, tanto conhecimento de que é depositária: “parece loucura eu saber todos estes nomes, mas oiço falar tanto... e ele contava à rainha estas histórias” (Ferreira 2007: 112);

d) Relata acontecimentos que ouviu D. Pedro a contar a D. Afonso Telo de Menezes: o amor eterno a Inês de Castro, mesmo que, como já havia acontecido, o desejo o fizesse “cobrir outra mulher no silêncio escuro de um leito qualquer” (Ferreira 2007: 117); a fatalidade do amor por Inês “que quase chega a ser inatural, blasfemo” (Ferreira 2007: 118) e que quase lhe fez perde a alma; D. Pedro contava a D. Afonso Telo pormenores da sua relação com Inês, “pequenos laivos de recordações (...), quantas vezes e quantas eu [Dona Doce] também ouvi” (Ferreira 2007: 119);

e) Menciona afirmações públicas que ouviu a D. Pedro, comprovando-as com expressões como “dizer muito sério” e “dizer alto”, para que o narratário não duvide da sua veracidade: “El-Rei disse, muito sério, a Mestre Pêro: «são os miseráveis responsáveis pela sua morte. Hão de carregá-la sobre os ombros pela eternidade»”²²⁸

²²⁸ Refere-se às figuras hidiondas que sustentam o túmulo de Inês de Castro, representando os seus assassinos. Segundo Dona Doce, estão representados Pêro Coelho, Álvaro Gonçalves, Diogo Lopes Pacheco, D. Gil Vasques de Resende e, muito provavelmente, o rei e Dona Brites de Sousa, esposa de D. Henrique Manuel e, portanto, cunhada de Dona Constança.

(Ferreira 2007: 110); “quero escrever-vos o que o El-Rei disse, alto, quando viu o fim da obra de Dona Inês, do seu túmulo” (Ferreira 2007: 112);

f) Refere acontecimentos que ela própria presenciou, utilizando formas verbais veementes da sua presença, como que a reforçar a veracidade do que conta: “tio, eu a isto assisti²²⁹, porque o Conde de Barcelos quis que o acompanhasse para entreter os dois filhos” (Ferreira 2007: 105);

g) Assume uma posição algo arrojada, relativamente ao seu estatuto, quando parece conhecer as convicções mais íntimas de D. Pedro²³⁰: “Na sua mente existia apenas uma ideia que nunca o largara: vingar a morte de D. Inês” (Ferreira 2007: 102).

Dona Doce, que se aventura a sondar o pensamento de D. Pedro (“e tenho a certeza que [D. Pedro] relembra aquele corpo de ouro e pérola” [Inês] – Ferreira 2007: 117), que chega a contestar a interpretação de Mestre Isaac sobre a descrição dos túmulos (“não vi a descrição daquela cena da forma que ele a via” – Ferreira 2007: 115), que interpreta a seu modo a inscrição tumular “A E AFIN DOMUDO” (Ferreira 2007: 120) e que utiliza diversos processos para validar o seu próprio discurso, nem por isso deixa de ter dúvidas, não sabe tudo, e não se furta a reconhecer as suas limitações: quer essas lacunas sejam inerentes à sua própria incapacidade (“não vos vou descrever o que nem eu sei em pormenor” - Ferreira 2007: 111), quer sejam imputáveis a terceiros (“Mestre Isaac contou-me a ideia de El-Rei²³¹ mas não disse tudo ou El-rei também se não descoseu. Era um mistério? Um segredo? Só ele o saberá dizer” – Ferreira 2007: 110).

Em síntese, Dona Doce, através das suas próprias palavras, traça as balizas do papel de narradora que lhe foi atribuído:

Volto a escrever o que me vai na alma e a memória de tudo o que vi, me disseram e pensei, sempre pondo a minha alma na recordação da minha querida Senhora e Rainha e tentando adivinhar o que ela diria (Ferreira 2007: 113).

Uma palavra ainda para uma questão da maior relevância: Seomara, preferindo distanciar-se de questões polémicas, atribuiu a D. Doce a revelação de dois assuntos nucleares para a compreensão da relação de Pedro e de Inês: relativamente à suposta

²²⁹ Refere-se à Declaração de Cantanhede.

²³⁰ Esta focalização, no entanto, pode ser apenas o eco do conhecimento omnisciente da Rainha que já afirmara que na mente de D. Pedro “apenas está a vingança e a memória de Dona Inês” (Ferreira 2007: 100).

²³¹ Refere-se às figuras que suportam o túmulo de Inês de Castro.

mentira da Declaração de Cantanhede, a narradora afirma que “se ele combinasse uma mentira, não haveria falhas” (Ferreira 2007: 5); relativamente ao amor de Inês por Pedro, refere que “ela amou e morreu por isso (...). Fazer dela apenas um peão no tabuleiro do xadrez da política (...) é uma pura impossibilidade (Ferreira 2007: 114).

2. 4. 3. Focalização heterodiegética

Para além dos narradores homodiegéticos já referidos, há um narrador heterodiegético, cuja função é detetável no romance, com uma função plural, multifacetada. Assim, esse narrador assume diversos papéis:

a) Complementa a narração de Dona Beatriz, substituindo-a em alguns pormenores dessa narração:

Dona Doce, encurvada, arrastando a perna torta, cobrindo-se com um pedaço de manta de tecido grosso, burel preto do uso lá saiu, cerrando devagar a porta (...). Quando regressou, embrulhava no pano os bocados de lenha que conseguira e foi reacender o fogo, ajoelhando-se com dificuldade até concretizar o seu intento (Ferreira 2007: 31-32).

b) Caracteriza a rainha e o rei, validando a sua opinião com a distanciação e a legitimidade que o estatuto de narrador heterodiegético lhe confere:

Com a pressa de chegar a Montemor, a rainha nem levava consigo as cortinas da cama de brocado carmesim (...). Com ela, o pequeno cofre de âmbar também, com algumas jóias... Tão pouca coisa! De resto, não era mulher de luxos (...). Nem o rei que, além das leis castigando os crimes de mancebia, vida ilegal de maridança, jogos de dados e tavolagens, fora férreo na condenação dos luxos excessivos” (Ferreira 2007: 40-41).

c) Adota um papel narrativo primordial, colocando-se numa posição privilegiada face aos outros narradores, observando e descrevendo as suas movimentações:

Seguiu-se o silêncio e o ressonar leve e entrecortado da anãzinha enroscada sobre as pernas da rainha para as aquecer (...). Quando finalmente, após a ligeira refeição, com exceção da da rainha, pois o estalajadeiro conseguira o milagre de fabricar pastéis de leite e fartéis (...). O silêncio impôs-se até Coimbra (Ferreira 2007: 40-41).

d) Exerce, muito raramente, uma função interpretativa aos comentários das personagens, ajuizando, direta ou indiretamente, acerca da sua conveniência:

Dona Leonor calou-se abruptamente. Falava dos bastardos do Infante. Nem Infantes se chamavam e pouco lidavam com D. Fernando, criado pelos avós (...). Comeram. A Rainha apenas petiscou e divertiu-se ao ver a gula nos olhos de Dona Doce. Incentivou-a a comer todo o doce, que cheirava a manteiga (Ferreira 2007: 69-70).

e) Assume, talvez apenas uma vez, um estatuto omnisciente, perscrutando o interior da narradora D. Beatriz:

Terminara um capítulo de um terrível livro todo feito de segredos, amores, crueldades, vitórias, traições... E Dona Beatriz também sabia que muitas vezes os grandes livros – mesmo os que acabam mal – são feitos da poeira dos sonhos, porque nascem do que sobrou dos resquícios secretos das suas memórias (Ferreira 2007: 42).

A intervenção do narrador heterodiegético prolonga-se até ao fim da primeira parte ao capítulo “*O grande desvairo ou a palavra secreta das águas mortas*”, ou seja, até ao final da guerra civil²³²:

Passaram três dias após a tragédia de Santa Clara. A Rainha, na sua câmara, acabara de receber a visita de El-Rei. Vinha como sempre teciturno (...). Quando à noite o Infante acordou, olhou em redor e, lentamente, foi tomando consciência de si próprio (...) sem quase gaguejar apenas disse: “É a guerra”. E foi (Ferreira 2007: 88-90).

A utilização do narrador heterodiegético poderia ser dispensável para o desenvolvimento da trama narrativa deste romance. No entanto, as reflexões que esse narrador expressa e a perplexidade que, poucas vezes, transmite contribuem para explicitar o ponto de vista da autora, sobretudo quanto à incompreensão pela execução de Inês, ponto nuclear da narrativa: “Lá em baixo, em Santa Clara, jazia o corpo decepado de Inês de Castro, no Paço que servira de lar a Santa Isabel de Aragão. Como, como se chegara até ali? Como?” (Ferreira 2007: 42).

3. *Adivinhas de Pedro e Inês*, de Agustina Bessa-Luís

3. 1. Caracterização e estrutura da obra

O título *Adivinhas de Pedro e Inês*, apesar de remeter para um horizonte de expectativas bem determinado, pelo menos do ponto de vista temático, transporta na palavra “adivinhas” algo de sibilino e inconclusivo, tão típico desta narrativa de ficção de Agustina. Uma “adivinha” é algo que, por natureza, exige uma interação, pelo menos ao nível da cumplicidade ideológica e do universo de referências, entre um enunciador do discurso e um auditório, ou melhor, um “público”, segundo o imaginário da autora. Assim, colocando-se no papel de narradora, assume a presença de um narratário, a quem

²³² Imediatamente a seguir, Dona Beatriz recupera a narração para referir que D. Pedro “é agora o novo Rei de Portugal” (Ferreira 2007: 90).

vai explanando considerações mais ou menos hipotéticas e guiando num determinado sentido, não obstante lhe deixar a liberdade aparente da *adivinhação*, quer implicitamente, em expressões do género “o mais provável é que” (Bessa-Luís 1983: 64), quer explicitamente: “As Adivinhas de Pedro e Inês ficam entregues à imaginação do público, dos leitores” (Bessa-Luís 1983: 230). No entanto, essa liberdade é apenas aparente, na medida em que Agustina conduz um verdadeiro romance de tese, ou melhor, de teses, de opiniões, por vezes verosímeis, por vezes contraditórias.

Estamos em presença de uma narrativa a que podemos ousadamente chamar *romance histórico: histórico*, na medida em que pretende reconstruir e recontar as vivências humanas, integradas num determinado contexto de um passado remoto; *romance*, na medida em que se subordina ao princípio de um narrador fabulador, não obstante a inexistência de um fio diegético intrínseco à narrativa, marcado pela presença de personagens que agem num determinado contexto espácio-temporal. Com efeito, *Adivinhas de Pedro e Inês* é, acima de tudo, uma reflexão acerca do passado, propondo cenários, desmistificando preconceitos e procurando a *verdade* possível, mesmo que através das perguntas mais arrojadas e das respostas mais heterodoxas. Neste sentido, talvez lhe possamos chamar uma narrativa de intervenção ou mesmo de *reconstrução*.

A organização da narrativa de Agustina é curiosa. A estrutura externa é muito rígida e algo mítica, composta por dez capítulos, cada um desenvolvido num número igualmente rígido de páginas: à volta de vinte e duas páginas por capítulo:

- I – Inês Peres (vinte e cinco páginas)
- II – A Coroa Exterior (vinte e três páginas)
- III – Ninho de Garças (vinte e cinco páginas)
- IV – Os Diálogos Imperfeitos (vinte e duas páginas)
- V – Os Castros (vinte e duas páginas)
- VI – A Touria (vinte e duas páginas)
- VII – Poetas e Desalmados (vinte e uma páginas)
- VIII – A Beleza (vinte e duas páginas)
- IX – Coisas Estranhas (vinte e uma páginas)
- X – A Coroação (vinte e cinco páginas)

Esta estrutura externa, bastante catoniana, contrasta com uma certa desordenação da estrutura interna, perceptível, desde logo, pela leitura do índice. É verdade que o

primeiro e o último capítulos estão coerentemente ordenados, correspondendo, respetivamente, à apresentação da personagem central e ao desfecho da sua vida, considerando que ela só deixa, de facto, a morada terrena após a transladação que legitima a sua dramática existência. Os capítulos intermédios, quase na totalidade, inscrevem-se naquele pressuposto de Almeida Garrett, segundo o qual, *mutatis mutandis*, há capítulos que não deviam ter títulos²³³. De facto, para a economia do texto, nada nos é antecipado com vários títulos como, por exemplo, o do capítulo IV, “Os Diálogos Imperfeitos”.

No capítulo IV, existe um diálogo, entre Pedro e Álvaro Peres de Castro, que talvez possa ser considerado “imperfeito”, por dois motivos: em primeiro lugar, porque forja uma interação verbal entre duas personagens históricas, o que, para garantir alguma verosimilhança, implicaria um narrador *in loco*; em segundo lugar, porque do diálogo resulta um “sobressalto” em D. Pedro, perante a primeira visão da jovem Inês de Castro²³⁴, no Paço de Albuquerque: “Teve um sobressalto e fechou a porta do horto” (Bessa-Luís 1983: 99). Mas esta mesma “imperfeição” e esses dois motivos, são verificáveis noutros capítulos: no capítulo I, o encontro de Agustina com a matrona excêntrica vestida de verde, que corporizou Inês aos olhos da narradora, provoca um “sobressalto” de rejeição perante a associação entre a esperada beleza de Inês e a excentricidade daquela matrona; no capítulo III, o encontro entre Agustina e D. Branca é um “sobressalto”, porque, através do colar da antiga esposa de Pedro, pode sugerir alguma semelhança entre a sua circunstância, em Las Huelgas, e a circunstância de Isabel de Aragão, em Coimbra, o que é quase herético; no capítulo V, o diálogo entre Agustina e o Dr. João das Regras é um “sobressalto”, porque, no contexto da legitimação dos filhos de Inês, o advogado revela: “eu não provei nada. Limitei-me a calar as bocas” (Bessa-Luís 1983: 120), ou seja, a calar a verdade da legitimidade dos filhos de Inês; no capítulo VIII, o diálogo onde intervém Pero Coelho é um “sobressalto”, porque revela a falta de encanto de Constança, apresentada com um “perfil mesquinho e o duplo queixo apertado na touca” (Bessa-Luís 1983: 176) e, por causa dessa vulgaridade, antecipa uma insondável desgraça da Infanta de Portugal: ela, porque não tem graça, “é como caldo sem toucinho (...), não tem a cor da cereja (...)

²³³ No capítulo IX, das *Viagens na Minha Terra*, Almeida Garrett refere-se aos “livros que não deviam ter título, e títulos que não deviam ter livro”.

²³⁴ Que, no dizer da narradora, teria “doze anos, ou pouco mais” (Bessa-Luís 1983: 97).

vai sendo mazá podrida” (Bessa-Luís 1983: 176); no capítulo IX, no diálogo entre D. Gil de Viana, bispo da Sé da Guarda, e D. João Afonso Telo, o “sobressalto” resulta da revelação das falsidades e contradições acerca do casamento de D. Pedro com Inês de Castro, explicando logo depois Agustina que “o príncipe tinha desposado Inês Peres antes de contrair matrimónio com D. Constança, e que este matrimónio era ilegal e motivo suficiente de divórcio” (Bessa-Luís 1983: 208).

Portanto, nestes como noutros exemplos, os diálogos das *Adivinhas de Pedro e Inês* podem sempre ser considerados *imperfeitos*, porque, esgrimindo cenários e suposições, por vezes desalinhas com os contextos tradicionalmente admitidos, constituem *sobressaltos* para a organização mental dos leitores. Assim, Agustina parece não ter seguido a regra que o Dr. João das Regras lhe recomendou, num desses diálogos imperfeitos: “apoia a tua causa nos modelos estereotipados da opinião popular” (Bessa-Luís 1983: 121). E porque não seguiu essa regra, que, naturalmente, enquanto romancista, não era obrigada a seguir, Agustina acaba por desembocar em algumas encruzilhadas de que não encontra saída, como a da sugestão da paixão de D. Afonso por Inês, bebida noutros autores, que remata com um “não sei se é assim, se não” (Bessa-Luís 1983: 226) - por detrás de uma grande escritora pode estar uma alma demasiado complexa, com dificuldades em espartilhar o vulcão da imaginação. Talvez a sua filha, Mónica Bessa-Luís Baldaque, em entrevista ao *Jornal Expresso*, tenha alguma razão quando afirma, num contexto da averiguação da coerência narrativa: “a minha mãe sempre foi muito desorganizada. Mesmo a escrever era bastante caótica, sobretudo a juntar as peças” (Soromenho 2014: 24). Aliás, parece que a própria Agustina estava consciente dessa dispersão narrativa: “quando lha apontavam, Agustina defendia-se esclarecendo que a vida é assim mesmo, que não segue uma coerência narrativa” (Soromenho 2014: 30).

A distribuição dos capítulos poderá também merecer algum reparo. Por exemplo, o segundo capítulo, “A Coroa Exterior”, que remete para a rosácea e para o túmulo de Inês, faria mais sentido, em termos de organização da narrativa, junto do último capítulo, “A Coroação”. Por outro lado, aquele segundo capítulo tem praticamente apenas duas páginas, num universo de vinte e três, que remetem diretamente para a rosácea tumular, o que é revelador do estilo dispersivo e algo saltitante da narrativa.

3. 2. Perversão da história

Teresa Amado cita a *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, para traçar o campo de abordagem da história: “conformando-se à tradição, «ha de seer luz da uerdade e testemunha dos antigos tempo». Verdade e memória, eis as forças motrizes da história” (Amado 2004: 28). No entanto, a anteceder esta confortável definição, a mesma autora não esconde que, entre outros condicionalismos, o cronista valorizou mais a verosimilhança e a retórica do que a exatidão e que perseguiu objetivos programáticos predeterminados pelo poder. Assim, drasticamente questionadas, a *verdade* e a *memória* são ainda mais relativizadas quando a autora afirma que “nas margens esbatidas e instáveis de uma e de outra joga-se a imensa variedade de níveis cognitivos e de instâncias narrativas que cabem naquela categoria de textos” (Amado 2004: 28).

Luís Adão da Fonseca chama a atenção para o facto de o Homem se interrogar, desde os gregos, acerca de saber se é verdade aquilo que conhecemos da realidade e lembra que, na cultura ocidental, o paradigma de *verdade* tem vindo a ser substituído pelo paradigma da *certeza*, acabando por concluir que “nas suas formas mais radicais, a história seria um género literário. Longe de pretender ser um discurso de verdade” (Fonseca 2004: 272). Mais contundente, no que se refere àquilo que poderíamos chamar fiabilidade da memória, Maria de Fátima Marinho afirma que “o narrador não está a recordar a história, mas a inventar o passado, uma vez que nunca se acede ao real, antes se constrói esse real por meio da própria narração” (Marinho 2004: 362).

Chegados a este ponto, desmistificados os conceitos de *verdade* e de *memória*, temos de conceder que a abordagem histórica levada a cabo por Agustina Bessa-Luís, e que apelidamos de *perversa*, é bem capaz de se integrar nesse vasto campo narrativo que, não podendo prescindir por completo da ficção, traz até nós, sempre sujeito a revisão, o legado da bruma do passado. Por entre essa bruma, a História, nas palavras de Agustina Bessa-Luís, “resulta mais da memória das suas fatalidades do que da presença dos factos autênticos a que andou ligada uma fé humana e uma consciência” (*apud* Machado 1979: 53).

Adivinhas de Pedro e Inês, a que Maria de Fátima Marinho chamou biografia, considerando-a “um desvio da História que o discurso do poder consagrou” (Marinho 2004: 360), é uma longa reflexão conduzida pela investigação e pela imaginação de

Agustina que, assumindo-se como narradora, sabe que a realidade de uma história “vive mais nas suas hipóteses do que na sua evolução concreta” (*apud* Machado 1979: 21).

A perversão de Agustina está, afinal, validada pelas suas próprias palavras: “A História é uma ficção controlada. A verdade é coisa muito diferente e jaz encoberta debaixo dos véus da razão prática e da férrea mão da angústia humana” (Bessa-Luís 1983: 224). A autora está, portanto, consciente de que o acesso à verdade histórica é um percurso inacabado, que não pode excluir as conjeturas e as aproximações sucessivas. Por isso, ela escreve como quem procura um segredo, mesmo que a sua escrita a leve para o campo mais heterodoxo da dissidência e a sua originalidade possa ser trespassada pela perversão. Porque, diz Agustina, “a perversidade está no querer conhecer, naquilo a que muitas vezes para simplificar se chama descida aos infernos. E a necessidade de conhecer o ser humano é um desígnio, um destino, uma força que nos pode acompanhar para além da vida” (Nunes 2014: 8), afirma Agustina aquando da atribuição do Prémio Camões, em 2004.

Em *Adivinhas de Pedro e Inês*, Agustina “entrega-se a um dos seus jogos favoritos, encontrando e logo perdendo, definindo e logo imaginando, dir-se-ia que casualmente” (Machado 1979: 70). Logo no início do primeiro capítulo, Agustina revela marcas de estilo a que recorrerá ao longo de toda a narrativa: assume-se como condutora da ação, concretiza pequenos pormenores para logo os deixar dispersar, fixa-se num dado concreto para logo deixar correr o fio da imaginação, pinta o cenário com a mais intensa luminosidade para logo deixar cair uma cortina de incerteza que turva a nitidez provisória conseguida. E, de vez em quando, como saindo do nada, ponteia o discurso com pequenas, mas incisivas notas de uma ironia finíssima que, habitualmente, ridiculariza a mentalidade portuguesa, por vezes demasiado provinciana.

“Fui há muitos anos à Quinta das Lágrimas” (Bessa-Luís 1983: 7) é a frase inicial de Agustina. O discurso é, assim, pessoalizado num narrador autodiegético, a sua própria voz, que não mais deixará de intervir, comentar, apresentar razões, sugerir hipóteses.

A partir de uma visita à Quinta das Lágrimas, que a narradora quer objetivamente mascarar de casual, é feita a caracterização do espaço físico e social, de modo a revelar um contexto reduzido a uma banalidade decepcionante. A desvalorização da Quinta das Lágrimas é conseguida, inicialmente, através de uma tentativa de

desvinculação de Inês a esse espaço, dado que é afastada para o campo das hipóteses a sua execução neste local²³⁵, o que retira ao sítio da *Fonte dos Amores* relevância e exclusividade. Mais a mais, a narradora vulgariza esse espaço ao afirmar, porventura com alguma jactância, que “a Quinta das Lágrimas esteve para ser comprada pelo meu pai quando ele veio do Brasil e se deixava suggestionar pelas lendas históricas e coisas famigeradas da glória antiga” (Bessa-Luís 1983: 7). Essa desqualificação continua com uma espécie de esquecimento a que Inês é votada: depois de ser referida no primeiro período do texto, numa espécie de revelação, só três páginas à frente, consumada a ocultação, se volta a ler o nome *Inês*, mas agora associado à presença de uma figura “excêntrica (...), tendo por cima um vestido verde (...), parecia muito uma lavradeira abastada, dessas (...) que lavam o pescoço com aguardente e (...) têm seis namorados ao mesmo tempo...” (Bessa-Luís 1983: 8-9). Pelo meio, fica a transformação dos *saudosos campos do Mondego* numa quinta “que está num vale sem horizontes” (Bessa-Luís 1983: 8) e numa “moradia dececionante” (Bessa-Luís 1983: 7), guardada por “um cãozito sujo” (Bessa-Luís 1983: 7). E quando parece que Agustina vai recuperar a figura da *linda Inês* cantada por Camões, surgida num repentino *pensamento* da autora - “Pensei em Inês” (Bessa-Luís 1983: 10), diz Agustina -, eis que esse “certo encanto (...) depressa se esgotou e perdeu” (Bessa-Luís 1983: 10), confundida por aquela mulher alta e corpulenta, de vestido verde, saia cor de ferrugem e membros atléticos. Revelar e velar, iluminar e ofuscar, dizer e desdizer, eis um traço típico de *Adivinhas de Pedro e Inês*.

O tempo é aqui perspetivado como o instante, o momento vital onde tudo se joga. Não há um desenvolvimento temporal coerente e linear, mas apenas a evocação de um momento indeterminado que, apesar dessa radical indefinição, credibiliza a narrativa: “Fui há muitos anos à Quinta das Lágrimas” (Bessa-Luís 1983: 7). O mesmo processo de evocação temporal serve como veículo de revelação, onde tudo é clarificado: “Muitos anos depois, repentinamente, ocorreu-me tudo aquilo²³⁶, e Inês corporizou-se na desconhecida de vestido verde” (Bessa-Luís 1983: 10), transformando-se talvez em “dançarina (...), amazona, infanta de raro porte que corresse os antigos lugares da sua história, como é comum nos campos de Inglaterra, onde a humidade

²³⁵ “Quinta das Lágrimas, onde se diz que Inês foi morta” (Bessa-Luís 1983: 7).

²³⁶ A narradora refere-se à imagem daquela matrona de vestido verde, parecida com as lavradeiras “do Alto-Minho que se descalçam ao fim das tardes de verão para ir regar” (Bessa-Luís 1983: 8).

materializa os espíritos, o soma das almas” (Bessa-Luís 1983: 10). E, finalmente, vinda das profundezas da terra para o presente, através da água *da Fonte dos Amores*, qual Vénus de Botticelli, a narradora coloca-nos à frente, sem a nomear, Inês de Castro, aquela que é “o corpo desaparecido, presente onde amou e morreu” (Bessa-Luís 1983: 10). E é este ambiente sibilino que suscita a imaginação visionária, caminho privilegiado para a revelação e para o conhecimento: “agradam-me estes pensamentos alucinados, subornados com um humor cálido e amante das coisas que se não sabem e nos convidam ao conhecimento” (Bessa-Luís 1983: 10). E só agora, através da evocação e da imaginação, Inês de Castro é colocada no lugar que iniciou a sua imortalização: “Um dos agravos de D. Pedro (...) foi o de ter trazido Inês para nos Paços de Santa Clara” (Bessa-Luís 1983: 10). Para trás, reduzidas à dimensão das incertezas, ficam as informações veiculadas pelos documentos oficiais ou pela tradição, que Agustina subvaloriza com expressões do tipo “onde se diz que Inês foi morta”. Aliás, esta incerteza de Agustina que, apesar de tudo, é uma realidade para a generalidade dos autores, manifesta um certo desdém que é ainda mais vincado quando a escritora utiliza o mesmo tipo de construção frásica para se referir a evidentes criações populares: “numa caleira de pedra corria a água sobre um líquen vermelho. Dizia-se que era o sangue de Inês” (Bessa-Luís 1983: 7). Aquilo que dá alguma tranquilidade intelectual a Agustina resulta da sua memória ou de uma espécie de revelação: “Lembro-me” (Bessa-Luís 1983: 7), “Não posso garantir” (Bessa-Luís 1983: 7), “Pensei em Inês” (Bessa-Luís 1983: 10).

Consciente de que nos movemos “entre o pouco que sabemos e o muito que ignoramos” (Sousa 2005: 17), ou seja, constatada a existência de imensos espaços de explicação que a História não preencheu, Agustina, na senda da narrativa imaginativa e iluminada pelos seus *pensamentos alucinados*, procura contribuir para o preenchimento desses hiatos. A tese originária de Agustina coloca D. João Afonso de Albuquerque no centro da polémica: no seguimento da luta implacável de D. Afonso IV com o irmão bastardo, D. Afonso Sanches, o filho deste prosseguiu o desígnio de vingança do pai - “apagar um reino do mapa” (Bessa-Luís 1983: 137). E se Afonso IV tinha ganho a batalha da força e, provavelmente, da razão, afastando Afonso Sanches da coroa, em Albuquerque começou a preparar-se uma arma mais silenciosa, mas igualmente devastadora: a intromissão de uma mulher fatal na vida do príncipe herdeiro, D. Pedro,

que lhe foi apresentada antes de conhecer Constança. Dessa intromissão, continua Agustina, surgiu um casamento legítimo e nasceram filhos legítimos que, por razões políticas, foram desacreditados nas Cortes de Coimbra, na crise de 1383-1385.

3. 2. 1. A Inês de Agustina: uma *garça* para o trono de Portugal

Partindo do princípio duvidoso de que “um grande amor nunca é espontâneo (...). Ele é preparado de longa data” (Bessa-Luís 1983: 137), Agustina faz remontar a maquinação em torno de Inês ao tempo em que ela não tinha ainda nascido. Na convivência de Pedro Fernandes de Castro com homens de armas de Afonso Sanches, na corte de D. Dinis, “já se preparava um longínquo pacto e a linhagem das criaturas ideais para o consumir. E quando nasceu Inês, recolhida expressamente no ventre de Aldonça Lourenço (...) já tinha uma aplicação, já estava entregue ao seu destino” (Bessa-Luís 1983: 138).

Assim, “inscrita, desde que nasceu, no mercado matrimonial” (Bessa-Luís 1983: 93), Inês de Castro foi criada “pela tia de Albuquerque (...) e sua prima de sangue” (Bessa-Luís 1983: 41), D. Teresa Martins, esposa de Afonso Sanches, “debaixo do olhar sagaz do herdeiro de Albuquerque, D. João Afonso” (Bessa-Luís 1983: 91), ele que sabia muito bem que a jovem galega, “com os seus especiais atrativos, constituía um raro investimento (Bessa-Luís 1983: 116). O senhor de Albuquerque sabia como as mulheres eram preciosas na política: “a feminilidade encontra nessa matéria inflamável que é o cio constante dos homens a sua aplicação sempre frutuosa (...). Que tremenda fraqueza a da sua líbido sempre capaz de ser persuadida” (Bessa-Luís 1983: 225).

Inês foi “educada para a obediência política” (Bessa-Luís 1983: 83), moldada para obedecer e para se submeter aos caprichos, fossem eles quais fossem, de D. João Afonso de Albuquerque, “o alquimista de alcova” (Bessa-Luís 1983: 117) e, como sugere Agustina, o seu primeiro amor, aquele que impunha que tudo à sua volta fosse “neutro, passivo, incapaz de aprovação ou condenação” (Bessa-Luís 1983: 117).

Inês foi “educada para um destino alto, ensinada a andar com leves passos saltitados, a jogar xadrez, a tocar alaúde, a montar a cavalo” (Bessa-Luís 1983: 63). Possuidora de rara beleza, Inês, “cuja elegância, bebida nas mais delicadas normas francesas e sarracenas, podia constituir uma autêntica arma secreta” (Bessa-Luís 1983: 59), manobrada pelo senhor de Albuquerque, foi consciente e meticulosamente criada

na arte da sedução: “aprendera algumas artes de encantamento com feiticeiras mouras e alcoviteiras cristãs. Era isto o que lhe atribuíam, um talento para atrair os homens e trazê-los ao seu regaço com singular habilidade” (Bessa-Luís 1983: 27). Assim, a Inês que Pedro conhece no Paço de Albuquerque, a Inês que aparece muito cedo na sua vida, “antes de ela aparecer na corte de Portugal” (Bessa-Luís 1983: 60), é já uma *garça*²³⁷ preparada para submeter o Infante de Portugal na mais recôndita teia libidinosa: ela tinha sido criada “como se cria um falcão para a caça de altanaria – com luva de couro numa das mãos e noutra um retalho de carne” (Bessa-Luís 1983: 91). E Pedro de Portugal, “como uma ave migratória, dirige-se por instinto fatal, às terras do sul” (Bessa-Luís 1983: 118), presa fácil de um jogo em que se julga mestre.

3. 2. 2. O casamento de Inês

Agustina defende a tese de que o casamento de Pedro e Inês se efetuou, hesitando apenas relativamente à data da sua realização. No entanto, apesar de algumas contradições relativamente a essa data, a autora cria um cenário que aponta para a realização desse casamento antes do consórcio com Constança Manuel, propondo que “o primeiro encontro com Inês seja assinalado pela repugnância que o Infante mostra por D. Branca” (Bessa-Luís 1983: 87), o que nos coloca, com bastante segurança, no ano de 1334 ou, quando muito, em 1335: “o mais provável é que, com catorze anos feitos, consumado o casamento com D. Branca, o Infante tivesse subitamente a revelação da arte feminina do agrado (Bessa-Luís 1983: 64), que disparou num “sobressalto”, quando Álvaro Peres de Castro lhe mostrou Inês, nos jardins de Albuquerque (Bessa-Luís 1983: 98).

O registo dos terramotos ocorridos no reino, existente no Mosteiro de Alcobaça, faz alusão ao terramoto de 11 de julho de 1335, sentido em Alcobaça, referindo o mesmo registo que “foi quando romperam guerra el Rey Affonso 4 e seu filho o Infante D. Pedro” (Bessa-Luís 1983: 42). Um silêncio sepulcral, mas não inédito na pena dos cronistas, abateu-se sobre esta guerra de “motivos obscuros” (Bessa-Luís 1983: 60). Agustina sugere que esta forte desavença entre pai e filho pode ter origem na teia de intrigas que rodearam o nascimento do futuro D. Pedro, *o Cruel*. D. João Afonso de

²³⁷ Agustina lembra que a *garça* é a única ave que acasala fora do tempo da procriação e associa a essa circunstância o termo *prostituta*.

Albuquerque, “privado, conselheiro, quase soberano de Castela e de origem portuguesa” (Bessa-Luís 1983: 42), teve um poder imenso, dominou a intriga política da época e, em momentos diversos, “teve nas mãos os destinos dos dois reinos” (Bessa-Luís 1983: 58): as suas pupilas, primeiro Inês e depois Maria Padilla, foram meticulosamente preparadas na arte da sedução para, através da alcova real, manobrar uma nação inteira.

Na narração carnavalesca que envolveu o nascimento de Pedro, *o Cruel*²³⁸, D. João Afonso de Albuquerque, “volta-se para D. Pedro e oferece-lhe Inês (...). O casamento é efetuado na clandestinidade, e o senhor de Albuquerque não o ignora. É o ano de 1335” (Bessa-Luís 1983: 87) e Pedro mostra-se definitivamente enfadado de D. Branca. O Infante teria, então, quinze anos e era incentivado pelo *poder imenso* que lhe chegava de Castela, coroado com uma donzela dotada de beleza invulgar, que decerto fazia esquecer o ar doentio de D. Branca. E o Infante de Portugal vê surgir em Albuquerque o porto de abrigo do seu “desejo de segurança e a satisfação de necessidades primárias, como a fome e o sexo (a euforia é nele uma contínua expressão destas necessidades)” (Bessa-Luís 1983: 117). Por outro lado, a querela de D. Pedro com o pai devia ser estimulada pelos “monges brancos de Alcobaça, em litígio com Afonso IV” (Bessa-Luís 1983: 60), que assumiu proporções quase incompreensíveis, com o rei a exigir que lhe fossem entregues várias vilas em Leiria e em Óbidos, chegando mesmo a confiscar os coutos da parte do mosteiro. Relativamente a esta questão, Agustina desconfia que o “infante tivesse confessores na Ordem de Cister, em Alcobaça, que fossem mais do que conselheiros espirituais” (Bessa-Luís 1983: 61)²³⁹.

O silêncio que foi imposto aos cronistas relativamente aos motivos dos graves desentendimentos entre D. Afonso IV e o filho, em 1335, tem a ver certamente com o casamento de Pedro com Inês: “Essa data de 1335 deve ser riscada e esquecida; ou qualquer data entre 1335 e 1336, que é onde se situa o casamento escondido de D. Inês e o Infante de Portugal” (Bessa-Luís 1983: 88).

²³⁸ A gravidez tardia de D. Maria e a predileção do rei por Leonor de Gusmão suscitaram dúvidas acerca do nascimento de Pedro, *o Cruel*, desde a suspeição de mancebia com João Afonso de Albuquerque até à paternidade atribuída do médico judeu da Rainha, defendida por Agustina.

²³⁹ A verdade é que D. Pedro, ao longo do seu reinado e em contraste com a atitude de D. Afonso IV, “manifestou renovadas vezes o seu carinho e generosidade para com esta comunidade monástica” (Marques 2006: 295). Essa generosidade começou logo no ano em que subiu ao trono, confirmando e outorgando ao Mosteiro de Alcobaça “todos os privilégios foros liberdades e boons costumes que sempre ouueram” (*apud* Marques 2006: 295) e continuou, de modo muitíssimo franco, ao longo do reinado, conforme enumera José Marques na obra citada.

3. 2. 3. A tese de Agustina para a morte de Inês

A tese central que Agustina defende, em *Adivinhas de Pedro e Inês*, é recorrentemente sugerida ou mesmo repetida: “Inês era decerto esposa legítima” [de Pedro] (Bessa-Luís 1983: 78), “o príncipe tinha desposado Inês Peres antes de contrair matrimónio com D. Constança” (Bessa-Luís 1983: 208).

Pedro era, portanto, bigamo. O casamento com Inês, se fosse tornado público, teria implicações trágicas para a coroa: o casamento com Dona Constança seria inválido, Inês tornar-se-ia rainha de Portugal e o herdeiro do trono seria D. João, seu filho. A Inês “bastava-lhe declarar a data do casamento para fazer tremer o trono – o que ela não deixa de insinuar” (Bessa-Luís 1983: 109). Poderá ser verdade a tese de Agustina, mas das ditas *insinuações* de Inês não há registo. Mas também não há registo fidedigno da data de nascimento dos filhos de Inês, designadamente de D. João, o que pode muito bem ter sido uma manipulação dos cronistas, a mando da dinastia de Avis. Ou seja, D. João, filho de Inês, pode muito bem ter nascido antes de D. Fernando²⁴⁰, filho de D. Constança e futuro rei.

Enquanto apresentou Inês publicamente como, apenas, sua manceba, Pedro teve “o acordo dos grandes senhores da varonia antiga” (Bessa-Luís 1983: 187). Mas, após a morte de Dona Constança, Pedro revela a alguns íntimos que casara com Inês em Bragança. Agustina acrescenta que “devem ter casado há muito mais tempo, como é do conhecimento de João Afonso de Albuquerque e de todo o grupo dos inconfidentes de Castela” (Bessa-Luís 1983: 187). Aliás, são estes *inconfidentes de Castela* que, através de Álvaro Peres de Castro, irmão de Inês, instam D. Pedro a apoderar-se da coroa de Castela, destronando Pedro, *o Cruel*²⁴¹.

Os ditos *inconfidentes de Castela* devem ter aproveitado esta altura para publicitar o casamento de Pedro com Inês, amarrando o herdeiro de Portugal a Castela e continuando o desejo de colocar *garças* nos principais tronos da Península e reis no leito dessas *garças*: “João Afonso de Albuquerque ameaça revelar o casamento da puberdade dos dois amantes, ou diz mesmo que ele não é segredo já para um círculo

²⁴⁰ Agustina defende que D. João nasceu um ano antes de D. Fernando: Inês “está grávida e retira-se para Albuquerque, onde possivelmente D. João nasce, ainda no ano de 1344. D. Fernando nasce em 1345” (Bessa-Luís 1983:109).

²⁴¹ Esta pretensão baseava-se no facto de D. Pedro ser neto legítimo de D. Sancho IV de Castela e, em Castela, estar ao rubro uma rebelião contra Pedro, *O Cruel*.

restrito que, a todo o momento, o pode utilizar” (Bessa-Luís 1983: 161). Assim pressionado, “D. Pedro opta por ser rei de Castela, antecipando uma coroação que lhe tardava” [em Portugal] (Bessa-Luís 1983: 151) e que, afinal de contas, no contexto das quezílias entre pai e filho, era uma saída triunfal de Pedro, numa espécie de compensação edipiana, e um vexame imposto a Afonso IV. Ao mesmo tempo, curiosamente, esta opção de Pedro parecia concretizar uma ambição que tinha já dezasseis ou dezassete anos, quando Pero Fernandes de Castro aspirava “interesses maiores, como o de já sonhar o infante [D. Pedro] rei de Castela e a filha Inês rainha (Bessa-Luís 1983: 76).

Castela, sempre ciosa da sua ascendência relativamente ao resto da Península, acenava sempre com a concentração do poder num só trono, desde que, sobre a coroa do rei, pairasse o aconchego dos mentores castelhanos. E rapidamente D. Pedro se tornou “pretendente ao trono de Castela e Portugal” (Bessa-Luís 1983: 187).

É perante este cenário de implosão da coroa lusitana que os grandes *senhores da varonia antiga* portuguesa reagem contra D. Pedro e os “Coelhos, antes amigos e vassallos fiéis, com certa soma de cumplicidade nos amores tidos por ligeiros ou só eróticos, se mostraram de má catadura” (Bessa-Luís 1983: 150).

Segundo Agustina, a subida de Inês ao trono de Castela preocupava menos a corte portuguesa do que o perigo da declaração de um “casamento que invalidava o do infante com D. Constança e, por conseguinte, punha em causa a legitimidade de D. Fernando” (Bessa-Luís 1983: 234). Assim, a atuação dos conselheiros do Rei foi uma reação contra a cegueira de D. Pedro que se colocou numa “posição que enfraquecia mais tarde os direitos e a liberdade da nação portuguesa” (Bessa-Luís 1983: 233). Por isso é que Agustina afirma que a decisão de Pedro coroar Inês rainha de Castela “foi a sua sentença de morte” (Bessa-Luís 1983: 42).

No topo da pirâmide hierárquica portuguesa, sabia-se que o príncipe tinha desposado Inês Peres e, daquele casamento, nasceu D. João, primogénito de Pedro e, portanto, herdeiro legítimo do trono de Portugal: “sabia-o o avô, e por esse motivo mandou eliminar Inês” (Bessa-Luís 1983: 108).

Agustina chama também à colação um dado que, a ter-se verificado, seria significativo para a trama que estava a ser tecida, aventando a hipótese de que a ordem de matar Inês veio de Castela, de D. Pedro, *O Cruel*, ou dos seus partidários,

empenhados em não abrir mão da coroa: no primeiro dia de janeiro, D. Pedro de Castela, havia desaparecido da prisão “e, de repente, a ordem para matar Inês foi dada, porque a ocasião não podia ser mais asada. Veio mais com os selos da chancelaria de Toro, do que com os de Montemor” (Bessa-Luís 1983: 125). É claro que os desejos dos senhores castelhanos de colocar Pedro no trono de Castela passavam pela influência de Inês sobre o príncipe português. Morta Inês, os apoios a Pedro esfumar-se-iam.

Mas Agustina aventura-se também por um lado menos patriótico e mais narcísico dos referidos *senhores da varonia antiga*, para justificar o assassinato de Inês: “o infante está estranhamente separado de todos eles. Brilha isoladamente, os seus olhos escuros parecem divagar numa conversão extraordinária” (Bessa-Luís 1983: 175). Apontando a tradição trovadoresca dos grandes senhores, designadamente os *senhores de Ferreira das Aves* e os *senhores da Ribeira do Homem*, e a matriz homossexual dos trovadores, Agustina defende que

Pachecos e Coelhoos, ligados por uma forte cadeia de *pariage*, viviam a fidelidade não só como uma necessidade nacionalista, mas também como uma consolação, ou sublimação dos seus impulsos ditos impuros. Sem provavelmente haver trato sexual (...), havia uma forte compulsão estética, igual ao amor do seu igual (...). Mas a paixão por uma mulher torna-se ameaçadora da sociedade viril (Bessa-Luís 1983: 156-157).

Ou seja: a perdição de Inês foi também ditada pela atração avassaladora que ela exerceu sobre D. Pedro, retirando-o ao convívio privilegiado dos homens e desequilibrando a harmonia da sociedade medieval, que se caracterizava “pela linguagem poética e a maneira cortês, e até o perigo comum, na guerra, tomando-se a heroicidade como a erótica compensada no absoluto” (Bessa-Luís 1983: 157). Quando as ações de Pedro expressam claramente que o seu amor por Inês contestam os cânones estéticos do amor cortês que, afinal de contas, parece ser suposto limitar-se a uma espécie de “liturgia para sustento e estímulo do grupo social mais requintado da época – os decadentes da Ribeira do Homem -, apareceu o ciúme alucinante e, com ele, a brutalidade” (Bessa-Luís 1983: 161) que conduziria ao assassinato da Castro: “matar Inês foi uma questão de orgulho cavalheiresco” (Bessa-Luís 1983: 163).

A coroar este intrincado panorama de interesses político-económicos e de inconfessáveis motivações estético-sexuais, Agustina apresenta ainda uma outra hipótese arrojada, que coloca a morte de Inês no contexto do definhamento da sua relação com Pedro. Logo nas primeiras páginas do romance, uma pergunta surpreende:

“Estaria de facto Pedro inocente da morte de Inês?” (Bessa-Luís 1983: 15). Agustina nunca esconde a ambivalência da figura de Inês, a fazer lembrar o poema “Anjo és”, de Almeida Garrett, e a evocar, afinal, uma certa submissão fatal ao erotismo feminino, que acompanha muitas das grandes paixões veiculadas pela literatura: se, por um lado, é “dotada de beleza invulgar” (Bessa-Luís 1986: 117), por outro lado, “transportava dois diabinhos: a luxúria e a mistificação” (Bessa-Luís 1983: 177) e detinha o “talento para atrair os homens e trazê-los ao seu regaço com singular habilidade” (Bessa-Luís 1983: 27). Mas, apesar desse *talento*, Inês estava longe de ver satisfeitas as suas pretensões de *garça* meticulosamente educada no palácio de Albuquerque e, sobretudo, de mulher talhada para ser *garça real*: porventura “reduzida a um estado de concubina, ainda que dela partisse o clarão que abrasava toda a constelação humana da época” (Bessa-Luís 1983: 184), os filhos e o tempo deviam condicionar os encantos da primeira juventude. Enquanto D. Pedro vagueia, em cada vez mais prolongadas jornadas, “com os seus moços de busca e outros de monte, dá caça ao urso e ao corço” (Bessa-Luís 1983: 147), “Inês está prisioneira e ninguém passa nos caminhos da Touria que não seja ou labrego, ou frade, ou cabreiro” (Bessa-Luís 1983: 148). Agustina aponta o desencanto e o tédio crescente de Inês:

talvez estivesse cansada (...), talvez ficasse subitamente séria, sem vontade de rir daquele infante gago e bonito que começava a envelhecer e a parecer-se com um funcionário qualquer (...). Subitamente Inês deixou de rir, e foi isso que a perdeu (Bessa-Luís 1983: 239).

A metáfora da perda do riso de Inês pode muito bem explicar que talvez “as necessidades primárias [de Pedro], como a fome e o sexo” (Agustina 1983: 117) necessitassem de outras paragens e de outras presas. Ou que Inês atingisse o limite da espera por um trono, preferencialmente em Castela²⁴², terra da sua infância e da construção dos seus sonhos de menina. Agustina faz notar que

o amor de Pedro é um contrato com a irrealidade; e, como tal, um exemplo de fidelidade cortês (...). É de admitir que, passados os três anos de enfeitiçamento, os três anos de efeito psíquico que tende a dissipar-se e a traduzir-se em amizade moral, os amantes se entreolhem, e comecem a pensar em separação (Bessa-Luís 1983: 158).

“Entre 1346 e 1352, D. Pedro e Inês Peres viveram discretamente nas terras estremenhas” (Bessa-Luís 1983: 37). *Discretamente*, ou seja, resguardados dos olhares curiosos – o segredo é uma das prerrogativas do amor cortês. Mas, em 1352, D. Pedro

²⁴² Por vezes, Inês lembrava-se das “terras queimadas de Castela de que sonhava ser rainha” (Bessa-Luís 1983: 144).

faz a Inês, longe do centro político e cultural da época, “a doação da Quinta do Canidelo; aí instala a amiga e os filhos, e este é o primeiro passo para o seu abandono” (Bessa-Luís 1983: 159). Mas esse *desenlace* afetivo, tão semelhante ao corolário das relações de mancebia de então e vivamente apadrinhado pelos senhores de Ferreira das Aves e pelos senhores de entre-douro-e-minho²⁴³, acaba por colidir com *obstáculos insuperáveis*, como a ofensa à “conceção platónica do amor” (Bessa-Luís 1983: 160). Outro obstáculo, bem mais intransponível, deve ter determinado uma inflexão na atitude de Pedro, quando, de Castela, irrompe uma chantagem sob a forma de generosa proposta: D. Pedro devia candidatar-se ao trono vizinho, sendo-lhe recordado o seu antigo casamento com Inês. A subtileza da proposta não deve ter disfarçado a ameaça velada: D. Pedro não podia deixar revelar o casamento com Inês, “porque isso seria confessar um crime, um pecado que põe em causa a autoridade dinástica e o favor da Igreja” (Bessa-Luís 1983: 88).

A pressão castelhana, que obrigou Pedro ao desafio público de instalar Inês em Coimbra, é um presente envenenado e é um veneno providencial: é um presente envenenado, porque antecipa o domínio de Albuquerque, de Castros e de outros tais na eventual corte do filho de D. Afonso IV, em Castela; e é um veneno providencial, porque surge aos olhos de Pedro como a desforra edipiana que nunca antes conseguira, apesar das quezílias com o pai.

Instalar Inês em Coimbra, ou seja, instituir a bastardia, sem garantias seguras da sucessão dinástica legítima, deve ter trazido à memória de Portugal as desgraças ocorridas com os bastardos de D. Afonso XI e de Leonor de Gusmão, em Castela, há bem pouco tempo e que ainda fervilhavam, como o prova a candidatura de D. Pedro de Portugal ao trono do sobrinho. Esse medo, acrescido do arrojo patriótico dos conselheiros de D. Afonso IV, e o interesse maior em proteger os seus interesses senhoriais ditou a condenação de Inês. E, segundo Agustina, D. Pedro estava consciente dessa condenação.

A autora advoga o enfado de Inês perante esse Pedro que “possivelmente ela nunca amou” (Bessa-Luís 1983: 239) e admite que Pedro “compreendeu talvez isso” (Bessa-Luís 1983: 239). Como também deve ter compreendido e enfatizado as artes que

²⁴³ A doação do padroado de Santo André de Canidelo, em Vila Nova de Gaia, foi “feita pelo infante à sua amante e recebida dos cavaleiros João Coelho e seu sobrinho” (Bessa-Luís 1983: 37), familiares de Pero Coelho.

eram atribuídas a Inês, colhidas das suas relações “com feiticeiras mouras e alcoviteiras cristãs” (Bessa-Luís 1983: 27). Certamente, seria impossível a Pedro desvincular Inês da chantagem que lhe estava a ser imposta. Agustina há de ter-se lembrado de que, na cabeça de Pedro, se passava algo semelhante ao expresso no poema de Almeida Garrett: “Em nome de quem vieste? / Paz ou guerra me trouxeste / De Jeová ou Belzebu? (...). Em que mistérios se esconde / Teu fatal, estranho ser! / Anjo és tu ou és mulher? (Garrett, *Anjo és*).

Nessas horas, em que a satisfação das já referidas *necessidades primárias* diminuía a *euforia* de Pedro, algum discernimento havia de se impor a essa alma alucinada e refém dos encantos melífluos da *feiticeira* castelhana, esse “fantasma do erotismo” (Bessa-Luís 1983: 194). E há de ser algures, nesse contexto psíquico desvairado, dividido entre a submissão erótica e uma certa autofagia narcísica, em que “tudo o que ele faz parece corresponder a uma secreta decepção de si mesmo” (Bessa-Luís 1983: 212), que Agustina enxerga: “Pedro desejava, como se deseja o pecado, a morte de Inês” (Bessa-Luís 1983: 126). Agustina compreende a contradição que varre o espírito do infante, porque ninguém deseja o pecado, mas o prazer que daí resulta – na morte de Inês, Pedro queria apenas anular as contrariedades que se foram sobrepondo à concretização daquele amor avassalador, que ele julgava imutável:

a) O despertar de uma outra Inês, na chegada a Coimbra, mudada agora para uma “matrona mais interessada em motivo de poder do que em razões de amor” (Bessa-Luís 1983: 135), após o acordo para a candidatura de D. Pedro ao trono de Castela;

b) A passagem do tempo, que deve ter transformado Inês numa “mulher saudável, mas sem atrativos especiais” (Bessa-Luís 1983: 139), “palradora e insensata” (Bessa-Luís 1983: 140), como a descreve Agustina, quando a comitiva real chega a Santa Clara para a executar;

c) Os interesses políticos castelhanos que enredavam Inês e que não conseguiam disfarçar a sua cumplicidade, aliás natural²⁴⁴;

d) A consciência de que a oficialização da relação com Inês contrariava a conceção do amor cortês, sigiloso e proibido - Pedro sabe que “o amor demasiado fácil é desprezível” (Bessa-Luís 1983: 106).

²⁴⁴ O desejo de Inês se tornar rainha e ver os seus filhos reconhecidos como príncipes é absolutamente legítimo, em qualquer contexto da sua relação com Pedro.

Enfim, apesar de arrastado por motivos diversos, D. Pedro, ainda que por omissão, parece associar-se à “numerosa constelação da corte e do clero [que] conspirava contra Inês” (Bessa-Luís 1983: 198) e ao povo²⁴⁵ que acusava a *ruça galega* de ter enfeitado o príncipe:

o ódio que o príncipe mostrou por bruxas e intrometidas em coisas de amor, os bárbaros castigos que lhes decretava, dizem do rancor surdo que prevaleceu sobre o encantamento de Inês, e talvez a fama que a tocou. A sua morte foi a meta compensatória que resolveu as coisas (Bessa-Luís 1983: 27).

As *coisas* foram resolvidas, exceto para Pedro que se situa “para sempre na zona de consciência da primeira infância” (Bessa-Luís 1983: 131): à obstinação seguiu-se a negligência, e esta deu lugar à desforra. Pedro deixou Inês jogar, com ele, o sonho de uma vida, mas não soube mantê-la viva, nem conseguiu viver, em paz, sem ela.

3. 2. 4. Incoerências narrativas em *Adivinhas de Pedro e Inês*

Como foi anteriormente referido, Agustina Bessa-Luís é considerada uma das maiores vozes da literatura portuguesa contemporânea. Podemos talvez clarificar que a *maioridade* da sua obra deve ser entendida não apenas em qualidade, mas também em diversidade e quantidade²⁴⁶. Ora, este caudal de publicações há de ter sido pressionado pela linearidade do tempo – a míngua de tempo é sempre inimiga da perfeição - e, por isso, pode ter, por vezes, acarretado algumas contradições narrativas, sem, no entanto, prejudicar a fluência ficcional. Já anteriormente foram referidas a *dispersão* e algumas falhas de *coerência narrativa*, assumida, aliás, pela autora. Mónica Baldaque, filha de Agustina que, como já foi dito, confessa a *desorganização* da mãe e o caráter algo *caótico* da sua escrita (Soromenho 2014:24), revela: ”o meu pai ficava transtornado com situações que a minha mãe relatava e revelavam essa descontinuidade: «Mas não está de acordo, não faz sentido! Esta personagem ali diz isto e agora diz outra coisa», afirmava, muito exaltado” (Soromenho 2014: 30).

As *Adivinhas de Pedro e Inês* revelam, aqui e ali, essa *descontinuidade*.

Por vezes, Agustina surpreende-nos com tiradas despropositadas, dando a impressão de querer introduzir no discurso opiniões e conhecimentos avulsos, sem

²⁴⁵ Em alguns momentos, Agustina culpa sobretudo o povo pela execução de Inês, porque estava “irritado com as facilidades que o destino concede aos amantes. É o povo português o grande conselheiro da morte de Inês” (Bessa-Luís 1983: 136).

²⁴⁶ Ficção, biografia, teatro, crónicas, memórias, ensaios, literatura infantil...

fundamentação – esta atitude acontece frequentemente com questões relacionadas com a tentativa de interpretação da psicologia e da sexualidade das suas personagens. Por exemplo, querendo mostrar que “as casas mais respeitáveis estavam manchadas pelas ações mais sinistras” (Bessa-Luís 1983: 185), Agustina refere: “Maria Mendes²⁴⁷ fora violada pelo seu próprio irmão, que, no entanto, embarcou para além-mar o que pressupõe uma sensibilidade psíquica nada de desprezar” (Bessa-Luís 1983: 185). E Agustina fica por aqui, encerra o assunto, sem explicar o que será isso de uma *sensibilidade psíquica nada de desprezar* e sem explicar o motivo da sua perplexidade, plasmada na expressão “no entanto”,²⁴⁸.

Relativamente à questão do casamento de Pedro e Inês, cuja efetivação Agustina assume como tese²⁴⁹, a escritora atesta datas diferentes em momentos narrativos diferentes: “deve ter tido lugar antes mesmo do casamento com D. Constança, ou seja, em 1335, quando há notícia, numa memória do mosteiro de Alcobaça, de que D. Pedro se levantou contra seu pai” (Bessa-Luís 1983: 87-88); “o casamento, ou fora celebrado há anos (...) ou se efetuou imediatamente após a morte da princesa [D. Constança], acontecida talvez em Alenquer, em 1349” (Bessa-Luís 1983: 96); “aquele convite que tivera o infante para se propor ao trono de Castela deve ter (...) acelerado o seu casamento com ela” (Bessa-Luís 1983: 76)²⁵⁰.

Como vemos, Agustina aponta três datas para o casamento de Pedro e Inês: 1335, 1349 e 1354. É claro que a data do casamento e a sua própria realização continuam a ser assuntos controversos. No entanto, no mesmo livro, Agustina talvez

²⁴⁷ Segundo Agustina, Maria Mendes descendia de uma estirpe de mulheres chamada as “coxas quentes”. Teria casado com Lourenço Soares de Valadares, referido por Agustina como avô de Inês de Castro – avô materno, naturalmente - e seria ascendente de Vasco Martins de Sousa, a quem D. Pedro doou os bens do supliciado Diogo Lopes Pacheco e, quando chegou ao trono, em 1357, nomeou chanceler-mor. Relativamente à genealogia, talvez estejamos perante um caso em que Agustina, como habitualmente, não se preocupou muito com a História, a fazer fé nas palavras da filha, Mónica Baldaque: “não era muito dela” [de Agustina] empenhar-se muito na pesquisa (Soromenho 2014: 30). Com efeito, por omissão ou por dispersão, Agustina leva-nos a pensar que Inês de Castro era descendente de Maria Mendes (mormente ao referir o neto de Maria Mendes como beneficiário dos bens de um dos assassinos de Inês), o que é errado – Inês e o seu irmão Álvaro são descendentes de um segundo casamento de Lourenço Soares de Valadares (com Sancha Nunes de Chacim), de que nasceu Aldonça Soares de Valadares, amante de Pedro Fernandes de Castro e mãe de Inês e de Álvaro.

²⁴⁸ Afinal, parece bastante compreensível que o irmão, no seguimento da dita violação, embarcasse para o Brasil ou se ausentasse para outro sítio qualquer.

²⁴⁹ “O príncipe tinha desposado Inês antes de contrair casamento com D. Constança” (Bessa-Luís 1983: 208).

²⁵⁰ Ora, esse convite foi feito, segundo Agustina, em “1354, quando [D. Pedro] resolve tomar sem reserva os Paços de Coimbra para sua morada. Decisão que coincide com o acordo feito com os nobres de Castela para o levantarem como rei, destronando Pedro, *O Cruel*” (Bessa-Luís 1983: 150). Portanto, em 1354, Pedro ainda não estaria casado com Inês.

devesse advogar uma data, com a fundamentação possível – a proliferação de datas pode significar a falência da tese do casamento.

A mesma *dispersão* pode ser verificada na descrição da execução de Inês, em que Agustina apresenta três versões sobre a presença dos filhos: “Inês devia só ter com ela a filha D. Brites” (Bessa-Luís 1983: 124); [as crianças] “não estariam sequer presentes” (Bessa-Luís 1983: 124); “tinha os dois filhos pela mão, D. Brites e D. Dinis” (Bessa-Luís 1983: 138).

Há momentos em que Agustina, porque aceita pressupostos diversos, acaba por se contradizer a si mesma. Ultrapassada a questão óbvia da existência de um relacionamento amoroso entre Pedro e Inês, Agustina refere que “houve uma separação dos dois amantes (...). Esse corte foi produzido pelas tréguas inesperadas que trouxeram D. Constança para Portugal” (Bessa-Luís 1983: 101)²⁵¹. Ou seja, Agustina defende um relacionamento de concubinato, ou qualquer outra coisa mais formal, entre Pedro e Inês, antes da chegada de Constança a Portugal. Por outro lado, a autora admite que “quando morre D. Pedro da Guerra [o pai de Inês], o infante [D. Pedro] se apodera de Inês, com o consentimento de D. João Afonso de Albuquerque” (Bessa-Luís 1983: 100). Acontece que o pai de Inês morreu no cerco de Algeciras, que decorreu entre os primeiros dias de agosto de 1342 e os primeiros dias de agosto de 1344²⁵², pelo menos dois anos depois do casamento formal²⁵³, em 1340, em Lisboa, de Pedro com Constança. Ou seja, Pedro só se podia “apoderar” de Inês dois anos, pelo menos, depois de estar casado com Constança. Esta linha de pensamento é confirmada por Agustina que faz ainda notar “o atrevimento que o infante demonstra em trazer para a corte Inês e depois chamando-a

²⁵¹ A argumentação de Agustina, no entanto, é pouco fundamentada: esse “corte” é explicado com base numa imagem dos túmulos de Alcobaça, onde duas figuras se encontram “numa janela geminada em atitude implorativa, o que explica talvez um corte nas suas vidas” (Bessa-Luís 1983: 101).

²⁵² “éste era el caso concreto de Algeciras cuando Alfonso XI de Castilla inicia el cerco de la misma en agosto de 1342” (Fernández [em linha]: 367). Agustina refere que “em 1340, os altos senhores de Béarn, de Navarra, de Castela e Aragão juntaram-se no real de Algeciras para tomar a cidade” (Bessa-Luís 1983: 99). No entanto, além de ser muitíssimo improvável esse suposto ajuntamento dos *altos senhores* coincidir com a Batalha do Salado (travada em outubro de 1340 e que reuniu, de facto, os nobres da Península Ibérica), essa data não é confirmada pelo estudo de Fernández, nem pelas Crónicas de Pero López de Ayala, que Agustina cita com aspas (“finó alli Dom Pedro de Castro, que decian de la Guerra, un Grand Señor de Galicia” – Bessa-Luís 1983: 99-100). Aliás, a leitura do estudo de Fernández, baseado nas Crónicas de Ayala, refere que D. Pedro de Castro chegou a Algeciras depois do rei (portanto, nunca antes de 1342): “ya en el mes de octubre - cuando llegó al cerco Pedro Fernández de Castro - Mayordomo Mayor del rey y Adelantado de la Frontera - el rey le ordenó asentar por donde lo hacía el arzobispo” (Fernández [em linha]: 370). Esta questão é muito importante para situar o momento em que D. Pedro se “apodera” de Inês de Castro – nunca antes de 1342, portanto.

²⁵³ Já haviam casado, por procuração, em 28 de fevereiro de 1336, em Évora.

definitivamente para a sua companhia, repudiando Constança” (Bessa-Luís 1983: 136). Esta confirmação é reforçada quando a autora advoga que “Dona Constança parece ter uma certa felicidade até à chegada de Inês” (Bessa-Luís 1983: 101). No mesmo sentido, ficamos a saber que Constança “lembrava-se do tempo em que Inês (...) aparecera na corte” (Bessa-Luís 1983: 177). Até aqui, a narrativa é coerente e até poderia explicar algumas exigências inusitadas do pai de Constança, que estaria informado da *proximidade* de Pedro e Inês²⁵⁴. Inclusivamente, podemos considerar que a referida “tomada” de Inês, após a morte do pai, entre 1342 e 1344, não exclui uma relação anterior entre os dois – seria uma espécie de segunda “tomada”, aliás sugerida pela autora: “não podendo sofrer a separação, é de crer que D. Pedro fizesse quaisquer diligências para a trazer à corte” (Bessa-Luís 1983: 101). Porém, a coerência narrativa de Agustina pode ser questionada a partir do momento em que indica 1335 como “a data em que D. Constança vem para Portugal” (Bessa-Luís 1983: 208) e, mais à frente, refere que Inês chegou a Portugal ao mesmo tempo que Constança, integrando o seu séquito: “e quem chega pelo mês de agosto a Lisboa não é uma esposa, mas são duas, Constança e Inês” (Bessa-Luís 1983: 100). Mesmo pondo de lado o facto de D. Constança Manuel ter chegado de Toro, onde esteve prisioneira de D. Afonso XI, não em 1335, mas em 1340²⁵⁵, não podemos deixar de considerar que, ao referir que as duas castelhanas chegaram juntas a Lisboa, Agustina contraria parte daquilo que havia dito anteriormente: que D. Constança era feliz até à chegada de Inês e que se lembrava do tempo em que Inês aparecera na corte.

Por vezes, Agustina parece misturar os contextos, com alguma superficialidade, aparentemente para arrumar rapidamente um assunto de difícil explicação. Por exemplo, para justificar o desencanto de Inês por D. Pedro, que levou à sua tristeza e à sua sentença de morte²⁵⁶, Agustina refere:

talvez ficasse subitamente séria, sem vontade de rir daquele infante gago e bonito que começava a envelhecer e a parecer-se com um funcionário qualquer. Às vezes, entre as cortinas de seda vermelha, ele aparecia como se estivesse coberto com uma toga. A lei estava a miná-lo como uma doença, uma podridão, um fungo que havia de moer até ao último nervo, até ao último dente. Subitamente Inês deixou de rir, e foi isso que a perdeu (Bessa-Luís 1983: 239).

²⁵⁴ D. João Manuel, pai de Constança, exige, entre outras cláusulas, que D. Pedro “lhe nam tome manceba, em quanto ela for de ydade pera empenhar e paryr, saluo, se ella for de sua natureza manynha e nom pertemçemte pera jerar” (Rui de Pina MMIX: 184).

²⁵⁵ A incorreção da data não é muito significativa para a ficção literária das *Adivinhas de Pedro e Inês*.

²⁵⁶ Atente-se que esta é, apenas, uma das justificações de Agustina.

Esta descrição de D. Pedro é perfeitamente compaginável com as descrições mais vulgarizadas acerca do seu reinado. Mas, apresentada para caracterizar o infante antes da morte de Inês, é completamente incongruente com a figura de D. Pedro. Ou seja, Agustina misturou os contextos: deitou mão do perfil sorumbático do rei D. Pedro, *o Justiceiro*, vergado pela morte de Inês, e colocou-o alguns anos atrás, no tempo da sua relação com Inês – altura em que qualquer registo nos caracteriza D. Pedro como caçador, galhofeiro, eufórico... Claro que Agustina, enquanto ficcionista, pode escrever o que quiser. No entanto, isso não significa que não possamos registar essa estratégia de simplificação e de resolução fácil dos emaranhados, através da mistura de contextos, que acontece frequentemente, por exemplo, nas conversas de Agustina narradora: com Inês, na Quinta das Lágrimas, no início do romance; com D. Branca, freira em Huelga, no capítulo III; com o monge branco, no mosteiro de Alcobaça, no capítulo III; com o Dr. João das Regras, no capítulo V.

Há alturas em que Agustina estabelece relações de causa e efeito nas ações das personagens que parecem, no mínimo, pouco refletidas. Por exemplo, quando afirma que possivelmente Inês nunca amou D. Pedro, acrescenta: “o infante compreendeu talvez isso, porque a corou com uma coroa de pedra” (Bessa-Luís 1983: 239). Além de entreabrir uma porta que desqualifica Inês e questiona todo o imaginário relacionado com o mito da paixão de D. Pedro, Agustina parece querer esconder um ato sublime (a coroação de Inês, seguramente contra a vontade da generalidade dos portugueses) com uma insinuação grosseira de que uma coroa de pedra é um desmerecimento. Com efeito, não consta que alguma estátua tenha sido coroada a ouro.

As *incoerências narrativas* de Agustina tocam também outros aspetos que remetem para investigações pouco cuidadosas: a autora refere-se a Maria Padilla como a “tão perfeita senhora que foi a discreta avó dos nossos infantes mais bem sucedidos no mapa genealógico das dinastias” (Bessa-Luís 1983: 108). Descontada a ironia transportada nas palavras “perfeita” e “discreta”²⁵⁷ e considerando que os nossos infantes *mais bem sucedidos* são os filhos de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, a *Ínclita Geração*, constatamos o lapso de Agustina: Maria Padilla não é avó nem sequer é familiar dos infantes referidos. Os infantes são netos João de Gante e de Branca de Lencastre (pais de D. Filipa de Lencastre, filha primogénita). A confusão de Agustina

²⁵⁷ Esses epítetos não serão, talvez, a melhor caracterização para Maria Padilla, amante de D. Pedro I de Castela.

resulta de ter havido, ao que parece, um segundo casamento de João de Gante com D. Constança (filha de D. Pedro de Castela e de Maria Padilla), tendo Agustina registado erradamente a ascendência da primogénita do Duque de Lencastre. Mas, mesmo que o lapso não existisse, Maria Padilla seria bisavó e não avó dos nossos infantes. Um duplo lapso, portanto, numa escritora que, nas palavras da filha, Mónica Baldaque, como já foi dito, *não era muito de se empenhar em pesquisa*.

4. Semelhanças e diferenças entre o narrador *Seomara* e o narrador *Agustina*

A admissão da incerteza ou mesmo da ignorância constituiu um traço comum ao discurso de *Seomara* e de *Agustina*. No entanto, enquanto a primeira, pela voz das narradoras, clarifica o seu conhecimento com expressões muito frequentes do tipo *eu sei* (“nesse ano a seguir à peste, para meu espanto, eu que sei que depois da morte de Dona Inês o Príncipe nunca mais quis mulher, nasceu-me um neto, mais um bastardo” - Ferreira 2007: 94) ou *eu não sei* (“Samuel Halevi [nasceu] segundo uns, em Toledo, e, segundo outros, em Portugal. Não sei” - Ferreira 2007: 58), a segunda, *Agustina*, poucas vezes admite objetivamente que não sabe (“não sei se é assim, se não” - Bessa-Luís 1983: 226) e, quando lhe escapa a *verdade* das suas convicções, opta tradicionalmente pela colocação de hipóteses e pela explanação de eventualidades²⁵⁸, que aprofundam o pendor fictício da narrativa.

Os narradores heterodiegéticos criados por *Seomara* e por *Agustina* manifestam um posicionamento muito diferente face àquilo que é narrado e, em sentido lato, revelam a formação de base e a intencionalidade da escrita das respetivas autoras: o narrador de *Seomara* é, essencialmente, a voz de uma historiadora, enquanto o narrador de *Agustina* é, essencialmente, a voz de uma ficcionista²⁵⁹.

Assim, *Seomara* é muito pouco interventiva e procura o discernimento que se espera de um historiador: apesar de construir uma ficção, não se afasta das fontes e da memória coletiva construída pelos séculos. Sendo fictício o corpo estrutural do seu romance, mormente a viagem da Rainha e a carta de D. Doce, que constituem praticamente todo o romance, a verdade é que esses dois vetores narrativos são

²⁵⁸ Citam-se alguns exemplos das suas *Adivinhas*: “é possível” (67, 71, 144), “é de crer” (67, 106, 183), “é de supor” (112, 171), “é de prever” (117), “talvez” (173), etc.

²⁵⁹ Passamos a identificar essas *vozes* como *Seomara* e *Agustina*.

balizados pela ortodoxia das fontes historiográficas disponíveis²⁶⁰. Mesmo os narradores D. Beatriz e D. Doce, apesar da focalização interna que lhes atribui bastante autonomia para contar a trama diegética intrínseca ao romance, não se afastam daquilo a que poderíamos chamar a *verdade* conhecida²⁶¹, nas suas virtualidades e nas suas limitações.

Mas, voltando à narradora Seomara, constatamos o seu cuidado em não intervir, em não criar factos artificiais e em não opinar. No fundo, o seu papel de narradora é preponderantemente o de dar vida a personagens históricas e fazê-las reviver acontecimentos potencialmente vividos, desfilando num contexto muito epocal, livres de amarras e de preconceitos que o tempo e as conveniências tantas vezes impuseram. Este desapego de Seomara é traído, talvez apenas, no final do capítulo *Os senhores das sombras*, em que, por breves instantes, mostra a incompreensão pela execução de Inês (“Como, como se chegara até ali? Como?” – Ferreira 2007: 42) e coloca-se numa atitude tutelar relativamente à narradora D. Beatriz, perscrutando-lhe os pensamentos e instituindo um ponto de vista que pode condicionar a perceção do leitor: a história de Pedro e de Inês, como as grandes histórias, “são feitas da poeira dos sonhos, porque nascem do que sobrou dos resquícios secretos das suas memórias” (Ferreira 2007: 42). Ou seja, a história de Pedro e Inês é construída a partir de uma fração ínfima do que resta da memória, tantas vezes alicerçada nos sonhos (ou nos sonos?), potenciadores da imaginação e da irrealidade. Por outro lado, Seomara, de um modo quase impercetível, reforça este ponto de vista, referindo que “D. Beatriz também sabia que muitas vezes os grandes livros [as grandes histórias] – mesmo as que acabam mal – são feitos da poeira dos sonhos” (Ferreira 2007: 42). D. Beatriz, por excelência a guardiã das intimidades da corte, estaria consciente de que aquilo que contava poderia ser apenas um “resquício” das memórias secretas da história de Pedro e Inês.

Seomara, narradora discreta e distanciada da intriga que subjaz ao romance, acaba por, nas últimas nove linhas do capítulo referido, *Os senhores das sombras*,

²⁶⁰ No entanto, pode surgir uma ou outra referência merecedora de reparo. É o caso da ascendência familiar de D. Branca de Castela: na *Cronologia*, Seomara situa, em 1328, o “casamento «por palavras de futuro» de D. Pedro com Dona Branca, filha do rei de Castela” (Ferreira 2007: 125). Ora, D. Branca é filha de D. Pedro de Castela, sobrinha (e não filha) do rei D. Fernando IV e prima de D. Afonso XI, que viria a reinar, com a idade de catorze anos, e a tratar do casamento de D. Branca com D. Pedro de Portugal.

²⁶¹ Para isso, a autora atribuiu-lhes, muito frequentemente, a utilização de palavras e expressões como “eu sei”, “eu vi”, “eu não sei”, “nunca soube bem os lugares”, “eu assisti”, “disseram-me”, “isto é do que me lembro”, etc.

transportar para a narrativa o seu ponto de vista acerca do essencial da história de Pedro e Inês: não compreende a razão do assassinato de Inês e revela que aquilo que é contado pode não passar de um fragmento da história realmente vivida.

Por seu lado, a voz de Agustina é, essencialmente, problematizadora e tendencialmente perversa, como já foi dito. A ficcionista parece considerar que a realidade é demasiado complexa para ter uma explicação simples e, por isso, a sua *descida aos infernos*, posicionando-se como narradora do outro mundo, pretende sobretudo legitimar uma explicação para as suas crenças: perante a profunda angústia de não poder comprovar aquilo em que acredita, Agustina institucionaliza as suas convicções. Assim, por exemplo, perante a dificuldade de comprovar o casamento de Pedro com Inês, Agustina fez uma visita (imaginária, naturalmente) a um frade de Alcobaça, a quem, supostamente, D. Pedro aparecera depois de morto, para confessar um grande segredo²⁶². Como o frade não respondeu às dúvidas de Agustina, ela resolve a questão à luz da sua verdade: “vou-me embora, e escrevo de Pedro o que de Pedro creio. Isto é bem servir” (Bessa-Luís 1983: 81). Ou seja, Agustina, com a legitimidade que lhe é concedida pelo seu estatuto de ficcionista, assume que escreve aquilo em que crê e não aquilo que aconteceu de facto. Deste modo, muitas vezes, formaliza explicitamente as suas opiniões através de palavras e expressões como “talvez”, “é de crer”, “é possível”, “é de supor”, a fim de adornar a narrativa com apreciações que ancoram, frequentemente, em questões de natureza sexual e psíquica – é o que acontece com a referência à suposta homossexualidade de D. Afonso IV (“talvez constasse que D. Afonso IV (...) fosse inclinado aos rapazes” – Bessa-Luís 1983: 226) e ao seu agrado por um jovem mouro dos campos do Salado (“de tudo o que ele trouxe como espólio do Salado, foi um jovem mouro o que mais lhe agradou” – Bessa-Luís 1983: 226)²⁶³.

Para além das suposições assumidas por Agustina²⁶⁴ ou da confissão da sua absoluta incerteza como, por exemplo, a propósito da eventual paixão despertada por Inês de Castro em D. Afonso IV, já referida, há também momentos em que a escritora

²⁶² O segredo de ter casado com Inês de Castro.

²⁶³ Seomara é muito mais contida e refere que, do Salado, D. Afonso IV “só trouxe como recordação uma arma cravejada de pedras preciosas” (Ferreira 2007: 39).

²⁶⁴ É de referir que Agustina se apressa a legitimar essas suposições. Por exemplo, relativamente à homossexualidade de D. Afonso IV, ela afirma que “é tão legítimo de aventurar como o facto de D. Pedro ser suspeito de ser afeiçoado ao seu escudeiro Afonso Madeira” (Bessa-Luís 1983: 226).

transforma as suas convicções em factos surpreendentes. Por exemplo, na conversa imaginosa que mantém com o Dr. João das Regras, referente à ação deste jurista nas Cortes de Coimbra, está escrito o seguinte: “quantas vigílias, quantas peças jurídicas tivera que estudar palavra por palavra, para ganhar um reino para um bastardo medíocre e sempre pronto a desertar dos seus magros direitos?” (Bessa-Luís 1983: 121). É um facto que o Mestre de Avis era bastardo de D. Pedro e é um facto que ganhou o reino em Coimbra, por força da intervenção engenhosa e talvez artilosa do Dr. João das Regras. Mas será *O de Boa Memória* e pai da *Ínclita Geração* um “bastardo medíocre”? E, diga-se, este tipo de observação já antes havia sido engendrada por Agustina, comparando o Mestre de Avis com o filho mais velho de Inês, considerando-o “mais bastardo e mesquinha pessoa do que D. João” (Bessa-Luís 1983: 111).

Frequentemente, Agustina procura amarrar o leitor, tornando-o cúmplice das suas conjecturas. Para isso, lidera um percurso de reflexão conjunta, partindo de um cenário meramente hipotético, conduzindo o mesmo leitor e vinculando-o ao mundo imaginativo que constrói: “Mas imaginemos assistir ao primeiro encontro dos amantes” (Bessa-Luís 1983: 96). Depois de vaguear por um universo de suposições, onde não faltam adereços inesperados de um realismo verdadeiramente queirosiano²⁶⁵, a autora remate a descrição desse primeiro encontro, coagindo o leitor a aceitar o cenário hipotético criado: “não se diga que isto não está bem descortinado das brumas pardas da História” (Bessa-Luís 1983: 99).

A abordagem do casamento de Pedro e Inês, assunto nevrálgico para a compreensão do tema em estudo, é um bom exemplo para perspetivar as semelhanças e as diferenças de posicionamento entre Seomara, historiadora a fazer ficção, e Agustina, ficcionista a tratar um assunto com base histórica.

As dúvidas de Seomara motivam-lhe a maior prudência no tratamento do tema, não arriscando mesmo pronunciar-se sobre esse casamento, a não ser através da focalização interna de D. Beatriz. Este distanciamento não impede, porém, uma análise que revisita o essencial do discurso historiográfico e, apesar de ficcionado e carregado de incertezas, apresenta as pistas necessárias para uma explicação verosímil, ainda que fictícia, para aquilo que pode ter acontecido.

²⁶⁵ Com efeito, uma leitura rápida deste suposto encontro de Pedro e Inês, registado a partir do último parágrafo da página 96, até à página 99, com referência a contextos, pormenores, retratos e atitudes de extraordinário visualismo descritivo, facilmente evoca o discurso do autor de *Os Maias*.

Seomara, através da focalização interna de D. Beatriz, sempre com um discurso carinhoso e maternal, refere que “Pedro consumava os seus deveres matrimoniais” (Ferreira 2007: 44) com D. Constança. Ora, *consumar os deveres matrimoniais* era aquilo que se esperava de um marido, no contexto dos casamentos nobres medievais, sempre negociados e, muitas vezes, ao arrepio da vontade dos noivos – o amor estava reservado para outras relações mais ou menos sigilosas, bem mais intensas, e vulgarmente aceites.

À corte, segundo D. Beatriz,

um dia chegou, a pedido de D. Constança, uma amiga de infância, para sua companhia. Inês. Inês de Castro. Foi muito simples. Tinha 15 anos (...) quase da altura de Pedro, e bela (...) Era uma deusa (...). E com ela chegou o Amor (Ferreira 2007:44).

Inês trouxe à vida de Pedro o arrebatamento emocional que o casamento não lhe podia dar, não por falha intrínseca e exclusiva do seu casamento, mas porque os afetos não têm necessariamente de acompanhar os contratos. E o amor, que em Pedro foi “total, absorvente, único” (Ferreira 2007: 113), tocou a sensibilidade feminina de Seomara e fê-la revelar a aceitação discreta das mulheres mais poeinentes da Corte: “D. Constança percebia e olhava de soslaio, às vezes com uma certa tristeza mesclada de compreensão, o rosto da amiga [Inês]” (Ferreira 2007: 52), enquanto D. Beatriz desabafava numa expressão a aceitação da infidelidade do filho – “como se ele fosse o único” (Ferreira 2007: 63). A transformação que “D. Inês de Castro, a magnífica *Iseut* [Isolda] do Infante” (Ferreira 2007: 84) trouxe à vida de Pedro é simbolicamente representada pela ausência da habitual gaguez depois de fazerem amor:

ele ria-se, repetindo trovas do avô, D. Dinis, pleno daquela felicidade transbordante que nos concede o milagre do amor. E muitas vezes nem gaguejava naqueles momentos! Sentia-se perfeito (Ferreira 2007: 85).

Quanto a Inês, apesar da animosidade com que o povo a tratava, chamando “*Ineses* ou *ruças como a Carastro*” (Ferreira 1983: 63) a todas as mulheres que tinham amantes, Seomara encarrega as narradoras de a reabilitarem, expressando a sua linhagem real²⁶⁶ e a correspondência ao amor de Pedro, embora a sua paixão tenha sido “mais subtil, reservada” (Ferreira 2007: 114), como seria normal numa donzela da corte.

²⁶⁶ Era descendente de D. Sancho IV de Castela, tal como D. Beatriz (Ferreira 2007: 63).

A narradora descreve o “Amor louco de Pedro por Inês” (Ferreira 2007: 70), relevando a carga emocional da personificação desse sentimento, e lembra que, por causa de Inês, após a morte de D. Constança, “obstinado, até colérico, recusou” o casamento, sob proposta do pai, com qualquer outra “Senhora, filha de Rei” (Ferreira 2007: 70), continuando a fazer “doações de terras e bens a Dona Inês” (Ferreira 2007: 70). Um pouco mais tarde, no emaranhado das tricas políticas que opôs Castela a Leão, Navarra e Aragão, D. Afonso IV aceitou o casamento do filho com Inês, a fim de evitar que o casamento com uma princesa peninsular arrastasse Portugal para a guerra que eclodira entre D. Pedro I de Castela e D. Pedro IV de Aragão. Com efeito, no calor da refrega, o casamento do herdeiro de Portugal com uma princesa da península obriga-lo-ia a “tomar partido por uma das partes e engolfinhar-se numa guerra fratricida” (Ferreira 2007: 71). Casando com Inês, D. Pedro só teria de manter a equidistância de Portugal e uma inteligente política de neutralidade e concórdia. Por esta via, explica a narradora, D. Afonso IV afastava também as ambições dos irmãos Castro sobre Castela, já que eles pretendiam que D. Pedro, enquanto neto de Sancho IV de Castela, concorresse ao trono vizinho. A lisura da proposta da coroa, porém, é desfeita pela voz da própria D. Beatriz que afirma que a autorização papal para o casamento de Pedro e Inês “não viria com certeza” (Ferreira 2007: 71), mas este compasso de espera permitia ganhar tempo até que a tensão entre os outros reinos peninsulares esmorecesse e, dizemos nós, D. Pedro pudesse, finalmente, casar com alguma *Senhora, filha de Rei*. D. Beatriz não acredita que Inês pretendesse afastar do trono de Portugal o filho de D. Constança, D. Fernando, mas aceita que ela sonhasse ver os seus filhos a sucederem a D. Pedro, se ele fosse rei de Castela, Aragão e Leão. Aliás, D. Beatriz desfaz as dúvidas sobre as intenções de Inês, compreendendo o seu sonho de mãe, tratando-a com a maior dignidade e não lhe imputando qualquer desprimor:

É evidente que ela teve esse sonho. Só se fosse estúpida o não entreveria e mais, se D. Fernando, fraco, doente, de pulmões sempre apanhados pelas diferenças do clima, com tosse, se finasse... D. Pedro não teria herdeiro legítimo e D. João ou D. Dinis poderiam ascender ao trono (Ferreira 2007: 71).

Este comportamento intocável de Inês contrasta com a ambição e a intriga dos seus irmãos, por quem D. Beatriz declara não pôr “as mãos no fogo” (Ferreira 2007: 71), indo mesmo ao ponto de admitir que a ideia do assassinato de D. Afonso IV “lhes perpassou pela cabeça” (Ferreira 2007: 72).

D. Beatriz refere que D. Pedro recusou a autorização do pai para casar com Inês, porque “talvez tenha visto nela, ensinado e dominado pela esperteza dos Castros, uma armadilha” (Ferreira 2007: 72), para, um pouco mais à frente, admitir que D. Pedro não aceitou o casamento porque ficou numa encruzilhada: se o aceitasse, corria o risco de a Santa Sé o não legitimar²⁶⁷; se a Santa Sé autorizasse o casamento, poderia colocar em risco a situação de D. Fernando, que passaria a ter mais dois irmãos legítimos. No entanto, D. Beatriz afirma que esta justificação não a convence muito e, apesar de manifestar grandes dúvidas, avanta a possibilidade de Pedro e Inês, mesmo sem autorização do Papa, terem conseguido a união pela Igreja²⁶⁸. Daí, conclui D. Beatriz, resultavam “duas terríveis consequências: bigamia, aos olhos da Igreja, se casasse com outra mulher, e os filhos de Inês seriam apenas fruto do adultério mas, casado com ela, pela morte de D. Fernando, D. João e D. Dinis poderiam sempre ascender à Coroa” (Ferreira 2007: 72). Neste enredo, em que “D. Pedro recusou todas as propostas” (Ferreira 2007: 72) de casamento que lhe foram apresentadas por D. Afonso IV, o texto de Seomara não é esclarecedor, ou porque o peso daquilo que está a ser dito é demasiado terrível para ser perspetivado pela focalização interna de uma narradora inseparável da circunstância de ser mãe de D. Pedro, ou porque, perante a incerteza, Seomara prefere assumir a limitação do conhecimento da narradora, em vez de arriscar uma opinião subjetiva. Com efeito, se D. Beatriz admite a existência de bigamia e de adultério, então deveria ser consequente e admitir o casamento de Pedro e de Inês ainda durante a vida de Constança. Parece claro que D. Beatriz é traída pelo seu próprio discurso ou, talvez melhor, parece claro que, enquanto mãe, não quer macular a relação de Pedro e de Inês e, enquanto sogra, não quer trair os laços com Constança, muito embora a historiadora Seomara se sinta na obrigação de não encerrar completamente uma cortina comprometedora: os filhos de Inês seriam *fruto do adultério*, porque a relação de Pedro com Inês já existiria em vida de D. Constança. Os filhos de Inês eram, portanto, naturais pretendentes ao trono, logo a seguir a D. Fernando, herdeiro legítimo.

²⁶⁷ Seomara não diz porquê, mas presume-se que D. Pedro poderia estar a pensar na influência que, nas suas costas, D. Afonso IV movia junto do Papa (aliás, referida nas crónicas), impedindo a concretização do casamento com Inês, o que explicaria que D. Beatriz tenha afirmado que a autorização do Papa “não viria com certeza”, como já foi referido.

²⁶⁸ Era o chamado casamento com bênção sacerdotal, presidido por um clérigo e com validade formal, sendo a mulher abençoada, como já anteriormente foi referido.

A dignidade com que Seomara procura apresentar a história de Pedro e Inês coloca a relação física, formal e explícita, dos dois a partir do momento em que Pedro está descomprometido, por morte de D. Constança, ao mesmo tempo que coloca no âmago dessa relação a busca legítima da felicidade: “ele era o Infante, o futuro Rei, estava viúvo, livre, e Inês seria sua! Ponto assente. O pai que se danasse, toda a Corte, o povo, todos. Tinha o direito de ser feliz” (Ferreira 2007: 63).

Ora, a delicadeza e a prudência com que Seomara trata a relação de Pedro com Inês, mantendo o maior respeito por esse *Amor louco*, nunca assumindo como certo o polémico casamento e sugerindo que D. Pedro *recusou todas as propostas* para proteger Inês, contrasta com a severidade ou mesmo com o escárnio de Agustina. Esta, muito preocupada com o enredo da ficção e pouco preocupada com a História, assume uma posição pouco abonatória em relação aos comportamentos de D. Pedro e de D. Inês, admitindo uma multiplicidade de cenários, todos eles balizados na traição e humilhação a D. Constança. Dessa variedade de cenários, selecionamos apenas um, para exemplificar: as *Adivinhas de Pedro e Inês* admitem que o nascimento do primeiro filho de Inês, “D. Afonso, que faleceu em menino, seja até anterior à do nascimento de D. Fernando” (Bessa-Luís 1983: 71-72), filho de Constança, como admitem mesmo que D. Constança estava sujeita “à pior das injúrias – a da farsa do casamento que não podia senão ser considerado crime de bigamia. É bem um ato petrista, e diz muito do seu caráter” (Bessa-Luís 1983: 72). Ou seja, a bigamia declarada por Agustina é imputada ao casamento com D. Constança, que teria casado com D. Pedro depois do consórcio deste com D. Inês de Castro. Como já foi dito, o casamento de Pedro e Inês é apontado por Agustina em vários locais e datas, sendo a mais antiga fixada entre 1333²⁶⁹ e 1335, altura em que D. Pedro “já se desaviera com o pai [por motivos que] são obscuros” (Bessa-Luís 1983: 60). Agustina concretiza a sua tese, afirmando que foi D. João Afonso de Albuquerque quem convenceu D. Pedro

a tirar do leito Inês, para lá meter D. Constança (...) objeto de bigamia (...). Essa data de 1335 deve ser riscada e esquecida; ou qualquer data entre 1335 e 1336, que é onde se situa o casamento escondido de D. Inês e o Infante de Portugal. Por isso, ele e as testemunhas vacilam ao precisar o tempo do recebimento; não é possível dizer a verdade, porque isso seria confessar um crime (Bessa-Luís 1983: 88).

²⁶⁹ Altura do *descontentamento* de D. Pedro com D. Branca de Castela, sua primeira noiva.

Daqui resultam consequências dramáticas, escancaradas por Agustina: Constança era “mãe de bastardos reputados como lúdimos” (Bessa-Luís 1983: 136), o que implicava a nulidade do seu casamento e a ilegitimidade de D. Fernando herdar o trono.

O desprezo com que Agustina se refere a D. Pedro e a esse *ato petrista que diz muito do seu caráter*, é verificável em muitos outros momentos, sob diversas formas: “não muito inclinado às mulheres” (Bessa-Luís 1983: 24), na realidade, ele não pretende Inês, mas procede como se esse fosse o seu desejo mais ardente” (Bessa-Luís 1983: 24); fazia-se acompanhar por homens de má reputação, ladrões e vagabundos de toda a espécie, que o seguiam pelo saque, e a quem ele não pagava” (Bessa-Luís 1983: 63); atuava como “os homens mais miseráveis” (Bessa-Luís 1983: 212); é-lhe lembrado o epíteto de *traidor*, por ter mandado matar Pero Coelho e Álvaro Gonçalves, “contra a palavra jurada sobre os Evangelhos” (Bessa-Luís 1983: 111); “a última fase da vida de D. Pedro é ocupada pela obsessão dessa severidade levada até à demência” (Bessa-Luís 1983: 34).

Relativamente a Inês, Agustina realça-lhe a prosápia de situar “a casa dos Castros acima do cetro de Portugal, mais recente e, no fim de contas, também tocado de bastardia” (Bessa-Luís 1983: 135). Depois de referir que Gil Vicente aproveitou o retrato de Inês de Castro para construir a sua Inês Pereira²⁷⁰ (Bessa-Luís 1983: 141), Agustina apresenta-a com “uma certa ambiguidade que a aparenta com a prostituta” (Bessa-Luís 1983: 64), “uma espécie de heroína sinistra, como Leonor Teles, com fama assente de serem ambas ambiciosas e pró-castelhanas” (Bessa-Luís 1983: 132).

Referindo-se ao conluio entre Pedro e Inês relativamente ao batizado de D. Luís, Agustina não podia ser mais corrosiva: instruída por Pedro, Inês não diria as palavras habituais em nome do afilhado e, dessa forma, não seria comadre de Pedro e poderia casar com ele. Esta referência, que Agustina retira do discurso do Dr. João das Regras, nas Cortes de Coimbra, suscita a maior repulsa e rebaixa “a condição moral de Pedro e Inês, que deixaram o neófito sem batismo e assim afastado do reino de Deus. Trata-se de um crime maior do que o do adultério ou do casamento clandestino” (Bessa-Luís 1983: 196).

²⁷⁰ Que remete para esse grotesco final da farsa vicentina, “assi se fazem as cousas”, que pode muito bem ser associado ao facto de Agustina referir que D. João Afonso de Albuquerque foi o “alquimista de alcova, o Sganarello da política. Inês obedede-lhe e até certo ponto pertence-lhe” (Bessa-Luís 1983: 117) – para Agustina, Pero (Marques) poderia ser, assim, um *alter ego* de D. Pedro.

Seomara e Agustina, tão semelhantes na angústia das incertezas e tão diferentes na forma como se intrometem na narrativa, terminam os seus livros humanizando Pedro e Inês, apesar de o fazerem com perspectivas díspares.

Em *Inês de Castro – A Estalagem dos Assombros*, D. Beatriz já havia comparado o filho ao lendário Lancelot em busca do seu Graal (Ferreira 2007: 100). Quando o romance está prestes a ficar concluído, ficamos a saber, pela voz de D. Doce, que as exéquias de Inês foram a reabilitação da amada de Pedro: “ninguém se sentia indiferente à homenagem, e a «ruça que quer entregar Portugal aos castelhanos» desvanecera-se na memória de todos. Apenas ficava a Mulher, a rainha impoluta, solene” (Ferreira 2007: 118-119). A narrativa fica circunscrita, *fechada*, com uma interpretação do epitáfio, verdadeira declaração do mítico amor eterno: “acompanha-me até ao fim do mundo”, nesse desejo de Pedro ter Inês a seu lado pela eternidade “que não tem princípio nem fim” (Ferreira 2007: 120).

Em *Adivinhas de Pedro e Inês*, Agustina, portadora de uma “visão da radical incompletude e complexidade da realidade” (Nunes 2014: 12), realça também o amor de Pedro, que já antes tinha classificado como “um amor revestido de paixão luciferina” (Bessa-Luís 1983: 174) e submete-o à labiríntica teia das paixões inefáveis:

é possível que ele tivesse amores com o seu escudeiro, os seus homens de altanaria, treinadores de falcões e de cavalos (...). Mas Inês era o desejo, e sem ela não havia mais conjugação e contacto com todas as coisas do mundo (Bessa-Luís 1983: 238).

Assumindo que *cultivou*, ou seja, inventou Inês “desde os pés aos cabelos” (Bessa-Luís 1983: 235), Agustina termina a narrativa revisitando a ideia de que uma história nunca fica completa, nunca fica fechada, porque a complexidade da realidade impede a estagnação e exige novos desenvolvimentos. Assim, a escritora evoca uma verdadeira caixa de Pandora, “um sentimento de pavor obscuro” (Bessa-Luís 1983: 239), ao sugerir a ambiguidade e a hipocrisia que podem ter caracterizado a relação de Pedro e Inês: o amor de Inês foi uma farsa e Pedro sabia isso muito bem. Mas Agustina liberta-se rapidamente da camisa de forças em que se meteu com esta observação, desculpabilizando Inês e, através dela, todas as mulheres: “julgar mulheres é vão emprego, pois delas tudo são memórias e não culpas” (Bessa-Luís 1983: 239). No entanto, fica indelével a *fragmentação* e a *incompletude* da realidade, que urge

reconstruir – a história e o mito têm de continuar o seu percurso nunca acabado, porque são uma construção permanente.

V – CONCLUSÃO

O trabalho que agora termina comprova a insondabilidade da história de Pedro e Inês, por mais laboriosa que seja a procura. Sendo certa a existência de uma base historiográfica mínima e inicial que permite dar como provado o conluio de D. Afonso IV na execução de Inês, em sete de janeiro de 1355, não é menos verdade que a conveniência política alimentou a narrativa posterior e condicionou a memória, impedindo a revisitação objetiva dos factos.

Os registos oficiais mais solenes foram prescritos pelas orientações do poder estabelecido pelas Cortes de Coimbra, que legitimaram a Dinastia de Avis, em desfavor dos filhos de Inês. Ora, a necessidade dessa legitimação promoveu uma atividade cronística alinhada com a coroa de Avis e reprodutora dos seus interesses, pelo que os fundamentos da verdade histórica permanecem, com efeito, insondáveis²⁷¹ e o caminho da investigação encontra mais hiatos do que preenchimentos.

Independentemente dos motivos concretos que ditaram a morte de Inês, a pungente e violenta reação de Pedro assumiu proporções tão dramáticas que facilmente criou condições para alçar aquela relação à categoria de amor proibido e trágico²⁷². Com efeito, considerando a mentalidade e as práticas da época, a tragédia resultou muitíssimo mais da reação de Pedro ao assassinato do que do assassinato em si mesmo.

A contradição entre, por um lado, os comportamentos excessivos e a vingança de Pedro, a Declaração de Cantanhede e a confissão pública que resulta da construção dos túmulos de Alcobça e, por outro lado, o anátema criado nas Cortes de Coimbra sobre Inês e os filhos, hão de ter incentivado o interesse pelo reconto dessa *estranha paixão*, tanto mais que a *verdade oficial* não foi suficientemente estanque²⁷³. Deste

²⁷¹ Agustina Bessa-Luís não se coíbe de afirmar que “toda a crónica petrista parece eivada de mentiras” e que “Rui de Pina contradiz-se” (Bessa-Luís 1983: 73). Ora, estas supostas *mentiras* e *contradições* dizem respeito, entre outros assuntos, a uma questão fulcral que é a data da morte de D. Constança: a determinação objetiva dessa data, comparada com a data do nascimento dos filhos de Inês, esclareceria muito acerca da vida privada de D. Pedro e de D. Inês de Castro e da legitimidade da herança da coroa de D. Fernando.

²⁷² Com efeito, a reação de Pedro foi a espoleta e a legitimação dessa relação. Não fora essa reação e, muito provavelmente, a vida correria o seu curso banal, D. Fernando seria rei e o assassinato de Inês poderia ter muito menos repercussões, como aconteceu com o assassinato de Leonor de Gusmão (cinco anos antes de Inês) ou de Branca de Bourbon (seis anos depois de Inês), que acabaram por ser consideradas meras mancebas reais.

²⁷³ Como, a seu tempo, foi aqui analisado, a refundição do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, ocorrida antes de 1383, atesta que D. Pedro casou “outra vez” com D. Inês, filha de D. Pedro de Castro. A fazer fé neste documento, fica esclarecido o casamento de Inês, permanecendo apenas ambígua a questão

modo, entre o estímulo que sempre resulta da imposição de obstáculos e, por outro lado, a imaginação fértil motivada pelas dúvidas, haveria de nascer uma narrativa algo inventiva, mesclando verdade e fantasia. Com efeito, o estribo de toda a investigação e produção escrita acerca deste assunto resulta da tensão entre história e ficção, com evidente predomínio da segunda. O tema histórico *Pedro e Inês* foi permanentemente submergido “pela transgressão clara e determinada das fronteiras entre realidade histórica e ficção, pela contradição ostensiva, fantasiosa e provocatória da versão ortodoxa do passado” (Delille 2004: 190). Por isso, Fátima Marinho chama a atenção para a “inevitabilidade da procura e a angústia que se pode gerar na tomada de consciência da inutilidade da mesma” (Marinho 2004: 351). Assim, acabamos sempre por nos mover no terreno melindroso de uma *ficção histórica*, fértil para a interpretação subjetiva e para a fruição estética, mas motivadora da atomização da História. Uma vez que a História não é o que aconteceu, mas o relato que se fez desses acontecimentos, é imperioso que esse relato seja o mais apolíneo possível.

É possível que a História não possa “prescindir por completo do elemento ficção” (Machado 1979: 61). Mas, uma vez que a História deve ser o esteio da identidade e o espelho de qualquer povo, o facto de a sua construção ser permeável à imaginação e à ficção literária questiona aquela identidade, dessacralizando-a.

Pode o romancista não ser obrigado a respeitar a História, como defendeu Vargas Llosa. E é indesmentível que, sobretudo a partir da eclosão do romance histórico pós-moderno, o ficcionismo do passado tomou as rédeas do registo escrito, dando azo a todos os enfoques e garantindo a institucionalização de uma certa *moda literária* de abordar a escrita com fundamento histórico. Mas não deixa de ser verdade que a alma de uma nação se constrói, permanentemente, a partir do legado cultural. Deste modo, travestir a História só pode contribuir para inquinar a compreensão do percurso coletivo do povo que a constitui.

O pouco que sabemos e o muito que ignoramos não deveriam legitimar a erupção de franco-atiradores da ficção historiográfica que acabam por construir, pelo escândalo sempre estimulante, perspectivas verosímeis de uma realidade ignorada. É capaz de ser mais edificante desconhecer a verdade completa do que vislumbrar um

de saber se o primeiro casamento de Pedro, que está subentendido, é com D. Branca de Castela ou com D. Constança Manuel – a análise explanada no nosso trabalho mostra que a primeira noiva de D. Pedro foi D. Branca.

conhecimento potencialmente erróneo, fundamentado em coisa nenhuma. María Pilar Queralt del Hierro escreve o seguinte, acerca de um assomo de paixão de D. Afonso IV por Inês de Castro:

Como explicar aquele violentíssimo desejo que fizera despertar nele, quando a idade avançada já o tinha obrigado a esquecer tais ânsias? Como entender que, desde então, os seus lábios ambicionassem beijar aquele colo alvíssimo e os seus braços quisessem rodear aquele corpo que, de tão esbelto, parecia poder quebrar-se? (Hierro 2003:100).

Não estando em questão a excelência da ficção literária de Hierro ou de qualquer outro bom ficcionista, será legítimo e intelectualmente correto mascarar personagens históricas, atribuindo-lhes atitudes e comportamentos que derivam apenas da capacidade imaginativa do escritor?²⁷⁴ A memória coletiva constrói-se, algures, entre o direito à liberdade de expressão e o dever de questionar ou mesmo de desmascarar qualquer deriva carnavalesca. A ficção literária é legítima porque é servida por personagens fictícias e constrói mundos possíveis, o que não diminui a sua relevância estética e cultural e o seu poder de influenciar o percurso dos homens. No entanto, a partir do momento em que a narrativa invoca a biografia ou a recriação historiográfica, surge o dever do distanciamento e, com ele, o dever da objetividade possível. A literatura, como qualquer outra manifestação artística, comunica e reconstrói a realidade, pelo que deve assumir a responsabilidade ética de não enveredar pela invenção infundada²⁷⁵.

O nascimento consecutivo de vários filhos de Pedro e de Inês é revelador de uma relação intensa, pelo menos do ponto de vista sexual. A guerra movida ao pai e a perseguição e assassinato de prováveis implicados na execução de Inês mostra que Pedro, por retaliação ou por necessidade de afirmação narcísica, teve uma reação justa quase talianesca a essa morte, registada por quantos escreveram acerca da sua vida. A confissão do casamento com Inês, reiterada no testamento, e a colocação original dos túmulos de Alcobaca, lado a lado, têm de ser aceites como garantia de um conúbio e de um amor efetivo, seja de que matiz for. Para além disto, quase tudo é suposição e invenção, tendo as várias narrativas literárias, com mais incidência

²⁷⁴ A sugestão de Hierro, já anteriormente referida por Agustina, implicaria a construção de toda uma outra narrativa, histórica e literária, para explicar as violentas quezílias entre D. Afonso IV e D. Pedro (antes da chegada de D. Constança a Portugal), bem como o afastamento de Inês para Albuquerque.

²⁷⁵ Reforça-se que estamos a referir aquele tipo de narrativas que recriam biografias e assuntos de natureza historiográfica. Toda a restante literatura tem legitimidade para escrever o que quiser, desde que seja claro que se está a debruçar sobre personagens e assuntos fictícios, ainda que suscetíveis de estabelecer relações com contextos e indivíduos reais.

historiográfica ou com mais imaginação, construído uma imagem dos dois amantes, sobretudo de Pedro²⁷⁶, que vai desde a identificação com o mito do amor para além da morte, puro e eterno, até ao grotesco e à psicopatologia emocional. Mas há um denominador comum: armado da ira e da espada, ganhando ou perdendo a alma no momento em que lhe mataram Inês, compensando através de excessos a perda desse “amor luciferino” (Bessa-Luís 1983: 182), Pedro é um “Lancelot cheio de mágoas e mácula, buscando em vão o Santo Graal” (Ferreira 2007: 85), *até ao fim do mundo*.

Falar de Pedro e falar de Inês, ao longo de mais de duzentas páginas, redundando num indisfarçável estado de desconforto intelectual, porque muito parece ter-se escrito, sem que grande coisa pareça ter-se dito. Com efeito, a paixão de Pedro e Inês continua envolta no *manto diáfano da fantasia* e tentar compreendê-la pode não passar de uma tentativa ilusória de explicar aquilo que é, radicalmente, inexplicável: os excessos e as consequências de uma paixão proibida não encontram na razão terreno suficiente para a sua fundamentação. Por isso, a história do *Romeu português* há de permanentemente ser revisitada, porque permanentemente haverá alguém que julga ter a chave alternativa para deslindar os mistérios, por vezes propositadamente labirínticos, que o tempo se encarregou de construir. Ora, os mistérios não podem ser explicados, ou melhor, admitem todas as explicações. Assim, o tema *Pedro e Inês* é uma estória em expansão e acaba por ser aquilo que nós quisermos.

²⁷⁶ Com efeito, a imagem de Inês é, quase sempre, perspetivada em função dos comportamentos de Pedro.

BIBLIOGRAFIA

Ativa

Corpus de análise

BESSA-LUÍS, Agustina (1983), *Adivinhas de Pedro e Inês*, Lisboa, Guimarães Editores.

FERREIRA, Seomara da Veiga (2007), *Inês de Castro – A Estalagem dos Assombros*, Lisboa, Editorial Presença.

Corpus de consulta

AGUIAR, João (2006), Coleção CoolTura, 2ª ed., Porto, Edições Asa.

ANTÓNIO FERREIRA, *Castro*, Introdução, notas e glossário de MARQUES, F. Costa (1967), 2ª ed., Coleção Literária Atlântida, Coimbra, Atlântida Editora.

ARNAUT, Salvador Dias (1985), *A crise nacional dos fins do século XIV*, Separata dos “Anais”, II Série, Vol. 30, Lisboa, Academia Portuguesa de História.

BAÊNA, Miguel Sanches de e LOUÇÃO, Paulo Alexandre, coord. (2008), *Grandes Enigmas da História de Portugal – Vol. I*, 2ª ed., Lisboa, Ésquilo.

BELO, Ruy (1974), *A Margem da Alegria*, Coleção Círculo de Poesia, Lisboa, Moraes Editores.

BRAGA, Isabel M. R. Drumond, “Para o Estudo da Bigamia em Portugal no século XV”, in FONSECA, Luís Adão da, AMARAL, Luís Carlos e SANTOS, Maria Fernanda Ferreira, coord. (2003), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, 1ª ed., Vol. II, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 519-527.

CALZADA, Bernardo María de, MDCCXCI, Joaquín (hijos de), *La Verdadera Historia de Ines de Castro: suceso português*, Madrid, ed. fac-similada.

CAMÕES, Luís Vaz de, edição organizada por RAMOS, Emanuel Paulo (1975), Porto, Porto Editora.

CASTRO, Fernando Bruquetas de (2010), *Reis que amaram como rainhas*, Lisboa, 1ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros.

DOMINGUES, Mário (2002), *Inês de Castro na vida de D. Pedro*, Lisboa, Edições Prefácio, coleção História.

DUARTE, Paulo Duarte (2003), *O Equilíbrio Ibérico, Séc. XI – XX, História e Fundamentos*, Lisboa, Edições Cosmos – Instituto da Defesa Nacional.

FERNÁNDEZ, Luis Suárez, “Portugal y España: vivencias comunes”, in FONSECA, Luís Adão da, AMARAL, Luís Carlos e SANTOS, Maria Fernanda Ferreira, coord. (2003), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, 1ª ed., Vol. II, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 815-819.

FERNÃO LOPES (1983), *Crónica de D. João I*, com introdução de Humberto Baquero Moreno, I volume, Barcelos, Livraria Civilização Editora, Biblioteca Histórica – Série Régia.

FERNÃO LOPES (1986), *Crónica de D. Pedro I*, com introdução do Professor Damião Peres, Porto, Livraria Civilização Editora, Biblioteca Histórica – Série Régia.

FIGUEIREDO, Antero de (1944), *D. Pedro e D. Inês / “O Grande Desvayro”*, Lisboa, Livraria Bertrand.

GOMES, Saul António, “Uma dama na Leiria medieval: Beatriz Dias, ‘manceba del-rei’ D. Pedro I, in *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras, 2ª parte da Miscelânea em honra do Doutor Dias Arnaut, vol. LXXVII, pp. 115-143.

GONÇALVES, Joaquim Cerqueira, “Narrativa, Mito e História – Referências Medievais”, in FONSECA, Luís Adão da, AMARAL, Luís Carlos e SANTOS, Maria Fernanda Ferreira, coord (2003), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, 1ª ed., Vol. II, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 643-646.

HELDER, Herberto (1985), “Teorema”, in *Os passos em volta*, 5ª edição, Lisboa, Assírio e Alvim.

HIERRO, María Pilar Queralt del, *Inês de Castro*, trad. de BARATA, Saul (2003), Lisboa, Editorial Presença.

JÚDICE, Nuno, *Pedro, lembrando Inês* (2001), Lisboa, Publicações D. Quixote.

LEITE, Orlando, OLIVEIRA, Raquel e TRIGUEIRÃO, Sónia (2011), *A vida louca dos reis e rainhas de Portugal – A verdade escondida pela História*, 5ª edição, Lisboa, Edições Marcador.

LOPES, Maria José Ferreira (2011), Verdade e exemplaridade nas narrativas do “feminil linaje” das *Coplas del Contemplo del Mundo* do condestável D. Pedro de Portugal, Braga, Universidade Católica Portuguesa.

LOURENÇO, Paula, PEREIRA, Ana Cristina e TRONI, Joana (2008), *Amantes dos reis de Portugal*, 1º ed., Lisboa, A Esfera dos Livros.

MARQUES, José (2006), *O Mosteiro de Alcobaça e a Monarquia*, Separata do vol. LIV da Revista Cultural Bracara Augusta, Braga, edição da Câmara Municipal de Braga.

MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira, “A Mulher entre a Norma e a Prática na Idade Média Portuguesa”, in FONSECA, Luís Adão da, AMARAL, Luís Carlos e SANTOS, Maria Fernanda Ferreira, coord. (2003), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média* (2003), 1ª ed., Vol. I, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 99- 102.

MATTOSO, José (2009), *Naquele Tempo - Ensaio de História Medieval*, 1ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores

MATTOSO, José (coord.) e SOUSA, Armindo de (1997), *História de Portugal*, segundo volume, “A Monarquia Feudal (1096-1480)”, Editorial Estampa.

MENDONÇA, Henrique Lopes de (1891), Lisboa, Imprensa Nacional / M. Gomes – Livreiro Editor.

MINISTÉRIO DA CULTURA (2005), *Inês de Castro, 1355-2005, Exposição Bibliográfica*, Biblioteca Nacional.

NATÁRIO, Anabela (2008), *Portuguesas com História – Séculos XIV e XV*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores.

NUNES, Maria leonor (2014), *Agustina Bessa-Luís – Ficções, Ópera e Congresso*, *Jornal de Letras*, Ano XXXIV, Nº 1148, de 1 a 14 de outubro, pp. 8-12.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. (1980), *História de Portugal*, 8ª ed., vol. I, Lisboa, Palas Editores.

PATRÍCIO, António, *Pedro, o Cru* (1988), Aveiro, Livraria Estante Editora, Coleção Teatro.

PINA, Rui de (MMIX), *Crónica do Rei D. Afonso IV*, in *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, edição crítica pelo Académico de Número TAROUCA, Carlos da Silva, S. J., 2ª ed., vol. II, edição facsimilada da edição original de 1952-1953.

PINTO, Margarida Rebelo (2011), *Minha Querida Inês*, 1ª ed., Lisboa, Clube do Autor.

GARCIA DE RESENDE, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* (fixação do texto e estudo de DIAS, Aida Fernanda (1993), vol. IV e V, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

RUY BELO, *A Margem da Alegria* (1974), Lisboa, Moraes Editores, Círculo de Poesia.

SARAIVA, José Hermano (1979), *História Concisa de Portugal*, 4ª ed., Mem Martins, Publicações Europa-América, Coleção Saber.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1979) *História de Portugal*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Editorial Verbo.

SOROMENHO, Ana (2014), *Visita a Agustina*, *Revista do Jornal Expresso*, 22 de março, pp. 24-31.

VIEIRAS, Dolores Mariño, “El título de «Rex-Imperator» atribuído a Ramiro II de León (931-951)”, in FONSECA, Luís Adão da, AMARAL, Luís Carlos e SANTOS,

Maria Fernanda Ferreira, coord. (2003), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, 1ª ed., Vol. I, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 371- 376.

Teórico-crítica

AMADO, Teresa, “Uma história é uma história é uma história”, in MARINHO, Maria de Fátima (org.), (2004), *Atas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, vol. I, pp. 27-32).

BESSE, Maria Graciete (2001), *Percursos no Feminino*, Lisboa, Editora Ulmeiro.

CAVALIERI, Mauro (2004), “A relevância do argumento histórico na Castro, de A. Ferreira”, in MARINHO, Maria de Fátima (org.), (2004), *Atas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, vol. I, pp. 143-152.

DELILLE, Maria Manuela (2004), “Ficção e História: o episódio de Inês de Castro num romance português e num drama alemão contemporâneos”, in MARINHO, Maria de Fátima (org.), (2004), *Atas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, vol. I, pp. 187-197.

FONSECA, Luís Adão da (2004), “As relações entre História e Literatura no contexto da atual crise da dimensão social da narrativa historiográfica” in MARINHO, Maria de Fátima (org.), (2004), *Atas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, vol. I, pp. 267-280.

MACHADO, Álvaro Manuel (1979), *Agustina Bessa-Luís, a vida e a obra*, 1ª ed. Lisboa, Arcádia.

MARINHO, Maria de Fátima (1999), *O Romance Histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras.

MARINHO, Maria de Fátima, “O discurso da História e da ficção: Modificação e permanência”, in MARINHO, Maria de Fátima (org.), (2004), *Atas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, vol. I, pp. 351-363.

MARINHO, Maria de Fátima (2005), *Um Poço sem Fundo / Novas reflexões sobre Literatura e História*, Porto, Campo das Letras.

PIMENTA, Cristina (2005) *D. Pedro I*, 1ª ed., Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Coleção Reis de Portugal, vol. VIII.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (2005), *D. Dinis*, 1ª ed., Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Coleção Reis de Portugal, vol. VI.

RIBEIRO, Aquilino (2008), *Príncipes de Portugal – suas grandezas e misérias*, pref. de Vasco Graça Moura, Lisboa, Portugália Editora.

RICOEUR, Paul, in CESAR, Constança Marcondes (tr.), *Tempo e Narrativa* (tomo I), (1994), Campinas SP, Papirus Editora.

SENA, Jorge de (1967), *Estudos de História e de Cultura*, 1º Série, Volume I, Lisboa, Edição da Revista “Ocidente”.

SOUSA, Maria Leonor Machado de, (1984), *Inês de Castro na literatura portuguesaa Europa*, 1ª ed., Lisboa, Ministério da Educação - Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, vol. 96.

SOUSA, Maria Leonor Machado de, (2004), *Inês de Castro / Um Tema Português na Europa*, 2ª ed., Lisboa, ACD Editores.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2005), *D. Afonso IV*, 1ª ed, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Coleção Reis de Portugal, vol. VII.

VÁZQUEZ, Marta González (2003), *Inês de Castro*, 1ª ed., Pontevedra, Xunta de Galicia, Coleção A Nosa Memoria.

Webgrafia

ABAYAM, Jozé Pereira (1760), *Chronica del Rey D. Pedro I* [em linha], http://books.google.pt/books?id=PcxRAAAAcAAJ&pg=PA293&lpg=PA293&dq=Testamento+de+D.+Pedro+I&source=bl&ots=EZ7IWepUTl&sig=ci8JsDbfZmN8jV8uwhMz7WLIgh4&hl=pt-PT&sa=X&ei=IZGU_S2BJKVhQfp8YDAAQ&ved=0CDkQ6AEwAjkK#v=onepage&q=Testamento%20de%20D.%20Pedro%20I&f=false, digitalizado por Google, consultado em 20 de janeiro de 2014.

ALARCÃO, João Soares de (1606), *La Iffanta Coronada por el Rey Do Pedro, Dona Ines de Castro* [em linha], http://purl.pt/14137/4/1-2130-v_PDF/1-2130-v_PDF_24-C-R0150/1-2130-v_0000_Obra%20Completa_t24-C-R0150.pdf, consultado em 2 de março de 2014.

AYALA, Pero Lopez de (MDCCLXXIX), *Cronicas de los reyes de Castilla* [em linha]. http://books.google.pt/books?id=qcsWAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false, digitalizado por Google, consultado em 21 de junho de 2013.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos, *Relações entre os reinos peninsulares (1290-1330)*, [em linha], http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6819/1/HM_11_02.pdf, consultado em 07 de dezembro de 2013.

Biblioteca Digital de Castilla Y León, *Cortes de Valladolid, celebradas em la era 1363 (año 1325) por Alfonso XI* [em linha], <http://bibliotecadigital.jcyl.es/i18n/consulta/registro.cmd?id=2137>, consultado em 12 de dezembro de 2013.

BOTTA, Patrizia (1995), *Ines de Castro y el Romancero* [em linha], Universidad de Roma, LEXIS. Vol. XIX. N.º 2, <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/lexis/article/viewFile/5794/5786>, consultado em 6 de março de 2014.

BRITO, Frei Bernardo, *Elogios Historicos dos Senhores Reis de Portugal* [em linha], http://books.google.pt/books?id=YxMrAQAAMAAJ&pg=PA44&lpg=PA44&dq=D.+Branca+filha+de+D.+Pedro+de+Castela&source=bl&ots=bUDuFvY5Ll&sig=IWof_KDPxT3RFYdS_JTj-n_t2uk&hl=pt-PT&sa=X&ei=o4NLULTbE4OYhQeUnICwCQ&ved=0CDgQ6AEwAg#v=onepage&q=D.%20Branca%20filha%20de%20D.%20Pedro%20de%20Castela&f=false, digitalizado por Google, consultado em 08 de setembro de 2012.

CAMPOS, Isabel Maria Garcia de Pina, N. Baleiros S. (2008), *Leonor Teles, uma mulher de poder?* [em linha], http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1751/1/21996_ulfl062047_tm.pdf, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, Mestrado em História Medieval de Portugal (consultado em 4 de fevereiro de 2013).

CORREIA, Francisco Carvalho, *O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588. A silhueta de uma entidade projetada no chão de uma história milenária* [em linha], <http://books.google.pt/books?id=KDDdJqFg1EYC&pg=PA177&lpg=PA177&dq=Condado+de+Barcelos&source=bl&ots=c3Mj-Mol4P&sig=Uh6bk1Jgn5VDetvy0-rcOvRucwY&hl=pt-PT&sa=X&ei=rmdLUKOrDof80QWapYDwBQ&ved=0CFsQ6AEwCA#v=onepage&q=Condado%20de%20Barcelos&f=false> (consultado em 08 de Setembro de 2012).

Cortes de Santarém [em linha]. in Infopédia, [http://www.infopedia.pt/\\$cortes-de-santarem](http://www.infopedia.pt/$cortes-de-santarem), consultado em 24 de agosto de 2012.

Chronicon Conimbricense – Livro das Noas ou Livro das Eras de Santa Cruz de Coimbra [em linha], in MACHADO, Luiz Guilherme G. (2012), <http://livrodanoa.blogspot.pt>, fixado a partir do original da Torre do Tombo, disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1457770>, consultado em 2 de agosto de 2013.

FERNÁNDEZ, Manuel López, *Fortificaciones Y Despliegue Castellano en el Cerco de Algeciras (1342-1344). De la Crónica a la Toponimia*, [em linha], IECG –UNED, http://212.170.242.245/IECG/doc/revistas/28_MLOPEZ.pdf, consultado em 6 de fevereiro de 2014.

FERNÃO LOPES, *Chronica de El-Rei D. Fernando* (1896), vol. II e III, Lisboa, Escriptório, Bibliotheca de Clássicos Portuguezes [em linha], Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital, <http://purl.pt/419/3>, consultado em 29 de março de 2014.

FERREIRA, Maria do Rosário, *Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade* [em linha], Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, http://www.seminariomedieval.com/outras_pub_online/FERREIRA%20%20INES%20DE%20CASTRO.pdf, consultado em 02 de janeiro de 2014.

GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de Almeida (1825), *Camões* [em linha], Canto VII, Paris, Livraria Nacional e Estrangeira, http://books.google.pt/books?id=9uFBAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false, consultado em 22 de março de 2014.

GUEVARA, Luis Vélez de, *Reynar Después de Morir* [em linha], <http://www.comedias.org/velez/Reidm123.pdf>, consultado em 3 de março de 2014.

MANOEL THOMÁS (1659), *Phenix da Lusitania*, in SILVA, José Maria da Costa e (1854), *Ensaio Biographico-Crítico Sobre os Melhores Poetas Portuguezes* [em linha], Tomo VII, Livro XIV, Lisboa, Imprensa Silviana, <http://books.google.pt/books?id=ssEGAAAQAQAJ&pg=PA87&lpg=PA87&dq=%22Phenix+da+Lusitania%22&source=bl&ots=J25kJFoAyO&sig=CpbKZr2btpCjSQVgjpUpB7VuwEI&hl=pt-PT&sa=X&ei=CTxlU5akIciW0QXu7oCoBg&ved=0CC4Q6AEwAA#v=onepage&q=%22Phenix%20da%20Lusitania%22&f=false>, consultado em 2 de março de 2014.

MOTA, António Brochado da (2011), *Testamentos Régios – Primeira Dinastia* [em linha], Mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6784/1/ulfl118292_tm.pdf, consultado em 10 de fevereiro de 2014.

OLIVEIRA, António Resende de (2005), *As vidas de D. Pedro e de D. Inês de Castro na Historiografia Medieval Portuguesa*, [em linha], Comunicação apresentada no

Colóquio “Inês de Castro no Contexto Peninsular do seu Tempo” (Montemor-o-Velho, 24 de junho de 2005),

<http://www.seminariomedieval.com/vidas%20de%20d%20pedro%20e%20d%20ines%20de%20castro.pdf>, consultado em 7 de fevereiro de 2014.

QUITA, Domingos dos Reis, (1781) *Castro: Tragédia*, in *Obras de Domingos dos Reis Quita* [em linha], Tomo II, pp. 295-347, Lisboa, Typografia Rollandiana,

http://books.google.pt/books?id=_bgGAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=Domingos+dos+Reis+Quita&source=bl&ots=8_ntmwxQZF&sig=cMapbKsU6EiGE1VmbmIL6q9H32o&hl=pt-

[PT&ei=7WgnTcSROZDM4gam_KXNCQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=5&ved=0CDMQ6AEwBA#v=onepage&q=Castro&f=false](http://books.google.pt/books?id=_bgGAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=Domingos+dos+Reis+Quita&source=bl&ots=8_ntmwxQZF&sig=cMapbKsU6EiGE1VmbmIL6q9H32o&hl=pt-PT&ei=7WgnTcSROZDM4gam_KXNCQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=5&ved=0CDMQ6AEwBA#v=onepage&q=Castro&f=false), consultado em 10 de março de 2014.

RABELLO, David, *A Bula da Santa Cruzada. Nota Preliminar* [em linha], S. Paulo, Departamento de História da UNESP – Assis, Universidade Estadual Paulista,

<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/61350/64285>, consultado em 04 de março de 2015.

ROIG, Adrien (1980), *La Infanta Coronada de Juan Soares de Alarcón (1606)*,

Montpellier, Universidad Paul Valéry, Centro Virtual Cervantes, AIH. Actas VII

(1980), http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/07/aih_07_2_039.pdf, consultado em 2 de março de 2014.

VIDOTTE, Adriana (2013), *Don Juan Manuel e a política castelhana no século XIV* [em linha], Natal, XXVII Simpósio Nacional de História,

http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364916938_ARQUIVO_anpuh2013inscricao.pdf, consultado em 10 de novembro de 2013.

CRONOLOGIA DE REFERÊNCIA

1281:

- D. Dinis casa com Isabel de Aragão.

1288:

- Nasce Afonso Sanches (1288-1329), filho bastardo de D. Dinis e de D. Aldonça Rodrigues Telha, que foi senhor de Albuquerque, em Castela.

1290:

– Nasce a infanta D. Constança (1290-1313), filha de D. Dinis e de D. Isabel.

1291:

– Nasce o futuro rei Afonso IV (1291-1357), em Lisboa, filho do rei D. Dinis e da rainha D. Isabel.

1293:

– Nasce D. Beatriz, futura rainha de Portugal (1293 – 1359), filha de D. Sancho IV, rei de Castela, e de D. Maria de Molina.

1297:

- Assinatura do Tratado de Alcanices (12 de Setembro), que estabelece as fronteiras entre Portugal e Leão/Castela; confirmação do casamento de D. Constança (filha de D. Dinis e de D. Isabel de Aragão) com D. Fernando IV de Castela; acordo de casamento entre o príncipe herdeiro D. Afonso e Beatriz de Castela.

1302:

- Casamento do rei D. Fernando IV de Castela com D. Constança, infanta de Portugal, pais de D. Afonso XI.

1304:

- D. Dinis e a rainha Santa Isabel medeiam o conflito entre Fernando IV de Castela e Jaime II de Aragão (irmão da rainha portuguesa).

- 1304 – Nasce Diogo Lopes de Pacheco, filho de Fernando Lopo de Pacheco, conselheiro de D. Dinis e de Afonso IV. Morrerá já depois de 1385.

1309:

- Casamento (12 de Setembro) do futuro D. Afonso IV (18 anos) com D. Beatriz de Castela (16 anos), irmã do rei D. Fernando IV de Castela.

1311:

- Nasce (13 de agosto) o futuro D. Afonso XI de Leão e Castela (1311-1350), filho de D. Constança (filha de D. Dinis e de D. Isabel) e de D. Fernando IV de Castela.

1312:

- Com apenas um ano, D. Afonso XI torna-se rei de Castela e Leão, ficando a avó, D. Maria de Molina, como regente [não ficou a mãe, Constança de Portugal].

1313:

- Nasce D. Maria (1313-1357), filha de D. Afonso IV e de D. Beatriz²⁷⁷.

- 1316 (?) – Nasce D. Constança Manuel, futura mulher de D. Pedro I.

1318:

- D. Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis, funda o Mosteiro de Santa Clara, em Vila do Conde.

1319-1324:

- Guerra civil entre D. Afonso IV e o pai, D. Dinis.

1320:

- Nasce o futuro D. Pedro I (8/4/1320 – 1367), em Coimbra, filho de D. Afonso IV e de D. Beatriz.

1325:

- Morre (sete de janeiro) o rei D. Dinis. D. Afonso IV é proclamado rei, com 34 anos.

- Afonso XI de Castela, com cerca de catorze ou quinze anos, contrata o casamento com D. Constança Manuel, com cerca de seis ou sete anos de idade.

- Nasce (?) Inês de Castro, filha bastarda de Pedro Fernandes de Castro, mordomo-mor do rei Afonso XI de Castela, e de D. Aldonça Soares de Valadares, nobre portuguesa.

- As cortes de Castela ratificam o casamento de D. Afonso XI de Castela com D. Constança Manuel.

- Afonso Sanches, refugiado em Albuquerque, retalia a perseguição movida por Afonso IV e ataca Portugal (primeiro, em Trás-os-Montes e, depois, no Alentejo).

²⁷⁷ Seomara da Veiga Ferreira aponta a data de 1315 (Ferreira 2007: 37).

1326:

- João Afonso, filho bastardo de D. Dinis e seu mordomo-mor é acusado de traição, por D. Afonso IV, e é executado.

1327:

- D. Afonso XI repudia Constança Manuel, empenhado no casamento com D. Maria de Portugal.

1328:

- Casamento de D. Maria (com quinze anos), filha de D. Afonso IV e de D. Beatriz, com D. Afonso XI, rei de Castela (com dispensa do Papa João XXII, já que os noivos eram primos).

- Casamento “por palavras de futuro” de D. Pedro com D. Branca, sobrinha da rainha D. Beatriz e do rei D. Fernando IV de Castela (neta de D. Sancho IV, de Castela). Anos mais tarde, D. Branca será repudiada, por alegada doença física e mental.

- Nascimento de D. Leonor, filha mais nova de D. Afonso IV e de D. Beatriz.

1329:

– Morre D. Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis.

1334:

- Nasce o futuro D. Pedro I de Castela, o Cruel, filho de Afonso XI e de D. Maria.

1335:

- Em Estremoz, procuradores de D. João Manuel tratam o casamento de D. Pedro de Portugal com D. Constança Manuel.

1336:

- Casamento (fevereiro) por procuração, no Convento de S. Francisco de Évora, de D. Pedro com D. Constança Manuel, filha de D. João Manuel e prima direita do rei de Aragão, D. Pedro IV.

- Morre (julho) D. Isabel de Aragão.

- Afonso XI impede a vinda de D. Constança Manuel para Portugal – começam as hostilidades entre Portugal e Castela (1336-1339).

1339:

- Tratado de paz entre Portugal e Castela (Sevilha, julho), para pôr fim à guerra.

1340:

– D. Constança Manuel chega a Portugal e casa (24 de agosto) “por palavras de presente” com D. Pedro, em Lisboa. Constança teria, talvez, cerca de vinte e um anos, mais um do que D. Pedro.

- D. Branca sai de Portugal e regressa a Castela, conforme acordado entre os dois reinos.

- Batalha do Salado (30 de outubro), onde portugueses e castelhanos (com a ajuda de outros povos – catalães, navarros, genoveses e ingleses) derrotam os muçulmanos. É de considerar esta colaboração, no âmbito do Cruzada pregada pelo Papa Bento XII. Aliás, estes mesmos povos (com exceção dos portugueses, ao que parece) estiveram no cerco a Algeciras, iniciado em 1342, sob o comando de Afonso XI.

1342:

– Nasce (06 de abril, em Évora) a infanta D. Maria (1342-1363), filha de D. Pedro e de D. Constança Manuel (Serrão: 1979, 275). D. Maria viria a casar com D. Fernando, infante de Aragão.

1344:

- Nasce (em Coimbra) D. Luís, filho de D. Pedro e de D. Constança Manuel, afilhado de Inês de Castro (Serrão: 1979, 275).

– Tremor de terra em Lisboa. Caiu parte da Sé.

- D. Inês de Castro é desterrada da corte portuguesa, devido ao seu envolvimento com D. Pedro, e regressa a Albuquerque, na estremadura castelhana, ao castelo de João Afonso de Albuquerque e Isabel Teles de Molina, filha de D. Maria, infanta de Portugal.

1345:

– Nasce em Lisboa (31 de outubro), o infante D. Fernando (1345-1383), futuro rei de Portugal (Serrão: 1979, 275).

- Morre D. Constança Manuel.

1346:

– D. Inês de Castro regressa de Albuquerque. D. Pedro instala-a em vários lugares: Moledo, próximo de Atouguia da Baleia, Serra d’El-Rei, perto de Óbidos, e Canidelo, perto de Gaia. Pimenta defende que Inês só regressou de Albuquerque em 1349 (Pimenta, 2005: 170)

1347:

- Casamento de D. Leonor, filha mais nova de D. Afonso IV e de D. Beatriz, com D. Pedro IV de Aragão (segunda esposa).

1347- 1353:

- Nascem os filhos de D. Pedro e de Inês de Castro: D. Afonso, D. João, D. Dinis, D. Beatriz. Pimenta defende que os filhos de Pedro e Inês nasceram entre 1349 e 1354 (Pimenta, 2005: 170).

- D. Afonso IV pede ao Papa, através de D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga, que não autorize (já que estavam ligados por laços familiares – eram primos) o casamento de D. Pedro com Inês de Castro.

- Afonso IV e os grandes senhores do reino aconselham D. Pedro a casar com uma princesa de sangue real, a fim de evitar a ligação com Inês de Castro.

1348:

– Início do surto da Peste Negra em Portugal.

- Morte de D. Leonor, devido à Peste Negra (casada no ano anterior), filha mais nova de D. Afonso IV e de D. Beatriz, esposa de D. Pedro IV de Aragão.

1350:

– Morre D. Afonso XI, em Castela, e com 16 anos de idade sucede-lhe o seu filho D. Pedro, neto de D. Afonso IV. D. Afonso XI deixa filhos bastardos da amante Leonor de Guzmán, entre eles Henrique de Trastâmara.

1351:

- Assassinato de Leonor de Guzmán que tinha sido amante de Afonso XI, certamente num conluio entre Afonso XI e sua mãe, a *formosíssima Maria*.

1352:

– O infante D. Pedro doa (12 de junho) a D. Inês o padroado da Igreja de Santo André de Canidelo, em Vila Nova de Gaia.

1353:

- Casamento de D. Pedro de Castela com D. Branca de Bourbon. Mas Pedro abandona e encerra, quase de seguida, a esposa, para viver abertamente com Maria Padilla. Esta atitude de D. Pedro faz quebrar os laços de fidelidade da casa de Albuquerque. Branca de Bourbon seria assassinada em 1361.

- D. João Afonso de Albuquerque e D. Álvaro Peres de Castro obrigados a refugiarem-se em Portugal por D. Pedro de Castela.

1354:

- Casamento de D. Pedro I de Castela com Joana de Castro, meia-irmã de Inês de Castro (o casamento pode ter durado, apenas, um dia).

1355:

– Morte de Inês de Castro, em Coimbra (sete de janeiro), no Paço da Rainha, degolada sob a ordem do rei por alta traição.

– D. Pedro une-se aos irmãos Castro e inicia a guerra civil contra o pai.

– Acordo de Canaveses (05 de agosto) entre D. Afonso IV e D. Pedro²⁷⁸.

1356:

- D. Maria, rainha-mãe em Castela, filha de Afonso IV, regressa a Portugal.

1357:

- Morre D. Maria, filha de Afonso IV.

– Nascimento do futuro D. João I, filho bastardo de D. Pedro e de D. Teresa Lourenço (11 de abril).

- Morte de D. Afonso IV (28 de maio).

- D. Pedro é aclamado rei de Portugal e D. Fernando torna-se herdeiro do trono.

1359:

- Morre D. Beatriz, mulher de D. Afonso IV e mãe de D. Pedro I (25 de outubro).

1360:

- Tratado de extradição entre D. Pedro de Castela e o rei de Portugal para troca de refugiados políticos (Álvaro Gonçalves e Pêro Coelho, responsáveis pela execução de Inês, são barbaramente executados).

– D. Pedro anuncia o seu casamento com D. Inês, supostamente realizado, em Bragança, antes da morte desta (Declaração de Cantanhede, em junho).

²⁷⁸ Embora haja muitos autores que datam o Acordo de Canaveses em agosto de 1356, fixamos aqui o ano de 1355, apresentado na *Crónica dos sete primeiros reis*, p. 369. Aliás, faz todo o sentido, dado que a rebelião de D. Pedro começou com o assassinato de Inês (janeiro de 1355) e não parece haver qualquer registo que a prolongue por mais do que alguns meses.

1361:

- D. Pedro de Castela, amante de Maria Padilla, manda matar a esposa, D. Branca de Bourbon.

- Trasladação dos restos mortais de D. Inês, desde Santa Clara, em Coimbra, para o Mosteiro de Alcobaça (02 de abril).

1366:

- Henrique de Trastâmara, casado com Joana Manuel, irmã de Constança Manuel e, portanto, tia de D. Fernando (herdeiro do trono de Portugal) é coroado rei de Castela.

1367:

- Morre o rei D. Pedro I, em Estremoz (18 de janeiro), após 10 anos de um reinado pacífico. Fernão Lopes aponta a data de "... mil e quatro çentos e cimquo anos..." (Fernão Lopes, 202), mas refere-se, obviamente, à Era de César.

1482:

- Nasce Garcia de Resende.

1524:9

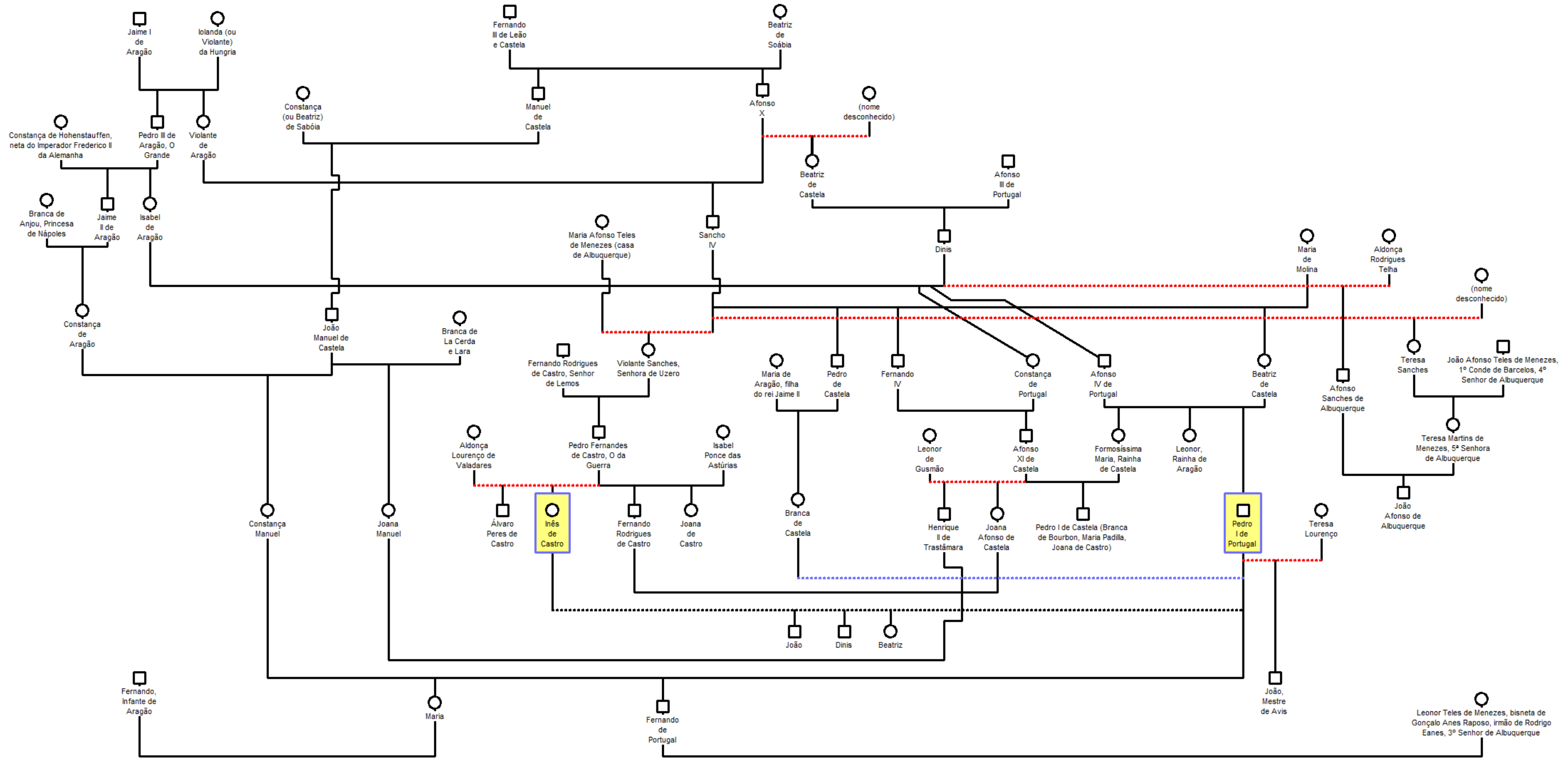
- Nasce Luís de Camões.

1528:

- Nasce António Ferreira.

ENQUADRAMENTO GENEALÓGICO DE PEDRO E INÊS (Séc. XIII-XIV)

ENQUADRAMENTO GENEALÓGICO DE PEDRO E INÊS (Séc. XIII - XIV)



Linha contínua preta: casamento. Linha tracejada preta: casamento provável. Linha tracejada vermelha: mancebia. Linha tracejada azul: noivado e cohabitação

